ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE GERAL DO E. CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE

ATO DE CONCENTRAÇÃO COM SOLICITAÇÃO DE ACESSO RESTRITO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A ("**Itaúsa**"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, CEP 04344-902, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.532.644/0001-15, **CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES** ("**Cambuhy FIP**"), fundo de investimento em participações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, CEP 04538-132, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.250.704/0001-40, **BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A.** ("**BW**"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia Washington Luiz (SP 310), km 307, CEP 15995-900, Matão/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.744.277/0001-88, **J&F INVESTIMENTOS S.A.** ("**J&F**"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I, 1º andar – A, Vila Jaguará, CEP 05118-100, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.350.763/0001-62 e **ALPARGATAS S.A.** ("**Alpargatas**"), sociedade por ações de capital aberto, com

sede na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1336, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.079.117/0001-05 (doravante denominadas, em conjunto, "**Requerentes**"), vêm, respeitosamente, à presença de V. Sa., por seus advogados, nos termos dos artigos 53 e 88, incisos I e II (alterados pela Portaria Interministerial nº 994 de 30 de maio de 2012), da Lei nº 12.529/2011, bem como do artigo 150, do Regimento Interno do CADE ("RICADE"), submeter os documentos e informações previstos no Anexo II da Resolução CADE nº 02/2012[1], relativos à aquisição, por **Itaúsa**, **Cambuhy FIP** e **BW**, de todas as ações da **Alpargatas S.A.** ("**Alpargatas**") atualmente detidas pela **J&F**, as quais representam 54,24% do capital social total da **Alpargatas**, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais (a "**Operação**").

1. DO PEDIDO DE APRECIAÇÃO PELO RITO SUMÁRIO

A Operação não tem o condão de gerar quaisquer preocupações concorrenciais, uma vez que não gera sobreposição horizontal e/ou integração vertical.

Desse modo, e, nos termos do artigo 8º, inciso II, e subsidiariamente IV, da Resolução CADE nº 02/2012, solicita-se que o presente Ato de Concentração seja analisado na forma do **Procedimento Sumário** e aprovado, sem quaisquer restrições, por este E. CADE, uma vez que a Operação não altera o panorama concorrencial brasileiro.

2. DOS DOCUMENTOS ANEXOS

Conforme listados abaixo, as **Requerentes** requerem a juntada dos seguintes documentos, que fazem parte desta petição e do formulário Anexo II:

- **Documento 01** – Procuração outorgada pela **Itaúsa** a seus representantes legais;
- **Documento 02** – Procuração outorgada pelo **Cambuhy FIP** a seus representantes legais;

[1] Alterada pela Resolução CADE nº 09, de 1º de outubro de 2014.

- **Documento 03** – Procuração outorgada pela **BW** a seus representantes legais;
- **Documento 04** – Procuração outorgada pela **J&F** a seus representantes legais;
- **Documento 05** – Cópia das Demonstrações Financeiras da **Itaúsa**;
- **Documento 06** – Cópia das Demonstrações Financeiras de empresas integrantes do **Conglomerado Itaúsa**;
- **Documento 07** – Cópia das Demonstrações Financeiras do **Cambuhy FIP**;
- **Documento 08** – Cópia das Demonstrações Financeiras da Eneva S.A;
- **Documento 09** – Cópia das Demonstrações Financeiras da **BW**;
- **Documento 10** – Cópia do comprovante de pagamento da taxa processual em nome da **Itaúsa**, correspondente ao valor de R$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais), conforme disposto no artigo 23, da Lei nº 12.529/2011;
- **Documento 11** – Cópia do comprovante de pagamento da taxa processual em nome do **Cambuhy Investimentos Ltda.**, correspondente ao valor de R$ 21.250,00 (vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais), conforme disposto no artigo 23, da Lei nº 12.529/2011;
- **Documento 12** – Cópia do comprovante de pagamento da taxa processual em nome da **BW**, correspondente ao valor de R$ 21.250,00 (vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais), conforme disposto no artigo 23, da Lei nº 12.529/2011;
- **Documento Confidencial 01** – Cópia do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre as **Requerentes**, e seus respectivos anexos;
- **Documento Confidencial 02** – Organograma com a estrutura societária do **Grupo J&F**;
- **Documento Confidencial 03** – Organograma com a estrutura societária da JBS S.A;
- **Documento Confidencial 04** – Cópia das Demonstrações Financeiras de empresas integrantes do **Conglomerado Itaúsa**;
- **Documento Confidencial 05** – Cópia das Demonstrações Financeiras do **Grupo J&F**;

3. DO PEDIDO DE ACESSO RESTRITO

As **Requerentes**, com fulcro no artigo 92, incisos VI, VII, VIII, IX, X e XIV do RICADE, solicitam o deferimento de **Acesso Restrito** às informações e aos documentos apresentados nos itens:

- **II.1** e **III.2."a"** – Disposições contratuais
- **II.4** e **II.8** – Faturamento das **Requerentes**;
- **II.5** – Listas de empresas pertencentes aos grupos econômicos e organogramas contendo a estrutura societária das **Requerentes**;
- **II.9** e **V.2** – Informações sobre empresas dos grupos econômicos;
- **III.2. c"** – Valor da Operação e forma de pagamento;
- **III.2. "f"** – Estrutura acionária da **Alpargatas**;
- **III.6** – Cláusulas de não concorrência e de não solicitação;
- **IV.1** e **IV.3** – Documentos que formalizam o ato de concentração notificado;
- **IV.4** – Demonstrações financeiras das Requerentes
- **V.3** – Dados sobre os mercados relevantes.

Em razão do requerimento de acesso restrito, as **Requerentes** apresentam o formulário Anexo II nas versões pública e de acesso restrito, e requerem seja essa última autuada em apartado próprio, nos termos do artigo 94, parágrafo 4º, do RICADE.

4. CONCLUSÃO

Tendo em vista a incapacidade da Operação de gerar quaisquer preocupações de cunho concorrencial, as **Requerentes** reiteram o pedido de que o ato seja analisado na forma do **Procedimento Sumário**, com fulcro no artigo 8º, inciso II, e subsidiariamente IV, da Resolução CADE nº 02/2012, e aprovado sem quaisquer restrições.

Por fim, em atenção ao artigo 150, parágrafo 3º, do RICADE, as **Requerentes** declaram, sob as penas da lei e até onde é de seu melhor conhecimento, que (i) todas as informações contidas nessa notificação são verdadeiras e acuradas; (ii) todos os documentos e cópias de documentos ora

apresentados são autênticos e fiéis às suas versões originais; e (iii) todas as estimativas foram feitas de boa-fé, de acordo com as melhores informações disponíveis.

Termos em que,
Pedem deferimento.

De São Paulo para Brasília, 21 de julho de 2017.

Itaúsa / Cambuhy FIP / BW

Eduardo Caminati Anders
OAB/SP nº 174.402

Leda Batista da Silva
OAB/SP nº 306.051

Julia Raquel Haddad
OAB/SP nº 346.319

J&F / Alpargatas

Juliano Maranhão
OAB/SP nº 194.021

Thiago Francisco da Silva Brito
OAB/SP nº 234.864

Josie de Menezes Barros
OAB/SP nº 300.110

FORMULÁRIO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

ANEXO II – RES. CADE Nº 02/2012[1]

[VERSÃO PÚBLICA]

ITAÚSA / CAMBUHY FIP / BW / J&F

ÍNDICE

ETAPA I – DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO 2

ETAPA II – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PARTES 5

ETAPA III – ELEMENTOS RELATIVOS À OPERAÇÃO 37

ETAPA IV – DOCUMENTAÇÃO 41

ETAPA V – DEFINIÇÃO DO(S) MERCADO(S) RELEVANTE(S) 43

ETAPA VI – ESTRUTURA DE OFERTA 50

ETAPA VII – OBSERVAÇÕES FINAIS 52

[1] Alterada pela Resolução CADE nº 09, de 1º de outubro de 2014.

ETAPA I – DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

I. Apresentar um resumo da operação (até 500 palavras), especificando as partes na concentração, as respectivas áreas de atividade, a natureza da concentração (por exemplo, fusão, aquisição, joint venture etc.), os mercados em que a concentração produzirá algum impacto (destacando-se os principais mercados envolvidos), e a justificativa estratégica e econômica para a operação. O resumo deve ser elaborado de forma a não conter quaisquer informações confidenciais ou segredos comerciais.

Síntese da Operação

A operação trata da aquisição por **Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.** ("**Itaúsa**"), **Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações** ("**Cambuhy FIP**") e **Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.** ("**BW**"), as quais serão referidas conjuntamente como "**Compradoras**", de todas ações da **Alpargatas S.A.** ("**Alpargatas**" ou "**Empresa-alvo**") de titularidade da **J&F Investimentos S.A.** ("**J&F**" ou "**Vendedora**" – e, conjuntamente com as **Compradoras** e com a **Empresa-alvo**, doravante referidas como "**Requerentes**"), que representam 54,24% do capital social total da **Alpargatas**, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais (a "**Operação**"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("**Contrato**") – **Documento Confidencial 01**.

O total de ações adquirido da **Alpargatas** será dividido entre as **Compradoras**, de forma que a **Itaúsa** receberá 50% das ações adquiridas, o que resultará em participação da **Itaúsa** equivalente a 27,12% do capital social total da **Alpargatas**, enquanto os demais 50% serão distribuídos da seguinte forma: o **Cambuhy FIP** adquirirá aproximadamente 28,57% das ações adquiridas, equivalentes a aproximadamente 15,50% do capital social total da **Alpargatas,** e a **BW** adquirirá aproximadamente 21,43% das ações adquiridas, equivalentes a aproximadamente 11,62% do capital social total da **Alpargatas** .

Partes e Grupos Econômicos

A **Itaúsa** é uma empresa *holding* que não comercializa produtos nem presta serviços diretamente no Brasil. A **Itaúsa** pertence ao **Conglomerado Itaúsa** e atua nas áreas financeira e industrial, por meio de suas investidas.

O **Cambuhy FIP** é um fundo de investimentos em participações detido majoritariamente pelo **Porto Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior** ("**Porto FIM**") e gerido pela **Cambuhy Investimentos Ltda.** ("**Cambuhy Investimentos**"), que em conjunto com outras empresas integram o **Grupo PMS**, controlado por Pedro Moreira Salles. O **Cambuhy FIP** detém unicamente investimento no setor energético, por meio da Eneva S.A.

A **BW** é uma empresa *holding* que não comercializa produtos nem presta serviços diretamente no Brasil, e é detida exclusivamente por pessoas físicas (igualmente por Fernando Roberto Moreira Salles, Walther Moreira Salles Júnior, Pedro Moreira Salles e João Moreira Salles).

A **Alpargatas** é uma sociedade por ações de capital aberto e, no Brasil, atua principalmente na produção e comercialização de calçados, vestuários e artigos esportivos, detendo os direitos de diversas marcas que atuam nos mercados em questão[2].

A **J&F** é a empresa controladora do **Grupo J&F**, que comercializa, no Brasil, carne bovina, miúdos de bovinos, couros, produtos enlatados e processados, vegetais, carne ovina, carne de pescado, carne suína, carne de frangos, energia e biocombustíveis. Além disso, empresas do grupo estão envolvidas na industrialização e comercialização de produtos de higiene e limpeza, produtos de laticínios, produtos de couro e celulose e na oferta de serviços financeiros variados[3].

Justificativa da Operação

Para as **Compradoras**, a Operação proposta representa uma oportunidade de diversificação de seus portfólios e a possibilidade de continuidade e ampliação de suas carteiras de investimentos.

Para a **Vendedora**, a Operação proposta representa a oportunidade de obtenção de liquidez e redução de endividamento bancário.

---

[2] Para maiores informações sobre as atividades da **Alpargatas**, vide: http://www.alpargatas.com.br/.
[3] Para mais informações sobre o **Grupo J&F**, vide: http://jfinvest.com.br/.

Efeitos da Operação

A Operação não tem o condão de gerar quaisquer preocupações concorrenciais, uma vez que não gera sobreposição horizontal.

Do ponto de vista vertical, a fabricação de calçados abertos pela **Alpargatas** utiliza plastificante não ftalato em seu processo produtivo, sendo que a **Elekeiroz S.A.** ("**Elekeiroz**"), controlada pela **Itaúsa**, contém esse tipo de plastificante dentre sua ampla gama de produtos. Tal plastificante representa 0,8% do custo de matérias primas utilizadas para a produção de calçados abertos pela **Alpargatas**. Isso posto, é evidente que a relação observada é marginal e diz respeito a item insignificante do processo produtivo de calçados, sem qualquer potencial de trazer quaisquer efeitos, sendo dispensável e mesmo impróprio adentrar em análise de concentração vertical, o que se requer.

ETAPA II – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PARTES

II.1. Informe os nomes (razão social, denominação, nome do estabelecimento, nome de fantasia), CNPJ e forma legal (S.A. de capital aberto, S.A. de capital fechado, Ltda. etc.) das partes diretamente envolvidas na operação.

Requerente A – Itaúsa, **Cambuhy FIP** e **BW** como "**Compradoras**"

Nome: Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa")
CNPJ/MF: 61.532.644/0001-15
Forma legal: sociedade por ações de capital aberto

Nome: Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações ("Cambuhy FIP")
CNPJ/MF: 19.250.704/0001-40
Forma legal: fundo de investimentos em participações

Nome: Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("BW")
CNPJ/MF: 33.744.277/0001-88
Forma legal: sociedade por ações de capital fechado

Requerente B – J&F, **como "Vendedora" e Alpargatas, como "Empresa-alvo"**

Nome: J&F Investimentos S.A. ("J&F")
CNPJ/MF: 00.350.763/0001-62
Forma legal: sociedade por ações de capital fechado

Nome: Alpargatas S.A ("Alpargatas")
CNPJ/MF: 61.079.117/0001-05
Forma legal: Sociedade por ações de capital aberto.

II.2. Apresente os endereços completos das partes diretamente envolvidas na operação (incluindo o CEP e o sítio eletrônico), e nome, números de telefone e fax, endereço eletrônico e cargo ocupado por representante técnico das empresas a ser contatado. Sempre que possível, informar o endereço da sede/representação das partes no Brasil.

Requerente A

Itaúsa

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setubal – CEP 04344-902, São Paulo/SP

Representante técnico: Maria Fernanda Ribas Caramuru

Cargo: Diretora Jurídica

Telefone: (11) 3543-4138

Fax: Não há

E-mail: fernanda.caramuru@itausa.com.br

Sítio eletrônico: http://www.itausa.com.br

Cambuhy FIP

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, CEP 04538-132, São Paulo/SP

Representante técnico: Guilherme Bottura

Cargo: Sócio

Telefone: (11) 3019-3405

Fax: Não há

E-mail: guilherme.bottura@cmby.com

Sítio eletrônico: http://cmby.com/

BW

Endereço: Rodovia Washington Luiz (SP 310), km 307, CEP 15995-900, Matão/SP

Representante técnico: Marcia Maria Freitas de Aguiar

Cargo: Diretora

Telefone: (11) 3095-2855

Fax: Não há

E-mail: marcia.freitas@bwsa.com.br

Sítio eletrônico: Não há

Requerente B

J&F

Endereço: Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, bloco I, 1º andar – A, Vila Jaguará, CEP 05118-100, São Paulo/SP

Representante técnico: Ricardo Menin Gaertner

Cargo: Gerente Jurídico

Telefone: (11) 2505-0416

Fax: Não há
E-mail: ricardo.gaertner@jfinvest.com.br
Sítio eletrônico: http://jfinvest.com.br/

Alpargatas
Endereço: Av. Dr. Cardoso de Melo, 1336, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, São Paulo/SP
Representante técnico: Adalberto Fernandes Granjo
Cargo: Diretor Jurídico
Telefone: (11) 3847-7408
Fax: (11) 3847-7408
E-mail: granjo@alpargatas.com.br
Sítio eletrônico: http://www.alpargatas.com.br/

II.3. Indique o(s) representante(s) legal(is) e endereço completo (incluindo telefone, fax, CEP, e endereço eletrônico).

Requerentes A – Itaúsa, Cambuhy FIP e BW

A **Itaúsa**, o **Cambuhy FIP** e a **BW** serão representadas neste ato pelo escritório Lino, Beraldi Belluzzo e Caminati Advogados, na pessoa dos advogados a seguir indicados, constituídos conforme os anexos instrumentos de mandato (**Documentos 01**, **02** e **03**):

LINO, BERALDI, BELLUZZO E CAMINATI ADVOGADOS
Rua Gomes de Carvalho, 1666, 18º andar
São Paulo/SP, CEP 04547-006
Sítio eletrônico: www.lbba.com.br
Telefone: +55 (11) 3463-5060
Fax: +55 (11) 3463-5070

Eduardo Caminati Anders
OAB/SP nº 174.402
caminati@lbba.com.br

Leda Batista da Silva
OAB/SP nº 306.051
batista@lbba.com.br

Julia Raquel Haddad
OAB/SP nº 346.319
haddad@lbba.com.br

Requerente B – J&F e Alpargatas

A **J&F** e a **Alpargatas** serão representadas neste ato pelo escritório Sampaio Ferraz Advogados, na pessoa dos advogados a seguir indicados, constituídos conforme o anexo instrumento de mandato (**Documento 04**):

SAMPAIO FERRAZ ADVOGADOS
Praça das Guianas, 92
São Paulo/SP, CEP 01428-030
Sítio eletrônico: www.sampaioferraz.com.br
Telefone: +55 (11) 3063-4322
Fax: +55 (11) 3061-9607
Juliano Maranhão
OAB/SP nº 194.021
juliano@sampaioferraz.com.br

Thiago Francisco da Silva Brito
OAB/SP nº 234.864
thiago@sampaioferraz.com.br

Lucia Helena de Jesus
OAB/SP nº 386.386
lucia@sampaioferraz.com.br

II.4. Apresente os faturamentos brutos das partes diretamente envolvidas na operação, e de seus respectivos grupos econômicos (segundo definição do art. 4º da Resolução 02/2012), no Brasil e em todo o mundo (incluindo o Brasil), no ano fiscal anterior à presente operação.

Requerente A

As **Requerentes** apresentam os seus faturamentos e os faturamentos de seus respectivos grupos econômicos a seguir. Cumpre ressaltar que todos eles são controlados, em última instância, por pessoas físicas que não detêm investimento

em nenhuma outra empresa (além daquelas aqui mencionadas) que poderia ser considerada horizontal ou verticalmente relacionada à **Alpargatas**. Neste sentido, respeitosamente, requer-se a dispensa da apresentação de quaisquer informações adicionais além daquelas já mencionadas ao longo deste Formulário[4]. De todo modo, caso as D. autoridades antitruste reputem essencial à presente análise, as **Requerentes** colocam-se à disposição para apresentar informações adicionais e/ou solicitá-las a seus quotistas, se for o caso.

Itaúsa

2016	Brasil	Mundo (incluindo o Brasil)
Itaúsa	A **Itaúsa** não possui receita operacional por ser uma *holding* pura	A **Itaúsa** não possui receita operacional por ser uma *holding* pura
Conglomerado Itaúsa[5]	[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]

Cambuhy FIP

2016	Brasil	Mundo (incluindo o Brasil)
Cambuhy FIP[6]	[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]

BW

2016	Brasil	Mundo (incluindo o Brasil)
BW (consolidado)	R$ 358.959.000,00	R$ 5.105.197.000,00

Requerente B

J&F

2016	Brasil	Mundo (incluindo o Brasil)
Grupo J&F	[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]

Alpargatas

2016	Brasil	Mundo (incluindo o Brasil)
Alpargatas	[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]
Grupo J&F	[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]

[4] Os valores informados não contemplam o faturamento do **Grupo Itaú Unibanco**.
[5] As **Requerentes** informam que, para as empresas do **Conglomerado Itaúsa** que não possuem faturamento bruto, incluiu-se no cálculo do faturamento total do grupo outras fontes de receita, tais como receitas operacionais e receitas provenientes de aluguéis (nos casos em que não constituem a atividade fim da empresa), entre outras.
[6] O **Cambuhy FIP** detém unicamente investimento na Eneva. O único cotista do **Cambuhy FIP** com mais de 50% de suas cotas é o FIM Porto que, por sua vez, detém investimentos acima de 20% em outros dois fundos de investimento, em Cayman: [**ACESSO RESTRITO**]. Baryon Fund e Kaon Fund não possuem 20% ou mais no capital votante ou total de qualquer empresa.

II.5. Indique os grupos econômicos a que pertencem as partes diretamente envolvidas na operação e forneça uma lista de todas as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado pertencentes aos grupos econômicos, com atividades no território nacional, informando:
a) Organograma com a estrutura societária das partes diretamente envolvidas na operação;
b) Organograma com a estrutura societária do grupo econômico a que tais partes pertencem.

II.5.1. Para fins de resposta a este e aos demais itens deste Anexo, considera-se grupo econômico, cumulativamente:
a) As empresas que estejam sob controle comum, interno ou externo; e
b) As empresas nas quais qualquer das empresas da alínea "a" seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% (vinte por cento) do capital social ou votante.

II.5.2. No caso dos fundos de investimento, são considerados integrantes do mesmo grupo econômico para fins de resposta a este e aos demais itens deste Anexo, cumulativamente:
a) O fundo envolvido na operação;
b) Os fundos que estejam sob a mesma gestão do fundo envolvido na operação;
c) O gestor;
d) Os grupos dos cotistas, conforme definidos no item II.5.1., que detenham direta ou indiretamente participação igual ou superior a 20% das cotas do fundo envolvido na operação;
e) As empresas controladas pelo fundo envolvido na operação e as empresas nas quais o referido fundo detenha direta ou indiretamente participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social ou votante; e
f) As empresas controladas pelos fundos que estejam sob a mesma gestão do fundo envolvido na operação e as empresas nas quais esses fundos detenham direta ou indiretamente participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social ou votante.

Observação: No que diz respeito aos agentes incluídos nas alíneas "b" e "f" do item II.5.2., fornecer listagem e demais informações somente dos fundos e empresas que sejam horizontal ou verticalmente relacionados às atividades objeto da operação, segundo CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual.

Requerente A

Os grupos econômicos das **Requerentes** são todos controlados, em última instância, por pessoas físicas que não detêm investimento em nenhuma outra empresa (além daquelas aqui mencionadas) que poderia ser considerada horizontal ou verticalmente relacionada à **Alpargatas**. Neste sentido, respeitosamente, requer-se a dispensa da apresentação de quaisquer informações adicionais além daquelas já mencionadas ao longo deste Formulário. De todo modo, caso as D. autoridades antitruste reputem essencial à presente análise, as **Requerentes** colocam-se à disposição para apresentar informações adicionais e/ou solicitá-las a seus quotistas, se for o caso.

Itaúsa

A **Itaúsa** pertence ao **Conglomerado Itaúsa**, conforme abaixo descrito:

- Família Egydio de Souza Aranha (composta pelas pessoas físicas e jurídicas mencionadas abaixo);
- Companhia ESA;
- Itaú Unibanco Holding S.A. e suas investidas[7];
- Duratex S.A.;
- Duratex Florestal Ltda.;
- Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.;
- Caetex Florestal S.A.;
- Duratex Empreendimentos Ltda.;
- Estrela do Sul Participações Ltda. ;
- Bale Comércio de Produtos para Construção S.A.;
- Trento Administração e Participações S.A.;
- Pescara Administração e Participações S.A.;
- Elekeiroz S.A.;
- Brindisi Administração e Participações S.A.;
- Nexoleum Bioderivados S.A.;
- Vercelli Administração e Participações S.A.;
- Itautec S.A. – Grupo Itautec;
- Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. – Grupo Itautec;
- Itautec Participações e Comércio S.A.;
- Itautec.com Serviços S.A. – Grupo Itautec;
- IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.;
- Itaúsa Empreendimentos S.A.; e
- [**ACESSO RESTRITO**]

A Família Egydio de Souza Aranha detém:

i. o controle acionário direto da Companhia ESA, consoante Acordo de Acionistas consolidado em 01.09.2015; e

[7] A Itaúsa detém participação no Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco") e as decisões estratégicas envolvendo as atividades financeiras e não financeiras correlatas (ex. seguros, consórcio, capitalização, etc.) são tomadas em conjunto com os demais co-controladores do Itaú Unibanco na IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. Essas decisões não sofrem qualquer interferência, influência ou participação das demais empresas controladas pela Itaúsa, a exemplo de Duratex S.A., Itautec S.A e Elekeiroz S.A. Por esse motivo, as Requerentes pedem dispensa na apresentação de quaisquer informações adicionais sobre o Itaú Unibanco e também diante do fato de que elas já são de amplo conhecimento desse e. CADE (consoante informações prestadas, por exemplo, no contexto do Ato de Concentração nº 08700.001642/2017-05), mas colocam-se à disposição para apresentá-las caso esse E. CADE assim solicite.

ii. o controle acionário indireto da **Itaúsa**, por intermédio da Companhia ESA, na qualidade de acionista e usufrutuária do direito de voto das ações ordinárias detidas pelas pessoas físicas e jurídicas das Famílias Setubal e Villela, consoante Acordo de Acionistas consolidado em 01.09.2015.

- Composição da Família Egydio de Souza Aranha:

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Alfredo Egydio Nugent Setubal
Alfredo Egydio Setubal
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca
Bruno Rizzo Setubal
Camila Setubal Lenz Cesar
Carolina Marinho Lutz Setubal
Fernando Setubal Souza e Silva
Gabriel de Mattos Setubal
Guilherme Setubal Souza e Silva
José Luiz Egydio Setubal
Julia Guidon Setubal Winandy
Luiza Rizzo Setubal Kairalla
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal
Maria Alice Setubal
Maria de Lourdes Egydio Villela
Mariana Lucas Setubal
Marina Nugent Setubal
O.E. Setubal S.A.
Olavo Egydio Mutarelli Setubal
Olavo Egydio Setubal Júnior
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal
Paula Lucas Setubal
Paulo Egydio Setubal
Paulo Setubal Neto
Ricardo Egydio Setubal
Ricardo Villela Marino
Roberto Egydio Setubal
Rodolfo Villela Marino
Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal

Rudric Ith S.A.
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira

O organograma com a estrutura societária do **Conglomerado Itaúsa** encontra-se ilustrado a seguir.

[**ACESSO RESTRITO**]

Cambuhy FIP

O único cotista que detém mais de 50% do capital social do **Cambuhy FIP** é a pessoa física Pedro Moreira Salles. O organograma com a estrutura societária do **Grupo PMS** encontra-se ilustrado a seguir.

[**ACESSO RESTRITO**]

BW

A **BW** apresenta abaixo o organograma com sua estrutura societária, bem como os organogramas das empresas detidas por seus quotistas – todos pessoas físicas – , com exceção do organograma de seu quotista Pedro Moreira Salles, que se encontra ilustrado acima, enquanto organograma do **Grupo PMS**, do qual o **Cambuhy FIP** faz parte.

[**ACESSO RESTRITO**]

Requerente B Grupo J&F

[**ACESSO RESTRITO**]

O organograma com a estrutura societária do **Grupo J&F** encontra-se anexo ao presente formulário como **Documentos Confidenciais 02 e 03**.

II.6. Informe a nacionalidade de origem dos grupos econômicos indicados no item II.5.

Requerente A

Todas são de origem brasileira.

Requerente B – J&F

O Grupo **J&F** é de origem brasileira.

II.7. Informe as operações realizadas durante os últimos cinco anos, pelas pessoas listadas no item II.5, e as respectivas decisões do CADE, quando for o caso.

Requerente A

Os grupos econômicos das **Requerentes** são todos controlados, em última instância, por pessoas físicas que não detêm investimento em nenhuma outra empresa (além daquelas aqui mencionadas) que poderia ser considerada horizontal ou verticalmente relacionada à **Alpargatas**. Neste sentido, respeitosamente, requer-se a dispensa da apresentação de quaisquer informações adicionais além daquelas já mencionadas ao longo deste Formulário. De todo modo, caso as D. autoridades antitruste reputem essencial à presente análise, as **Requerentes** colocam-se à disposição para apresentar informações adicionais e/ou solicitá-las a seus quotistas, se for o caso.

Itaúsa

Ato de Concentração nº 08700.002721/2015-63. Requerentes: Duratex S.A. e Duchacorona Ltda. O Ato de Concentração foi aprovado, sem restrições, em 14.05.2015.

Ato de Concentração nº 08700.006418/2013-78. Requerentes: Elekeiroz S.A. e Air Products Brasil Ltda. O ato de concentração foi aprovado, sem restrições, em 26.08.2013.

Ato de Concentração nº 08700.004204/2012-86. Requerente: Duratex S.A. Parte interessada: Lupatech S.A. O Ato de Concentração foi aprovado, sem restrições, em 23.01.2013.

Ato de Concentração nº 08700.008485/2012-46. Requerente: Duratex S.A. Parte interessada: Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda. O Ato de Concentração foi aprovado, sem restrições, em 30.10.2012.

Ato de Concentração nº 08700.011554/2014-60. Requerente: Duratex Florestal Ltda. Parte interessada: Usina Caeté S.A. O Ato de Concentração foi aprovado, sem restrições, em 15.01.2015.

Ato de Concentração nº 08012.004442/2012-40. Requerentes: Itautec S.A. – Grupo Itautec e BioLogica Sistemas Ltda. O Ato de Concentração foi aprovado, sem restrições, em 23.05.2012.

Ato de Concentração nº 08700.004943/2013-59. Requerentes: Itautec S.A. – Grupo Itautec e Oki Electric Industry Co. Ltd. O Ato de Concentração foi aprovado, sem restrições, em 14.03.2013.

Cambuhy FIP

Ato de Concentração nº 08700.002372/2016-61. Requerentes: Eneva S.A., pelo Cambuhy I FIP, OGX Petróleo e Gás S.A. e Parnaíba Gás Natural S.A. Operação aprovada sem restrições em 14.04.2016.

Ato de Concentração nº 08700.009475/2015-71. Requerentes: Parnaíba Gás Natural S.A., Imetame Energia Ltda., DELP Engenharia Mecânica S.A. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. Operação aprovada sem restrições em 05.10.2015.

Ato de Concentração nº 08700.010029/2013-47. Requerentes: OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., Eneva S.A. e OGX Petróleo e Gás S.A. Operação aprovada sem restrições em 02.12.2013.

BW

Não houve.

Requerente B – Grupo J&F

Nos últimos cinco anos, o **Grupo J&F** realizou as seguintes operações notificadas ao CADE:

Ato de Concentração nº 08012.012023/2011-09. Aquisição, pela Flora, de ativos relacionados à produção e comercialização de sabão em pó, detergentes líquidos e inseticidas antes detidos pela Hypermarcas. A operação foi aprovada em 25.01.2012.

Ato de Concentração nº 08012.002149/2012-48. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica previamente detida pela MJE Administração de Bens Ltda. A operação foi aprovada em 17.04.2013.

Ato de Concentração nº 08012.002148/2012-01. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica previamente detida pela JEMA Participações Ltda. A operação foi aprovada em 17.04.2013.

Ato de Concentração nº 08012.003367/2012-08. Aquisição, pela JBS, de unidades frigoríficas previamente detidas por FR Participações Ltda. A operação foi aprovada em 17.04.2013.

Ato de Concentração nº 08700.009354/2012-86. Aquisição pela Alpargatas de 30% do capital votante da Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos Ltda. A operação foi aprovada sem restrições em 16.11.2012.

Ato de Concentração nº 08012.005963/2012-14. Locação, pela JBS, de ativos da Doux-Frangosul. A operação foi aprovada em 29.08.2012.

Ato de Concentração nº 08700.004226/2012-46. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica em Ponta Porã/MS e de dois centros de distribuição localizados em São José dos Pinhais/PR e em Itajaí/SC e pertencentes à Tiroleza Alimentos Ltda. e Rodo GS – Transportes e Logística Ltda. A operação foi aprovada em 17.04.2013.

Ato de Concentração nº 08700.004230/2012-12. Aquisição, pela JBS, de unidade frigorífica em Juara/MT e de unidade de curtume em Colider/MT, previamente detida pela SSB Administração e Participações Ltda. A operação foi aprovada em 17.04.2013.

Ato de Concentração nº 08700.000538/2013-61. Aquisição, pela JBS Aves Ltda., dos ativos ou totalidade de ações da Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos. A operação foi aprovada em 07.02.2013.

Ato de Concentração nº 08700.001936/2013-03. Aquisição do Canal Rural Produções Ltda. pela J&F Investimentos S.A. A operação foi aprovada em 13.03.2013.

Ato de Concentração nº 08700.002148/2013-26. Subscrição de novas ações da Itambé Alimentos S.A. pela Vigor Alimentos S.A. A operação foi aprovada em 27.05.2013.

Ato de Concentração nº 08700.004337/2013-33. Aquisição pela JBS de unidade frigorífica localizada em Ana Rech/RS previamente detida pela BRF S.A. A operação foi aprovada em 03.06.2013.

Ato de Concentração nº 08700.004778/2013-35. Cessão e transferência de marcas e fundo de comércio pela Bracol Holding Ltda. à J&F Investimentos S.A. A operação foi aprovada em 11.09.2013.

Ato de Concentração nº 08700.006153/2013-08. Aquisição pela JBS da unidade de negócios Seara Brasil previamente detida pela Marfrig Alimentos S.A. A operação foi aprovada em 12.09.2013.

Ato de Concentração nº 08700.010688/2013-83. Arrendamento pela JBS de unidades frigoríficas pertencentes à Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Forte Empreendimentos e Participações Ltda. A operação foi aprovada em 20.08.2014.

Ato de Concentração nº 08700.000811/2014-39. Aquisição pela JBS da totalidade das quotas representativas do capital social de Comércio e Indústria de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda. e de aquisição de imóvel detido pela RTPAR Empreendimentos Imobiliários Ltda. localizado em Rio Grande da Serra/SP. A operação foi aprovada em 30.05.2014.

Ato de Concentração nº 08700.002097/2014-13. Aquisição pela JBS da totalidade das ações representativas do capital social da Frinal S/A – Frigorífico e Integração Avícola. A operação foi aprovada em 04.04.2014.

Ato de Concentração nº 08700.004988/2014-04. Aquisição pela JBS Aves Ltda. da totalidade das ações representativas do capital social da DBF Participações Societárias Ltda.. A operação foi aprovada em 21.07.2014.

Ato de Concentração nº 08700.006457/2014-56. Aquisição pela Seara Alimentos Ltda. dos ativos da Céu Azul Alimentos Ltda., Céu Azul Avicultura Ltda.,

PAFIR – Agropecuária e Participações Ltda. e F.M. Agropecuária e Participações Societárias Ltda. A operação foi aprovada em 06.10.2014.

Ato de Concentração nº 08700.008009/2014-97. Aquisição pela JBS S.A. da Tyson do Brasil Alimentos Ltda.. A operação foi aprovada em 24.10.2014.

Ato de Concentração nº 08700.009055/2014-03. Aquisição pela Vigor Alimentos S.A. de 50% das ações representativas do capital social da Dan Vigor, anteriormente detidas pela Arla Foods International S.A. A operação foi aprovada em 19.11.2014.

Ato de Concentração nº 08700.010549/2014-30. Aquisição pela JBS Aves Ltda. da AMSE02 Participações Ltda., sociedade que detém a integralidade do capital social das empresas Big Frango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Nutribig Administração e Participações Sociais S.A. e Agrícola Jandelle S.A. A operação foi aprovada em 14.01.2015.

Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60. Aquisição pela J&F Investimentos S.A. e pela Zetta Lighting S.A. das quotas da Empresa Produtora de Energia Ltda. e da GasOcidente do Mato Grosso Ltda. A operação foi aprovada em 26.02.2015.

Ato de Concentração nº 08700.011146/2015-90. Aquisição por Carlos Roberto Wizard Martins, Charles Pimentel Martins, Priscila Roberta Martins Bertani, Thais Michele Martins Fernandes, Leonardo Costa Chamsin dos ativos das marcas Topper, no Brasil, e Rainha, no mundo, da Alpargatas S.A. A operação foi aprovada em 04.12.2015.

Ato de Concentração nº 08700.005069/2015-39. Aquisição pela Seara Alimentos Ltda. dos ativos da Anhambi Alimentos Norte Ltda.. A operação foi aprovada em 15.06.2015.

Ato de Concentração nº 08700.011001/2015-99. Aquisição pela Seara Alimentos Ltda. dos ativos da Agrodanieli Indústria e Comércio Ltda. A operação foi aprovada em 3.12.2015.

Ato de Concentração nº 08700.011342/2015-64. Aquisição pela JBS S.A. de ativos pertencentes à Premium Foods Brasil S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 9 de dezembro de 2015.

Ato de Concentração nº 08700.011535/2015-15. Aquisição pela J&F Investimentos S.A. do controle societário da Alpargatas S.A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 4 de dezembro de 2015.

Ato de Concentração nº 08700.006290/2016-95. Arrendamento pela Bertin S.A. de duas unidades de curtume pertencentes à Xinguleder Couros Ltda. Arquivado pelo Tribunal do CADE em 28 de novembro de 2016.

Ato de Concentração nº 08700.006284/2016-38. Arrendamento pela JBS Aves Ltda. de imóveis em Morro Grande/SC pertencentes à Tramonto Agroindustrial S/A. Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 29 de setembro de 2016.

Ato de Concentração nº 08700.003635/2017-30. Venda pela JBS S.A. de suas unidades na Argentina, Uruguai e Paraguai para as empresas Pul Argentina S.A., Frigomerc S.A., Pulsa S.A. (Empresas do Grupo Minerva). Aprovado pela Superintendência-Geral do CADE em 06 de julho de 2017.

Além dos Atos de Concentração indicados acima, as seguintes operações, ocorridas nos últimos anos, não notificadas ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, foram aprovadas pelo CADE em Sessão de Julgamento realizada em 17.04.2013 e multadas em virtude da intempestividade da submissão:

Contrato de arrendamento de unidade frigorífica em Rio Branco/AC celebrado com Pinheiros e Medeiros Indústria e Comércio de Carnes e Derivados e Serviços Ltda.

Contratos de arrendamento de unidades frigoríficas em Cuiabá/MT e São José dos Quatro Marcos/MT celebrados com Quatro Marcos Ltda.

Contrato de arrendamento de unidades de curtume celebrado com BMZ Couros Ltda.

Contratos de arrendamento de unidades frigoríficas em Várzea Grande/MT e Juara/MT e de aquisição de unidade frigorífica em Matupá/MT celebrados com Pantanal Indústria e Comércio de Carnes Ltda. e outros.

Contratos de arrendamento de unidades frigoríficas em Colíder/MT e Juína/MT celebrados com FR Participações Ltda.

Contrato de arrendamento de unidade frigorífica em Coxim/MS celebrado com River Alimentos Ltda.

Contrato de arrendamento de unidades frigoríficas em Eldorado dos Carajás/PA, Altamira/PA, Açailândia/MA e Novo Repartimento/PA celebrado com Distribuidora de Carnes Equatorial Ltda.

II.8. Informe todas as atividades econômicas desempenhadas pelas partes diretamente envolvidas na operação, no Brasil, indicando o faturamento bruto obtido com cada uma das atividades no ano fiscal anterior ao da apresentação da notificação. Classifique-as segundo a CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual.

Requerente A

Itaúsa

Atividade Econômica (CNAE)	Faturamento (2016)
6462-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras	A **Itaúsa** não possui receita operacional por ser uma *holding* pura

Cambuhy FIP

O **Cambuhy FIP** é um fundo de investimento em participações gerido pela **Cambuhy Investimentos**. A **Cambuhy Investimentos** é uma empresa brasileira, que atua na gestão de investimentos próprios ou de terceiros, e na prestação de assessoria técnica, administrativa e comercial em atividades no mercado financeiro e de capitais. O **Cambuhy FIP** possui investimento no setor energético por meio de sua controlada Eneva S.A, que exerce atividade classificada sob o código CNAE "64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras". O faturamento da Eneva no ano de 2016 foi de, aproximadamente, [**ACESSO RESTRITO**].

Atividade Econômica (CNAE)	Faturamento (2016)
6470-1/01 – Fundos de investimentos, exceto previdenciários e imobiliários	[**ACESSO RESTRITO**]

BW

Atividade Econômica (CNAE)	Faturamento (2016)
6462-0-00 – Holdings de instituições não financeiras	A **BW** é uma empresa *holding* sem faturamento operacional

Requerente B

J&F

Atividade Econômica (CNAE)	Faturamento (2016)
6462-0-00 – Holdings de instituições não financeiras	[**ACESSO RESTRITO**]

Alpargatas

A **Alpargatas** é uma companhia de capital aberto e tem como foco de atuação a produção e comercialização de calçados e artigos esportivos.

No segmento de sandálias, a **Alpargatas** atua sob as marcas Havaianas e Dupé.

No segmento de artigos esportivos (calçados e vestimentas), a **Alpargatas** atua por meio do licenciamento da marca Mizuno, no Brasil, e da marca Topper, na Argentina.

A **Alpargatas** atua ainda no varejo com lojas exclusivas Havaianas, Osklen e Meggashop.

A distribuição, por atividade, do faturamento da **Alpargatas** ocorre da forma descrita em suas Demonstrações Financeiras (4ºTri/2016): Sandálias – 66%; Artigos Esportivos – 22%; Têxteis Argentina – 5%, e Osklen – 7%.

De acordo com a lista contida na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 (7 dígitos), as atividades da **Alpargatas** podem ser classificadas sob o CNAE13.11-1-00 – Preparação e fiação de fibras de algodão.Ainda, cabe destacar que as filiais da **Alpargatas** estão majoritariamente inscritas nos CNAEs 15.39-4-00 - Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente e 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados. Nesse sentido:

Atividade Econômica (CNAE)	Faturamento (2016)
13.11-1-00 – Preparação e fiação de fibras de algodão	[**ACESSO RESTRITO**]
15.39-4-00 – Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	[**ACESSO RESTRITO**]

47.82-2-01 – Comércio varejista de calçados	[**ACESSO RESTRITO**]

II.9. Informe todas as atividades econômicas desempenhadas pelas demais empresas que fazem parte dos grupos econômicos envolvidos na operação, no Brasil. Classifique-as segundo a CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual.

Requerentes A

Os grupos econômicos das **Requerentes** são todos controlados, em última instância, por pessoas físicas que não detêm investimento em nenhuma outra empresa (além daquelas aqui mencionadas) que poderia ser considerada horizontal ou verticalmente relacionada à **Alpargatas**. Neste sentido, respeitosamente, requer-se a dispensa da apresentação de quaisquer informações adicionais além daquelas já mencionadas ao longo deste Formulário. De todo modo, caso as D. autoridades antitruste reputem essencial à presente análise, as **Requerentes** colocam-se à disposição para apresentar informações adicionais e/ou solicitá-las a seus quotistas, se for o caso.

Itaúsa

Sociedade	CNPJ	CNAE
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	04.676.564/0001-08	64.61-1-00 – Holdings de instituições financeiras
Itaúsa Empreendimentos S.A.	51.713.907/0001-39	70.20-4-00 – Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
Companhia ESA	52.117.397/0001-08	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
O.E. Setubal S.A.	61.074.456/0001-90	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Rudric Ith S.A.	67.569.061/0001-45	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Itautec S.A. – Grupo Itautec (matriz)	54.526.082/0001-31	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras 46.51-6-01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática 62.02-3-00 – Desenvolvimento e

		licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 – Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.09-1-00 – Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 95.11-8-00 – Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. – Grupo Itautec	62.209.820/0001-45	46.51-6-01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática 33.13-9-99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 77.33-1-00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
Itautec Participações e Comércio S.A.	07.811.281/0001-01	46.51-6-01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática
Itautec.com Serviços S.A. – Grupo Itautec	52.731.577/0001-77	46.51-6-01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática
Elekeiroz S.A. (matriz)	13.788.120/0001-47	20.22-3-00 – Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras 20.19-3-99 – Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente 20.32-1-00 – Fabricação de resinas termofixas 20.12-6-00 – Fabricação de intermediários para fertilizantes 20.29-1-00 – Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente 20.14-2-00 – Fabricação de gases industriais 20.21-5-00 – Fabricação de produtos petroquímicos básicos

Brindisi Administração e Participações S.A.	16.708.250/0001-10	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Nexoleum Bioderivados S.A.	09.179.063/0001-21	20.29-1-00 – Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
Vercelli Administração e Participações S.A.	19.343.958/0001-03	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Duratex S.A. (matriz)	97.837.181/0001-47	16.21-8-00 – Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada 28.13-5-00 – Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios 23.49-4-01 – Fabricação de material sanitário de cerâmica 27.59-7-99 – Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios 28.21-6-01 – Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios
Duratex Florestal Ltda. (matriz)	43.059.559/0001-08	02.10-1-01 – Cultivo de eucalipto 02.10-1-03 – Cultivo de pinus 02.10-1-07 – Extração de madeira em florestas plantadas 02.30-6-00 – Atividades de apoio à produção florestal
Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (matriz)	62.032.180/0001-40	27.59-7-99 – Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios 27.59-7-01 – Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios 28.13-5-00 – Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios 28.21-6-01 – Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios

		25.99-3-99 – Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente 25.93-4-00 – Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal 22.29-3-01 – Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico 22.29-3-99 – Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente 26.10-8-00 – Fabricação de componentes eletrônicos 27.90-2-99 – Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente 27.33-3-00 – Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados 16.29-3-01 – Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis 46.19-2-00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 46.72-9-00 – Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 95.21-5-00 – Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.73-7-00 – Comércio atacadista de material elétrico 27.32-5-00 – Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo 22.29-3-02 – Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais 22.29-3-03 – Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios 27.31-7-00 – Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica 27.51-1-00 – Fabricação de fogões,

		refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios
Caetex Florestal S.A.	18.842.121/0001-46	02.10-1-01 – Cultivo de eucalipto 02.10-1-07 – Extração de madeira em florestas plantadas 47.44-0-02 – Comércio varejista de madeira e artefatos 46.71-1-00 – Comércio atacadista de madeira e produtos derivados 64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Duratex Empreendimentos Ltda.	44.367.258/0001-04	41.10-7-00 – Incorporação de empreendimentos imobiliário
Estrela do Sul Participações Ltda.	13.925.031/0001-03	64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings
Bale Comércio de Produtos para Construção S.A.	17.856.628/0001-96	64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings
Trento Administração e Participações S.A.	16.564.523/0001-09	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Pescara Administração e Participações S.A.	16.550.478/0001-25	64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]	[**ACESSO RESTRITO**]

Cambuhy FIP

Sociedade	CNPJ	CNAE
Cambuhy Investimentos Ltda.	14.127.491/0001-40	7020-4-00 – Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 6463-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings 6630-4-00 – Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.	33.744.277/0001-88	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras
Brasil Warrant Participações S.A.	04.770.656/0001-44	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras
BW Gestão de Investimentos Ltda.	03.214.650/0001-28	66.30-4-00 – Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 66.19-3-99 – Outras atividades auxiliares

		dos serviços financeiros não especificadas anteriormente
Cambuhy Agrícola Ltda.	00.698.361/0001-53	01.31-8-00 – Cultivo de laranja 47.29-6-99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente. 01.39-3-06 – Cultivo de seringueira. 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. 01.19-9-99 – Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente
Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.	56.635.600/0001-80	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	33.131.541/0001-08	24.12-1-00 – Produção de ferroligas 01.51-2-01 – Criação de bovinos para corte. 02.10-1-07 – Extração de madeira em florestas plantadas
Companhia E. Johnston de Participações	04.679.283/0001-09	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras
Companhia Mineradora de Pirocloro de Araxá COMIPA	17.806.779/0001-30	07.29-4-04 – Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
Córrego da Mata Mineração	09.269.404/0001-50	09.90-4-02 – Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos.
Editora Claro Enigma Ltda.	07.427.434/0001-11	58.11-5-00 – Edição de livros. 82.99-7-99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. 46.47-8-02 – Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações. 58.13-1-00 – Edição de revistas. 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. 84.12-4-00 – Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e

		outros serviços sociais.
Editora Schwarcz S.A.	55.789.390/0001-12	58.11-5-00 – Edição de livros. 82.99-7-99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. 46.47-8-02 – Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações. 58.13-1-00 – Edição de revistas. 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. 84.12-4-00 – Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais.
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	62.116.223/0001-76	41.10-7-00 – Incorporação de empreendimentos imobiliários.
Itaparica S/A. Empreendimentos Turísticos	13.575.295/0001-76	68.10-2-02 – Aluguel de imóveis próprios.
MPC Representação e Participações S.A.	04.686.654/0001-71	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras
Reserva Ecológica Rio das Pedras	36.541.654/0001-70	02.30-6-0 – Atividades de apoio à produção florestal
RIMA Representação e Participações S.A.	04.691.760/0001-43	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Tulipa Administração S.A.	04.723.665/0001-84	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Tulipa Estudos e Participações S.A.	04.793.409/0001-63	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Tulipa Serviços Administrativos S.A.	04.677.173/0001-08	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Eneva S.A.	04.423.567/0001-21	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Porto Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	14.298.601/0001-37	67.70-1-01 – Fundo de investimento, exceto previdenciários e imobiliários.
Editora Bonifacio Ltda.	22.057.261/0001-80	58.11-5-00 – Edição de livros 58.13-1-00 – Edição de revistas 64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Santo Aldo	26.993.340/0001-54	64.62-0-00 – Holdings de instituições não

Participações Ltda.		financeiras.
São Gaspar Participações Ltda.	26.993.334/0001-05	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
São Gilberto Participações Ltda.	26.689.948/0001-90	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
São Gilmar Participações Ltda.	26.683.385/0001-22	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Editora Reviravolta Ltda.	15.406.723/0001-62	58.11-5-00 – Edição de livros
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	04.676.564/0001-08	64.61-1-00 – Holdings de instituições financeiras

BW

Sociedade	CNPJ	CNAE
Brasil Warrant Participações S.A.	04.770.656/0001-44	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras
BW Gestão de Investimentos Ltda.	03.214.650/0001-28	66.30-4-00 – Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 66.19-3-99 – Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente
Cambuhy Agrícola Ltda.	00.698.361/0001-53	01.31-8-00 – Cultivo de laranja 47.29-6-99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente. 01.39-3-06 – Cultivo de seringueira. 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. 01.19-9-99 – Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente
Cambuhy Comercial, Representações e Participações Ltda.	56.635.600/0001-80	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	33.131.541/0001-08	24.12-1-00 – Produção de ferroligas 01.51-2-01 – Criação de bovinos para corte. 02.10-1-07 – Extração de madeira em florestas plantadas
Companhia E.	04.679.283/0001-09	64.62-0-00 – Holdings de instituições não

Johnston de Participações		financeiras
Companhia Mineradora de Pirocloro de Araxá COMIPA	17.806.779/0001-30	07.29-4-01 – Extração de minérios de nióbio e titânio 09.90-4-02 – Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos
Córrego da Mata Mineração	09.269.404/0001-50	08.99-1-99 – Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente
Editora Bonifacio Ltda.	22.057.261/0001-80	58.11-5-00 – Edição de livros 58.13-1-00 – Edição de revistas 64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras
Editora Claro Enigma Ltda.	07.427.434/0001-11	58.11-5-00 – Edição de livros. 82.99-7-99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. 46.47-8-02 – Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações. 58.13-1-00 – Edição de revistas. 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. 84.12-4-00 – Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais.
Editora Schwarcz S.A.	55.789.390/0001-12	58.11-5-00 – Edição de livros. 82.99-7-99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. 46.47-8-02 – Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações. 58.13-1-00 – Edição de revistas. 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. 84.12-4-00 – Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais. 47.61-0-01 – Comércio varejista de livros

Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	62.116.223/0001-76	41.10-7-00 – Incorporação de empreendimentos imobiliários.
Itaparica S/A. Empreendimentos Turísticos	13.575.295/0001-76	68.10-2-02 – Aluguel de imóveis próprios.
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	04.676.564/0001-08	64.61-1-00 – Holdings de instituições financeiras
MPC Representação e Participações S.A.	04.686.654/0001-71	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras
Reserva Ecológica Rio das Pedras	36.541.654/0001-70	02.30-6-00 – Atividades de apoio à produção florestal
RIMA Representação e Participações S.A.	04.691.760/0001-43	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Santo Aldo Participações Ltda.	26.993.340/0001-54	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
São Gaspar Participações Ltda.	26.993.334/0001-05	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
São Gilberto Participações Ltda.	26.689.948/0001-90	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
São Gilmar Participações Ltda.	26.683.385/0001-22	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Tulipa Administração S.A.	04.723.665/0001-84	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Tulipa Estudos e Participações S.A.	04.793.409/0001-63	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.
Tulipa Serviços Administrativos S.A.	04.677.173/0001-08	64.62-0-00 – Holdings de instituições não financeiras.

Requerente B

Grupo J&F

[**ACESSO RESTRITO**]

Alpargatas

[**ACESSO RESTRITO**]

II.10. Forneça uma lista de todas as empresas com atividades no território nacional, segundo CNAE 2.0 a 7 dígitos ou versão mais atual, que sejam

horizontal ou verticalmente relacionadas às atividades objeto da operação, nas quais pelo menos um dos integrantes do grupo detenha participação igual ou superior a 10% no capital social ou votante. Na resposta, apresente também o organograma da estrutura societária das empresas que se enquadram nesse critério.

Requerentes A

Itaúsa

Nenhum integrante da **Itaúsa** ou do **Conglomerado Itaúsa** detém participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social ou votante em empresa fora do seu respectivo grupo econômico que apresente relação vertical ou horizontal com as atividades de calçados e vestuário objeto da Operação.

Cambuhy FIP

Nenhum integrante do **Cambuhy FIP** ou do **Grupo PMS** detém participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social ou votante em empresa fora do seu respectivo grupo econômico que apresente relação vertical ou horizontal com as atividades de calçados e vestuário objeto da Operação[8].

BW

Nenhum integrante da **BW** nem qualquer de seus acionistas detém participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social ou votante em empresa fora do seu respectivo grupo econômico que apresente relação vertical ou horizontal com as atividades de calçados e vestuário objeto da Operação.

Requerente B – Grupo J&F

Não aplicável, por se tratar da **Vendedora**.

II.11. No que diz respeito às empresas referidas nas respostas aos itens II.5 e II.10, forneça uma lista dos membros dos seus órgãos de gestão que sejam igualmente membros dos órgãos de gestão ou de fiscalização de quaisquer outras empresas atuantes nas mesmas atividades econômicas, conforme CNAE 2.0 a 7 dígitos, indicando tais empresas.

[8] Em conformidade com as melhores práticas de transparência e cooperação com este E. CADE, as **Requerentes** informam que a **Cambuhy Investimentos** detém participação de 4,7% na Cia. Hering, empresa atuante no comércio varejista têxtil, no qual também atua a Osklen, empresa investida da **Alpargatas**. No entanto, por se tratar de um mercado extremamente pulverizado e de uma participação diminuta e inferior a 5% da **Cambuhy Investimentos** na Cia. Hering, as **Requerentes** entendem que referida participação não impactaria a concorrência em qualquer que fosse o mercado relevante considerado, de forma que não adentrarão no mérito dessa questão no presente formulário.

Requerente A

Itaúsa

Os membros dos órgãos de gestão de empresas do **Conglomerado Itaúsa** que são igualmente membros dos órgãos de gestão ou de fiscalização de empresas atuantes nas mesmas atividades de calçados e vestuário objeto da Operação encontram-se listados a seguir:

Administrador	**Empresa do Conglomerado Itaúsa / Cargo Exercido**	**Empresas não pertencentes ao Conglomerado Itaúsa / Cargo Exercido**	**CNAEs das Empresas não pertencentes ao Conglomerado Itaúsa**
Juliana Rozenbaum Munemori	Duratex S.A. / Membro Independente do Conselho de Administração e Membro dos Comitês de (i) Auditoria e de Gerenciamento de Riscos e (ii) para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas	Arezzo Indústria e Comércio S.A. / Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos	46.43-5-01 – Comércio atacadista de calçados 77.40-3-00 – Gestão de ativos intangíveis não-financeiros
		Lojas Renner S.A. / Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos e Coordenadora do Comitê de Estratégia	47.13-0-01 – Lojas de departamentos ou magazines 47.81-4-00 – Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 79.11-2-00 – Agências de viagens 64.63-8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings 47.72-5-00 – Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
Francisco Amauri Olsen	Duratex S.A. / Membro Independente do Conselho de Administração; Presidente do Comitê	Martins Comércio e Serviço de Distribuição S.A. / Vice-Presidente do Conselho de Administração,	46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem

	de Pessoas, Governança e Nomeação; Membro dos Comitês (i) para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas e (ii) de Sustentabilidade	Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Membro do Comitê de Inovação	predominância de alimentos ou de insumos agropecuários 46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios 46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

			49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant 46.35-4-99 - Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

			74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros

Cambuhy FIP

No melhor entendimento do **Cambuhy FIP** e do **Grupo PMS**, não há qualquer membro dos seus órgãos de gestão que sejam igualmente membros dos órgãos de gestão ou de fiscalização de quaisquer outras empresas atuantes nas mesmas atividades de calçados e vestuário objeto da Operação.

BW

No melhor entendimento da **BW** e de seus acionistas, não há qualquer membro dos seus órgãos de gestão que sejam igualmente membros dos órgãos de gestão ou de fiscalização de quaisquer outras empresas atuantes nas mesmas atividades de calçados e vestuário objeto da Operação.

Requerente B – Grupo J&F

Não aplicável, por se tratar da **Vendedora**.

ETAPA III – ELEMENTOS RELATIVOS À OPERAÇÃO

III.1. Informe se esta notificação refere-se à primeira apresentação. Caso negativo, informe o motivo pelo qual o ato está sendo reapresentado/emendado.

Trata-se da primeira apresentação da Operação ao CADE.

III.2. Descreva a operação notificada, indicando:
a) Se a operação projetada consiste em um(a):
1. fusão;
2. aquisição de controle;
3. aquisição de quotas/ações sem aquisição de controle;
4. consolidação de controle;
5. aquisição de ativos;
6. incorporação;
7. joint venture clássica (criação de empresa para explorar outro mercado);
8. joint venture concentracionista (criação de empresa para explorar mercado já explorado pelas empresas associadas);
9. outra forma de operação não coberta pelas alternativas anteriores (especificar);

A Operação consiste na aquisição de controle da **Alpargatas** pelas **Compradoras**, por meio da aquisição da totalidade das ações atualmente detidas pela **J&F**, nos termos do Contrato.

A **Vendedora** é a atual titular de 207.246.069 (duzentas e sete milhões, duzentas e quarenta e seis mil, sessenta e nove) ações ordinárias e de 47.937.043 (quarenta e sete milhões, novecentas e trinta e sete mil, quarenta e três) ações preferenciais emitidas pela **Alpargatas**, representando, na data de assinatura do contrato (12 de julho de 2017), 85,78% do capital social votante; 20,95% das ações preferenciais emitidas pela **Alpargatas** e 54,24% do capital social total da **Alpargatas**.

O total de ações adquirido da **Alpargatas** será dividido entre as **Compradoras**, de forma que a **Itaúsa** receberá 50% das ações adquiridas, o que resultará em participação da **Itaúsa** equivalente a 27,12% do capital social total da **Alpargatas**, enquanto que os demais 50% serão distribuídos da seguinte forma: o **Cambuhy FIP** adquirirá aproximadamente 28,57% das ações adquiridas, equivalentes a aproximadamente 15,50% do capital social total da **Alpargatas,** e a **BW** adquirirá

aproximadamente 21,43% das ações adquiridas, equivalentes a aproximadamente 11,62% do capital social total da **Alpargatas**.

[**ACESSO RESTRITO**]

b) Se a operação abrange, total ou parcialmente, as atividades das partes;

Em termos práticos, a Operação abrange a aquisição do controle acionário da **Alpargatas** pelas **Compradoras**, e a consequente retirada da **Vendedora** do controle acionário da **Alpargatas**. Assim, a Operação abrange apenas as atividades da **Empresa-alvo**.

c) O valor da operação e a forma de pagamento;

[**ACESSO RESTRITO**]

d) No caso de aquisição de ativos, todos esses ativos, tangíveis e/ou intangíveis. No caso dos ativos tangíveis, indicar também suas localizações (endereço e CEP);

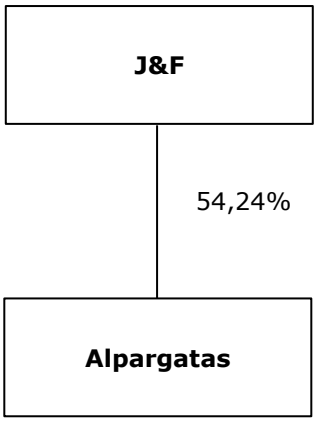
Não se aplica, pois a Operação contempla exclusivamente a aquisição de participação acionária.

e) No caso de aquisição de participação societária, o dispositivo da Seção III desta Resolução no qual a operação se enquadra;

A Operação se enquadra no artigo 9º, inciso I, da Resolução CADE nº 02/2012, alterada pela Resolução nº 09/2014 (aquisição de controle).

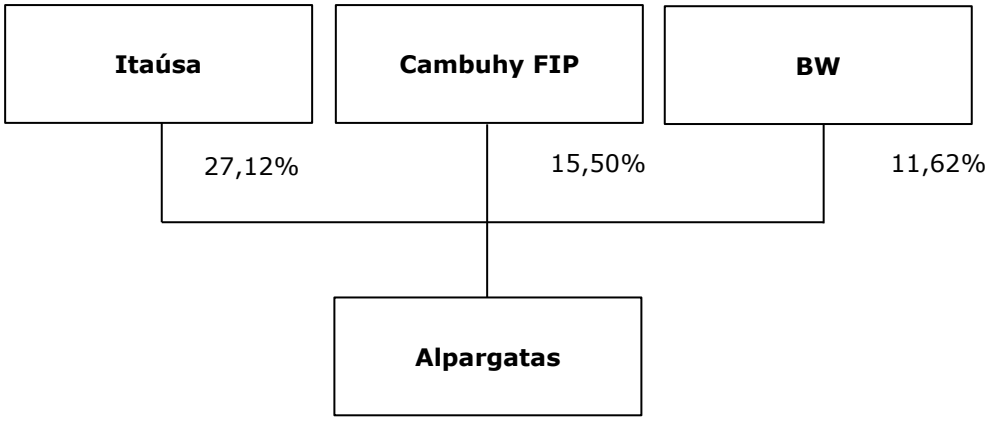
f) A estrutura societária da empresa alvo, antes e após a realização da operação, ou da nova empresa formada. As informações deste item devem ser ilustradas com a utilização de mapas, organogramas ou diagramas.

Estrutura societária <u>antes</u> da Operação



[**ACESSO RESTRITO**]

Estrutura societária <u>após</u> a Operação



III.3. Informe as demais jurisdições em que a presente operação foi ou será apresentada, bem como a(s) data(s) da(s) notificação(ões).

A Operação será também apresentada na Argentina.

III.4. Especifique se a operação está sujeita a aprovação de outros órgãos reguladores no Brasil ou no exterior.

A Operação não está sujeita à aprovação de outros órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

III.5. Descreva a justificativa econômica e/ou estratégica para a operação.

Para as **Compradoras**, a Operação proposta representa uma oportunidade de diversificação de seus portfólios e a possibilidade de continuidade e ampliação de sua carteiras de investimentos.

Para a **Vendedora**, a Operação proposta representa a oportunidade de obtenção de liquidez e redução de endividamento bancário.

III.6. Informe se a operação contempla cláusulas restritivas à concorrência (por exemplo, cláusulas de não concorrência ou de exclusividade). Caso afirmativo, apresentar tais cláusulas, indicando sua localização nos documentos relativos à operação, bem como sua justificativa econômica.

O Contrato prevê, em suas cláusulas 9.1 e 9.2, obrigações de não concorrência e de não solicitação que se encontram em consonância com a jurisprudência do CADE, conforme transcritas a seguir:

[**ACESSO RESTRITO**]

ETAPA IV – DOCUMENTAÇÃO

IV.1. Apresente cópia da versão final ou mais recente de todos os instrumentos contratuais relativos à realização da operação, listando os respectivos anexos relevantes para a análise antitruste.

O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") e seus anexos são apresentados como **Documento Confidencial 01**.

IV.2. Apresente cópias de acordos de não concorrência e de acionistas, se houver.

Itaúsa, **BW** e **Cambuhy FIP** celebrarão acordo de acionistas para gestão compartilhada da **Alpargatas**. Esse documento ainda não foi elaborado, mas será formalizado até o fechamento da Operação.

IV.3. Apresente uma lista contendo a relação de todos os demais documentos que tenham sido criados em decorrência da operação.

LISTA DE ANEXOS [**ACESSO RESTRITO**]

IV.4 Apresente cópia mais recente do relatório anual e/ou das demonstrações financeiras auditadas das partes diretamente envolvidas na operação e dos respectivos grupos econômicos.

Requerentes A

Os grupos econômicos das **Requerentes** são todos controlados, em última instância, por pessoas físicas que não detêm investimento em nenhuma outra empresa (além daquelas aqui mencionadas) que poderia ser considerada horizontal ou verticalmente relacionada à **Alpargatas**. Neste sentido, respeitosamente, requer-se a dispensa da apresentação de quaisquer informações adicionais além daquelas já mencionadas ao longo deste Formulário. De todo modo, caso as D. autoridades antitruste reputem essencial à presente análise, as **Requerentes** colocam-se à disposição para apresentar informações adicionais e/ou solicitá-las a seus quotistas, se for o caso.

Itaúsa

O relatório anual da **Itaúsa** referente ao ano de 2016 pode ser acessado no link a seguir: http://www.itausa.com.br/itausa/pt/rao/2016/download/Itausa-RA-2016.pdf. As demonstrações financeiras da **Itaúsa**, que consolidam resultados de diversas empresas integrantes de seu grupo econômico, encontram-se anexas ao presente formulário como **Documento 05**.

A cópia mais recente das demonstrações financeiras auditadas ou do balanço patrimonial das demais empresas integrantes do **Conglomerado Itaúsa**, encontram-se anexas como **Documento 06** e **Documento Confidencial 04**.

Cambuhy FIP

As demonstrações financeiras auditadas do **Cambuhy FIP**, referentes ao ano de 2016, encontram-se anexas como **Documento 07**.

As demonstrações financeiras auditadas da Eneva S.A., empresa investida do **Cambuhy FIP**, referentes ao ano de 2016, encontram-se anexas como **Documento 08**.

BW

As demonstrações financeiras auditadas da **BW**, referentes ao ano de 2016, encontram-se anexas como **Documento 09**.

Requerente B – J&F

As demonstrações financeiras auditadas do **Grupo J&F**, referentes ao ano de 2016, encontram-se anexas como **Documento Confidencial 05**.

ETAPA V – DEFINIÇÃO DO(S) MERCADO(S) RELEVANTE(S)

V.1. Informe e descreva todas as linhas de produtos comercializados e/ou serviços prestados no Brasil pelas partes diretamente envolvidas na operação.

Requerentes A

Itaúsa

A **Itaúsa** é uma empresa *holding* pura que não comercializa produtos ou presta serviços diretamente no Brasil.

A **Itaúsa** possui em seu portfólio investimentos nas empresas indicadas nos organogramas inseridos no item II.5 deste formulário. Para mais informações sobre as atividades desenvolvidas por essas empresas, vide item V.2 abaixo do presente formulário.

Cambuhy FIP

O **Cambuhy FIP** é um fundo de investimentos em participações detido majoritariamente pelo **Porto Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior** ("**Porto FIM**") e gerido pela **Cambuhy Investimentos Ltda.** ("**Cambuhy Investimentos**"), que em conjunto com outras empresas, integram o **Grupo PMS**, controlado por Pedro Moreira Salles.

O **Cambuhy FIP** detém investimentos no setor energético, por meio da Eneva S.A. A **Cambuhy Investimentos**, por sua vez, é uma empresa brasileira, que atua na gestão de investimentos próprios ou de terceiros, e na prestação de assessoria técnica, administrativa e comercial em atividades no mercado financeiro e de capitais.

BW

A **BW** é uma empresa *holding* que não comercializa produtos ou presta serviços diretamente no Brasil, e é detida exclusivamente por pessoas físicas, em iguais proporções: Fernando Roberto Moreira Salles, Walther Moreira Salles Júnior, Pedro Moreira Salles e João Moreira Salles.

Requerente B

J&F

A **J&F** é uma empresa de investimentos que atua em vários segmentos e conta hoje com cerca de 200 mil colaboradores responsáveis pela produção e comercialização de mais de 50 marcas de produtos.

A **J&F** investe em diversos setores econômicos e atua via aproximadamente 140 unidades de negócios, tendo em seu portfólio empresas como JBS (processadora de proteína animal), Vigor (produtos lácteos), Flora (cosméticos e limpeza), Eldorado (celulose), Banco Original (instituição financeira), Canal Rural e Oklahoma e Floresta Agropecuária (setor de agronegócios)[9].

Alpargatas

A **Alpargatas** atua principalmente na produção e comercialização de calçados e artigos esportivos, detendo os direitos de diversas marcas que compõem o mercado em questão, como Havaianas, Dupe, Mizuno, além de atuar no varejo com lojas exclusivas Havaianas, Osklen e Meggashop[10].

V.2. Informe todas as linhas de produtos comercializados e/ou serviços prestados no Brasil pelas demais empresas que fazem parte dos grupos econômicos envolvidos na operação.

Requerentes A

Os grupos econômicos das **Requerentes** são todos controlados, em última instância, por pessoas físicas que não detêm investimento em nenhuma outra empresa (além daquelas aqui mencionadas) que poderia ser considerada horizontal ou verticalmente relacionada à **Alpargatas**. Neste sentido, respeitosamente, requer-se a dispensa da apresentação de quaisquer informações adicionais além daquelas já mencionadas ao longo deste Formulário. De todo modo, caso as D. autoridades antitruste reputem essencial à presente análise, as **Requerentes** colocam-se à disposição para apresentar informações adicionais e/ou solicitá-las a seus quotistas, se for o caso.

Itaúsa

As linhas de produtos comercializados ou de serviços prestadas pelas empresas integrantes do **Conglomerado Itaúsa** encontram-se listadas a seguir:

[9] Para maiores informações sobre as atividades da **J&F** , vide: http://jfinvest.com.br/.
[10] Para maiores informações sobre as atividades da **Alpargatas**, vide: http://www.alpargatas.com.br/.

Companhia ESA: não comercializa produtos nem presta serviços. É apenas uma sociedade holding.

O.E. Setubal S.A: não comercializa produtos nem presta serviços. É apenas uma sociedade holding.

Rudric Ith S.A.: não comercializa produtos nem presta serviços. É apenas uma sociedade holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec, Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. – Grupo Itautec, Itautec Participações e Comércio S.A., e Itautec.com Serviços S.A. – Grupo Itautec: atualmente estas empresas não exercem mais nenhuma atividade comercial, industrial ou de prestação de serviços. Em 2013, foi consumada a venda das atividades de automação bancária, comercial e serviços da Itautec S.A. – Grupo Itautec para a empresa Oki Electric Industry Co. Ltd., bem como a desativação paulatina da atividade industrial de computação anteriormente exercida. A Itautec S.A. – Grupo Itautec, bem como suas coligadas Itautec.com Serviços S.A. – Grupo Itautec, Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. – Grupo Itautec e Itautec Participações e Comércio S.A., que atuavam como suporte das atividades de serviço e comércio da Itautec S.A. – Grupo Itautec, permanecem com seus registros ativos apenas para cumprirem com suas obrigações fiscais, contratuais e trabalhistas decorrentes de suas atividades realizadas no passado como grande grupo empresarial, mas não realizam nenhuma atividade de indústria, comércio ou serviço.

Elekeiroz S.A.: atua no desenvolvimento, industrialização, importação, exportação, armazenagem, distribuição, representação, transporte e comercialização de produtos químicos, petroquímicos e seus derivados. Presta serviços técnicos ou administrativos relacionados ao objeto social e participa em outras sociedades.

Brindisi Administração e Participações S.A. e Vercelli Administração e Participações S.A.: administra bens próprios, e participa em outras sociedades no país e no exterior, com a finalidade principal de coordenar suas atividades operacionais, mediante estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e projeto de expansão e mobilização de recursos de que necessitarem. Atualmente, essas duas sociedades não possuem operação.

Nexoleum Bioderivados S.A.: atua na industrialização, comércio, exportação, importação e desenvolvimento de produtos bioderivados de vegetais para uso industrial. Participa em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou qualquer outro tipo.

Duratex S.A.: na área de negócios de madeira, atua na fabricação e comercialização de painéis de madeira industrializada (chapa de fibra, painéis particulados de média densidade – MDP e painéis de fibra de média de alta densidade – MDF e HDF, pisos laminados e componentes). Na área de negócios Deca, atua na fabricação e comercialização de metais (válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios), materiais cerâmicos e de outros produtos destinados à construção em geral.

Duratex Florestal Ltda.: atua no cultivo e comercialização de eucalipto e pinus.

Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.: atua na fabricação e comercialização de chuveiros, duchas e torneiras elétricas e eletrônicas para uso pessoal, suas peças e acessórios de metal (tais como fios e condutores elétricos) e plástico (exceto tubos e canos); válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios. Presta serviços de assistência técnica e de representação comercial.

Caetex Florestal S.A.: atua no cultivo de eucalipto e no comércio varejista de madeira e produtos derivados.

Duratex Empreendimentos Ltda.: atualmente não atua na incorporação de empreendimentos imobiliários, possuindo apenas participação minoritária em outras empresas controladas pela Duratex S.A.

Estrela do Sul Participações Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Trento Administração e Participações S.A. e Pescara Administração e Participações S.A.: não possuem atualmente nenhuma operação. A Trento Administração e Participações S.A. possui participação minoritária em empresa controlada pela Duratex S.A.

IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.: não comercializa produtos nem presta serviços. É apenas uma sociedade holding.

Itaúsa Empreendimentos S.A.: não comercializa produtos. Esta companhia presta serviços de consultoria em gestão empresarial e serviços de apoio administrativo à **Itaúsa** e às empresas industriais do **Conglomerado Itaúsa**. Além disso, é detentora de participação minoritária em determinadas empresas industriais do **Conglomerado Itaúsa**.

[**ACESSO RESTRITO**]

Cambuhy FIP
Vide informações descritas no item II.9 acima.

BW
Vide informações descritas no item II.9 acima.

Requerente B – Grupo J&F
No Brasil, o **Grupo J&F** comercializa carne bovina, miúdos de bovinos, couros, produtos enlatados e processados, vegetais, carne ovina, carne de pescado, carne suína, carne de frangos e biocombustíveis. Além disso, empresas do grupo estão envolvidas na industrialização e comercialização de produtos de higiene e limpeza, produtos de laticínios, produtos de couro e celulose e na oferta de serviços financeiros variados[11].

V.3. Identifique todas as linhas de produtos e/ou serviços em que poderiam ser verificadas sobreposições horizontais, verticais e/ou complementares decorrentes da presente operação.

A Operação não tem o condão de gerar quaisquer preocupações concorrenciais, uma vez que não gera sobreposição horizontal.

Do ponto de vista vertical, a fabricação de calçados abertos pela **Alpargatas** utiliza plastificantes não ftalatos em seu processo produtivo, sendo que a **Elekeiroz**, empresa controlada pela **Itaúsa**, contém esse tipo de plastificante dentre sua ampla gama de produtos. Esse tipo de plastificante empregado no processo produtivo de calçados é fornecido, no país, pela [**ACESSO RESTRITO**]. **Tal plastificante representa 0,8% do custo de matérias primas utilizadas para a produção de calçados abertos pela Alpargatas**. A **Alpargatas** detém,

[11] Para maiores informações sobre o **Grupo J&F**, vide: http://jfinvest.com.br/.

respectivamente em volume/valor: 8/17% do mercado de calçados e 17/30% do mercado de calçados abertos. Isso posto, é evidente que a relação observada é marginal e diz respeito a item insignificante do processo produtivo de calçados, sem qualquer potencial de trazer quaisquer efeitos, sendo dispensável e mesmo impróprio adentrar em análise de concentração vertical, o que se requer.

Considerando-se os pontos acima e a ausência de quaisquer efeitos sobre o mercado potencialmente gerados pela Operação, pede-se dispensa do fornecimento de informações nos itens subsequentes, inclusive de toda a parte VI deste Anexo II.

V.4. Indique todas as áreas geográficas atendidas por cada uma das empresas que ofertam as linhas de produtos e/ou serviços identificadas no item V.3 (caso a empresa não atenda todo o Brasil, especificar os municípios e/ou estados atendidos pela mesma).

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

V.5. Considerando as respostas dos itens V.3 e V.4, defina o(s) mercado(s) relevante(s) sob as dimensões produto e geográfica. Fundamente as definições adotadas, baseando-se nos seguintes fatores, na medida em que aplicáveis:

a) substituibilidade sob a ótica da demanda, levando em consideração, dentre os fatores considerados relevantes, a possibilidade de substituição frente a aumentos de preços entre marcas e/ou produtos ou serviços e entre outros produtos fora do mercado;
b) substituibilidade sob a ótica da oferta, levando em consideração, dentre outros fatores, aspectos técnico-operacionais, tecnologias, custos de instalação (inclusive custos irrecuperáveis) e possibilidade de redirecionamento de atividades;
c) natureza e características dos produtos e/ou serviços;
d) importância dos preços dos produtos e/ou serviços;
e) perfil dos clientes (exemplo: renda, gênero, porte da firma etc.) e dimensionamento do mercado desses clientes (quantidade vendida);
f) preferências dos consumidores, prestando informações sobre fidelidade a marcas, forma e momentos de consumo, dentre outros fatores considerados relevantes;
g) custos de distribuição/transporte;
h) diferenças nas estruturas de oferta e/ou de preços entre áreas geográficas vizinhas;
i) possibilidade de importações;
j) jurisprudência do CADE;
k) jurisprudência internacional;

l) outros fatores.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

V.6. Explique a relevância da diferenciação dos produtos e/ou serviços em termos de atributos ou qualidades, e a medida em que os produtos das partes são substitutos próximos.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

ETAPA VI – ESTRUTURA DE OFERTA

(responder esta etapa apenas nos casos em que haja sobreposição horizontal e/ou integração vertical decorrentes da operação em análise)

VI.1. Apresente uma estimativa da dimensão total do(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, em termos de valor (faturamento bruto) e de volume de vendas, no ano fiscal anterior à operação.

Obs: Para estimativa de mercado nacional, considere: produção total do produto/serviço no Brasil + importações – exportações.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

VI.2. Apresente o total das vendas, em termos de valor (faturamento bruto) e volume, bem como uma estimativa das participações para cada uma das partes diretamente envolvidas na operação, no(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, no ano fiscal anterior à operação. Apresente dados segmentados para vendas cativas e vendas para clientes independentes[12], quando for o caso.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

VI.3. Apresente o total das vendas, em termos de valor (faturamento bruto) e volume, bem como uma estimativa das participações das demais empresas integrantes dos respectivos grupos econômicos, no(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, no ano fiscal anterior à operação. Apresente dados segmentados para vendas cativas e vendas para clientes independentes, quando for o caso.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

VI.4. Apresente uma estimativa das participações de mercado, em termos de valor (faturamento bruto) e de volume de vendas, de todos os concorrentes (incluindo importadores) que detenham pelo menos 5% do(s) mercado(s) relevante(s) indicado(s) no item V.5, no ano fiscal anterior à operação. A partir dessas informações, forneça uma estimativa do HHI antes e após a concentração, bem como a diferença entre os dois (ΔHHI).

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

[12] Entende-se por clientes independentes os que não sejam filiais, agentes ou empresas pertencentes ao grupo econômico das partes diretamente envolvidas na Operação.

VI.5. Apresente nome, endereço completo, números de telefone e fax, e sítio eletrônico dos 5 (cinco) principais concorrentes identificados no item VI.4, para todos os mercados relevantes definidos no item V.5.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

VI.6. Apresente uma estimativa do valor e volume totais das importações relativas ao(s) mercado(s) relevante(s) identificados no item V.5, informando também:

a) o valor, volume e as proporções de tais importações provenientes das partes;

b) a existência de barreiras tarifárias, regulatórias ou de qualquer natureza, que possam afetar essas importações. Em caso afirmativo, explicar em que medida tais barreiras interferem nas condições de importação do(s) produtos(s) e se são de caráter permanente ou temporário (nesse último caso, apresentar o período de validade de tais barreiras);

c) uma estimativa da medida em que os custos de transporte e outros custos afetam essas importações.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

VI.7. Identifique todas as associações comerciais a que pertencem as partes, no Brasil, relativas ao(s) mercado(s) relevante(s) identificado(s) no item V.5, com endereço completo, sítio na Internet, nome de contato e respectivo cargo, números de telefone e fax, e endereço eletrônico.

Não aplicável. Vide item V.3 acima.

ETAPA VII – OBSERVAÇÕES FINAIS

VII.1. Apresente quaisquer outros comentários ou informações que julgue relevantes para a análise da presente operação.

Procedimento de Análise e Aprovação Integral

As **Requerentes** destacam que a Operação não acarretará sobreposição horizontal ou integração vertical, de sorte a requerer sua análise sob o **Procedimento Sumário**, nos termos do art. 8º, inciso II, e subsidiariamente IV, da Resolução CADE nº 02/2012, e a respectiva aprovação célere e sem restrições.

Acesso Restrito

De acordo com o pedido de Acesso Restrito formulado na petição de submissão desta notificação, as informações destacadas em cinza na versão de acesso restrito do Anexo II, bem como os **Documentos Confidenciais 01** a **05** devem ser devidamente mantidos como tal, conforme previsto no artigo 92, incisos VI, VII, VIII, IX, X e XIV do Regimento Interno do CADE ("RICADE"), por se tratarem de informações confidenciais e concorrencialmente sensíveis das partes.

De acordo com o artigo 94 do RICADE, a única diferença entre a versão pública e a de acesso restrito do presente formulário é a omissão, na versão pública, das informações destacadas em cinza na versão de acesso restrito.

Outras Formalidades

Por fim, em atenção ao artigo 150, parágrafo 3º, do RICADE, as partes declaram, sob as penas da lei e até onde é de seu melhor conhecimento, que (i) todas as informações contidas nessa notificação são verdadeiras e acuradas; (ii) todos os documentos e cópias de documentos ora apresentados são autênticos e fiéis às suas versões originais; e (iii) todas as estimativas foram feitas de boa-fé, de acordo com as melhores informações disponíveis.

De São Paulo para Brasília, em 21 de julho de 2017.

* * *

19/07/2017 - BANCO DO BRASIL - 15:15:22
783110374 0228

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO		
Codigo de Barras	85840000425-1	00000254200-5
	39045352615-7	32644000115-6
Data do pagamento		19/07/2017
Valor em Dinheiro		0,00
Valor em Cheque		42.500,00
Valor Total		42.500,00

NR.AUTENTICACAO E.0EA.95A.0D6.C84.DAA

Gerado a partir de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	**20039-5**
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.**	CNPJ ou CPF do Contribuinte	**61.532.644/0001-15**
Nome da Unidade Favorecida **CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA**	UG / Gestão	**303001 / 30211**
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	**42.500,00**
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN3AA755198DA3EBA57C937E1B6174A4F8]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	**42.500,00**

85840000425-1 00000254200-5 39045352615-7 32644000115-6



18/07/2017 - BANCO DO BRASIL - 10:34:13
783112391 0063

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO		
Codigo de Barras	85850000212-9	50000254200-7
	39045352141-4	27491000140-1
Data do pagamento		18/07/2017
Valor em Dinheiro		0,00
Valor em Cheque		21.250,00
Valor Total		21.250,00

NR.AUTENTICACAO 8.AF3.BD4.958.A41.967

Gerado a partir de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

Código de Recolhimento	**20039-5**
Número de Referência	
Competência	
Vencimento	
CNPJ ou CPF do Contribuinte	**14.127.491/0001-40**
UG / Gestão	**303001 / 30211**
(=) Valor do Principal	**21.250,00**
(-) Desconto/Abatimento	
(-) Outras deduções	
(+) Mora / Multa	
(+) Juros / Encargos	
(+) Outros Acréscimos	
(=) Valor Total	**21.250,00**

Nome do Contribuinte / Recolhedor
Cambuhy Investimentos Ltda.

Nome da Unidade Favorecida
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

Instruções:
As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.

GRU SIMPLES
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.
[STN0C06DC5564C8298FA556DC519412AFF2]

85850000212-9 50000254200-7 39045352141-4 27491000140-1

Gerado a partir de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	**20039-5**
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor **Brasil Warrant Administração de Bens e Empres**	CNPJ ou CPF do Contribuinte	**33.744.277/0002-69**
Nome da Unidade Favorecida **CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA**	UG / Gestão	**303001 / 30211**
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	**21.250,00**
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNE16F1F4C2E6A2CE052A101D42D18961F]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	**21.250,00**

85820000212-3 50000254200-7 39045352337-9 44277000269-3



19/07/2017 - BANCO DO BRASIL - 15:31:37
569613286 0258

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO		
Codigo de Barras	85820000212-3	50000254200-7
	39045352337-9	44277000269-3
Data do pagamento		19/07/2017
Valor em Dinheiro		0,00
Valor em Cheque		21.250,00
Valor Total		21.250,00

NR.AUTENTICACAO 7.039.648.47E.639.059

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.532.644/0001-15, neste ato representada por seus diretores ALFREDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP nº 6.045.777-6, CPF nº 014.414.218-07; e RODOLFO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP nº 15.111.116-9, CPF nº 271.943.018-81, domiciliados na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo/SP.****

OUTORGADOS:

EDUARDO CAMINATI ANDERS, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/SP sob o nº 174.402 e no CPF/MF sob o nº 270.308.598-20; **LUIZ FERNANDO SANTOS LIPPI COIMBRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 261.378 e no CPF/MF sob o nº 226.072.678-03; **LEDA BATISTA DA SILVA DIÔGO DE LIMA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 306.051 e no CPF/MF sob o nº 349.388.468-02; **GUILHERME TENO CASTILHO MISSALI**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 327.693 e no CPF/MF sob o nº 229.588.188-96; **GABRIELA EGREJA PAPA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 344.011 e no CPF/MF sob o nº 050.246.699-59; **JULIA RAQUEL HADDAD**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 346.319 e no CPF/MF sob o nº 377.227.458-73; **JESSICA WRIGHT BORBA OLIVIERI**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 360.561 e no CPF/MF sob o nº 398.178.218-62; e **CARLOS EDUARDO TOBIAS**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 391.247 e no CPF/MF sob o nº 418.699.848-54, todos acima com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1666, 18º andar, São Paulo/SP; e **ANDRÉ ALENCAR PORTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 25.103 e no CPF/MF sob o nº 727.275.431-15, com escritório no SCN, Quadra 2, Bloco D, Shopping Liberty Mall, Sala 1118, Bloco A, Brasília/DF.****

PODERES:

Pelo presente instrumento particular de procuração, a Outorgante acima qualificada nomeia e constitui seus bastante procuradores os Outorgados também acima qualificados, aos quais confere os mais amplos e gerais poderes para o foro em geral, com cláusula "ad judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, atuar exclusivamente junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em processo de Ato de Concentração regido pela Lei nº 12.529/2011, envolvendo a **Outorgante**, a J&F Investimentos S.A., a Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações e a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A., **sendo vedado o seu substabelecimento**.****

FORMA DE REPRESENTAÇÃO:

Os poderes serão exercidos pelos Outorgados em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação.****

VIGÊNCIA:

O presente mandato vigorará por um ano a partir desta data, inclusive para ingresso dos Outorgados em processos já iniciados ou que venham a iniciar-se até o fim desse prazo; após ser juntada aos autos do processo/procedimento, esta procuração passa a ter vigência até o término da pendência em curso. São Paulo/SP, 17 de julho de 2017.****

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO
Diretor Vice-Presidente


Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
R. Domingos de Morais, 1082 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5089-6765
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião

Reconheco por SEMELHANCA SEM VALOR ECONOMICO a(s) Firma(s) de: ALFREDO EGYDIO SETUBAL e RODOLFO VILLELA MARINO, a qual confere com padrao depositado em cartorio.
São Paulo/SP, 19/07/2017 - 14:42:53
Seq: DF05738D Em Testemunho da verdade. Total R$ 12,00
Usuario:ELAINE MARCOS JULIANO FURSTER - ESCREVENTE

Qualquer emenda ou rasura será considerado indevido de acordo com o Provimento da Corregedoria de Justiça

Colégio Notarial do Brasil

144454

VS FIRMA 2

1097AA0498163

JUCESP PROTOCOLO
0.550.034/17-1

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: em 19 de abril de 2017, às 17:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE DA MESA: Alfredo Egydio Setubal.

PRESENÇA: a totalidade dos membros efetivos, com manifestação por e-mail.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

Nos termos dos Artigos 5º ("caput") e 6º (incisos II e VII) do Estatuto Social, os Conselheiros deliberaram assim compor os órgãos de administração da Companhia, para o mandato anual que vigorará até a posse dos que vierem a ser eleitos em 2018:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1) designar **Presidente** HENRI PENCHAS e **Vice-Presidentes** ALFREDO EGYDIO SETUBAL e ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA;
2) indicar a Vice-Presidente Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela como substituta do Presidente Henri Penchas, em caso de vaga, ausência ou impedimento;

DIRETORIA

3) eleger **Diretor Presidente** ALFREDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; e **Diretores Vice-Presidentes** ROBERTO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 4.548.549-5, CPF 007.738.228-52, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, e RODOLFO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 15.111.116-9, CPF 271.943.018-81, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, que atendem às condições de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e no Artigo 3º da Instrução CVM 367/02, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia;
4) designar Alfredo Egydio Setubal como **Diretor de Relações com Investidores;**

COMITÊ DE ÉTICA, DIVULGAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

5) designar: (i) **Presidente**: Alfredo Egydio Setubal, Diretor de Relações com Investidores; (ii) **Membros**: os Conselheiros Henri Penchas, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino e os Diretores de Controladas Carlos Roberto Zanelato, Maria Fernanda Ribas

1º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758697

JUCESP
07 06 17

Caramuru e Rodolfo Latini Neto; e (iii) **Ouvintes**: Carlos Augusto Biehl, Geraldo Soares Leite Filho e Guilherme Setubal Souza e Silva, responsáveis pelas áreas de relações com investidores da Companhia e de Controladas.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 19 de abril de 2017. (aa) Henri Penchas – Presidente; Alfredo Egydio Setubal e Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela – Vice-Presidentes; Paulo Setubal Neto, Rodolfo Villela Marino e Walter Mendes de Oliveira Filho – Conselheiros.

IDC Diretoria de Assuntos Corporativos

CERTIFICAMOS SER A PRESENTE CÓPIA FIEL DA ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO.

São Paulo (SP), 19 de abril de 2017.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO
Diretor Vice-Presidente

JUCESP
07 JUN 2017
SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
257.974/17-9
FLÁVIA REGINA BARRETTO GONÇALVES
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL.
Colégio Notarial do Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY8758708

JUCESP
15 05 17
JUCESP PROTOCOLO
0.459.405/17-2

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: em 13 de abril de 2017, às 15:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

MESA (por aclamação dos presentes): Luciano da Silva Amaro (Presidente) e Carlos Roberto Zanelato (Secretário).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: publicado em 15, 16 e 17.03.2017 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" (págs.18, 34 e 172) e no "O Estado de S. Paulo" (págs. B5, B9 e B21).

QUORUM DE INSTALAÇÃO: conforme Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1), acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, que se verifica (i) pelas assinaturas apostas no "Livro de Registro de Presença de Acionistas" e (ii) pelos Boletins de Voto a Distância recebidos por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA e do Escriturador, além dos recebidos diretamente pela Companhia.

PRESENÇA LEGAL: administrador da Companhia e representantes do Conselho Fiscal, da BDO RCS Auditores Independentes S/S e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

DELIBERAÇÕES TOMADAS:

Voto a Distância: dispensada, por unanimidade dos acionistas presentes, a leitura do Mapa Sintético de Votação Consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins de Voto a Distância, divulgado ao Mercado em 12.04.2017 e colocado à disposição dos acionistas para consulta.

Em pauta ordinária

Nos termos da Proposta da Administração de 10.03.2017, os acionistas deliberaram:

1. aprovar as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016; dispensada, por unanimidade dos acionistas presentes, a leitura desses documentos, que foram divulgados ao Mercado em 14.02.2017 e publicados em 10.03.2017 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" (págs. 145 a 161) e no "O Estado de S. Paulo" (págs. B7 a B16).

2. aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2016, no montante de R$ 8.210.686.688,37, conforme segue: **(a)** R$ 410.534.334,42 à Reserva Legal; **(b)** R$ 3.485.113.810,06 às Reservas Estatutárias, sendo: R$ 1.742.556.905,03 à Reserva para Equalização de Dividendos, R$ 697.022.762,01 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R$ 1.045.534.143,02 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original que me foi apresentado.
São Paulo, 19 JUL 2017
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758696

JUCESP
18 05 17

e **(c)** R$ 4.315.038.543,89 ao pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo do exercício de 2016.

2.1. ratificar as deliberações do Conselho de Administração referentes às declarações antecipadas desses dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos aos acionistas.

3. aprovar que o Conselho de Administração seja composto por 6 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato anual que vigorará até a posse dos que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2018.

3.1. registrar que não foi requerida a adoção do processo de voto múltiplo.

3.2. eleger, para compor o Conselho de Administração da Companhia: **(i)** por indicação dos acionistas controladores, **membros efetivos** ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA, brasileira, casada, administradora de empresas, RG-SSP/SP 13.861.521, CPF 066.530.828-06, domiciliada em São Paulo (SP), na Rua Fradique Coutinho, 50, 11º andar; ALFREDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07; HENRI PENCHAS, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 2.957.281-2, CPF 061.738.378-20, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; PAULO SETUBAL NETO, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 4.112.751-1, CPF 638.097.888-72, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Hungria, 888, 12º andar, e RODOLFO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 15.111.116-9, CPF 271.943.018-81, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; **membros suplentes** RICARDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, na qualidade de suplente de Alfredo Egydio Setubal e de Paulo Setubal Neto, e RICARDO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 15.111.115-7, CPF 252.398.288-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, na qualidade de suplente de Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e de Rodolfo Villela Marino; **(ii)** pelos acionistas minoritários (por indicação da acionista Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros), **membro efetivo** WALTER MENDES DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 6.692.636-1, CPF 686.596.528-00, e respectivo **suplente** HENRIQUE ANDRADE TRINCKQUEL FILHO, brasileiro, divorciado, economista, RG-SSP/RJ 08.855.273-2, CPF 018.755.707-13, domiciliados no Rio de Janeiro (RJ), na Rua Ouvidor, 98, 9º andar, considerados membros independentes.

3.3. registrar que os eleitos atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e no Artigo 3º da Instrução CVM 367/02, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia.

3.4. eleger, para compor o Conselho Fiscal da Companhia, que será instalado de forma não permanente, com mandato anual que vigorará até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018: **(i)** pelos acionistas preferencialistas (por indicação da acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI), **membro efetivo** JOSÉ MARIA RABELO, brasileiro, casado, advogado, OAB-MG 38671, CPF 232.814566-34, domiciliado em Brasília (DF), na SQN 213, Bloco K, apto. 602, Asa Norte e, respectivo **suplente**, ISAAC

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico o presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original
São Paulo, 19 JUL 2017
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758702

JUCESP
15 06 17

BERENSZTEJN, brasileiro, casado, engenheiro, RG-IFP/RJ 3174052, CPF 332.872.367-68, domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), na Rua Vieira Souto, 230, apto. 402; **(ii)** pelos acionistas minoritários (por indicação da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros), **membro efetivo** ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ 82.349, CPF 008.582.297-30, domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), na Rua do Ouvidor, 98, 5º andar e, respectivo **suplente**, DULCÍDIO LAVOISIER DE OLIVEIRA PERES, brasileiro, divorciado, contador, RG-DETRAN/RJ 9.407.390-5, CPF 018.694.247-86, domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), na Rua do Ouvidor, 98, 6º andar; e **(iii)** pelos acionistas controladores, **membros efetivos** FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG-SSP/SP 3.928.435-9, CPF 636.622.138-34, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 5º andar; PAULO RICARDO MORAES AMARAL, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, RG-SSP/SP 1.960.638, CPF 008.036.428-49, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Pamplona, 1465, conj. 121; e TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI, brasileira, divorciada, bacharel em administração de empresas e em ciências contábeis, RG-SSP/MG M-525.840, CPF 163.170.686-15, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 19º andar e, respectivos **suplentes**, FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-SSP/SP 4.712.376, CPF 898.043.258-53, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Deputado Lacerda Franco, 300, 18º andar, conj. 181; JOÃO COSTA, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 4.673.519, CPF 476.511.728-68, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Dr. Abílio Martins de Castro, 75; e JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO, brasileiro, casado, diretor de banco aposentado, RG-SSP/SP 4.517.092, CPF 038.679.008-68, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Conselheiro Torres Homem, 228, que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas no Artigo 162 da Lei 6.404/76.

3.4.1. a acionista PREVI apresentou, por carta, sugestão para instalação do Conselho Fiscal de forma permanente, para apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. aprovar a verba global e anual destinada à remuneração dos administradores em até R$ 10 milhões, sendo até R$ 3,5 milhões para os membros do Conselho de Administração e até R$ 6,5 milhões para os membros da Diretoria, reajustada de acordo com a política de remuneração adotada pela Companhia e rateada na forma que vier a ser deliberada pelo Conselho de Administração; aprovar, também, a remuneração mensal individual dos Conselheiros Fiscais em R$ 18 mil para os membros efetivos e R$ 7 mil para os suplentes.

Em pauta extraordinária

Nos termos da Proposta da Administração de 10.03.2017, os acionistas deliberaram:

5. Alterações Estatutárias e Consolidação do Estatuto Social:

a) aprovar a alteração do Artigo 3º ("caput") do Estatuto Social, para registrar a nova composição do capital social, em decorrência do cancelamento das ações existentes em tesouraria, deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 13.02.2017, que passa a ter a seguinte redação:

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia, conferi com o original e dou fé.
São Paulo, 19 JUL 2017
MARCOS JULIANO FORSTER
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Valor cobrado p
Colégio Notarial do Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758695

JUCESP
15 05 17

"Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R$ 36.405.000.000,00 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e cinco milhões de reais), representado por 7.403.288.624 (sete bilhões, quatrocentos e três milhões, duzentas e oitenta e oito mil, seiscentas e vinte e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.828.112.054 (dois bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e doze mil e cinquenta e quatro) ordinárias e 4.575.176.570 (quatro bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentas e setenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,01 por ação, não cumulativo; II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias."

b) aprovar a consolidação do Estatuto Social, refletindo a alteração acima mencionada, na forma do Anexo 2 desta ata.

LAVRATURA E PUBLICAÇÃO DA ATA: autorizada a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão dos nomes dos acionistas.

QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: as matérias foram aprovadas conforme Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1), que detalha os percentuais de aprovação, rejeição e abstenção de cada uma delas.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: as propostas e os documentos submetidos à Assembleia, assim como as declarações de voto, foram autenticados pela Mesa e arquivados na Companhia.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. São Paulo (SP), 13 de abril de 2017. (aa) Luciano da Silva Amaro – Presidente; Carlos Roberto Zanelato – Secretário; Acionistas: Luciano da Silva Amaro; Carlos Roberto Zanelato; Companhia ESA, por si e na qualidade de usufrutuária (a) Luciano da Silva Amaro - Procurador; Fundação Itaú Social, Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado (aa) Carlos Roberto Zanelato e Luciano da Silva Amaro – Procuradores; Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (a) Marcos Paulo Félix da Silva – Procurador; JGP Gestão Patrimonial Ltda. e JGP Gestão de Recursos Ltda., por seus mandantes (a) Marcos Paulo Félix da Silva – Procurador; Banco BNP Paribas Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Citibank N.A., Itaú Unibanco S.A., JP Morgan S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda., por seus mandantes e Schroder Valor Fundo de Investimento em Ações, representados por Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados (a) Daniel Alves Ferreira – Procurador; Fundo de Investimentos em Ações EAC BDR Nível I – Investimento no Exterior, representado por SFA Investimentos Ltda. (a) Ciro Aliperti Neto – Procurador; BRAM – Bradesco Asset Management S.A. –

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
SEL. PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ - TABELIÃO
R. Dona Veridiana, 1052 - SP - F. 5088-5755
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL 2017
Colégio Notarial do Brasil
MARCOS JULIANO PEREIRA
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Valor cobrado pelo ato
AUTENTICAÇÃO
1097BY07587O7

JUCESP
15 06 17

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, por seus mandantes (a) Thiago Andrade Cesar – Procurador; Rodrigo Carvalho da Silva; BB Gestão de Recursos – DTVM S.A., por seus mandantes (a) Eduardo Tognetti – Procurador; Luiz Felipe Cursino de Moura Guarnieri; Paulo Rogério Pereira da Costa; Marcel Magon Rodolpho e Pablo Andrez Pinheiro Gubert.

CERTIFICAMOS SER A PRESENTE CÓPIA FIEL
DA ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO.
São Paulo (SP), 13 de abril de 2017.

LUCIANO DA SILVA AMARO
Presidente da Assembleia

CARLOS ROBERTO ZANELATO
Secretário da Assembleia

JUCESP
15 MAI 2017
SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
SECRETARIA GERAL
220.834/17-9
JUCESP

11º TABELIÃO DE NOTAS SÃO PAULO
DEL. PAULO AUGUSTO ROCHA
R. Domingos de Morais
AUTENTICAÇÃO - Autentico
extraída nesta serventia
do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL.
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758698
MARCOS JULIANO FORSTER
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Valor cobrado pelo ato R$ 3,50
Colégio Notarial do Brasil

JUCESP
15 05 17

ANEXO 1 À ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 13.04.2017
ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

MAPA SINTÉTICO FINAL DE VOTAÇÃO

	Descrição da Deliberação – Pauta Ordinária	Classe de Ações votantes	Voto Deliberação	Quantidade de Ações	Percentual Total de Votos
1.	Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016.	ON	Aprovar	2.560.759.668	100,000%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	1	0,000%
2.	Votar proposta do Conselho de Administração para: (i) destinação do lucro líquido do exercício de 2016, no valor de R$ 8.210.686.688,37: R$ 410.534.334,42 para Reserva Legal; R$ 4.315.038.543,89 para Dividendos / JCP; R$ 3.485.113.810,06 para Reservas Estatutárias, sendo: R$ 1.742.556.905,03 para Equalização de Dividendos, R$ 697.022.762,01 para Reforço de Capital de Giro e R$ 1.045.534.143,02 para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (ii) ratificação da distribuição antecipada desses dividendos e JCP. Na Assembleia não será proposta nova distribuição de proventos por conta do exercício de 2016.	ON	Aprovar	2.560.759.668	100,000%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	1	0,000%
3.	Votar proposta de Administração para fixar, em 6 (seis) efetivos e 3 (três) suplentes, o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual.	ON	Aprovar	2.560.759.668	100,000%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	1	0,000%
4.	Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 141 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	200	0,000%
			Não	2.559.956.329	99,969%
			Abster-se	44.820	0,002%
5.	Eleição do conselho administração por chapa única - por indicação dos controladores	ON	Aprovar	2.129.902.412	83,175%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	430.857.257	16,825%
6.	Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	ON	Sim	2.129.902.413	83,175%
			Não	430.098.936	16,796%
			Abster-se	44.821	0,002%
7.	Em caso de adoção de voto múltiplo, deseja distribuir o voto adotado em percentuais para os candidatos quem compõem a chapa escolhida?	ON	Sim	44.821	0,002%
			Não	2.559.956.528	99,969%
8.	Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída	ON			
	ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA (EFETIVO) / RICARDO VILLELA MARINO (SUPLENTE)			4.793	10,694%
	ALFREDO EGYDIO SETUBAL (EFETIVO) / RICARDO EGYDIO SETUBAL (SUPLENTE)			21.481	47,926%
	HENRI PENCHAS (EFETIVO)			8.965	20,002%
	PAULO SETUBAL NETO (EFETIVO) / RICARDO EGYDIO SETUBAL (SUPLENTE)			4.793	10,694%
	RODOLFO VILLELA MARINO (EFETIVO) / RICARDO VILLELA MARINO (SUPLENTE)			4.793	10,694%
9.	Eleição do conselho de administração em separado de ordinaristas - por indicação da PETROS WALTER MENDES DE OLIVEIRA FILHO (EFETIVO) e HENRIQUE ANDRADE TRINCKQUEL FILHO (SUPLENTE)	ON	Aprovar	430.286.155	16,803%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	2.130.470.414	83,197%
10.	Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado?	ON	Sim	1	0,000%
			Não	2.560.001.348	99,970%
11.	Eleição do conselho fiscal por chapa única - por indicação dos controladores	ON	Aprovar	2.129.902.712	83,175%
			Rejeitar	105.251	0,004%
			Abster-se	430.752.206	16,821%
12.	Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	ON	Sim	2.129.902.713	83,175%
			Não	430.098.936	16,796%
13.	Eleição do conselho fiscal em separado de ordinaristas - por indicação da PETROS ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO (EFETIVO) e OLICÍDIO LAVOISIER DE OLIVEIRA PERES (SUPLENTE)	ON	Aprovar	430.286.155	16,803%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	2.130.470.214	83,197%
14.	Eleição do conselho fiscal em separado de preferencialistas - por indicação da PREVI JOSÉ MARIA RABELO (EFETIVO) e ISAAC BERENSZTEJN (SUPLENTE)	PN	Aprovar	1.080.905.330	98,768%
			Rejeitar	12.475.206	1,082%
			Abster-se	59.428.403	5,155%
15.	Votar proposta do Conselho de Administração para fixação de verba global e anual destinada à remuneração dos administradores em até R$ 10milhões, sendo R$ 3,5 milhões para o Conselho de Administração e R$ 6,5 milhões para Diretoria, podendo ser reajustada de acordo com a política de remuneração adotada pela Companhia.	ON	Aprovar	2.560.572.249	99,993%
			Rejeitar	187.219	0,007%
			Abster-se	201	0,000%
16.	Votar proposta do Conselho de Administração para fixação da remuneração mensal individual dos Conselheiros Fiscais em R$ 18 mil para os membros efetivos e R$ 7 mil para os suplentes.	ON	Aprovar	2.560.759.468	100,000%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	201	0,000%
	Descrição da Deliberação – Pauta Extraordinária	**Classe de Ações votantes**	**Voto Deliberação**	**Quantidade de Ações**	**Percentual Total de Votos**
17.	Votar a proposta do Conselho de Administração para alteração do caput do Artigo 3º do Estatuto Social, com o objetivo de registrar a nova composição do capital social decorrente do cancelamento das ações existentes em tesouraria, deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 13.02.2017.	ON	Aprovar	2.560.188.367	99,978%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	201	0,000%
18.	Votar proposta do Conselho de Administração para consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência da alteração do caput do Artigo 3º.	ON	Aprovar	2.560.188.367	99,978%
			Rejeitar	0	0,000%
			Abster-se	201	0,000%
	Descrição da Deliberação	**Classe de Ações votantes**	**Voto Deliberação**	**Quantidade de Ações**	**Percentual Total de Votos**
19.	Autoriza a lavratura da ata dessa Assembleia em forma sumária, conforme parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	2.560.001.349	99,970%
			Não	0	0,000%
			Abster-se	0	0,000%
20.	Autoriza a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão dos nomes dos acionistas, conforme parágrafo 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?	ON	Sim	2.560.001.349	99,970%
			Não	0	0,000%
			Abster-se	0	0,000%

Total do Comparecimento	Ações Ordinárias	2.560.759.669	90,547%
	Ações Preferenciais	1.152.808.538	25,197%

IDC Diretoria de Assuntos Corporativos

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
BEL. PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ - TABELIÃO
R. Domingos de Morais, 1082 - SP - F: 5085-5755
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL
MARCOS JULIANO FORN
VÁLIDO SOMENTE COM O S
Valor cobrado p/ o
Colégio Notarial do Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758703

JUCESP
15 06 17

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

ESTATUTO SOCIAL

(Aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 13.04.2017)

Art. 1º - DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE – A sociedade anônima aberta regida por este estatuto, denominada **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**, com duração por tempo indeterminado, tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por simples deliberação do Conselho de Administração instalar filiais ou escritórios em quaisquer praças do País ou do exterior. A sociedade utilizará, como denominação abreviada, a sigla ITAÚSA.

1.1. Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa – Com a admissão da ITAÚSA no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 1").

Art. 2º - OBJETO - A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de: a) estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas; b) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; c) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais; d) arrendamento de imóveis de que necessitarem; e) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R$ 36.405.000.000,00 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e cinco milhões de reais), representado por 7.403.288.624 (sete bilhões, quatrocentos e três milhões, duzentas e oitenta e oito mil, seiscentas e vinte e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.828.112.054 (dois bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e doze mil e cinquenta e quatro) ordinárias e 4.575.176.570 (quatro bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentas e setenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,01 por ação, não cumulativo; II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

3.1. Capital Autorizado – Por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 12.000.000.000 (doze bilhões) de ações, sendo até 4.000.000.000 (quatro bilhões) em ações ordinárias e 8.000.000.000 (oito bilhões) em ações preferenciais. As emissões para venda em Bolsa de Valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas (Artigo 172 da Lei nº 6.404/76).

11º TABELIÃO DE NOTAS SÃO PAULO
SEL. MARIO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ - TABELIÃO
R. Domingos de Morais, 1071 - CEP 04010-040
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia por ordem e sob a responsabilidade do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL.
Selo Notarial Ato Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758699
MARCOS JULIANO FORSTER
VÁLIDO SOMENTE COM O SE
Valor cobrado pel

JUCESP
15 06 17

3.2. Ações Escriturais - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito, na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da já mencionada lei.

3.3. Mudança de Espécie – Ressalvado o disposto no subitem 3.3.1, as ações não poderão ter sua espécie alterada de ordinária para preferencial ou vice-versa.

3.3.1. O Conselho de Administração poderá autorizar a conversão de ações ordinárias em preferenciais (vedada a reconversão), com base numa relação fixa por ele estabelecida ou através de leilão na bolsa de valores, em ambos os casos nos períodos e quantidades que determinar. A razão de conversão não poderá ser superior a 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) ação ordinária apresentada, respeitado o limite legal. Caso as ações ordinárias a serem convertidas resultem numa quantidade final de ações preferenciais que ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais acima referido, a sociedade promoverá o rateio entre os titulares de ações ordinárias interessados na conversão proporcionalmente à quantidade de ações ordinárias apresentadas para a conversão, vedada a conversão que resulte em fração de ação. Após cada período de conversão, caberá ao Conselho de Administração especificar a nova divisão do número de ações por espécie, cabendo à primeira Assembleia Geral promover a necessária alteração estatutária.

3.4. Ações Preferenciais - O número de ações preferenciais, sem direito de voto, não ultrapassará 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

3.5. Aquisição das Próprias Ações - A sociedade poderá adquirir suas próprias ações, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração.

3.6. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário por três exercícios consecutivos.

Art. 4º - ADMINISTRAÇÃO - A ITAÚSA será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, as quais não abrangem funções operacionais ou executivas, que serão de competência da Diretoria.

4.1. Investidura - Os Conselheiros e Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

4.2. Proventos dos Administradores - Os administradores perceberão remunerações e participações nos lucros. Para o pagamento das remunerações a Assembleia Geral fixará verba global e anual, ainda que sob forma indexada, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba. Caberá igualmente ao Conselho de Administração regulamentar os rateios das participações devidas aos próprios membros desse Conselho e aos membros da Diretoria, as quais corresponderão, respectivamente, no máximo, a 0,06 (seis centésimos) e a 0,04 (quatro centésimos) dos lucros líquidos apurados em balanço, não podendo, porém, exceder ao somatório das remunerações atribuídas aos administradores no período a que se referir o balanço que consignar as mencionadas participações.

Art. 5º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, e

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL. 2017
MARCOS JULIANO FORSTER
VÁLIDO SOMENTE COM O SEL
Valor cobrado pel
Colégio Notarial do Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758704

JUCESP
15 06 17

terá 1 (um) Presidente e de 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos Conselheiros entre os seus pares.

5.1. Dentro dos limites estabelecidos no *caput* deste artigo, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de Conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato. Na mesma Assembleia Geral serão eleitos:

a) 1 (um) membro suplente para o Conselheiro representante dos acionistas minoritários, se eleito, consoante artigo 141, § 4º, inciso I, da Lei nº 6.404/76;

b) 1 (um) membro suplente para o Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas, se eleito, consoante artigo 141, § 4º, inciso II, da Lei nº 6.404/76;

c) 2 (dois) membros suplentes para os Conselheiros eleitos pelos acionistas controladores, que, a critério do Conselho de Administração, poderão ser convocados para substituir membro efetivo ausente.

5.2. O Presidente, em caso de vaga, ausência ou impedimento, será substituído por um dos Vice-Presidentes, designado pelo Conselho de Administração.

5.3. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes poderão nomear substituto para completar o mandato do substituído.

5.4. O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia que os eleger, prorrogando-se, no entanto, até a posse de seus substitutos, sendo permitida a reeleição. A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

5.5. O Conselho de Administração, convocado pelo Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.

Art. 6º - Compete ao Conselho de Administração:

I) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;

II) eleger e destituir os Diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispõe este estatuto;

III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

IV) convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação;

V) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria;

VI) escolher e destituir os auditores independentes;

VII) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;

VIII) determinar a distribuição de dividendos, na forma do disposto no artigo 13,"ad referendum" da Assembleia Geral;

IX) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;

X) deliberar sobre a conversão de ações ordinárias em preferenciais, nos termos do subitem 8.3.1;

11º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica
extraída nesta serventia
do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL. 20
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758700
MARCOS JULIANO FORSTER - Esc. Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Valor cobrado pelo ato R$ 3,50

JUCESP
15 06 17

XI) deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado, observando-se as disposições do item 3.1.

Art. 7º - DIRETORIA - A administração e representação da sociedade competirá à Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral que eleger esse Conselho. A Diretoria terá também poderes para transigir e renunciar direitos, podendo, ainda, independentemente de autorização do Conselho de Administração, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, prestar garantias a obrigações de terceiros e deliberar sobre a emissão de notas promissórias e títulos no exterior, como commercial paper, euronotes, eurobônus, notes, bonds e outros, bem como sobre a emissão de notas promissórias comerciais (commercial papers) para colocação pública no mercado brasileiro, nos termos das Instruções CVM nºs. 134/90 e 155/91 e legislação posterior.

7.1. A Diretoria terá de 3 (três) a 15 (quinze) membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Geral, Diretores Vice-Presidentes ou Diretores Executivos, conforme seja fixado pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.

7.2. Poderão integrar a Diretoria até um terço dos membros do Conselho de Administração. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente (ou principal executivo da sociedade) não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

7.3. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros, observado que o Diretor Presidente e o Diretor Geral substituir-se-ão entre si no desempenho das suas atribuições, inclusive quando um desses cargos não for provido ou ocorrer a vacância no curso do mandato.

7.4. Vagando qualquer cargo, o Conselho de Administração designará um diretor substituto que completará o mandato do substituído.

7.5. Um mesmo diretor poderá ser eleito ou designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo.

7.6. Os diretores exercerão os mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão nos cargos até a posse dos substitutos. A posse dos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

7.7. Não poderá ser eleito Diretor quem já tiver completado 75 (setenta e cinco) anos na data da eleição.

Art. 8º - ATRIBUIÇÕES E PODERES DOS DIRETORES – Dois Diretores quaisquer, em conjunto, terão poderes para representar a ITAÚSA, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a sociedade, inclusive na concessão de fianças, avais e quaisquer outras garantias.

8.1. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, coordenando a ação desta.

8.2. Ao Diretor Geral compete estruturar e dirigir todos os serviços da sociedade e estabelecer normas internas e operacionais, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

8.3. Compete aos Diretores Vice-Presidentes e aos Diretores Executivos colaborar com o Diretor Presidente e com o Diretor Geral na gestão dos negócios e direção dos serviços sociais.

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL. 2017
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758701

JUCESP
19 05 17

Art. 9º - CONSELHO FISCAL - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderão aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76.

Art. 10 - ASSEMBLEIA GERAL - Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes, devendo o processo de escolha ser conduzido por administrador da sociedade.

Art. 11 - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, sendo facultado o levantamento de balanços intermediários em qualquer data.

Art. 12 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO – Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:

12.1. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

12.2. será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 13 e às seguintes normas:

a) cada ação preferencial terá direito a dividendo prioritário mínimo anual de R$ 0,01 (um centavo de real);

b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais;

c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais;

d) cada ação preferencial terá direito, em caso de desdobramento, à fração do valor constante da alínea "a" e, em caso de grupamento, a esse valor multiplicado pelo número das ações grupadas.

Art. 13 - DIVIDENDOS - Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

13.1. O dividendo obrigatório será distribuído em quatro ou mais parcelas, trimestralmente ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações contábeis.

13.2. O Conselho de Administração fixará o valor das parcelas antecipadas tendo em conta os resultados provisórios do exercício e essas parcelas serão pagas a débito da "Reserva para Equalização de Dividendos". Na destinação do lucro (12.2), a parte do dividendo obrigatório correspondente às antecipações será creditada à mesma reserva.

13.3. Competirá à Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis do exercício deliberar o pagamento da parcela que eventualmente faltar para completar o dividendo obrigatório. O valor desse pagamento corresponderá à parte do dividendo obrigatório que

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
SEL. PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ - TABELIÃO
R. Domingos de Morais, 1092 - 3º - E - Vila
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
extraída nesta serventia
co que dou fé.
São Paulo, 19 JUL. 2
MARCOS JULIANO FORSTE
VÁLIDO SOMENTE COM O SEL
Valor cobrado pelo ato R$ 0,50
Colégio Notarial do Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758706

JUCESP
16 05 17

remanescer depois de deduzidas as parcelas antecipadas, corrigidas monetariamente desde a data da antecipação até a do término do exercício.

13.4. Sempre que se justificar, poderão ser declarados dividendos intermediários, sob qualquer das modalidades facultadas pelo artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

13.5. Ao dividendo obrigatório, por proposta do Conselho de Administração, poderá ser agregado dividendo adicional.

13.6. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Art. 14 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS – Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva para Equalização de Dividendos; II - Reserva para Reforço do Capital de Giro; III - Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

14.1. A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (item 13.6), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76;

b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;

d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (13.2).

14.2. A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

14.3. A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

14.4. Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

14.5. As reservas discriminarão em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados às suas constituições e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas, em função da natureza dos acionistas.

Art. 15 - PARTES BENEFICIÁRIAS – É vedada a emissão, pela sociedade, de partes beneficiárias.

IDC Diretoria de Assuntos Corporativos

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original do que dou fé.
São Paulo, 19 JUL. 2017
MARCOS JULIANO FORSTER - ESCREVENTE
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Valor cobrado pelo ato R$
Colégio Notarial do Brasil
114454
AUTENTICAÇÃO
1097BY0758705

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Rua Amauri, 255, 6º andar – CEP 01448-000, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.127.491/0001-40 ("**OUTORGANTE**"), por seu(s) representante(s) legal(is), na forma de seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **EDUARDO CAMINATI ANDERS**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/SP sob o nº 174.402 e no CPF/MF sob o nº 270.308.598-20, **LUIZ FERNANDO SANTOS LIPPI COIMBRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 261.378 e no CPF/MF sob o nº 226.072.678-03, **LEDA BATISTA DA SILVA DIÔGO DE LIMA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 306.051 e no CPF/MF sob o nº 349.388.468-02, **GUILHERME TENO CASTILHO MISSALI**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 327.693 e no CPF/MF sob o nº 229.588.188-96, **GABRIELA EGREJA PAPA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 344.011 e no CPF/MF sob o nº 050.246.699-59, **JULIA RAQUEL HADDAD**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 346.319 e no CPF/MF sob o nº 377.227.458-73, **JESSICA WRIGHT BORBA OLIVIERI**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 360.561 e no CPF/MF sob o nº 398.178.218-62 e **CARLOS EDUARDO TOBIAS**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 391.247 e no CPF/MF sob o nº 418.699.848-54, todos acima com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1666, 18º andar, São Paulo – SP, e **ANDRÉ ALENCAR PORTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 25.103 e no CPF/MF sob o nº 727.275.431-15, com escritório no SCN, Quadra 2, Bloco D, Shopping Liberty Mall, Sala 1118, Bloco A, Brasília – DF, CEP 71.712-903, aos quais outorga os mais amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad judicia", para agirem em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, agindo em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, podendo substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva, poderes esses conferidos especialmente para atuar junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em processo de Ato de Concentração regido pela Lei nº 12.529/2011, envolvendo a **Outorgante**, a J&F Investimentos S.A., a Brasil Warrant Administração De Bens E Empresas S.A., e a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

São Paulo, 14 de julho de 2017.

CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.

AF326700

Reconheco por semelhança (1) 1 firma(s) de:
MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS
FREDERICO ADOLFO ALVES DA CUNHA-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sao Paulo, 17/7/2017 Sem valor econômico
Em testemunho da Verdade
231712121142307 EMANUEL CANDIDO BORDAO-8935/94

TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
LUCIANO DE MARIA SCHMIDT - Tabelião Interino
AV. SÃO LUIZ, 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 - CEP 01046-001

FIRMA 2
1040AA0336234

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 6ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.

NIRE 35.225.700.661
CNPJ/MF 14.127.491/0001-40

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir nomeadas, qualificadas e ao final assinadas, a saber:

(a) MARCELO PINTO DUARTE BARBARÁ, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.269.557-0 (SSP-SP), e inscrito no CPF/MF sob o nº 766.236.707-00, doravante denominado "Marcelo Barbará";

(b) PEDRO MOREIRA SALLES, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.979.952-0 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 551.222.567-72, doravante denominado "Pedro Moreira Salles";

(c) MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.347.941-5 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 022.725.508-94, doravante denominado "Marcelo Medeiros";

(d) PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.733.122-0 (IFP-RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 548.346.867-87, doravante denominado "Pedro Bodin" e em conjunto com Marcelo Barbará, Pedro Moreira Salles e Marcelo Medeiros, "Vendedores";

(e) GUILHERME BOTTURA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.923.733-6 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 278.422.008-74, doravante denominado "Guilherme Bottura";

(f) **WAPTÉ PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade Empresária Limitada, com sede na Rua Amauri nº 255, 6º andar (parte), Bairro Jardim Europa, CEP 01448-000, cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.563.821/0001-90, com seu Contrato Social registrado na JUCESP sob o NIRE 35.222.942.532 em 16/12/2008, neste ato representada por seus administradores, **Frederico Paulo Albarran**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE nº V096984-7, e inscrito no CPF/MF sob o nº 714.357.351-53; e **Humberto Donato Lessa Valente Nardiello**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG no 11.49.13.445 SECC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.087.427-26, ambos residentes e domiciliados na cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar, Bairro Jardim Europa, CEP 01448-000, cidade e Estado de São Paulo.

(g) **JOÃO MOREIRA SALLES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.180.899-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 295.520.008-58, doravante denominado "João Moreira Salles"); e

(h) **ALEX SILVA E AMORIM**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº05.648.722-37 (SSP/BA), inscrito no CPF/MF sob o nº 927.384.945-87, doravante denominado ("Alex");

únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, parte, Jardim Europa, CEP 01448-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.127.491/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.225.700.661, em sessão de 27 de julho de 2011, e última alteração contratual registrada sob o nº 150.390/15-4, em sessão de 07 de abril de 2015, doravante denominada "Sociedade", e, ainda,

resolvem, por unanimidade, alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme segue:

1. Primeiramente, os sócios decidem substituir todas as referências existentes no Contrato social da Sociedade à Instrução CVM nº 306 de 05.05.1999, recém revogada,

pela referência à Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015, especialmente no tocante à Cláusula 3ª e Cláusula 11 do Contrato Social.

2. Em seguida, Resolvem os sócios, por unanimidade, e em cumprimento à Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015, nomear o Diretor sem designação específica Sr. **Frederico Paulo Albarran** como responsável pela implementação e cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos da Sociedade e pela gestão de risco nos termos da Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015, bem como pelo cumprimento das políticas de prevenção à lavagem de dinheiro, nos termos da Instrução CVM nº 301 de 16.04.1999.

3. Em razão da deliberação previstas no item 2 acima, resolvem os sócios, por unanimidade, incluir o parágrafo 4º na Cláusula 11 do Contrato Social e renumerar os parágrafos subsequentes, de modo que a Cláusula 11 passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**Cláusula 11** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelos sócios, no Contrato Social, sendo 2 (dois) Copresidentes, 2 (dois) Diretores-Adjuntos e o remanescente um Diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria poderão ser sócios ou não, e terão mandato por prazo indeterminado. Os membros serão eleitos pelo voto de sócios titulares de quotas representativas de (i) 75% (setenta e cinco por cento) do capital social para o caso de Diretores que sejam também sócios, e (ii) ⅔ dos sócios, no caso de Diretores que não sejam sócios.*
>
> ***Parágrafo 1º** - Os Diretores serão empossados na data de sua nomeação e permanecerão no cargo até a posse de seu sucessor.*
>
> ***Parágrafo 2º** - Ficam eleitos **(i)** como <u>Copresidentes</u> da Sociedade, os Srs. **Pedro Moreira Salles**, brasileiro, maior, casado, banqueiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar – Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.979.952-0/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 551.222.567-72, e **Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**, brasileiro, maior, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar – Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.347.941-5/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 022.725.508-94; **(ii)** como <u>Diretor sem designação específica</u>, o Sr. **Frederico Paulo Albarran**, português, maior, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,*

com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V096984-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 714.357.351-53; e (iii) como Diretores-Adjuntos, os Srs. ***Guilherme Bottura****, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.923.733-6 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 278.422.008-74 e* ***João Moreira Salles****, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.180.899-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 295.520.008-58.*

Parágrafo 3º - *O Sr.* ***Marcelo Pereira Lopes de Medeiros****, acima qualificado, é o responsável pelo exercício da atividade da Sociedade como administradora de carteira de valores mobiliários de terceiros, de acordo com o que dispõe o artigo 4º, III da Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015.*

Parágrafo 4º *A responsabilidade pela implementação e cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos da Sociedade e pela gestão de risco nos termos do artigo 4º, IV e V da Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015 ficará a cargo do Diretor sem designação específica Sr.* ***Frederico Paulo Albarran****, acima qualificado, o qual também será responsável pelo cumprimento das políticas de prevenção à lavagem de dinheiro, nos termos da Instrução CVM nº 301 de 16.04.1999."*

Parágrafo 5º - *A destituição de qualquer dos Diretores será objeto de aprovação de sócios titulares de quotas representativas de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.*

Parágrafo 6º - *Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para garantia do referido cargo e farão jus a uma retirada mensal a título de pro-labore."*

4. Em razão das deliberações acima tomadas, decidem os sócios, por unanimidade, ainda, consolidar o Contrato Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL DA CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.

Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração

Cláusula 1ª - A Sociedade tem denominação de **CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.**, e será regida por este Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A.").

Cláusula 2ª - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri nº 255, 6º andar, parte, Jardim Europa, CEP 01448-000, e poderá manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade no Brasil ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria.

Cláusula 3ª - A Sociedade tem por objeto:

(a) a prestação de serviços de assessoria e assistência técnica, administrativa e comercial em atividades no mercado financeiro e de capitais, de estruturação e reestruturação de projetos e empresas;
(b) a administração e gestão de recursos próprios e/ou de terceiros, na forma da Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015, inclusive por meio do exercício da administração de carteiras de valores mobiliários, fundo de investimentos e outros ativos, próprios ou de terceiros, de pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por delegação a outros administradores; e
(c) a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos lucros de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou sócia, e/ou em fundos, na qualidade de cotista.

Cláusula 4ª- O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Capítulo II - Capital Social

Cláusula 5ª- O capital social, totalmente subscrito, é de R$100.100,00 (cem mil e cem reais), dividido em 100.100 (cem mil e cem) quotas iguais, no valor nominal de R$ 1,00 (um Real) cada uma, totalmente integralizadas, estando as quotas da Sociedade assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor das Quotas (em R$)	Participação na Sociedade
Pedro Moreira Salles	31.455	31.455,00	31,42%
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros	31.455	31.455,00	31,42%
Marcelo Pinto Duarte Barbará	12.545	12.545,00	12,53%
Pedro Luiz Bodin de Moraes	12.545	12.545,00	12,53%
Guilherme Bottura	6.000	6.000,00	5,99%
João Moreira Salles	4.000	4.000,00	4,00%
Alex Silva e Amorim	2.000	2.000,00	2,00%
Wapté Participações Ltda.	100	100,00	0,10%
Total:	**100.100**	**100.100,00**	**100%**

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

Parágrafo 2º - A cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais, sendo todas elas iguais e indivisíveis em relação à Sociedade.

Cláusula 6ª - Nos termos do artigo 118 da Lei das S.A., a Sociedade observará os acordos de sócios arquivados na sua sede, bem como documentos que produzam efeitos semelhantes ("Acordos de Sócios"), e os Diretores da Sociedade zelarão pela sua observância, abstendo-se de efetuar transferências de quotas ou criação de ônus e/ou gravames sobre quotas que sejam contrários às suas disposições. Votos proferidos em contrariedade com as disposições de Acordos de Sócios serão considerados nulos e inválidos e não produzirão qualquer efeito perante a Sociedade.

Parágrafo Único - As quotas da Sociedade vinculadas a Acordo de Sócios sujeitam-se às restrições lá previstas, inclusive quanto à sua cessão, transferência, alienação e oneração, conforme o caso. Os direitos conferidos em razão da titularidade de tais quotas deverão ser exercidos em consonância com o disposto em tal Acordo de Sócios.

Capítulo III – Deliberações Sociais

Cláusula 7ª - As deliberações sociais serão sempre tomadas em Assembleia Geral, por votos que representem a maioria do capital social, salvo nos casos em que a legislação aplicável em vigor ou este Contrato Social exijam quorum mais elevado.

Cláusula 8ª - A Assembleia Geral poderá ser convocada: (i) por qualquer Diretor; ou (ii) por Sócio, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de sessenta dias, ou por titulares de mais de um quinto do capital, quando não atendido, no prazo de 8 (oito) dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem discutidas e decididas. Os sócios deverão ser convocados por anúncios publicados por 3 (três) vezes, ao menos, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência da data da Assembleia para a primeira convocação e 5 (cinco) dias de antecedência para as demais, devendo tais anúncios de convocação ser acompanhados das matérias a serem deliberadas na referida Assembleia.

Parágrafo Único - Ficam dispensadas as formalidades de convocação previstas nesta Cláusula quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião.

Cláusula 9ª - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de sócios titulares de quotas representativas de no mínimo ¾ (três quartos) do capital social e em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único - O sócio poderá ser representado na Assembleia Geral por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Cláusula 10. - Os sócios reunir-se-ão em Assembleia Geral Ordinária a cada ano, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para aprovar (i) as contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico e aprovar o orçamento anual da Sociedade; (ii) fixar a remuneração dos administradores; e (iii) deliberar sobre qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Único - Os documentos mencionados no caput desta Cláusula 10 serão colocados à disposição dos sócios, na sede da Sociedade, até 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral de sócios mencionada no caput desta Cláusula 10.

Capítulo IV – Administração

Cláusula 11 - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelos sócios, no Contrato Social, sendo 2 (dois) Copresidentes, 2 (dois) Diretores-Adjuntos e o remanescente um Diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria poderão ser sócios ou não, e terão mandato por prazo indeterminado. Os membros serão eleitos pelo voto de sócios titulares de quotas representativas de (i) 75% (setenta e cinco por cento) do capital social para o caso de Diretores que sejam também sócios, e (ii) ⅔ dos sócios, no caso de Diretores que não sejam sócios.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão empossados na data de sua nomeação e permanecerão no cargo até a posse de seu sucessor.

Parágrafo 2º - Ficam eleitos (i) como Copresidentes da Sociedade, os Srs. **Pedro Moreira Salles**, brasileiro, maior, casado, banqueiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar – Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.979.952-0/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 551.222.567-72, e **Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**, brasileiro, maior, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar – Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.347.941-5/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 022.725.508-94; (ii) como Diretor sem designação específica, o Sr. **Frederico Paulo Albarran**, português, maior, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6° andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V096984-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 714.357.351-53; e (iii) como Diretores-Adjuntos, os Srs. **Guilherme Bottura**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.923.733-6 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 278.422.008-74 e **João Moreira Salles**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.180.899-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 295.520.008-58.

Parágrafo 3º - O Sr. **Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**, acima qualificado, é o responsável pelo exercício da atividade da Sociedade como administradora de carteira

de valores mobiliários de terceiros, de acordo com o que dispõe o artigo 4º, III da Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015.

Parágrafo 4º A responsabilidade pela implementação e cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos da Sociedade e pela gestão de risco nos termos do artigo 4º, IV e V da Instrução CVM nº 558, de 26.03.2015 ficará a cargo do Diretor sem designação específica Sr. **Frederico Paulo Albarran**, acima qualificado, o qual também será responsável pelo cumprimento das políticas de prevenção à lavagem de dinheiro, nos termos da Instrução CVM nº 301 de 16.04.1999.

Parágrafo 5º - A destituição de qualquer dos Diretores será objeto de aprovação de sócios titulares de quotas representativas de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo 6º - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para garantia do referido cargo e farão jus a uma retirada mensal a título de pro-labore.

Cláusula 12. - A Diretoria é o órgão executivo da Sociedade, cabendo-lhe assegurar o seu funcionamento regular. Os poderes para representar a Sociedade e praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, de acordo com o Contrato Social ou com a legislação em vigor, dependam de prévia aprovação dos sócios, serão exercidos pelos Diretores ou procuradores devidamente constituídos, da seguinte forma: (i) em atos que representem uma obrigação para a Sociedade, em atos isolados ou em uma série de transações relacionadas, sem valores pré-determinados (como, exemplificativamente, (a) assinatura de acordos de confidencialidade, (b) representação da Sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal, autarquias, empresas públicas ou privadas; e (c) abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias) ou com valores inferiores a R$15.000,00 (quinze mil reais), por qualquer Diretor ou procurador devidamente constituído, agindo isoladamente; (ii) em atos que representem uma obrigação para a Sociedade, em atos isolados ou em uma série de transações relacionadas, com valor igual ou superior a R$15.000,00 (quinze mil reais) e inferior a R$100.000,00 (cem mil reais), por qualquer um dos Copresidentes ou Diretores Adjuntos, agindo isoladamente, ou por procurador devidamente constituído a quem sejam outorgados tais poderes, agindo isoladamente; e (iii) em atos que representem uma obrigação, em atos isolados ou em uma série de transações relacionadas, com valor superior a R$100.000,00 (cem mil reais), por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto ou por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído, desde que, em qualquer caso, um de tais Diretores seja um Copresidente.

Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente um dos Copresidentes, e sempre para fins específicos e por prazo determinado, não excedente a 1 (um) ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*, as quais poderão ser outorgadas por prazos superiores.

Cláusula 13. - É vedado aos membros da Diretoria e aos procuradores da Sociedade obrigá-la em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Sociedade ou conceder em seu nome avais, fianças ou outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social.

Capítulo V – Comitê de Investimentos

Cláusula 14. - A Sociedade terá um Comitê de Investimentos, o qual terá como função a avaliação de oportunidades de investimentos apropriados para a alocação de recursos da Sociedade ou de terceiros com relação aos quais a Sociedade desempenhe a função de gestora de recursos, decidindo sobre a alocação de recursos correspondentes e fornecendo aconselhamento com relação a questões de investimento e desinvestimento, bem como definindo as políticas de investimento dos fundos ou outra forma de veículos de investimentos geridos pela Sociedade, observadas as disposições legais e regulamentares e deste Contrato Social.

Cláusula 15. - O Comitê de Investimentos será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, sendo (i) até 4 (quatro) membros permanentes indicados na forma da Cláusula 17 abaixo e (ii) os demais membros temporários, os quais poderão ser indicados apenas pelos Sócios Pedro Moreira Salles ou Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, sendo eleitos e destituídos pelo voto favorável de no mínimo 2 (dois) dos membros permanentes, ocupando o cargo por prazo indeterminado, até a posse de seus sucessores. A nomeação e a destituição dos membros temporários do Comitê de Investimentos serão realizadas por deliberação do Comitê de Investimentos e registradas em ata própria, a qual deverá ficar arquivada na sede da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os membros permanentes do Comitê de Investimentos poderão ser destituídos a qualquer tempo e por qualquer motivo mediante deliberação dos demais membros permanentes.

Parágrafo 2º - Os membros permanentes do Comitê de Investimentos serão apenas aqueles eleitos na forma da Cláusula 17 abaixo. Caso um dos membros permanentes

eleitos na forma da Cláusula 17, deste Contrato Social deixe de integrar o Comitê de Investimentos, o seu substituto deverá ser eleito pelos sócios na forma do caput desta Cláusula, e deverá ser considerado como membro temporário, salvo se de outra forma decidido pelos membros permanentes remanescentes.

Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Investimentos deverão desempenhar suas funções no melhor interesse da Sociedade, comprometendo-se a frequentar as reuniões do Comitê e cumprir com as obrigações que lhe são impostas neste Contrato Social.

Cláusula 16. - O Comitê de Investimentos reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, ou a pedido de qualquer dos seus membros, mediante notificação por escrito a todos os membros, por email com aviso de recebimento, fax, ou carta registrada, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência da respectiva reunião; sendo certo que, nos casos em que excepcionalmente o Comitê de Investimentos seja exigido a tomar uma decisão em circunstâncias nas quais as formalidades de convocação não possam ser observadas, tais formalidades poderão ser dispensadas mediante aprovação de todos os membros do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Único - A notificação de convocação de qualquer reunião do Comitê de Investimentos deverá estar acompanhada de uma agenda da reunião, contendo, se for o caso, as informações necessárias e documentos acessórios à decisão das matérias constantes da agenda.

Cláusula 17. - São membros permanentes do Comitê de Investimentos da Sociedade, os Srs. **Pedro Moreira Salles**, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar – Jardim Europa, CEP: 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.979.952-0/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 551.222.567-72; **Marcelo Pereira Lopes de Medeiros**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri nº 255, 6º andar – Jardim Europa, CEP: 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.347.941-5/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 022.725.508-94; e **Pedro Luiz Bodin de Moraes**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.733.122-0/IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 548.346.867-87.

Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros

Cláusula 18. - O exercício social terá inicio em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao final de cada exercício será levantado o balanço patrimonial e o de resultado econômico correspondente ao mesmo período.

Cláusula 19. - O lucro líquido do exercício, feitas as necessárias amortizações e provisões, poderá ter o destino que os sócios determinarem, podendo ser mantidos em suspenso ou destinados à formação de reservas à disposição de futuras deliberações.

Parágrafo 1º - Os lucros líquidos poderão ser distribuídos aos sócios de forma desigual, conforme for por eles deliberado.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá, por deliberação dos sócios, levantar balanços mensais, bimestrais ou trimestrais e, havendo lucros acumulados ou apurados nesses balancetes, distribuí-los aos sócios.

Capítulo VII - Disposições Gerais

Cláusula 20. - A retirada, exclusão, incapacidade ou falecimento de sócio não importarão a dissolução da Sociedade, que continuará com os sócios remanescentes, sendo apurados e pagos os haveres do sócio, a serem calculados com base no valor patrimonial contábil constante do último balancete mensal anterior ao fato que motivou a saída do sócio, em dinheiro, à vista, na data em que formalizada a saída do sócio correspondente, sem prejuízo do exercício de eventuais opções de compra ou de venda sobre as quotas e que porventura sejam previstas em Acordos de Sócios firmados na forma da Cláusula 6ª.

Cláusula 21. - Os sócios poderão retirar-se da Sociedade a qualquer tempo, nesse caso aplicando-se o disposto na Cláusula 20, sem prejuízo de eventuais disposições específicas sobre a matéria que estejam disciplinadas em Acordos de Sócios celebrados na forma da Cláusula 6ª acima.

Cláusula 22. - Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, o liquidante será escolhido pelos sócios representando a maioria do capital social. Nessa hipótese, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios na proporção do numero de quotas que cada um possuir.

Cláusula 23. - Os administradores eleitos por meio deste instrumento declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade, não se encontrando impedidos de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão.

Cláusula 24. - Qualquer conflito ou controvérsia decorrente (i) da interpretação dos termos deste Contrato Social; e/ou (ii) da execução das obrigações estabelecidas neste Contrato Social; e/ou (iii) da violação de qualquer dos termos e condições ora estabelecidos; que não tiver sido solucionado por meio de negociações amigáveis entre os sócios, deverá ser resolvido por meio de arbitragem, conforme disposto no presente Contrato Social ("Arbitragem").

Parágrafo 1º - A Arbitragem deverá ser conduzida de acordo com a lei brasileira de arbitragem (Lei nº 9.307/96) e com as normas da Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá, a qual será responsável pela condução do procedimento arbitral. Os sócios acordam que, caso o Regulamento Arbitral da Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá contenha qualquer falha de procedimento, as disposições processuais da Lei nº 9.307/96 e do Código de Processo Civil brasileiro serão aplicáveis, nesta ordem.

Parágrafo 2º - Qualquer Sócio poderá requerer o início do procedimento de Arbitragem ao Centro de Arbitragem da CCBC, que deverá ser conduzido por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o Regulamento Arbitral do CCBC. Se houver mais de um Requerente ou mais de um Requerido, os Requerentes ou Requeridos devem indicar em conjunto um árbitro. Caso os dois árbitros indicados pelas Partes deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o último dos dois árbitros foi nomeado, caberá à CCBC indicar o terceiro árbitro. Toda e qualquer controvérsia ou omissão relativa à indicação dos árbitros pelas Partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida ou suprida pela CCBC.

Parágrafo 3º - Todos os procedimentos e documentos relacionados à arbitragem serão conduzidos e/ou preparados no idioma português. A Arbitragem ocorrerá na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil. Os árbitros decidirão com base na legislação brasileira aplicável, não se aplicando o princípio da equidade.

Parágrafo 4º - Os sócios concordam em envidar seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à Arbitragem.

Parágrafo 5º - O laudo arbitral será final e irrecorrível e vinculará as partes. Os sócios concordam em não submeter qualquer conflito a procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto neste Contrato Social.

Parágrafo 6º - A responsabilidade pelo pagamento dos custos e despesas relacionados à Arbitragem será determinada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá ou pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo 7º - Não obstante as disposições desta Cláusula 24, e unicamente com o propósito de se obter medidas prévias, vinculativas e temporárias, bem como para se obter a iniciação obrigatória da arbitragem ou medidas preliminares para assegurar o "*status quo*" das partes de arbitragem em andamento ou em vias de se iniciar, os sócios elegem os tribunais da Cidade e Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

E, estando assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 08 de junho de 2016.

Sócios:

MARCELO PINTO DUARTE BARBARÁ

PEDRO MOREIRA SALLES

MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS

PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES

GUILHERME BOTTURA

WAPTÉ PARTICIPAÇÕES LTDA
por Frederico Paulo Albarran/Humberto Donato Lessa Valente Nardiello

JOÃO MOREIRA SALLES

ALEX SILVA E AMORIM

Ciente e de Acordo

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

Frederico Paulo Albarran

Testemunhas:

Nome: Amanda Zeidan Tao
RG: 34.934 438-3
CPF: 332 416 688-86

Nome: Daniela Maria Fagá Braz
RG: 34 345 240
CPF: 310 291 388-18

(Esta página de assinaturas é parte integrante do Instrumento Particular de 6ª Alteração Contratual de Cambuhy Investimentos Ltda., celebrado em 08 de junho de 2016)

JUCESP
29 JUN 2016
SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
263.541/16-2
FLÁVIA R. ERITO RODRIGUES
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A.**, sociedade anônima aberta, com sede na Rodovia Washington Luiz (SP 310), km 307, CEP 04538-132, Matão – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.744.277/0001-88 ("**OUTORGANTE**"), por seu(s) representante(s) legal(is), na forma de seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **EDUARDO CAMINATI ANDERS**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/SP sob o nº 174.402 e no CPF/MF sob o nº 270.308.598-20, **LUIZ FERNANDO SANTOS LIPPI COIMBRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 261.378 e no CPF/MF sob o nº 226.072.678-03, **LEDA BATISTA DA SILVA DIÔGO DE LIMA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 306.051 e no CPF/MF sob o nº 349.388.468-02, **GUILHERME TENO CASTILHO MISSALI**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 327.693 e no CPF/MF sob o nº 229.588.188-96, **GABRIELA EGREJA PAPA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 344.011 e no CPF/MF sob o nº 050.246.699-59, **JULIA RAQUEL HADDAD**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 346.319 e no CPF/MF sob o nº 377.227.458-73, **JESSICA WRIGHT BORBA OLIVIERI**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 360.561 e no CPF/MF sob o nº 398.178.218-62 e **CARLOS EDUARDO TOBIAS**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 391.247 e no CPF/MF sob o nº 418.699.848-54, todos acima com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1666, 18º andar, São Paulo – SP, e **ANDRÉ ALENCAR PORTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 25.103 e no CPF/MF sob o nº 727.275.431-15, com escritório no SCN, Quadra 2, Bloco D, Shopping Liberty Mall, Sala 1118, Bloco A, Brasília – DF, CEP 71.712-903, aos quais outorga os mais amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad judicia", para agirem em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, agindo em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, podendo substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva, poderes esses conferidos especialmente para atuar junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em processo de Ato de Concentração regido pela Lei nº 12.529/2011, envolvendo a **Outorgante**, a J&F Investimentos S.A., a Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações e a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

São Paulo, 14 de julho de 2017.

27º 27º

BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A.

BW


AF326587
Reconheco por semelhanca a(s) 1 firma(s) de:
MARCIA MARIA FREITAS DE AGUIAR
MAURO AGONILHA-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sao Paulo, 14/7/2017 Com valor economico
Em testemunho da Verdade R$ 12,00
401719445153O7 WALDEMAR FERNANDES CACIATORE-2435/54
TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT - Tabelião interino
AV. SÃO LUIZ, 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3123-5000 - CEP 01035-001
FIRMA 2
1040AA0336229

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **J&F INVESTIMENTOS S.A.,** com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, n° 500, bloco I, 1° andar – A, Vila Jaraguá, na cidade de São Paulo – SP, CEP 04118-100 inscrita no CNPJ/MF n. 00.350.763/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastante procuradores, os advogados **TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR**, OAB/SP 16.854 e CPF 254.322.498-04, **JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO**, OAB/SP 194.021 e CPF 161.347.938-76, **THIAGO FRANCISCO DA SILVA BRITO**, OAB/SP 234.864 e CPF 301.563.018-06, **JOSIE DE MENEZES BARROS**, OAB/SP 300.110 e CPF 341.274.278-33, **MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES FILHO**, OAB/SP 306303 e CPF 060.839.414-90, **LUIZA KHARMANDAYAN**, OAB/SP 302.424 e CPF 362.981.398-42, **LÚCIA HELENA MARTINS DE JESUS GARCIA**, OAB/SP 386.386 e CPF 192.302.918-54, **CAROLINA CAMPOS RUIZ**, OAB/SP 377.181 e CPF 419.306.918-40, **MIGUEL GARZERI FREIRE**, OAB/SP 382.841 e CPF 406.718.628-20, **TAMARA DUMONCEL HOFF**, OAB/DF 18.526 e CPF 835.318.071-53, **INALDO MENDONÇA DE ARAÚJO SAMPAIO FERRAZ**, OAB/DF 41.474 e CPF 156.942.008-45 e **MARIA AUGUSTA PALHARES RIBEIRO SAMPAIO FERRAZ**, OAB/DF 41.282 e CPF 021.977.951-12, brasileiros, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com escritório na Praça das Guianas n°. 92, Jardim América, São Paulo - Capital, CEP 01428-030, Fone: (011) 3063-4322, e em Brasília, Distrito Federal, na SQS 110 Sul, Bloco I, apto. 304, Asa Sul - CEP – 70373-090, aos quais confere os mais amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "*ad judicia et extra*", para agirem em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, defendendo-a nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo, também representar a outorgante perante quaisquer repartições públicas ou autarquias, federais, estaduais e municipais, agindo em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, podendo substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de poderes, podendo ainda confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, requerer e assinar o que preciso for, efetuar pagamentos, dar recibos ou quitações, e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, **especialmente para atuar junto ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC na notificação do Ato de Concentração envolvendo a aquisição de todas as ações da Alpargatas S.A (de titularidade da J&F Investimentos S.A) por Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("BW").**

São Paulo, 20 de julho de 2017.

Cartório Menezes
Pirapora do Bom Jesus (SP)

J&F INVESTIMENTOS S.A.
Joesley Mendonça Batista

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS
Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro – CEP: 06550-000 – Pirapora do Bom Jesus / SP
Fone: (11) 4131-1930 – E-mail: contato@cartoriomenezes.com.br

RECONHEÇO por semelhança 1 firma(s) de:
JOESLEY MENDONCA BATISTA
. Pirapora do Bom Jesus, 20 de julho de 2017.
Em test_____da verdade. 1:1500 Valor R$ 9,07

Raul Honda – Substituto do Oficial e Tabelião
Selo(s): 125275-07670

Colégio Notarial do Brasil
07 67 AA 01 25 27 5
116624
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
1

JUCESP PROTOCOLO
0.089.750/17-2

J&F INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 00.350.763/0001-62
NIRE 35.300.340.825

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Data, Hora e Local: Aos 29 dias do mês de dezembro de 2016, às 17:30 horas, na sede social da J&F Investimentos S.A., localizada no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Av. Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco I, 1º andar – A, Vila Jaguara, CEP 05118-100 ("**Companhia**").

Convocação e Presença: Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Por Ações").

Mesa: Presidente: Sr. Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Sr. Ricardo Menin Gaertner.

Ordem do Dia: Examinar, discutir, deliberar e votar as seguintes matérias: **(i)** aumentar o capital social da Companhia; e **(ii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, a presente assembleia foi regularmente instalada, e os acionistas, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações, as seguintes matérias:

(i) O aumento do capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, de R$ 6.733.743.566,12 (seis bilhões, setecentos e trinta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais, e doze centavos), dividido em 99.886.586 (noventa e nove milhões, oitocentas e oitenta e seis mil, quinhentas e oitenta e seis) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 49.962.271 (quarenta e nove milhões, novecentas e sessenta e duas mil, duzentas e setenta e uma) ações ordinárias e 49.924.315 (quarenta e nove milhões, novecentas e vinte e quatro mil, trezentas e quinze) ações preferenciais, para R$ 8.207.759.838,47 (oito bilhões, duzentos e sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos), dividido em 112.785.411 (cento e doze milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e onze) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 56.411.683 (cinquenta e seis milhões, quatrocentas e onze mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias e 56.373.728 (cinquenta e seis milhões, trezentas e setenta e três mil,

setecentas e vinte e oito) ações preferenciais, o que representa um aumento de R$ 1.474.016.272,35 (um bilhão, quatrocentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos) mediante a emissão de 12.898.825 (doze milhões, oitocentas e noventa e oito mil, oitocentas e vinte e cinco) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.449.412 (seis milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e doze) ações ordinárias e 6.449.413 (seis milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e treze) ações preferenciais, as quais são emitidas ao preço de R$ 114,2752 reais cada, sendo totalmente subscritas e integralizadas neste ato pela acionista ZMF Participações Ltda., mediante a conversão, em capital social, do crédito oriundo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social constituído contra a Companhia cujo saldo, nesta data, corresponde ao valor do aumento do capital social ora deliberado, conforme Boletim de Subscrição anexo à presente Ata ("**Anexo I**"). Os demais acionistas da Companhia renunciam expressamente o seu direito de preferência no aumento de capital social ora deliberado. Dessa forma, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

> "***Artigo 5º*** *- O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de* R$ 8.207.759.838,*47 (oito bilhões, duzentos e sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos), dividido em 112.785.411 (cento e doze milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e onze) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 56.411.683 (cinquenta e seis milhões, quatrocentas e onze mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias e 56.373.728 (cinquenta e seis milhões, trezentas e setenta e três mil, setecentas e vinte e oito) ações preferenciais.*"

(ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, contemplando a alteração retro deliberada, o qual, rubricado pelo Secretário, integra esta Ata como Anexo II.

Ata em Forma de Sumário: Foi autorizada pela Assembleia Geral a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130, da Lei 6.404/76.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrado os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada, em 29 de dezembro de 2016.

Acionistas Presentes: ZMF Participações Ltda., p. José Batista Sobrinho; WWMB Participações Ltda., p. Wesley Mendonça Batista; JJMB Participações Ltda., p. Joesley Mendonça Batista; Wesley Mendonça Batista; Joesley Mendonça Batista; e Pinheiros Fundo de Investimento em

Participações, p. SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.

"Certifico que a presente é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária lavrada em livro próprio"

São Paulo, 29 de dezembro de 2016.

Ricardo Menin Gaertner
Secretário da Mesa

JUCESP
07 FEV 2017
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SEDE
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
FLÁVIA R. BRITTO BORGES
SECRETÁRIA GERAL
73.265/17-2
JUCESP

Anexo I à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da J&F Investimentos S.A., realizada em 29 de dezembro de 2016

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

	Ações Subscrita	Ações Integralizadas
ZMF PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 726, 12º andar, sala 124, Itaim Bibi, CEP 04532-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.706.916/0001-73, neste ato representada pelo Sr. **José Batista Sobrinho**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 172.026/SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.970.871-04, domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100.	**6.449.412** Ações Ordinárias **6.449.413** Ações Preferenciais	**6.449.412** Ações Ordinárias **6.449.413** Ações Preferenciais
TOTAL:	**12.898.825**	**12.898.825**

1. FORMA E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO: As 12.898.825 (doze milhões, oitocentas e noventa e oito mil, oitocentas e vinte e cinco) novas ações emitidas pela Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, foram subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional, mediante a conversão, em capital social, do crédito de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social constituído contra a Companhia, no valor de R$ 1.474.016.272,35 (um bilhão, quatrocentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

São Paulo, 29 de dezembro de 2016.

Ricardo Menin Gaertner
Secretário da Mesa

Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da J&F Investimentos S.A., realizada em 29 de dezembro de 2016

"ESTATUTO SOCIAL DA J&F INVESTIMENTOS S.A.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - J&F INVESTIMENTOS S.A. é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500 - Bloco I - 1º andar - A, Vila Jaguara, CEP 05118-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante resolução da Diretoria.

Artigo 3º - A companhia tem por objeto a: (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (holdings), e administração de bens próprios; (ii) compra e venda de bens, produtos e mercadorias; (iii) importação e exportação de bens, produtos e mercadorias; e a (iv) prestação de serviços em geral.

Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado, com início das atividades em 5 de dezembro de 1994.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R$ 8.207.759.838,47 (oito bilhões, duzentos e sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos), dividido em 112.785.411 (cento e doze milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e onze) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 56.411.683 (cinquenta e seis milhões, quatrocentas e onze mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias e 56.373.728 (cinquenta e seis milhões, trezentas e setenta e três mil, setecentas e vinte e oito) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro - Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações possuídas anteriormente.

Parágrafo Segundo - A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria, com anuência prévia do Conselho Fiscal se em funcionamento.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais de emissão da companhia não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes direitos, preferências e vantagens:

a) Direito de participar dos lucros distribuídos pela companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da companhia; e

b) Prioridade no reembolso do capital, de tal maneira que os detentores das ações preferenciais de emissão da companhia, em caso de liquidação, dissolução e/ou falência da companhia, receberão os seus haveres na íntegra antes que seja feito qualquer pagamento aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Parágrafo Quarto - É vedada a emissão, pela companhia, de partes beneficiárias.

Parágrafo Quinto - Caso a companhia venha a abrir capital, deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores, ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, que assegure níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, garantindo, no mínimo, a existência de regra estatutária de seus participantes: **(i)** que proíba e emissão de partes beneficiárias; **(ii)** segundo a qual o mandado dos membros do conselho de administração deverá ter prazo unificado de 1 (um) ano; e **(iii)** de compromisso arbitral para dirimir disputas, controvérsias ou reclamações entre os acionistas, relacionadas às disposições do estatuto social.

Artigo 6º - A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Artigo 8º - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados em assembleia geral.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", com mandato unificado de 01 (um) ano.

Parágrafo Segundo - A assembleia geral fixará o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e este órgão, em reunião, distribuirá tal remuneração entre seus membros.

Artigo 9º - Em caso de vaga de qualquer cargo do Conselho de Administração os demais membros deverão nomear dentre eles um substituto para assumir suas funções até que os acionistas procedam à eleição de um novo conselheiro.

Parágrafo Primeiro - Dentro de 30 (trinta) dias do evento será convocada assembleia geral dos acionistas para preenchimento do cargo em caráter definitivo.

Parágrafo Segundo - No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os membros do Conselho de Administração, aquele que o representará.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses previstas neste Artigo, de vaga, ausência ou impedimento temporário, o substituto ou representante agirá, inclusive para o efeito de votação em reunião do Conselho, por si e pelo substituído ou representado, devendo, no entanto, apresentar autorização do Conselheiro ausente ou impedido, comprovando sua indicação como substituto.

Artigo 10 - O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da companhia, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente:

a) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto;
b) Fiscalizar a gestão dos Diretores;
c) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia; solicitar informações sobre contratos já celebrados ou em vias de serem celebrados e quaisquer outros atos;
d) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado da companhia, fixando o preço de emissão das ações, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, observadas as disposições do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76;
e) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com ou sem garantia real;
f) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
g) Apresentar à assembleia geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias
h) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
i) Escolher e destituir os auditores independentes;
j) Deliberar sobre a distribuição da remuneração atribuída pela Assembleia Geral a seus membros;
k) Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
l) Autorizar a constituição de novas empresas pela Companhia, aquisição ou alienação pela Companhia de quaisquer participações societárias em outras sociedades, a aquisição ou alienação de estabelecimentos ou negócios da Companhia, no Brasil ou no exterior, bem como celebração de contratos de joint ventures, exceto aumento de participação societária em entidade da qual a Companhia já tenha alguma participação;
m) Autorizar qualquer ato que envolver a Companhia em negócios ou operações estranhos ao

seu objeto social e aos seus interesses sociais, tais como a prestação de fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando tais fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias sejam em favor de controlador direto ou indireto da Companhia, de suas controladas diretas ou indiretas, bem como de entidades coligadas e/ou sob controle comum da Companhia;

n) Autorizar a celebração de qualquer instrumento com instituição financeira para a obtenção de empréstimo, financiamento ou qualquer outra forma de crédito em valor superior a R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);

o) Autorizar a celebração de qualquer instrumento relacionada à aquisição de bens destinados a integrar o ativo permanente da Companhia, com parte relacionada ou com parte não relacionada, que individualmente exceda o montante de R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);

p) Autorizar a venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma de bens imóveis da Companhia;

q) Autorizar o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de insolvência ou de falência da Companhia;

r) Autorizar qualquer transformação de tipo societário, fusão, incorporação ou cisão da Companhia, ou qualquer reestruturação societária da Companhia ou suas subsidiárias;

s) Autorizar pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio pela Companhia;

t) Autorizar a realização de qualquer negócio além do objeto social e atividades correlatas, quer direta ou indiretamente;

u) Autorizar a celebração de qualquer tipo de contrato com clientes da Companhia de valor individual superior a R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);

v) Autorizar a rescisão de qualquer contrato com clientes da Companhia de individual superior a R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);

w) Autorizar qualquer outra ação fora do curso ordinário dos negócios da Companhia ou que de outra forma tenha um impacto financeiro de valor acima de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Companhia; e

x) Deliberar sobre demais assuntos de interesse da Companhia.

Artigo 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da companhia ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou de quaisquer dois Conselheiros. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho, mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia e cópia de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia.

Parágrafo Segundo - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquelas formalidades.

Parágrafo Terceiro - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença: (i) em primeira convocação, de pelo menos 3 (três) de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver presente na ocasião, ou representado por seu substituto, ou que tiver enviado seu voto por escrito; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Quarto - As resoluções do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 12 - A Diretoria da companhia será constituída de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. Dos diretores, um será o Diretor Presidente e, os demais, Diretores sem denominação específica.

Artigo 13 - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos, de acordo com o que for determinado pelo Conselho de Administração que os elegeu.

Artigo 14 - Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa indicada dentre os diretores remanescentes, que o exercerá interinamente até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento, que então nomeará um diretor definitivo.

Parágrafo Único - O diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento.

Artigo 15 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

a) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto;
b) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões;
c) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e

e) Distribuir, entre seus membros, as funções da administração da companhia.

Parágrafo Primeiro - A representação da companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor.

Artigo 16 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate.

Artigo 17 - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído.

Parágrafo Único - O substituto deverá ser um dos demais diretores que votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo.

Artigo 18 - As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a companhia, serão obrigatoriamente assinados por qualquer diretor, ou por procurador investido de especiais e expressos poderes.

Artigo 19 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por qualquer diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano.

Artigo 20 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando tais fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias sejam em favor de controlador direto ou indireto da Companhia, de suas controladas diretas ou indiretas, bem como de entidades coligadas e/ou sob controle comum da Companhia.

Artigo 21 - Fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, vender quaisquer contratos de opções (direta ou indiretamente), ou ainda firmar contratos de opção em que figure como lançador, com exceção das sociedades que possuam tal atividade em seu objeto social. São definidas como opções de compra (calls) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de comprar o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço; e como opções de venda (puts) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de vender o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço. Para efeitos desse artigo serão considerados contratos de opção aqueles que direta ou indiretamente, de forma expressa ou implícita, proporcionem qualquer vantagem à Companhia em contrapartida a uma volatilidade do mercado, ou seja, quando há risco de oscilação do preço do ativo objeto do contrato. Dentre as quais, mas não se limitando a estas, quaisquer operações nas quais o ativo objeto do contrato ficar condicionado à taxa do dólar, preço do ouro, de commodities, títulos públicos, variação cambial e variação de juros.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo 21, também fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, celebrar, em seu nome, e de acordo com as demais previsões e limitações estabelecidas pela Lei e pelo presente Estatuto Social, qualquer contrato, acordo ou outro instrumento de assunção de direitos e obrigações cuja rescisão, por iniciativa da Companhia ou suas subsidiárias, (a) seja vedada; (b) não possa ser realizada antes de 90 (noventa) dias da data que venha a informar à contraparte sua intenção de rescindir a relação contratual; ou (c) acarrete em pagamento de qualquer modalidade de sanção ou obrigação pecuniária para a Companhia ou suas subsidiárias, incluindo mas não se limitando a multa, lucros cessantes, cláusula take or pay e/ou compromisso da Companhia ou de suas subsidiárias de permanecer com a obrigação de pagar parcelas vincendas cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a 3 (três) meses das obrigações pecuniárias contratadas.

Parágrafo Segundo - A vedação de que trata o Parágrafo 1° acima não é aplicável à celebração de contrato, acordo ou outro instrumento de assunção de direitos e obrigações no contexto de operações financeiras, pela Companhia e/ou qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, que acarretem na emissão de valores mobiliários representativos de dívida, incluindo, mas não se limitando a notas promissórias, debêntures, commercial papers, notes, bonds, conforme disposto neste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 22 - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do ano social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade.

Artigo 23 - As assembleias gerais serão presididas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da companhia, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24 - O Conselho Fiscal da companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO VI - DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

Artigo 25 - O ano social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 26 - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo Único - As demonstrações contábeis deverão ser auditadas, anualmente, por auditores independentes registrados na CVM.

Artigo 27 - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

a) O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

b) A distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

c) O pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 28 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei 6.404/76, conforme o disposto no parágrafo 1° deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma Lei, observada a seguinte ordem de dedução:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1° do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação

de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei 6.404/76;

c) Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva para contingências conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento);

d) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei 6.404/76; e

e) Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias serão destinados, em parcela anual até o limite de 100% (cem por cento) do lucro líquido ajustado, à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 29 - A companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo ao Conselho de Administração estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30 - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.

Artigo 31 - Em caso de conflito entre as disposições do presente Estatuto Social e as disposições constantes do Acordo de Acionistas da Companhia, devidamente arquivado na Sede Social, as disposições do Acordo de Acionistas prevalecerão.

Artigo 32 - Todas as disputas, controvérsias ou reclamações que surgirem entre os acionistas, relacionadas às interpretações dos termos e/ou execução das obrigações estipuladas neste Estatuto Social e/ou à violação de quaisquer termos e condições aqui previstos, que não possam ser resolvidas amistosamente, deverão ser submetidas à arbitragem.

Parágrafo Primeiro - A arbitragem será regida de acordo com as regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara do Comércio Brasil-Canadá (CA-CCBC), ficando essa Câmara responsável pela administração do procedimento arbitral. No caso do Regulamento de Arbitragem da Câmara do Comércio Brasil-Canadá ser omisso em qualquer aspecto procedimental, desde já acordam em aplicar supletivamente, e nessa ordem, as leis procedimentais brasileiras previstas na Lei nº 9.307/96 e no Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo - A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o idioma será o português e a arbitragem será constituída por 3 (três) árbitros.

Parágrafo Terceiro - Os árbitros deverão decidir com base na legislação brasileira aplicável, sendo vedada a aplicação do princípio da equidade.

Parágrafo Quarto - O laudo arbitral será considerado final e definitivo, e obrigará os acionistas, que renunciam expressamente qualquer forma de recurso contra o laudo arbitral.

Parágrafo Quinto - Os acionistas poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo discriminados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelos acionistas: (i) para assegurar a instituição da arbitragem; (ii) para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do tribunal arbitral; e (iii) para execução de qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, o laudo arbitral. Para tanto, os acionistas neste ato elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para analisar e julgar essas questões.

Parágrafo Sexto - A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem será determinada em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ou pelo tribunal arbitral."

***

Ricardo Menin Gaertner
Secretário da Mesa

JUCESP
JUCESP PROTOCOLO
0.248.247/17-7

J&F INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 00.350.763/0001-62
NIRE 35.300.340.825

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2017

Data, Horário e Local: 06 de março de 2017, às 16:00 horas, na sede da J&F Investimentos S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500 – Bloco I – 1º andar – A, Vila Jaguara, CEP 05118-100.

Convocação e Presença: Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, verificando-se, portanto, o *quorum* necessário para a instalação da Reunião.

Mesa: Joesley Mendonça Batista, Presidente da Mesa; e Ricardo Menin Gaertner, Secretário da Mesa.

Ordem do Dia: Reeleger os membros da Diretoria da Companhia.

Deliberação: Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações, reeleger os membros da Diretoria da Companhia, o Sr. **Joesley Mendonça Batista**, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG. nº 54.852.547-x SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 376.842.211-91, para o cargo de Diretor Presidente, e o Sr. **Antônio da Silva Barreto Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 56.316.496-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 003.245.181-45, para o cargo de Diretor, ambos domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Vila Jaguara, CEP 05118-000, para um mandato de 03 (três) anos contado a partir desta data, em conformidade com artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, sendo permitida a reeleição.

Em face da deliberação acima, a Diretoria da Companhia será composta da seguinte forma: Joesley Mendonça Batista – Diretor Presidente, Antônio da Silva Barreto Junior – Diretor.

Os Diretores, eleitos e presentes à Reunião do Conselho de Administração, foram investidos e tomam posse em seus cargos na forma do Estatuto Social, nesta data, na forma da lei,

mediante a assinatura dos respectivos termos de posse arquivados na sede da Companhia, e declaram, para os efeitos legais, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividades mercantis, nem estão impedidos por lei especial a exercer a administração de sociedades ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Conselheiros Presentes: José Batista Sobrinho, Wesley Mendonça Batista, Joesley Mendonça Batista, José Carlos Grubisich Filho e Gilberto Tomazoni.

"Certifico que o presente é um extrato da ata original lavrada em livro próprio."

São Paulo, 06 de março de 2017.

Ricardo Menin Gaertner
Secretário da Mesa



ITAÚSA

Demonstrações Contábeis Completas

31 de Dezembro de 2016

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2016, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que na qualidade de auditores independentes emitiram relatório sem ressalva e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Considerando as boas práticas de Governança adotadas pelo Conglomerado, as demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa responsável pelos serviços de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., principal investimento da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBOVESPA.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos apresentaram no 2S16 sinais de melhora do crescimento econômico, que permanece em ritmo moderado.

Nos Estados Unidos, o PIB cresceu 1,9% no 4T16 em relação ao 4T15. A taxa de desemprego média no 4T16 foi de 4,7%, abaixo dos 5,0% registrados no 4T15.

Na zona do euro, o PIB no 4T16 cresceu 1,8% frente ao mesmo período do ano anterior. Os níveis de emprego na região continuam melhorando, com a taxa de desemprego caindo para 9,6% em dezembro de 2016, ante 10,5% em igual período do ano passado. No Reino Unido, o PIB no 4T16 registrou crescimento de 2,2% frente ao mesmo período do ano anterior. A taxa de desemprego caiu de 5,2% no final do ano passado para 4,9% em novembro desse ano. No entanto, a perspectiva de saída do Reino Unido da União Europeia, cujo processo deve ter início em março desse ano, representa riscos de desaceleração à frente, particularmente para o Reino Unido.

A perspectiva de crescimento nos países emergentes continua favorável. O PIB da China cresceu 6,8% na comparação anual no 4T16, estando praticamente estável desde o início de 2016. Os preços das commodities metálicas e energéticas subiram no 4T16 com demanda acima do esperado e redução da oferta.

No cenário doméstico, o PIB no 3T16 contraiu 0,8% frente ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). Com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a contração foi de 2,9%. Indicadores preliminares sugerem uma nova retração no quarto trimestre deste ano. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, medido pela Pnad Contínua, se elevou para 12,0% no último trimestre de 2016 ante 9,0% no mesmo período do ano anterior.

A indústria vem apresentando sinais de estabilização nos últimos meses. Em dezembro do ano passado, a produção industrial ficou 0,1% abaixo de dezembro de 2015. O ajuste cíclico nos estoques deve impulsionar uma recuperação modesta da indústria à frente.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -9,2% em dezembro de 2016, em termos reais, contra um recuo de 3,6% um ano antes. As concessões acumuladas de 2016 recuaram 15,6%, em termos reais, contra uma queda de 11,2% em 2015. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física recuou 0,2 p.p. nos últimos 12 meses para 4,0% em dezembro de 2016. Quanto ao crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência alcançou 3,5% em dezembro de 2016 (2,6% em dezembro de 2015).

A inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2016 em 6,3% – bem abaixo dos 10,7% apurados no ano anterior –, e dentro do intervalo de tolerância da meta para a inflação estabelecido pelo Banco Central. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 5,5% no período (ante 18,1% em 2015), enquanto os preços livres, 6,6% (ante 8,5% em 2015).

A inflação corrente em trajetória mais clara de queda e a atividade aquém do esperado permitiram a flexibilização da política monetária. O Banco Central, na reunião de janeiro, cortou em 0,75 p.p. a taxa básica de juros. O déficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,3% do PIB em 2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 115

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Sustentabilidade

Pelo décimo terceiro ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2016/2017, a carteira é integrada por 316 empresas de 28 países, das quais apenas 7 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A.

A Itaúsa obteve a maior nota do setor bancário nos quesitos:

- Política/Medidas Anticrime;
- Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico;
- Riscos e Oportunidades do Negócio; e
- Inclusão Financeira.

Além disso, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram novamente selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

Pelo décimo ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE). Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 38 ações de 34 companhias, representando 15 setores que somavam R$ 1,31 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 52,14% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA (em 22.11.2016). Esta nova carteira passou a vigorar em 02.01.2017.

Eventos Societários e Retorno aos Acionistas

A exemplo do que ocorreu nos três últimos anos, a Assembleia Geral de 29.04.2016 aprovou bonificação de 10% em ações com capitalização de reservas de lucros no montante de R$ 4.080 milhões. A bonificação teve por objetivo de aumentar a liquidez das ações em decorrência do ajuste do valor de sua cotação no mercado, uma vez que a negociação a um patamar mais acessível, combinada com uma maior quantidade de ações em circulação, gera potencialmente mais negócios e maior volume financeiro, o que resulta em criação de valor aos Acionistas. Considerando que os dividendos trimestrais foram mantidos em R$ 0,015 por ação, os valores pagos trimestralmente aos Acionistas foram incrementados em 10% após a inclusão das novas ações nas posições. O custo atribuído às ações bonificadas foi de R$ 6,04028937 por ação, impactando o preço médio da carteira dos Acionistas. As novas ações foram creditadas no dia 05.05.2016.

Nessa mesma Assembleia deliberou-se o cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, mediante absorção de R$ 33,1 milhões. A aquisição de ações de emissão própria, com seu posterior cancelamento, aumenta o percentual de participação dos Acionistas no capital da Companhia e, se mantido o resultado financeiro e o percentual de distribuição do lucro, possibilita um maior retorno em dividendos e juros sobre o capital próprio aos Acionistas remanescentes.

Reunido em 13.02.2017, o Conselho de Administração deliberou:

JCP obrigatório e adicional de 2016:

- Declarar JCP adicional ao mínimo obrigatório de 2016 de R$ 0,16780, tendo como data-base 20.02.2017, conforme segue:

  (i) a primeira parcela será paga em 03.03.2017 no valor de R$ 0,04900 por ação (líquido de R$ 0,04165 por ação); e

  (ii) a segunda parcela será paga em 06.04.2017 no valor de R$ 0,11880 por ação (líquido de R$ 0,10098 por ação).

- Pagar em 03.03.2017, em parcela única, os juros sobre o capital próprio (JCP) de R$ 0,2760 por ação (líquido de R$ 0,23460 por ação) declarados em 19.12.2016, tendo como data-base 22.12.2016.

- O pagamento antecipado e em parcela única do JCP obrigatório se justifica pelo fato da segunda parcela do JCP adicional ora declarado, ser suficiente para a integralização das ações que vierem a ser subscritas na chamada de capital mencionada a seguir.

Chamada de Capital:

- Elevar o capital social de R$ 36.405 milhões para R$ 37.145 milhões, mediante emissão de 121.311.478 novas ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.341.899 ordinárias e

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 116

74.969.579 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado:

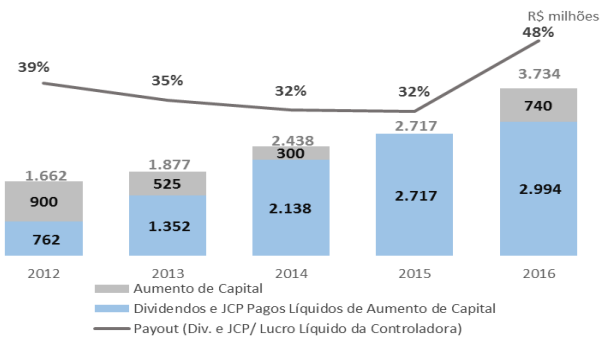
(i) o preço de subscrição: fixado em R$ 6,10 por ação ordinária ou preferencial, tendo como parâmetro a cotação média ponderada das ações preferenciais na BM&FBOVESPA no período de 14.10.2016 a 10.02.2017, ajustada com deságio de aproximadamente 30%; e

(ii) direito de preferência: os Acionistas poderão subscrever as ações no período de 02.03.2017 a 31.03.2017, na proporção de 1,6386161% sobre as ações da mesma espécie que possuírem na posição acionária final do dia 20.02.2017.

Programa de Recompra/Cancelamento de Ações da Companhia:

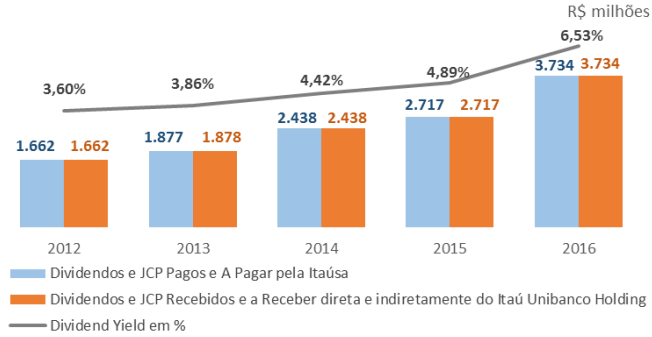
- Cancelar as 26.819.000 ordinárias escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, mediante absorção de R$ 204,1 milhões consignados nas reservas de lucros; e
- Renovar a autorização para aquisição, no período de 18 meses e a preço de mercado, de até 80.000.000 de ações ordinárias e igual quantidade de ações preferenciais de emissão própria para tesouraria.

Por conta do resultado apurado no exercício de 2016, a remuneração aos acionistas totalizará R$ 3.734 milhões em dividendos/JCP, líquidos de impostos. Este montante representa um crescimento de 37,4% comparando-se ao total relativo ao exercício anterior. O payout (dividendos e JCP / lucro líquido da Controladora, excluída a reserva legal de 5%) de 2016 foi de 48%, aumento de 16p.p. em relação ao exercício de 2015. Nota-se que o total de dividendos/JCP relativo ao exercício de 2016, líquidos da chamada de capital, representa um crescimento de 10,2% sobre o valor líquido do exercício de 2015.



Ao final de dezembro de 2016, o retorno[(a)] do investimento em dividendos/JCP (*dividend yield*) ao acionista em relação à cotação média do ano da ação preferencial (ITSA4), líquido de impostos, foi de 6,53%.

(a) Dividendo/JCP Liquido p/ ação relativo ao ano base (x) - ajustada por bonificação, desdobramento e grupamento. Cotação Média Ponderada da ação PN no ano(x) - ajustada por proventos, exceto dividendos. Base competência do exercício.



Registramos que os Acionistas da Itaúsa, também correntistas do Itaú no Brasil e com ações no ambiente escritural, podem investir automaticamente os dividendos na compra de ações por meio de adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD. Para aderir ao PRD acesse o Itaú Bankline (www.itau.com.br) ou ligue (xx11)3003-9285 para Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-720-985 para Demais Localidades.

Reunião Pública - APIMEC

Em 17.11.2016, a Itaúsa realizou a 16ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec, para apresentar os resultados do Conglomerado. O evento realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP foi acompanhado por cerca de 260 participantes no local e também foi transmitido ao vivo pela Internet.

Revisão de Portfólio

A Itaúsa é uma sociedade que tem por objeto participar do capital de outras empresas e está continuamente analisando novos investimentos e avaliando potenciais operações que agreguem valor a seus acionistas. Para realização de estudos que auxiliem na definição de possíveis setores de interesse e apoio na tomada de decisão de investimento, a Itaúsa contratou uma renomada consultoria estratégica.

Nesse contexto a Itaúsa comunicou:

- Em 01.11.2016 que conjuntamente com Brasil Warrant Administração de Bens e

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 117

Empresas S.A. e Cambuhy Investimentos Ltda., ingressou formalmente no processo competitivo de aquisição de participação societária na Petrobras Distribuidora S.A. ("BR Distribuidora"). Até o presente momento, não houve qualquer oferta ou celebração de contrato com a Petrobras no que diz respeito à aquisição de participação societária na BR Distribuidora.

- Em 27.12.2016 que sua controlada Elekeiroz comunicou que na elaboração das suas demonstrações contábeis do exercício de 2016 seria feito o reconhecimento de redução no valor contábil de determinados ativos (*impairment*), bem como a realização de outros ajustes contábeis. Tal reconhecimento impactou negativamente o resultado e o patrimônio líquido individuais da Itaúsa do último trimestre de 2016 em R$ 267 milhões.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas.

Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 07).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente — Em R$ Milhões

	01/01 a 31/12/2016	%	01/01 a 31/12/2015	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	**8.754**	**100,9%**	**8.482**	**99,8%**	**3,2%**
Área Industrial	**(80)**	**-0,9%**	**16**	**0,2%**	**-600,0%**
Duratex	(4)	0,0%	76	0,9%	-105,3%
Elekeiroz	(49)	-0,6%	(29)	-0,3%	69,0%
Itautec	(27)	-0,3%	(31)	-0,4%	-12,9%
Outros	**4**	**0,0%**	**-**	**0,0%**	**na**
Total REP Recorrente	**8.678**	**100,0%**	**8.498**	**100,0%**	**2,1%**
Resultado Próprio da Itaúsa	**(35)**		**(82)**		
Despesas Gerais e Administrativas	(43)		(40)		
Receitas/Despesas Financeiras	67		98		
Despesas Tributárias	(288)		(227)		
Outras Receitas Operacionais	24		12		
IR/CS	205		75		
Lucro líquido Recorrente	**8.643**		**8.416**		**2,7%**
Resultado não recorrente	**(432)**		**452**		
Próprio	-		(142)		
Decorrentes de participação no Itaú Unibanco Holding	(170)		587		
Decorrentes de participação na Duratex	13		(11)		
Decorrentes de participação na Elekeiroz	(283)		18		
Decorrentes de participação na Itautec	7		-		
Decorrentes de participação na Itaúsa Empreendimentos	1		-		
Lucro Líquido	**8.211**		**8.868**		**-7,4%**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 118

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 43 milhões em 2016, 7,5% maior que em 2015. Em relação ao lucro líquido, as DGAs representaram 0,5%, mesmo percentual de 2015.

Receitas/Despesas Financeiras

Em 2016, a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R$ 67 milhões.

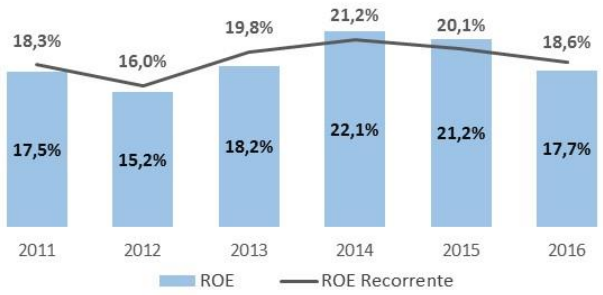
Despesas Tributárias

No acumulado do ano, as despesas tributárias totalizaram R$ 288 milhões. Essas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras e receita de juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a dezembro de 2016 foi de R$ 8.643 milhões, aumento de 2,7% em relação ao ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 18,6%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R$ 8.211 milhões com rentabilidade de 17,7%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

A Itaúsa possui uma sólida posição de liquidez. O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R$ 976 milhões ao final de dezembro de 2016.

O endividamento[(a)] da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de 6,2%, sendo que das obrigações totais de R$ 3,1 bilhões, R$ 2,0 bilhões eram referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(a) (passivo circulante e não circulante / total do ativo) x 100

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

Em R$ Milhões

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido	8.211	8.868	5	126	8.216	8.994
Lucro Líquido Recorrente	8.643	8.416	(9)	145	8.634	8.561
Patrimônio Líquido	47.729	44.847	2.950	3.024	50.679	47.871
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,7%	21,2%	0,2%	4,1%	16,6%	20,0%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,6%	20,1%	-0,3%	4,7%	17,5%	19,1%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação

R$ por ação

	31/12/2016	31/12/2015	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	1,11	1,20	(7,4)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,17	1,13	2,7
Valor Patrimonial da Controladora	6,45	6,04	6,8
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,50	0,37	38,0
Preço da Ação PN [(1)]	8,22	6,26	31,2
Capitalização de Mercado [(2)] - em R$ milhões	60.855	46.539	30,8

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 29 de abril de 2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 119

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

Em R$ Milhões

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	**8.211**	**8.868**	**5**	**126**	**8.216**	**8.994**
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes D= (A + B + C)	**432**	**(452)**	**(14)**	**19**	**418**	**(433)**
Próprio (A)	**-**	**142**	**-**	**-**	**-**	**142**
Amortização de Ágios	-	142	-	-	-	142
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (B)	**170**	**(587)**	**-**	**-**	**170**	**(587)**
Movimentação de Ações em Tesouraria	76	477	-	-	76	477
Majoração da Alíquota da CSLL	-	(1.465)	-	-	-	(1.465)
Provisão para Contingências	86	260	-	-	86	260
Outros	8	141	-	-	8	141
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (C)	**262**	**(7)**	**(14)**	**19**	**248**	**12**
Duratex	(13)	11	(24)	20	(37)	31
Elekeiroz - *Impairment* e outros ajustes contábeis (1) (2)	267	-	9	-	277	-
Elekeiroz - Demais	16	(18)	1	(1)	17	(19)
Itautec	(7)	-	-	-	(7)	-
Itausa Empreendimentos	(1)	-	-	-	(1)	-
Lucro Líquido Recorrente	**8.643**	**8.416**	**(9)**	**145**	**8.634**	**8.561**

(1) *Impairment* - Redução no valor contábil dos ativos

(2) Ver detalhes no item 5) Companhias Controladas Itaúsa - Elekeiroz - pág. 13

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

Em R$ Milhões

	Janeiro a Dezembro	Área de Serviços Financeiros	Área Industrial			CONSOLIDADO ITAÚSA (2)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex (1)	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	**2016**	**1.353.241**	**9.341**	**434**	**136**	**59.020**
	2015	1.276.415	9.008	763	219	54.830
Receitas Operacionais (3)	**2016**	**208.274**	**3.910**	**771**	**8**	**13.266**
	2015	173.428	3.963	894	28	13.942
Lucro Líquido	**2016**	**23.263**	**26**	**(344)**	**(15)**	**8.216**
	2015	25.740	192	(11)	(19)	8.994
Patrimônio Líquido (PL)	**2016**	**122.582**	**4.571**	**111**	**56**	**50.679**
	2015	112.252	4.616	455	77	47.871
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) (4)	**2016**	**20,1%**	**0,6%**	**-93,0%**	**-23,5%**	**16,6%**
	2015	24,8%	4,1%	-2,4%	-21,1%	20,0%
Geração Interna de Recursos (5)	**2016**	**97.507**	**932**	**(24)**	**(13)**	**891**
	2015	56.881	919	31	1	974

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.
Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:
- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez + set + jun + mar + dez'15)/5).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Obs.: O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

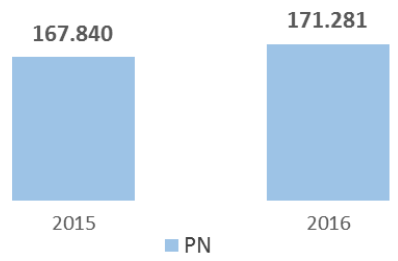
Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 120

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o ano de 2016 cotadas a R$ 8,28, valorização de 32,4% em relação à cotação de encerramento do ano anterior, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou valorização de 38,9%.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) em 2016 foi de R$ 171,3 milhões, em comparação a R$ 167,8 milhões no do ano anterior, com 7.264 mil negócios em 2016 (7.325 mil em 2015).

Volume médio financeiro negociado – diário (R$ mil)



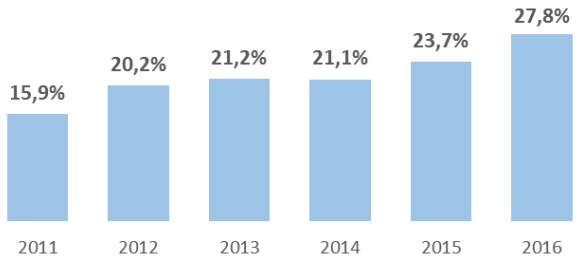
Desconto Itaúsa

O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para recebê-lo basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 29 de dezembro de 2016, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 27,8% em relação ao valor de mercado da soma de suas participações nas Companhias, em comparação a 23,7% observado ao final de 2015.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R$ 60.855 milhões, alta de 30,8% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R$ 84.317 milhões.

Histórico Desconto Itaúsa



Em 31 de dezembro de 2016, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 51.717.

5) COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA

Itaú Unibanco

Mudanças na Administração - No dia 9 de novembro, foi divulgada a sucessão do atual Presidente Executivo (CEO), seguindo o processo de transição planejado e comunicado ao mercado há mais de dois anos. O Itaú Unibanco anunciou também uma série de mudanças em seu Comitê Executivo.
Até a próxima Assembleia (em 19/04), Roberto Setubal permanece na presidência da Companhia, sendo que após deverá atuar, em conjunto com Pedro Moreira Salles, como co-presidente do Conselho de Administração do Itaú. Na sequência, será proposta a eleição de Candido Bracher como Presidente Executivo do Itaú Unibanco Holding.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco - Pelo quarto ano consecutivo, o Itaú Unibanco bonificou as ações em 10%. Se considerar apenas as bonificações nos últimos 4 anos, em função da manutenção do dividendo mensal em R$ 0,015 por

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 121

ação, houve incremento de 46% nos valores recebidos mensalmente pela Itaúsa.

Evento Subsequente – o Conselho de Administração do Itaú Unibanco, reunido em 06.02.2017, alterou a prática de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio ("JCPs") da Companhia, que passará a ser de 35% a 45% do lucro líquido consolidado recorrente nos próximos exercícios.
Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou:

- a declaração de "JCPs" complementares do exercício de 2016 no valor de R$ 0,77540 por ação, equivalente a R$ 4,3 bilhões (líquidos de imposto de renda). Os JCPs complementares serão pagos em 03.03.2017, com base na posição acionária final do dia 20.2.2017 e com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R$ 0,65909 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos; e
- que os JCPs aprovados e divulgados pelo Conselho de Administração em 09.12.16, no valor bruto de R$ 0,47140 por ação (líquido de R$ 0,40069 por ação), também serão pagos em 03.03.2017.

Assim, o total de JCPs a ser pago em 03.03.2017, líquido de imposto de renda, será de R$ 1,05978 por ação.
Somando o montante já distribuído durante o ano de 2016 com o montante que será distribuído em 03.03.2017, os acionistas do Itaú receberão R$ 1,5789 por ação (líquido de imposto de renda) que totalizam R$ 10,0 bilhões de dividendos e JCPs, valor esse que equivale a 45% do lucro líquido consolidado recorrente do exercício de 2016, o que representa um aumento de 36,9% em relação ao exercício de 2015.

Fusões e Aquisições

Aquisição de Controle – Recovery – Em março de 2016, o Itaú Unibanco concluiu a operação de aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A., sendo 81,94% do Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e 7,14% de outros acionistas, e de aproximadamente 70% de um portfólio de R$ 38 bilhões em direitos creditórios de titularidade do BTG.

Itaú CorpBanca – Em abril de 2016, o banco concretizou a união das operações do Banco Itaú Chile com o CorpBanca e passou a deter o controle da entidade resultante – o Itaú CorpBanca – com participação de 33,58% em seu capital social. Nessa mesma data, foi assinado o Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca, que garantiu ao Itaú Unibanco, o direito de indicar, conjuntamente com o Corp Group[1], a maioria dos membros do Conselho de Administração do Itaú CorpBanca. Esses membros são indicados de acordo com a participação societária de cada parte, sendo que o banco tem o direito de eleger a maioria desse bloco.

A partir de 1º de abril de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Itaú Unibanco, acrescentando aproximadamente R$ 115 bilhões de ativos no balanço patrimonial.

Em outubro de 2016, o banco adquiriu 10,9 bilhões de ações do Itaú CorpBanca pelo valor de aproximadamente R$ 288,1 milhões, sendo esta operação prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado entre Itaú Unibanco e Corp Group em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do Itaú Unibanco no Itaú CorpBanca passou de aproximadamente 33,58% para aproximadamente 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

1 Corp Group é uma holding diversificada controlada pela família Saieh, com investimentos no setores financeiro, varejo, imobiliário, hoteleiro e de mídia.

Seguro de Vida em Grupo – Em setembro de 2016, o Itaú Unibanco celebrou um contrato de alienação da totalidade de nossas operações de seguros de vida em grupo com a Prudential do Brasil. A alienação desta operação reitera a estratégia, já divulgada, de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Citibank – Em outubro de 2016, o banco celebrou um contrato (Equity Interest Purchase Agreement) com o Citibank para aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN – Tecnologia Bancária S.A. e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização.A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações do BACEN e do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Banco Itaú BMG Consignado **–** Em dezembro de 2016, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias e o cumprimento de condições precedentes, o Itaú Unibanco concluiu a operação de

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 122

aquisição da totalidade da participação detida pelo Banco BMG no Banco Itaú BMG Consignado. Esta participação corresponde a 40% do capital social do Itaú BMG Consignado, o que significa que o Itaú Unibanco passou a deter 100% do capital desta instituição. O valor pago foi de R$ 1,46 bilhão. Foi mantida a liderança entre os bancos privados neste segmento*. Em 31 de dezembro de 2016, a carteira do Itaú Unibanco era de R$ 44,6 bilhões, incluindo as operações do Itaú BMG Consignado.

*Dados de dezembro de 2016.

IFRS

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Resultados

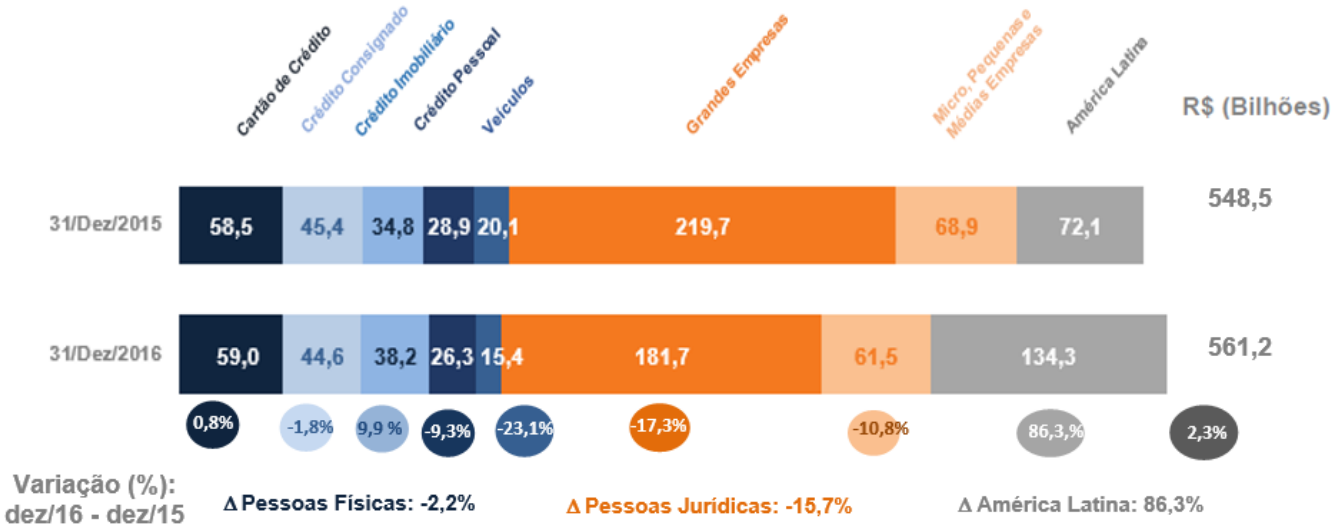
No período de janeiro a dezembro de 2016, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R$ 23,5 bilhões, com crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2015, e a rentabilidade anualizada recorrente sobre o patrimônio líquido médio foi de 20,3%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de serviços e seguros, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos e foco no cliente.

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R$ 1,4 trilhão ao final de dezembro de 2016, com aumento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A diversificação dos negócios reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com mais garantias atreladas, e em nosso processo de internacionalização das operações do banco.

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R$ 561,2 bilhões, um aumento de 2,3% em relação a 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, ao efeito da consolidação do Itaú CorpBanca nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco, a partir do 2º trimestre de 2016. Se forem considerados também os riscos de crédito que o banco tem na modalidade de títulos privados, esse aumento atinge 2,0%. Abaixo a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:



Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 123

Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2012, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira do Itaú Unibanco:

- O índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias) alcançou 3,4% em 31 de dezembro de 2016, redução de 0,1 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2015;
- Na carteira de clientes pessoas físicas, esse índice atingiu 4,9% ao final de dezembro de 2016, redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- Na carteira de clientes pessoas jurídicas, atingiu 2,1% ao final de dezembro de 2016, aumento de 0,2 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2015.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R$ 2,1 trilhões em 31 de dezembro de 2016, aumento de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os depósitos à vista somados aos de poupança reduziram 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Solidez de Capital

Ao final de dezembro de 2016, o Índice de Basileia atingiu 19,1%, sendo: (i) 15,9% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; (ii) 3,2% referente à Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva do banco em absorver possíveis perdas.

Liquidez

A partir do segundo trimestre de 2016, o banco passou a informar a média do período para seu indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês “Liquidity Coverage Ratio”), cujo cálculo segue metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749, alinhada às diretrizes internacionais. O LCR é um índice que relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias. Para 2016, o índice mínimo exigido pelo Banco Central foi 70%, sendo que, nesse ano, o indicador médio da Companhia foi de 212,8%.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Índices de Sustentabilidade: Pelo 17º ano consecutivo o Itaú Unibanco foi selecionado para compor o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal índice de sustentabilidade no mundo, em sua edição 2016/2017. O Itaú Unibanco é o único banco latino-americano que participa da composição do índice desde sua criação em 1999. Pelo 12º ano consecutivo o banco foi selecionado para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2016.

Investimento Social Privado - Em 2016, o Itaú Unibanco investiu R$ 473,0 milhões em projetos, sendo que 67,3% foram através de doações e patrocínios realizados pelo próprio Itaú Unibanco e 32,7% foram por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), contribuindo em projetos voltados a educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.

Duratex

Os investimentos no ano de 2016 totalizaram R$ 473,7 milhões, dos quais R$ 190,1 milhões destinados a manutenção fabril, R$ 190,7 milhões utilizados para atividades de reflorestamento e R$ 92,9 milhões referentes ao aumento de participação na subsidiária Colombiana Tablemac, e o seu consequente fechamento de capital. Em um cenário tão incerto como foi 2016, a Duratex restringiu seu plano de investimentos, com enfoque para manutenção das suas operações, todavia sem prejudicar a estratégia de longo prazo, como por exemplo aumentando a participação na Tablemac.

Resultados

A receita líquida em 2016 totalizou R$ 3.909,8 milhões, retração de apenas 1,3%, mesmo com retração maior de volume (-5,3% na Deca e -2,6% na Madeira). Isto é reflexo principalmente, dos aumentos de preço praticados em ambas divisões ao longo de 2016.

A Duratex registrou em 2016 EBITDA ajustado e recorrente de R$ 681,0 milhões retração de 18,6% comparada ao ano anterior, refletindo os impactos de menores volumes apresentados, mix de produtos com menor valor agregado e uma dinâmica de mercado ainda desfavorável. No entanto, o EBITDA ajustado e recorrente do quarto trimestre foi positivamente afetado pela venda de ativos florestais, maiores

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 124

volumes na divisão madeira, mix mais nobre na Divisão Deca e das iniciativas de corte de custos adotadas pela Duratex, totalizando R$ 217,1 milhões, cerca de 17% maior que no mesmo período de 2015.

Ao longo do ano de 2016, a Duratex reverteu o prejuízo acumulado no primeiro semestre. A companhia demonstrou capacidade de reação com as reduções de custos, melhora de preço e vendas de ativos florestais excedentes. Esse conjunto de medidas foi suficiente para a reversão do resultado e o lucro líquido no ano foi de R$ 26,2 milhões. Vale ressaltar que o lucro líquido recorrente foi negativo em R$ 12,9 milhões (excluindo a venda de terras).

O endividamento líquido da Duratex apresentou redução de aproximadamente R$ 87 milhões em relação ao trimestre anterior, acumulando ao final do ano R$ 2.040,7 milhões. Com isso, a alavancagem que estava em 3,28 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda no trimestre anterior reduziu para 2,99 vezes no acumulado anual. Apesar de ainda pequena, essa diminuição do endividamento sinaliza o esforço da Duratex na redução da dívida líquida. Essa melhora ocorreu por conta do aumento de prazo com fornecedores, vendas de ativos florestais, venda de fazendas que apesar de ser um evento extraordinário, tem efeito positivo no caixa. As iniciativas estão em linha com o objetivo da Companhia em redução dos níveis de endividamento, com destaque para os esforços para melhoria de capital de giro.

O ano de 2016 foi de instabilidade e incertezas no setor moveleiro que impactaram a **Divisão Madeira**. Houve queda de volume em 2016 de 2,6% em relação ao ano anterior. A receita líquida da Divisão Madeira totalizou R$ 2.594,5 milhões no ano, praticamente estável em relação a 2015. No acumulado do ano, a margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 19,4% ante 22,9% em 2015. O menor nível de demanda doméstica por painéis de madeira, reflexo da retração do consumo, e um cenário mais competitivo pressionaram os preços ao longo do ano e prejudicaram o resultado desta Divisão.

A **Divisão Deca** consolidou vendas de 24,6 milhões de peças em 2016, queda de 5,3% em relação ao ano anterior. A receita líquida no ano foi de R$ 1.315,2 milhões, redução de 3,7% quando comparada a 2015. A margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 13,4% (17,7% em 2015).

O segmento da construção civil no qual a Deca opera foi duramente afetado pelas condições adversas de mercado, acumulando pelo terceiro ano seguido retração no Índice medido pela Abramat. Apesar de apresentar piora em seus resultados, a Deca novamente obteve desempenho superior à média do setor. O índice indicou retração de 11,5% na receita do setor em 2016, porém a receita da Deca retraiu apenas 3,7%, reflexo das iniciativas comerciais adotadas ao longo do ano, da força e reconhecimento da marca Deca perante o consumidor final e da solidez do grupo que continuou investindo na marca mesmo no cenário adverso.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A Duratex revisou em 2016 a sua Estratégia de Sustentabilidade, construída de forma coletiva pelos colaboradores da companhia.

A Estratégia possui quatro pilares e oito temas relevantes sobre os quais foram estabelecidas metas de desempenho sociais e ambientais a serem alcançadas até 2025.

Esse processo evolutivo e de aprendizado demonstra o compromisso com a melhoria de sua gestão e com a ampliação da geração de valor para toda a sociedade. Exemplo disso é a permanência da Duratex no ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial, da BM&FBOVESPA, na carteira de 2017, e o reconhecimento do Guia Exame de Sustentabilidade como a empresa modelo no setor de Materiais de Construção.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R$ 33,0 milhões nos doze meses de 2016, destinados principalmente à manutenção das operações e à aquisição de 50% da Empresa Nexoleum Bioderivados, criando uma joint venture para explorar o mercado de plastificantes com base renovável, complementando, assim, o portfólio de soluções sustentáveis para nossos clientes do setor de PVC flexível.

Resultados

No ano de 2016 as expedições foram 6% inferiores a 2015, sendo que os produtos orgânicos e os produtos inorgânicos apresentaram quedas, respectivamente, de 7% e 6%. Apesar da queda no ano, o último trimestre do ano mostra sinais de recuperação com expedições 24% superiores ao trimestre anterior, impulsionadas pelo aumento de 66% nas expedições de produtos inorgânicos.

A receita líquida de 2016 atingiu R$ 770,8 milhões, 14% abaixo do mesmo período de 2015. As vendas internas recuaram 10% e as exportações 46%.

O lucro bruto do 4º trimestre foi o maior registrado no ano, 28% superior ao realizado no 3º trimestre e 73%

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 125

acima do 2º trimestre. O acumulado de 2016 foi de R$ 40,0 milhões, 35% abaixo do realizado no ano anterior.

Em 2016 o EBITDA foi de R$ 56,4 milhões negativos (R$ 45,5 milhões positivos em 2015). O EBITDA recorrente foi R$ 1,1 milhão no ano.

No acumulado do ano a Elekeiroz totalizou prejuízo de R$ 343,7 milhões, sendo R$ 50,3 milhões recorrente (prejuízo de R$ 11,0 milhões em 2015).

Ajustes Contábeis Relevantes nas Demonstrações Financeiras da Elekeiroz de 2016

Em 27 de dezembro de 2016, a Elekeiroz fez o reconhecimento de redução no valor contábil de determinados ativos (*impairment*) bem como outros ajustes contábeis, com impactos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016, conforme detalhado a seguir:

- Redução do Valor Contábil de Ativos ao seu Valor Recuperável – Impairment, em montante de R$ 154,8 milhões;
- Baixa de Ativos e Constituição de Provisões relativas às unidades de Plastificantes e Anidrido Ftálico situadas em Camaçari (BA), descontinuadas em definitivo, no montante de R$ 51,3 milhões;
- Baixa de Ativos relativos a Créditos Fiscais referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R$ 50,5 milhões;
- Complemento de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em montante de R$ 20,3 milhões.

Os ajustes acima referidos impactam negativamente o resultado da Elekeiroz no último trimestre e no exercício de 2016 em R$ 276,9 milhões, reduzindo o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 para R$ 111,4 milhões.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Gestão da Qualidade e Atuação Responsável: todas as linhas de produção da Elekeiroz são certificadas pela ISO 9001. Além disso, a empresa foi uma das patrocinadoras do Congresso de Atuação Responsável, realizado em outubro de 2016 pela Abiquim.

Itautec

Dissidência de Acionistas: Consoante decisão do Colegiado da CVM proferida em reunião de 09.08.2016, publicada no Diário Oficial da União em 29.09.2016, o processo de dissidência decorrente da mudança do objeto social da Itautec foi concluído e arquivado em razão do cumprimento das cláusulas acordadas no Termo de Compromisso celebrado em 21.01.2016, não havendo qualquer obrigação adicional a ser cumprida pela Companhia.

Parceria com a OKI Electric Industry CO. LTD. ("Oki"): Em 11.01.2017 a Itautec exerceu a opção de venda (put option) das 763.740 ações da Oki Brasil pelo montante de R$ 53.350 mil, recebidos da Oki na mesma data; em consequência, Itautec passou a deter 1.717.650 ações (11,2% do capital da Oki Brasil).

Gestão operacional: A Itautec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus Clientes.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 126

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 106,4 mil colaboradores ao final de dezembro de 2016, incluindo aproximadamente 14,4 mil colaboradores em unidades no exterior e 56 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R$ 15,3 bilhões de janeiro a dezembro de 2016, com crescimento de 10,1% em relação ao ano anterior.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro à dezembro de 2016, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro à dezembro de 2016, foram prestados os seguintes serviços:

- 06 de janeiro – serviços de *Benchmarking* de Capital Humano 2016;
- 22 de janeiro, 25 de agosto e 22 de dezembro - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março, 16 de maio e 23 de maio – aquisição de treinamentos, materiais técnicos e pesquisa;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 11 de julho – assessoria na revisão da estruturação de venda de carteira de crédito; e
- 24 de outubro – avaliação de disponibilidade referente à regra de custódia SEC 206.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Vice-Presidente
Alfredo Egydio Setubal

Conselheiros
Henri Penchas
Paulo Setubal
Rodolfo Villela Marino
Walter Mendes de Oliveira Filho

Conselheiros Suplentes
Henrique Andrade Trinckquel
Ricardo Egydio Setubal
Ricardo Villela Marino

CONSELHO FISCAL

Presidente
Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros
Alexandre Barenco Ribeiro
Flavio César Maia Luz
José Maria Rabelo
Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes respectivos
José Roberto Brant de Carvalho
Paulo Roberto Borges Gomes Da Silva
Felício Cintra do Prado Júnior
Isaac Berensztejn
João Costa

DIRETORIA

Diretor Presidente
Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes
Roberto Egydio Setubal
Rodolfo Villela Marino

(*) Diretor de Relações com Investidores

Contador
Ricardo Jorge Porto de Sousa
CRC 1SP 185.916/O-8

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 128

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Moreira Salles

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal
Candido Botelho Bracher
Demosthenes Madureira de Pinho Neto
Fábio Colletti Barbosa
Gustavo Jorge Laboissière Loyola
José Galló
Nildemar Secches
Pedro Luiz Bodin de Moraes
Ricardo Villela Marino

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Geraldo Travaglia Filho

Membros

Antônio Francisco de Lima Neto
Diego Fresco Gutierrez
Maria Helena Dos Santos Fernandes de Santana
Rogério Paulo Calderón Peres

CONSELHO FISCAL

Presidente

Alkimar Ribeiro Moura

Conselheiros

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
José Caruso Cruz Henriques

DIRETORIA

Diretor Presidente

Roberto Egydio Setubal

Diretores Gerais

Candido Botelho Bracher
Eduardo Mazzilli de Vassimon
Márcio De Andrade Schettini
Marco Ambrogio Crespi Bonomi

Diretores Vice-Presidentes

André Sapoznik (**)
Caio Ibrahim David (**)
Claudia Politanski

Diretores Executivos

Alexsandro Broedel Lopes
Fernando Barçante Tostes Malta
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Paulo Sergio Miron

Diretores

Adriano Cabral Volpini
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Emerson Macedo Bortoloto
Gilberto Frussa
José Virgilio Vita Neto
Marcelo Kopel (*)
Matias Granata
Rodrigo Luís Rosa Couto
Sergio Mychkis Goldstein
Wagner Bettini Sanches

(*) Diretor de Relações com Investidores
(**) Eleitos em RCA de 09/12/2016, homologada pelo BACEN em 05/01/2017.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 129

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Salo Davi Seibel

Vice-Presidentes
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Ricardo Egydio Setubal

Conselheiros
Alfredo Egydio Setubal
Francisco Amauri Olsen
Helio Seibel
Juliana Rozenbaum Munemori
Raul Calfat
Rodolfo Villela Marino

Conselheiros Suplentes
Andrea Laserna Seibel
Olavo Egydio Setubal Júnior
Ricardo Villela Marino

DIRETORIA

Diretor Presidente
Antonio Joaquim de Oliveira (*)

Vice-Presidente da Unidade de Negócios DECA
Raul Penteado de Oliveira Neto

Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira
Henrique Guaragna Marcondes

Diretores
Alexandre Coelho Neto do Nascimento
Bruno Basile Antonaccio
Carlos Henrique Pinto Haddad
José Ricardo Paraíso Ferraz
Marco Antonio Milleo
Maria Julieta Pinto Rodrigues Nogueira
Nelson Ricardo Teixeira
Paulo Cesar Maróstica

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. – GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Ricardo Egydio Setubal

Vice-Presidente
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Conselheiros
Henri Penchas
Olavo Egydio Setubal Júnior
Rodolfo Villela Marino

Conselheiros Suplentes
Alfredo Egydio Setubal
Ricardo Villela Marino

DIRETORIA

Diretor Presidente
João Jacó Hazarabedian

Diretores
Carlos Roberto Zanelato
Maria Fernanda Ribas Caramuru
Rodolfo Latini Neto (*)

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Rodolfo Villela Marino

Vice-Presidente
Olavo Egydio Setubal Júnior

Conselheiros
Cesar Suaki dos Santos
Henri Penchas
Ricardo Egydio Setubal

Conselheiros Suplentes
Alfredo Egydio Setubal
Ricardo Villela Marino

DIRETORIA

Diretor Presidente
Marcos Antonio de Marchi (*)

Diretores
Elder Antonio Martini
Ricardo Craveiro Massari

(*) Diretor de Relações com Investidores

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 130

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.434	2.174
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	310	282
Clientes	5	934	996
Outros Ativos Financeiros	6a	1.441	1.176
Estoques	7	907	968
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	45.044	41.216
Imobilizado, Líquido	9	3.742	4.146
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	997	1.024
Ativos Biológicos	11	1.529	1.442
Ativos Fiscais		1.597	1.322
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		550	388
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12b	961	816
Outros		86	118
Outros Ativos Não Financeiros	6a	37	13
Ativo Mantido para Venda	28	20	41
Propriedade para Investimento	29	28	30
TOTAL DO ATIVO		**59.020**	**54.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.032	1.568
Empréstimos e Financiamentos	13	3.712	2.961
Debêntures	14	-	137
Provisões	15	996	743
Obrigações Fiscais		863	789
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		44	29
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	496	611
Outras		323	149
Outros Passivos	6b	738	761
Total do Passivo		**8.341**	**6.959**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	36.405	32.325
Ações em Tesouraria		(204)	(33)
Reservas	16c	13.077	13.341
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.549)	(786)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**47.729**	**44.847**
Participações de Acionistas não Controladores		2.950	3.024
Total do Patrimônio Líquido		**50.679**	**47.871**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**59.020**	**54.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 131

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	18	4.687	4.885
Custo dos Produtos e Serviços	19	(3.641)	(3.731)
Despesa com Vendas	19	(629)	(621)
Despesas Gerais e Administrativas	19	(307)	(316)
Outros Resultados Operacionais	20	(171)	23
Despesas Tributárias		(290)	(229)
Resultado Financeiro	21	(191)	(92)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	8.579	9.057
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**8.037**	**8.976**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12a	(75)	(40)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	254	58
Lucro Líquido		**8.216**	**8.994**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		8.211	8.868
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		5	126
Lucro por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		1,11	1,20
Preferenciais		1,11	1,20
Média ponderada quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.841.521.554	2.851.347.945
Preferenciais		4.575.176.570	4.568.368.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	**8.216**	**8.994**
Outros Resultados Abrangentes	**(763)**	**(301)**
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	**(540)**	**(283)**
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	**(520)**	**(303)**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(520)	(303)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	**(20)**	**20**
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(20)	20
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	**(223)**	**(18)**
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	**(221)**	**(18)**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(221)	(18)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	**(2)**	**-**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(2)	-
Total do Resultado Abrangente	**7.453**	**8.693**
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	7.448	8.567
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	5	126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 132

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		**891**	**974**
Lucro Líquido		8.216	8.994
Ajustes ao Lucro Líquido:		(7.325)	(8.020)
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		478	422
Depreciação, Amortização e Exaustão	9, 10, 11 e 29	645	638
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	(8.579)	(9.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(254)	(58)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	11c	(158)	(125)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5	48	18
Provisões para Passivos Contingentes	15b	194	139
Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível		155	-
Outros		146	3
Variações nos Ativos e Passivos		**(70)**	**276**
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(28)	8
Redução em Contas a Receber de Clientes		14	55
(Aumento) Redução em Estoques		61	(137)
Aumento em Ativos Fiscais		(21)	(134)
(Aumento) Redução em Demais Ativos		(289)	105
Aumento em Obrigações Fiscais		89	51
Aumento em Demais Passivos		104	328
Outros		**(346)**	**(264)**
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(15)	(13)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(331)	(251)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		**475**	**986**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimentos		(131)	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(404)	(575)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		2.827	2.550
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		**2.292**	**1.974**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Subscrição e Integralização de Capital		20	3
Aquisição de Ações para Tesouraria		(204)	(38)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(2.900)	(2.545)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		2.162	719
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(1.406)	(819)
Amortização de Debêntures		(153)	(7)
Pagamento aos Acionistas Dissidentes		(18)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		**(2.499)**	**(2.687)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**268**	**273**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	2.174	1.897
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(8)	4
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	2.434	2.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 133

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	%	01/01 a 31/12/2015	%
Receitas	**5.929**		**6.190**	
Vendas de Produtos e Serviços	5.866		6.165	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(48)		(18)	
Outras Receitas	111		43	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(4.040)**		**(3.921)**	
Custos dos Produtos e Serviços	(3.138)		(3.280)	
Materiais, Energia e Serviços Terceiros	(899)		(638)	
Outras	(3)		(3)	
Valor Adicionado Bruto	**1.889**		**2.269**	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(645)		(638)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	**1.244**		**1.631**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**8.990**		**9.509**	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8.579		9.057	
Receitas Financeiras	387		446	
Outras Receitas	24		6	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**10.234**		**11.140**	
Distribuição do Valor Adicionado	**10.234**	**100,00%**	**11.140**	**100,00%**
Pessoal	791	7,73%	813	7,30%
Remuneração Direta	627		650	
Benefícios	119		117	
F.G.T.S.	43		44	
Outros	2		2	
Impostos, Taxas e Contribuições	674	6,59%	818	7,34%
Federais	522		601	
Estaduais	141		211	
Municipais	11		6	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	553	5,40%	515	4,62%
Remuneração de Capital Próprio	8.216	80,28%	8.994	80,74%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	4.315		3.035	
Lucros Retidos do Período	3.896		5.833	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	5		126	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 134

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Balanço Patrimonial Individual

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa		666	802
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		310	282
Outros Ativos Financeiros		1.040	932
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.006	888
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		34	44
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 Ic	47.138	43.641
Imobilizado, Líquido		85	85
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		1.168	804
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		483	316
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		683	486
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		6	5
TOTAL DO ATIVO		**50.873**	**47.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.028	1.444
Provisões		821	595
Obrigações Fiscais		290	117
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		4	6
Outras		286	111
Outros Passivos		5	8
Total do Passivo		**3.144**	**2.164**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	36.405	32.325
Ações em Tesouraria		(204)	(33)
Reservas	16c	13.077	13.341
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.549)	(786)
Total do Patrimônio Líquido		**47.729**	**44.847**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**50.873**	**47.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 135

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado Financeiro		67	98
Outras Receitas		24	12
Despesas Gerais e Administrativas		(43)	(40)
Despesas Tributárias		(288)	(227)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 I c	8.246	9.092
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**8.006**	**8.935**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		6	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		199	(67)
Lucro Líquido		**8.211**	**8.868**
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		1,11	1,20
Preferenciais		1,11	1,20
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.841.521.554	2.851.347.945
Preferenciais		4.575.176.570	4.568.368.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	**8.211**	**8.868**
Outros Resultados Abrangentes	**(763)**	**(301)**
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	**(540)**	**(283)**
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	**(520)**	**(303)**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(520)	(303)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	**(20)**	**20**
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(20)	20
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	**(223)**	**(18)**
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	**(221)**	**(18)**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(221)	(18)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	**(2)**	**-**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(2)	-
Total do Resultado Abrangente	**7.448**	**8.567**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 136

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido		
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	Total
Saldo em 01/01/2015	**27.025**	**(91)**	**7.249**	**4.969**	**559**	**-**	**(485)**	**39.226**	**3.013**	**42.239**
Transações com os Acionistas	5.300	58	(5.255)	-	159	(3.035)	-	**(2.773)**	(115)	**(2.888)**
Subscrição e Integralização de Capital	300	-	-	-	-	-	-	**300**	-	**300**
Ações em Tesouraria	-	(38)	-	-	-	-	-	**(38)**	-	**(38)**
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	96	(96)	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Aumento de Capital com Reservas	5.000	-	(5.000)	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(115)	**(115)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.317)	-	**(2.317)**	-	**(2.317)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	-	-	718	(718)	-	**-**	-	**-**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014	-	-	(159)	-	(559)	-	-	**(718)**	-	**(718)**
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(173)	-	-	-	-	**(173)**	-	**(173)**
Integralização de Reservas	-	-	4.969	(4.969)	-	-	-	**-**	-	**-**
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	8.868	(301)	**8.567**	126	**8.693**
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.868	-	**8.868**	126	**8.994**
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(301)	**(301)**	-	**(301)**
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	443	-	-	(443)	-	**-**	-	**-**
Reservas a Integralizar	-	-	-	5.390	-	(5.390)	-	**-**	-	**-**
Saldo em 31/12/2015	**32.325**	**(33)**	**7.233**	**5.390**	**718**	**-**	**(786)**	**44.847**	**3.024**	**47.871**
Mutações do Período	**5.300**	**58**	**(16)**	**421**	**159**	**-**	**(301)**	**5.621**	**11**	**5.632**
Saldo em 01/01/2016	**32.325**	**(33)**	**7.233**	**5.390**	**718**	**-**	**(786)**	**44.847**	**3.024**	**47.871**
Transações com os Acionistas	4.080	(171)	(4.113)	-	524	(4.315)	-	**(3.995)**	(79)	**(4.074)**
Ações em Tesouraria	-	(204)	-	-	-	-	-	**(204)**	-	**(204)**
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	33	(33)	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Aumento de Capital com Reservas	4.080	-	(4.080)	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(79)	**(79)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.073)	-	**(3.073)**	-	**(3.073)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	-	-	1.242	(1.242)	-	**-**	-	**-**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	-	-	-	-	(718)	-	-	**(718)**	-	**(718)**
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(571)	-	-	-	-	**(571)**	-	**(571)**
Integralização de Reservas	-	-	5.390	(5.390)	-	-	-	**-**	-	**-**
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	8.211	(763)	**7.448**	5	**7.453**
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.211	-	**8.211**	5	**8.216**
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(763)	**(763)**	-	**(763)**
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	411	-	-	(411)	-	**-**	-	**-**
Reservas a Integralizar	-	-	-	3.485	-	(3.485)	-	**-**	-	**-**
Saldo em 31/12/2016	**36.405**	**(204)**	**8.350**	**3.485**	**1.242**	**-**	**(1.549)**	**47.729**	**2.950**	**50.679**
Mutações do Período	**4.080**	**(171)**	**1.117**	**(1.905)**	**524**	**-**	**(763)**	**2.882**	**(74)**	**2.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 137

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Ajustado	**(10)**	**21**
Lucro Líquido	8.211	8.868
Ajustes ao Lucro Líquido:	(8.221)	(8.847)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(8.246)	(9.092)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(199)	67
Provisão para Passivos Contingentes	169	138
Variações Monetárias Líquidas	52	38
Depreciação e Amortização	3	2
Variações nos Ativos e Passivos	**50**	**251**
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	(28)	8
Redução em Outros Ativos	321	280
Redução em Provisões e Demais Passivos	(243)	(37)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**40**	**272**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aumento de Capital em Subsidiária	(1)	(200)
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(4)	(17)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.847	2.591
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**2.842**	**2.374**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subscrição e Integralização de Capital	-	3
Aquisição de Ações para Tesouraria	(204)	(38)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(2.814)	(2.452)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(3.018)**	**(2.487)**
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(136)**	**159**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	802	643
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	666	802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 138

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Valor Adicionado Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	%	01/01 a 31/12/2015	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(31)**		**(31)**	
Serviços de Terceiros	(21)		(21)	
Outras	(10)		(10)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(3)		(5)	
Outras	(7)		(5)	
Valor Adicionado Bruto	**(31)**		**(31)**	
Depreciação e Amortização	(3)		(2)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**(34)**		**(33)**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**8.416**		**9.254**	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8.246		9.092	
Receitas Financeiras	146		150	
Outras Receitas	24		12	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**8.382**		**9.221**	
Distribuição do Valor Adicionado	**8.382**	**100,00%**	**9.221**	**100,00%**
Pessoal - Remuneração Direta	8	0,10%	7	0,08%
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	84	1,00%	294	3,19%
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	79	0,94%	52	0,56%
Remuneração do Capital Próprio	8.211	97,96%	8.868	96,17%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.315		3.035	
Lucros Retidos do Período	3.896		5.833	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 139

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("ITAÚSA") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 "Informações por Segmento".

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 62,02% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,16% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 13 de fevereiro de 2017.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 140

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o lAS 19 Benefícios aos Empregados, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.

- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto em que a atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.

- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.

- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 141

divulgação das normas IFRS. Os principais impactos identificados nas demonstrações contábeis da ITAÚSA, estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:

  (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;
  (II) Redução ao valor recuperável (*impairment*): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;
  (III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

  A Itaúsa e suas controladas, bem como suas controladas em conjunto, estão em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos relevantes na adoção dessa norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA até o presente momento.

- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 142

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2016 era de R$ 961 (R$ 816 em 31/12/2015).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2016 era de R$ 1.041 (R$ 771 em 31/12/2015).

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 143

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R$ 50, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R$ 10, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 11.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – "Demonstrações Consolidadas", as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2016	Porcentagem do capital em 31/12/2015
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,36%	37,36%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,57%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – "Combinação de Negócios" somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 144

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 145

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria da ITAÚSA e suas controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 146

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
(iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Itaúsa e suas controladas utiliza os critérios mencionados em (I) acima.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda é reconhecida na demonstração de resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE *HEDGE*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 147

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“Joint Ventures”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 148

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 149

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 150

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÙSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo especifico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 151

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Receita de Vendas de produtos e serviços

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 152

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 153

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	50	80
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	319	348
Certificado de Depósitos Bancários	1.399	944
Operações Compromissadas	666	802
Total	**2.434**	**2.174**

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/12/2016	31/12/2015
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	249	221
Total	**310**	**282**

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	31/12/2016	31/12/2015
Clientes no país	892	864
Clientes no exterior	105	148
Partes Relacionadas	37	43
Impairment	(100)	(59)
Total	**934**	**996**

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	897	931
Vencidos até 30 dias	22	29
Vencidos de 31 a 60 dias	7	10
Vencidos de 61 a 90 dias	5	4
Vencidos de 91 a 180 dias	12	8
Vencidos há mais de 180 dias	91	73
Total	**1.034**	**1.055**

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(59)	(43)
Constituição	(49)	(19)
Reversão	1	1
Baixa de títulos	7	6
Aquisição DuchaCorona	-	(4)
Saldo Final	**(100)**	**(59)**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 154

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	99	99	-	104	104
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	1.004	-	1.004	835	-	835
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	31	37	68	19	9	28
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	5	126	131	3	122	125
Créditos com Precatório	-	10	10	-	10	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	20	23	5	12	17
Fomento nas Operações Florestais	-	14	14	-	13	13
Venda de Energia Elétrica	9	-	9	10	-	10
Valores a Receber Parceria Oki Electric Industry Co. Ltd.	55	-	55	6	-	6
Outros	20	8	28	28	-	28
Total	**1.127**	**314**	**1.441**	**906**	**270**	**1.176**
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	14	-	14	6	-	6
Outros	-	23	23	7	-	7
Total	**14**	**23**	**37**	**13**	**-**	**13**

b) Outros Passivos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	246	-	246	271	-	271
Provisão de Pessoal	115	-	115	147	-	147
Sociedade em Conta de Participação [(1)]	38	94	132	108	-	108
Adiantamento de Clientes	8	5	13	22	6	28
Aquisição de Empresas	20	32	52	24	33	57
Fretes e Seguros a Pagar	15	-	15	17	-	17
Comissões a Pagar	8	-	8	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	12	-	12	8	-	8
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	15	4	19	17	28	45
Arrendamento Mercantil	-	10	10	-	10	10
Passivos Provisionados com Parceiros *Joint Operation*	-	22	22	-	11	11
Outras Contas a Pagar	55	39	94	39	12	51
Total	**532**	**206**	**738**	**661**	**100**	**761**

(1) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuiram com recursos em espécie.

NOTA 7 – ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	279	381
Produtos Acabados	391	366
Produtos em Elaboração	121	117
Almoxarifado Geral	121	107
Adiantamento a Fornecedores	2	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(7)	(6)
Total	**907**	**968**

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou em 31 de dezembro de 2016 R$ 3.641 (R$ 3.731 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 155

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2015							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	32
Ações em Tesouraria	(1.328)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(431)	(332)	405	(1)	-	2	-
Reservas	24.511	17.320	2.298	145	-	52	-
Outros	1.508	-	-	-	(163)	-	(31)
Saldo Contábil em 01/01/2015	**99.260**	**24.418**	**4.543**	**465**	**109**	**106**	**1**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	**12.992**	**3.839**	**(11)**	**(10)**	**(32)**	**199**	**1**
Resultado Líquido	25.740	4.465	183	(11)	(19)	(1)	-
Ações em Tesouraria	(2.924)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(8.440)	(277)	(254)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(859)	(225)	55	1	-	-	-
Outras Movimentações	(525)	(124)	5	-	(13)	200	1
Patrimônio Líquido em 31/12/2015							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	-	43	-
Outros	1.733	-	-	-	(195)	-	(45)
Saldo Contábil em 31/12/2015	**112.252**	**28.257**	**4.532**	**455**	**77**	**305**	**2**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	**10.330**	**2.681**	**38**	**(344)**	**(21)**	**5**	**-**
Resultado Líquido	23.263	3.916	24	(344)	(15)	5	-
Ações em Tesouraria	(160)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(9.221)	(317)	(6)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(1.984)	(521)	(61)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(1.568)	(397)	81	-	(6)	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2016							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.274)	(1.078)	398	-	-	-	-
Reservas	28.805	19.586	2.238	8	-	48	-
Outros	1.785	-	-	(219)	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	**122.582**	**30.938**	**4.570**	**111**	**56**	**310**	**2**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 156

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2015	**3.047.037.403**	**710.454.184**	**663.079.679**	**14.518.150**	**11.199.367**	**2.186.700**	**12.200.000**
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2015	**2.874.313.101**	**350.942.273**	**-**	**16.967.020**	**-**	**-**	**-**
Ações do Capital Social	3.036.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(162.562.650)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2015	**5.921.350.504**	**1.061.396.457**	**663.079.679**	**31.485.170**	**11.199.367**	**2.186.700**	**12.200.000**
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2015	**1.178.227.819**	**706.169.365**	**235.621.037**	**30.379.121**	**10.953.371**	**2.186.700**	**12.200.000**
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2015							
No Capital Social	19,90%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2016	**3.351.741.143**	**710.454.184**	**689.298.742**	**14.518.150**	**11.072.186**	**2.186.700**	**12.200.000**
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2016	**3.160.958.864**	**350.942.273**	**-**	**16.967.020**	**-**	**-**	**-**
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(69.604.462)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2016	**6.512.700.007**	**1.061.396.457**	**689.298.742**	**31.485.170**	**11.072.186**	**2.186.700**	**12.200.000**
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2016	**1.296.050.600**	**706.169.365**	**245.169.699**	**30.379.121**	**10.953.371**	**2.186.700**	**12.200.000**
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	245.169.699	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2016							
No Capital Social	(1) 19,90%	66,53%	35,57%	(3) 96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,57%	(3) 98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,9% e indireta de 17,46%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 26,25% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,36% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

(3) A Itaúsa detém participação direta na Elekeiroz S.A. de 96,49% e indireta de 0,11%, através do investimento na subsidiária Itaúsa Empreendimentos S.A., que detêm 0,11% de participação direta na Elekeiroz S.A., totalizando 96,6% de participação no capital social.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 157

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2015								
Participação Societária	19.413	16.246	1.607	449	106	106	1	37.928
Resultados Não Realizados	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	121	-	-	-	-	-	-	121
Saldo Contábil em 01/01/2015	**19.520**	**16.246**	**1.607**	**449**	**106**	**106**	**1**	**38.035**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	**2.896**	**2.554**	**(4)**	**(9)**	**(31)**	**199**	**1**	**5.606**
Resultado de Participação Societária	6.098	2.971	65	(11)	(31)	(1)	1	9.092
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.938)	(184)	(90)	-	-	-	-	(3.212)
Aumento de Capital em Subsidiárias	-	-	-	-	-	200	-	200
Outros Resultados Abrangentes	(171)	(150)	19	1	-	-	-	(301)
Outras Movimentações	(93)	(83)	2	1	-	-	-	(173)
Saldo do Investimento em 31/12/2015								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23)	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 31/12/2015	**22.416**	**18.800**	**1.603**	**440**	**75**	**305**	**2**	**43.641**
Valor de Mercado em 31/12/2015 (*)	**58.179**	**-**	**1.395**	**184**	**164**	**-**	**-**	**59.922**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	**2.045**	**1.783**	**16**	**(332)**	**(20)**	**5**	**-**	**3.497**
Resultado de Participação Societária	5.979	2.605	9	(332)	(20)	5	-	8.246
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.237)	(210)	(2)	-	-	-	-	(3.449)
Aumento de Capital em Subsidiária	-	-	34	-	-	-	-	34
Outros Resultados Abrangentes	(395)	(346)	(22)	-	-	-	-	(763)
Outras Movimentações	(302)	(266)	(3)	-	-	-	-	(571)
Saldo do Investimento em 31/12/2016								
Participação Societária	24.394	20.583	1.619	108	55	310	2	47.071
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23)	79	-	-	-	-	-	-	79
Saldo Contábil em 31/12/2016	**24.461**	**20.583**	**1.619**	**108**	**55**	**310**	**2**	**47.138**
Valor de Mercado em 31/12/2016 (*)	**81.955**	**-**	**1.623**	**129**	**166**	**-**	**-**	**83.873**

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 158

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			01/01 a 31/12/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	112.252	22.416	58.179	25.740	6.098
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.257	18.800	-	4.465	2.971
Outros	-	-	-	-	-	-	(12)
Total				**41.216**			**9.057**

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016			01/01 a 31/12/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	122.582	24.461	81.955	23.263	5.979
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.938	20.583	-	3.916	2.605
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (5)
Total				**45.044**			**8.579**

(*) Resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/12/2016	31/12/2015
Ativos	**1.353.261**	**1.276.424**
Caixa e Equivalente de Caixa	96.121	91.649
Ativos Financeiros	708.625	651.824
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	463.394	447.404
Ativos Fiscais	44.292	52.158
Demais Ativos	40.829	33.389
Passivos	**1.219.668**	**1.163.629**
Depósitos	329.414	292.610
Captações no Mercado Aberto	349.164	336.643
Outros Passivos Financeiros	331.918	354.046
Provisão de Seguros e Previdência Privada	154.076	129.305
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	20.909	18.994
Demais Passivos	34.187	32.031

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita de Juros e Rendimentos	161.495	147.789
Despesa de Juros e Rendimentos	(95.126)	(75.064)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	38.192	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(14.610)	7.891
Lucro Líquido	23.582	26.156
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	23.263	25.740
Outros Resultados Abrangentes	(1.984)	(859)
Resultado Abrangente	21.279	24.881

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 159

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.115	4.169	52	56	318	145	**6.582**
Depreciação Acumulada	-	(399)	(1.920)	(34)	(46)	-	(98)	**(2.497)**
Saldo Contábil, líquido	**727**	**716**	**2.249**	**18**	**10**	**318**	**47**	**4.085**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	**48**	**9**	**102**	**5**	**-**	**(123)**	**20**	**61**
Aquisições	13	15	51	5	2	248	18	**352**
Baixas	(1)	(1)	(4)	-	(1)	(1)	(1)	**(9)**
Depreciação	-	(40)	(296)	(3)	(2)	-	(13)	**(354)**
Transferências	2	46	304	2	1	(370)	15	**-**
Transferências para Propriedades para Investimentos	(2)	(28)	-					**(30)**
Outros	36	17	47	1	-	-	1	**102**
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	**6.970**
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	**(2.824)**
Saldo Contábil, líquido	**775**	**725**	**2.351**	**23**	**10**	**195**	**67**	**4.146**
Taxas Médias Anuais de Depreciação	*-*	*4%*	*5% a 20%*	*10%*	*10%*	*-*	*4% a 20%*	
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	**6.970**
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	**(2.824)**
Saldo Contábil, líquido	**775**	**725**	**2.351**	**23**	**10**	**195**	**67**	**4.146**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	**(20)**	**(60)**	**(253)**	**(3)**	**(1)**	**(78)**	**11**	**(404)**
Aquisições	1	3	35	1	-	145	15	**200**
Baixas [1]	(5)	(1)	(37)	-	-	-	(1)	**(44)**
Depreciação	-	(36)	(296)	(3)	(2)	-	(15)	**(352)**
Transferências	-	15	182	1	1	(215)	13	**(3)**
Impairment [2]	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	**(151)**
Outros	(16)	(32)	(4)	(1)	-	-	(1)	**(54)**
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	**6.995**
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	**(3.102)**
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	**(151)**
Saldo Contábil, líquido	**755**	**665**	**2.098**	**20**	**9**	**117**	**78**	**3.742**
Taxas Médias Anuais de Depreciação	*-*	*4%*	*5% a 20%*	*10%*	*10%*	*-*	*4% a 20%*	

(1) Refere-se basicamente a baixa dos ativos das unidades de Plastificantes e Ftalico de Camaçari da Elekeiroz S.A., num total de R$ 30, após finalizar estudos de aproveitamento que mostraram ser inviável reativa-las, considerando o atual cenário de crescimento projetado.

(2) Refere-se a constituição de impairment das Unidades Geradoras de Caixa de Álcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster da Elekeiroz S.A., que apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O montante de R$ 151 foi reconhecido no resultado na rubrica "Outros Resultados Operacionais" (Nota 20).

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 160

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	74	11	714	412	**1.211**
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	**(182)**
Saldo Contábil, líquido	**26**	**10**	**714**	**279**	**1.029**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	**7**	**14**	**-**	**(26)**	**(5)**
Aquisições	18	1	-	-	**19**
Amortização	(8)	(1)	-	(27)	**(36)**
Baixas	(4)	-	-	-	**(4)**
Outros	1	14	-	1	**16**
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	**1.239**
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	**(215)**
Saldo Contábil, líquido	**33**	**24**	**714**	**253**	**1.024**
Taxas Médias Anuais de Amortização	*20%*	*-*	*-*	*6,67%*	

Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	**1.239**
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	**(215)**
Saldo Contábil, líquido	**33**	**24**	**714**	**253**	**1.024**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	**5**	**(7)**	**5**	**(30)**	**(27)**
Aquisições	12	1	-	-	**13**
Amortização	(7)	(1)	-	(28)	**(36)**
Impairment (1)	(1)	(3)	-	-	**(4)**
Outros	1	(4)	5	(2)	**-**
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	719	412	**1.252**
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	**(251)**
Impairment	(1)	(3)	-	-	**(4)**
Saldo Contábil, líquido	**38**	**17**	**719**	**223**	**997**
Taxas Médias Anuais de Amortização	*20%*	*-*	*-*	*6,67%*	

(1) Reconhecimento de impairment sobre o direito de exclusividade de uma nova tecnologia para a produção de álcoois, adquirida da empresa Coskata Inc., em maio de 2014, que apresentou valores recuperáveis abaixo dos valores contábeis. O montante de R$ 4 foi reconhecido no resultado na rubrica "Outros Resultado Operacionais" (Nota 20).

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) é decorrente das seguintes aquisições:

	31/12/2016	31/12/2015
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 23)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	-
Metalúrgica Jacareí	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	**719**	**714**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 161

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Tablemac S.A. e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2016, essas empresas possuíam aproximadamente 176,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (170,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2015) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	966	895
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	563	547
Valor Justo dos Ativos Biológicos	**1.529**	**1.442**

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 162

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	**1.442**	**1.355**
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	158	124
Exaustão	(142)	(146)
Variação do Valor Histórico		
Formação	178	204
Exaustão	(107)	(95)
Saldo final	**1.529**	**1.442**

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	**16**	**(21)**
Variação do Valor Justo	158	125
Exaustão do Valor Justo	(142)	(146)

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31/12/2016 era de R$ 43,32/m³ (em 31/12/2015 era de R$ 43,33/m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R$ 75 (R$ 50, líquido dos efeitos tributários). Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 10,1% a.a. em 31/12/2015 e em 31/12/2016. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R$ 15 (R$ 10, líquido dos efeitos tributários).

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 163

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.037**	**8.976**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.733)	(3.052)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	**2.912**	**3.070**
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.917	3.079
Resultado de Investimentos no Exterior	7	(2)
Juros Sobre o Capital Próprio	111	113
Reversão de Crédito Fiscal Diferido (*)	(50)	(142)
Adições Temporárias sem Constituição de Crédito Tributário	(84)	-
Outras	11	22
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**179**	**18**

(*) Em 2016, referem-se aos ajustes na Elekeiroz S.A decorrentes da baixa de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com expectativa de recuperação superior a 10 anos. Em 2015, refere-se à reversão da Contribuição Social sobre Amortização de Ágios na ITAÚSA.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(49)	183	503
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	2	8
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(13)	72	248
Outros	35	(16)	35	54
Total do Ativo Fiscal Diferido	**744**	**(220)**	**292**	**816**
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	3	-	(51)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(85)	(129)
Depreciação	(105)	96	(1)	(10)
Planos de Pensão	(4)	1	(2)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	3	(22)	(50)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	17	-	(359)
Total do Passivo Fiscal Diferido	**(623)**	**122**	**(110)**	**(611)**
Ativo Fiscal Diferido Líquido	**121**	**(98)**	**182**	**205**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 164

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(66)	141	578
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(2)	5	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	(1)	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	248	(19)	94	323
Outros	54	(24)	17	47
Total do Ativo Fiscal Diferido	**816**	**(112)**	**257**	**961**
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	3	-	(48)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	(1)	(6)
Resultado do Swap	(129)	97	-	(32)
Depreciação	(10)	-	(3)	(13)
Planos de Pensão	(5)	4	(1)	(2)
Venda de Imóvel	(2)	-	(16)	(18)
Outras Obrigações	(50)	32	(1)	(19)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	1	-	(358)
Total do Passivo Fiscal Diferido	**(611)**	**137**	**(22)**	**(496)**
Ativo Fiscal Diferido Líquido	**205**	**25**	**235**	**465**

II - A estimativa de realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido:	**961**	**816**
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	29	55
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	932	761
Passivo Fiscal Diferido	**(496)**	**(611)**
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(496)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	**465**	**205**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 165

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade [1]	Encargos	Garantias	31/12/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	6	-	64	5
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	84	65	64	146
BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	4	2	5	7
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	1	1	2
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	10	36	8	43
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	5	-	6
FUNDIEST	30 % do IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	28	74	20	97
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	48	2	36
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	1	-	4	1
CREDITO EXPORTAÇÃO COM *SWAP*	8,0 % a.a.	-	39	20	1	56
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	14	693	14	645
DESCONTO NPR	9,5 % a.a	-	40	-	20	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3 % a.a.	Nota Promissória	1	115	-	-
EXIM SELIC	Selic + 3,6 % a.a.	Nota Promissória	-	51	-	-
Total moeda nacional			**232**	**1.111**	**203**	**1.045**
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a 2,4% a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	14	1
BNDES	US$ + *Libor* + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	2	1
BNDES	US$ + *Libor* + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	1	-
ACC	US$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	66	-	-	-
RESOLUÇÃO 4131 COM *SWAP*	US$ + *Libor* + 1,35 % e 1,50 % a.a.	Nota Promissória	1	180	110	180
RESOLUÇÃO 4131 COM *SWAP*	US$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	340	387	6	723
Total moeda estrangeira			**409**	**567**	**133**	**905**
Total Duratex			**641**	**1.678**	**336**	**1.950**
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 % e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	26	1	27
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	2	52	3	53
FINAME	Pré 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	2	6	1	3
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9 % CDI	Aval - Duratex S.A.	7	141	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	177	127	-
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.		13	-	-	-
CRA	98% CDI	Fiança - Duratex S.A	1	693	-	-
Total moeda nacional			**26**	**1.095**	**139**	**224**
SANTANDER-HERMES	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	-	-	3	5
CII	*Libor* + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	3	-	2	5
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	10	2	10	11
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	1	2	-	2
Total moeda estrangeira			**14**	**4**	**15**	**23**
Total Duratex Controladas			**40**	**1.099**	**154**	**247**
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 % a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	15	32	23	46
BNDES	IPCA + 1,96 % a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	5	7	-	6
BNDES	3,0 % a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	2	2	3
FINEP	3,5 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	7	2	10
CESSÃO DE CRÉDITO	17,33 % a.a.	-	-	-	23	-
NCE SAFRA	17,31% a.a.	-	-	54	25	-
NCE BRASIL	CDI + 1,32 % a.a.	-	-	-	15	-
VENDOR		-	-	-	2	-
BNB	11,18 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	28	-	-
Total moeda nacional			**23**	**130**	**92**	**65**
BNDES	Variação cambial + 2,03 % a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	7	7	12
NCE - ABC COM *SWAP*	Variação cambial + 5,60 % a.a.	-	7	13	-	-
PRÉ PAGTO. EXP. COM *SWAP*	CDI + 5,22 % a.a.	-	5	1	20	-
4131 - ABC COM *SWAP*	Variação Cambial + 5,23% a.a.	Aval - Itaúsa	30	-	-	-
Total moeda estrangeira			**46**	**21**	**27**	**12**
Total Elekeiroz			**69**	**151**	**119**	**77**
Itautec						
BNDES	TJLP 1,1 % a.a. e 3,1% a.a. / 5.6% a.a.	Fiança Bancária	-	-	3	-
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	14	4	15	19
BB 4131	105,6 % CDI	-	-	-	11	-
ALFA CG	114,8 % a 115 % CDI	-	16	-	30	-
Total moeda nacional			**30**	**4**	**59**	**19**
Total Itautec			**30**	**4**	**59**	**19**
Total Itaúsa Consolidado			**780**	**2.932**	**668**	**2.293**

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	552
2018	869	483
2019	765	732
2020	483	423
2021	82	79
2022	711	10
2023	9	7
2024	7	7
Demais	6	-
Total	**2.932**	**2.293**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 166

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 26 de setembro de 2016, a Duratex efetuou o pagamento no montante de R$ 145 aos detentores dessas Debêntures, por ter sido declarado seu vencimento antecipado na Assembleia Geral dos Debenturistas, ocorrida em 23 de setembro de 2016 e comunicada em aviso aos debenturistas no mesmo dia.

NOTA 15 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2016	31/12/2015
Tributário	**230**	**226**
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	136	135
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	14	13
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	-	14
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	47	33
PIS e COFINS	4	4
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	-	18
IRPJ Pedido de Revisão	18	-
Outros	11	9
Cível	**17**	**16**
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	14	13
Outros	3	3
Total	**247**	**242**

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis**: os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 167

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	**484**	**76**	**19**	**579**
Atualização Monetária	56	18	2	76
Constituição	148	37	1	186
Reversão	(18)	(25)	(4)	(47)
Pagamentos	(6)	(25)	(1)	(32)
Aquisição DuchaCorona	-	6	3	9
Saldo Final	**664**	**87**	**20**	**771**
(-) Depósitos Judiciais	(14)	(14)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015 após compensação Depósitos Judiciais	**650**	**73**	**20**	**743**

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	**664**	**87**	**20**	**771**
Atualização Monetária	83	21	3	107
Constituição	189	34	3	226
Reversão	(17)	(12)	(3)	(32)
Pagamentos	-	(30)	(1)	(31)
Saldo Final	**919**	**100**	**22**	**1.041**
(-) Depósitos Judiciais	(30)	(15)	-	(45)
Saldo em 31/12/2016 após compensação Depósitos Judiciais	**889**	**85**	**22**	**996**

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R$ 821: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2016, esses processos totalizavam R$ 864 para causas tributárias, R$ 40 para causas trabalhistas e R$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R$ 354: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R$ 260: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R$ 97: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R$ 19: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R$ 14: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R$ 12: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 168

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29/04/2016, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R$ 33 das Reservas Estatutárias.

- Aumento do capital social em R$ 4.080, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R$ 580 da Reserva Legal, R$ 285 da Reserva para Equalização de Dividendos, R$ 1.724 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R$ 1.491 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;

- Emissão de 675.464.328 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 259.539.186 ordinárias e 415.925.142 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 29/04/2016;

- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 9.075.000.000 para 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R$ 36.405, representado por 7.430.107.624 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.854.931.054 ordinárias e 4.575.176.570 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,01 por ação, não cumulativo;

- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 169

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2015 e 2016:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2014	**2.344.705.507**	**3.755.390.279**	**6.100.095.786**	**27.025**
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2015	**245.123.401**	**403.541.149**	**648.664.550**	**5.300**
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	**2.597.547.108**	**4.161.251.428**	**6.758.798.536**	**32.325**
Residentes no País	2.596.527.796	2.755.241.873	5.351.769.669	25.596
Residentes no Exterior	1.019.312	1.406.009.555	1.407.028.867	6.729
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 (*)	**(2.155.240)**	**(2.000.000)**	**(4.155.240)**	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.635.200)	(2.000.000)	(4.635.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 31/12/2015	**2.595.391.868**	**4.159.251.428**	**6.754.643.296**	**32.325**
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2016	**257.383.946**	**413.925.142**	**671.309.088**	**4.080**
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	**2.854.931.054**	**4.575.176.570**	**7.430.107.624**	**36.405**
Residentes no País	2.854.100.005	2.735.820.552	5.589.920.557	27.389
Residentes no Exterior	831.049	1.839.356.018	1.840.187.067	9.016
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 (*)	**(26.819.000)**	**-**	**(26.819.000)**	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 31/12/2016	**2.828.112.054**	**4.575.176.570**	**7.403.288.624**	**36.405**

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R$ 7,61 (R$ 8,53 em 31/12/2015) para as ações ordinárias e R$ 7,38 em 31/12/2015 para as ações preferenciais.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R$ 0,015 por ação.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 170

I. Cálculo

Lucro Líquido	8.211	
(-) Reserva Legal	(411)	
Base de Cálculo do Dividendo	7.800	
Dividendo Mínimo Obrigatório	**1.950**	**25,00%**
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	**3.734**	**47,87%**

II.Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	**807**	**(88)**	**719**
Dividendos	**222**	**-**	**222**
1 parcela trimestral de R$ 0,015 por ação paga em 01/07/2016	111	-	111
1 parcela trimestral de R$ 0,015 por ação paga em 03/10/2016	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	**585**	**(88)**	**497**
1 parcela de R$ 0,0790 por ação paga em 25/08/2016	585	(88)	497
Provisionado / Declarado	**2.155**	**(306)**	**1.849**
Dividendos	**111**	**-**	**111**
1 parcela trimestral de R$ 0,015 por ação paga em 02/01/2017	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	**2.044**	**(306)**	**1.738**
1 parcela de R$ 0,2280 por ação a ser paga em 03/03/2017	1.688	(253)	1.435
1 parcela de R$ 0,0480 por ação a ser paga em 03/03/2017	356	(53)	303
Provisionado / A ser Declarado	**1.353**	**(187)**	**1.166**
Dividendos	**111**	**-**	**111**
1 parcela trimestral de R$ 0,015 por ação a ser paga em 03/04/2017	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio Complementar (Registrados em Reservas de Lucros)	**1.242**	**(187)**	**1.055**
1 parcela de R$ 0,0490 por ação a ser paga em 03/03/2017	363	(55)	308
1 parcela de R$ 0,1188 por ação a ser paga em 06/04/2017	879	(132)	747
Total em 31/12/2016 - R$ 0,5044 líquido por ação	**4.315**	**(581)**	**3.734**
Total em 31/12/2015 - R$ 0,3655 líquido por ação (1)	**3.035**	**(318)**	**2.717**

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- **Reserva legal**

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- **Reservas estatutárias**

  São constituídas visando:

  - a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
  - reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
  - o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 171

	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de Lucros	**12.370**	**12.654**
Legal	954	1.123
Estatutárias	11.416	11.531
Equalização de Dividendos	5.402	4.535
Reforço do Capital de Giro	2.110	3.170
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.662	3.108
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	1.242	718
Outras Reservas	**707**	**687**
Total das Reservas na Controladora	**13.077**	**13.341**

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31 de dezembro de cada período.

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2015	**1.123**	**11.531**	**687**	**13.341**
Constituição de Reservas	411	3.485	-	**3.896**
Cancelamento de Ações	-	(33)	-	**(33)**
Aumento de Capital com Reservas	(580)	(3.500)	-	**(4.080)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	1.242	-	**1.242**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	-	(718)	-	**(718)**
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(591)	20	**(571)**
Saldo em 31/12/2016	**954**	**11.416**	**707**	**13.077**

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 172

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 173

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer Dez/15	Saldo a Exercer Dez/16	Preço Opção	Valor Total	Competência 2007 a 2014	Competência 2015	Competência 2016	Demais Períodos
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	-	9,79	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.469.581	1.294.078	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.543.474	1.340.260	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	867.236	839.525	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.471.579	808.763	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.014.061	1.523.797	5,11	9	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.010.991	780.997	5,69	6	5	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.222.907	6,54	8	5	3	2	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.154.616	2.144.813	4,48	9	2	2	2	2
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	-	1.002.550	4,00	6	-	-	1	5
Soma	**19.673.748**				**12.239.350**	**10.957.690**		**101**	**84**	**6**	**5**	**7**
Efetividade de exercício								**96,63%**	**96,63%**	**96,63%**	**96,63%**	**96,63%**
Valor apurado								**98**	**81** (1)	**6** (2)	**5** (3)	**6** (4)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.
(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.
(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.
(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos .

Em 31 de dezembro de 2016, a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itautec S.A.

A Itautec S.A., até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Itautec a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Itautec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itautec.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

c) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Elekeiroz S.A. a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxerem para as ações representativas do capital da Elekeiroz. Não ocorreram outorgas no referido plano, não produzindo quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis da Elekeiroz.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 174

NOTA 18 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Bruta de Vendas e Serviços	**5.866**	**6.165**
Mercado Interno	5.005	5.410
Mercado Externo	861	755
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(1.179)	(1.280)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	**4.687**	**4.885**

NOTA 19 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Variação do valor justo dos ativos biológicos	158	125
Variação nos estoques de produtos acabados	358	484
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.677)	(2.853)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(956)	(937)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(607)	(598)
Despesas de transporte	(321)	(298)
Despesas de publicidade	(145)	(145)
Outras despesas	(387)	(446)
Total	**(4.577)**	**(4.668)**

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Custo dos produtos e serviços	(3.641)	(3.731)
Despesas com vendas	(629)	(621)
Despesas gerais e administrativas	(307)	(316)
Total	**(4.577)**	**(4.668)**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 175

NOTA 20 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Reversões (provisões) para Contingências	(24)	(12)
Resultado de Plano Benefício	14	(12)
Amortização Intangível	(31)	(31)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(5)	(18)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	84	45
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	20	27
Receita de Aluguel	10	11
Ganho por Compra Vantajosa Aquisição Nexoleum S.A.	5	-
Desativação Linhas de Produtos (1)	(62)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (2)	(22)	-
Perda de valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível (3)	(155)	-
Outros	(5)	13
Total	**(171)**	**23**

(1) Despesas com desativação de linhas de produtos da Elekeiroz S.A.,sendo: R$ 30 baixa de ativo imobilizado, R$ 15 de constituição de provisão para desmontagem das linhas, R$ 11 indenizações por paralização das linhas e R$ 6 baixa de estoques.
(2) Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em recuperação judicial, e outros, incluindo o ajuste adicional de R$ 20 realizado em dezembro, na Elekeiroz S.A.
(3) A Elekeiroz S.A. reconheceu redução do valor contábil de seus ativos (impairment) das unidades produtoras de Oxo-Álcoois no valor de R$ 135 e das unidades produtoras de Maleico, no montante de R$ 11 e Resinas, no montante de R$ 9.

NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	301	285
Variação cambial ativa	7	61
Atualizações monetárias	49	58
Juros e descontos obtidos	14	34
Outras	14	8
Total	**385**	**446**
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(106)	(685)
Variação cambial passiva	(28)	(65)
Atualizações monetárias	(91)	(63)
Operações com derivativos	(312)	320
Taxas bancárias	(10)	(9)
Outras	(29)	(35)
Total	**(576)**	**(538)**
Total do resultado financeiro	**(191)**	**(92)**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 176

NOTA 22 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	**8.211**	**8.868**
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(46)	(46)
Subtotal	**8.165**	**8.822**
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(29)
Subtotal	**8.137**	**8.793**
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.117	3.379
Aos Detentores de Ações Preferenciais	5.020	5.414
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**3.145**	**3.408**
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**5.066**	**5.460**
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.841.521.554	2.851.347.945
Ações Preferenciais	4.575.176.570	4.568.368.454
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R$		
Ações Ordinárias	1,11	1,20
Ações Preferenciais	1,11	1,20

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R$ 0,01.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 177

NOTA 23 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

a) Bank of America Corporation

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – "Combinação de Negócios". A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill)* ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R$ 809 que foi alocado, considerando:

(i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
(ii) a contraprestação pelo controle da adquirida*;* e
(iii) ágio por rentabilidade futura *(goodwill)*.

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2015	Amortizações/ Realizações	31/12/2016
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	32	(5)	27
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	55	(18)	37
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	**88**	**(23)**	**65**
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	**-**	2
Marca Itaú	65	**-**	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	**67**	**-**	**67**
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	**155**	**(23)**	**132**
Passivo fiscal Diferido (IV)	**(62)**	**9**	**(53)**
Total ágio alocado (V = III + IV)	**93**	**(14)**	**79**
Agio - *Goodwill*	**437**	**-**	**437**

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 178

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – "Benefícios a Empregados", apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD").

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2016 com 8.940 participantes (9.356 em 31 de dezembro de 2015).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R$ 117 (R$ 119 em 31 de dezembro 2015). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R$ 2 (R$ 12 reconhecido no resultado do período de 31 de dezembro de 2015).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes**.**

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 04/07/2016, conforme Portaria nº 306, publicada no DOU de 05/07/2016, a destinação de parte da reserva especial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, às patrocinadoras e participantes do plano. Nos termos do pedido aprovado, caberá às subsidiárias da Itaúsa a devolução de R$ 16, a valores de junho/2016.

O recebimento do valor descrito será efetuado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas no último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho/2016, já atualizado de acordo com retorno dos investimentos do respectivo Plano de Benefício Definido até o mês anterior ao crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) era de R$ 14, a ser realizado em 30 (trinta) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto	11,14% a.a.	12,60% a.a.
Tábua de Mortalidade [(1)]	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,23 % a.a.	7,38 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.
Inflação	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;
A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 179

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2016 podem ser acessadas no site https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 180

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA (2)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex (1)	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	**2016**	**1.353.241**	**9.341**	**434**	**136**	**59.020**
	2015	1.276.415	9.008	763	219	54.830
Receitas Operacionais (3)	**2016**	**208.274**	**3.910**	**771**	**8**	**13.266**
	2015	173.428	3.963	894	28	13.942
Lucro Líquido	**2016**	**23.263**	**26**	**(344)**	**(15)**	**8.216**
	2015	25.740	192	(11)	(19)	8.994
Patrimônio Líquido (PL)	**2016**	**122.582**	**4.571**	**111**	**56**	**50.679**
	2015	112.252	4.616	455	77	47.871
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	**2016**	**20,1%**	**0,6%**	**-93,0%**	**-23,5%**	**16,6%**
	2015	24,8%	4,1%	-2,4%	-21,1%	20,0%
Geração Interna de Recursos (5)	**2016**	**97.507**	**932**	**(24)**	**(13)**	**891**
	2015	56.881	919	31	1	974

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- *Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.*
- *Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.*
- *Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.*

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'15 + mar + jun + set + dez) / 5.

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Obs. O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas contrroladores.
A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 181

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Aplicações Financeiras	**126**	**224**	**15**	**20**
Itaú Unibanco S.A.	126	224	15	20
Clientes	**37**	**43**	**190**	**192**
Partes Relacionadas de Controladas (*)	37	43	190	192
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	**-**	**-**	**(6)**	**(2)**
Itaú Corretora S.A.	-	-	(2)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(4)	1
Itaú Seguros	-	-	-	(2)
Total	**163**	**267**	**199**	**210**

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A., Fibria Celulose e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem (a Leroy Merlin deixou de ser parte relacionada a partir de 29/07/2016), além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R$ 4 (R$ 6 de 01/01 a 31/12/2015) em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de dezembro de 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Duratex S.A.	211	330
Elekeiroz S.A.	138	110
Itautec S.A.	19	33
Total	**368**	**473**

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração	33	29
Participações no Lucro	10	15
Opções de Ações	5	6
Total	**48**	**50**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 182

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R$ 666 (R$ 802 em 31/12/2015), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de "*hedge* econômico*"* que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;

- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;

- Contrato de *NDF* (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem objetivo zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax);

- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 183

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2016	31/12/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de *Swaps*	**-**	**94**	**98**	**(4)**
Posição Ativa	**959**	**1.120**	**98**	**(4)**
Moeda Estrangeira (USD)	901	1.062	98	(3)
Taxa Pré-Fixada	58	58	-	(1)
Posição Passiva	**(959)**	**(1.026)**	**-**	**-**
CDI	(959)	(1.026)	-	-
Contratos de Futuro (*NDF*)	**27**	**27**	**-**	**-**
Compromisso de Venda	**27**	**27**	**-**	**-**
NDF	27	27		-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2015	31/12/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	**-**	**366**	**367**	**-**
Posição Ativa	**1.179**	**1.588**	**367**	**-**
Moeda Estrangeira (USD)	1.009	1.413	367	-
Taxa Pré-Fixada	170	175	-	-
Posição Passiva	**(1.179)**	**(1.222)**	**-**	**-**
CDI	(1.179)	(1.222)	-	-
Contratos de Futuro (*NDF*)	**61**	**62**	**-**	**-**
Compromisso de Venda	**61**	**62**	**-**	**-**
NDF	61	62	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	*Swap* - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(2)	(3)	(4)
	Objeto de *Hedge*: empréstimo em taxas pré-fixadas		2	3	4
Cambial	*Swap* - US$ / CDI (Res. 4131)	Queda US$	(18)	(312)	(606)
	Objeto de *Hedge*: dívida em moeda estrangeira (US$)	(Aumento US$)	18	312	606
	NDF (US$)	Queda US$	-	(5)	(14)
	Objeto de *Hedge*: dívida em moeda estrangeira (US$)	(Aumento US$)	-	5	14
	Exportações a receber	(Queda US$)	-	(4)	(9)
		Aumento US$	-	4	9
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US$	(2)	3	6
		(Aumento US$)	-	(3)	(6)
	Fornecedores Exterior	Queda US$	-	2	5
		(Aumento US$)	-	(2)	(5)
Total			**(2)**	**-**	**-**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 184

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	780	1.636	1.292	4
Fornecedores e Outras Obrigações	298	1	-	34
Total	**1.078**	**1.637**	**1.292**	**38**

31/12/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	676	1.180	1.235	7
Fornecedores e Outras Obrigações	441	3	-	29
Total	**1.117**	**1.183**	**1.235**	**36**

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: evidenciação" para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 185

- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/12/2016	31/12/2015
Ativos [(1)]		**5.119**	**4.628**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	50	80
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.384	2.094
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	61	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	249	221
Contas a Receber de Clientes	2	934	996
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	1.004	835
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	99	104
Outros Ativos Financeiros	2	338	237
Passivos		**6.077**	**5.139**
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.712	3.098
Fornecedores / Outras Obrigações	2	333	473
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	2.032	1.568

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa.

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Nesta rubrica estão classificados os investimentos da Itautec S.A. na Oki Brasil, nos quais a Itautec tem a intenção em exercer a opção de venda (*put option*) em prazo determinado, no montante de R$ 20 (R$ 41 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 29 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Propriedades para Investimento	Terrenos	Edifícios	Instalações	Total
Saldo Contábil, líquido em 31/12/2015	**2**	**28**	**-**	**30**
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	**-**	**(2)**	**-**	**(2)**
Depreciação	-	(2)	-	**(2)**
Saldo em 31/12/2016				
Custo	2	52	2	**56**
Depreciação Acumulada	-	(26)	(2)	**(28)**
Saldo Contábil, líquido	**2**	**26**	**-**	**28**

Em 31 de dezembro de 2016 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R$ 5 (R$ 6 em 31/12/2015). Este imóvel, situado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado pela subsidiária Itautec à Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 186

NOTA 30 – EVENTO SUBSEQUENTE

Aumento de Capital e Cancelamento de Ações em Tesouraria - ITAÚSA

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 13/02/2017:

- Aumento de capital no montante de R$ 740, com emissão de 121.311.478 novas ações, sendo 46.341.899 ações ordinárias e 74.969.579 ações preferenciais.

- Cancelamento de 26.819.000 ações ordinárias escriturais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R$ 204 consignados na Reserva de Lucros – Reserva para Reforço do Capital de Giro.

Exercício de Opção (*put option*) – ITAUTEC S.A.

Em 11 de janeiro de 2017 a Itautec S.A. exerceu a opção de venda (*put option*) das 763.740 ações da Oki Brasil pelo montante de R$ 53, recebidos na mesma data. Em consequência, a Itautec passou a deter 1.717.650 ações (11,2% do capital da Oki Brasil).

Parte do montante recebido foi utilizada para liquidação dos dois empréstimos de curto prazo junto ao Banco Alfa, ocorrida na mesma data, não havendo mais nenhuma operação de empréstimo de curto prazo em aberto.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 187

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Companhia"),** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 188

Investimento no Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento em conjunto **no Itaú Unibanco Holding S.A. (**"IUH") representa 88% do total do ativo e 105% do total do resultado da Companhia. Ainda em relação aos saldos consolidados, o investimento representa 76% do total do ativo e 104% do total do resultado, no qual é auditado por outros auditores independentes ("auditor do IUH"), e efetuamos os trabalhos de auditoria de grupo, como foco na avaliação dos principais assuntos de auditoria, levantados pelo auditor do IUH que foram julgados na ocasião de seus trabalhos. Efetuamos a leitura deles e a avaliação crítica destes trabalhos de asseguração razoável, com o objetivo de obter conforto de auditoria sobre os trabalhos deste auditor do IUH.

O IUH é uma *holding* financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e, em decorrência desse fato é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis críticas, levantadas pelo auditor do IUH como principais assuntos de auditoria, são:

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Instrumentos financeiros e derivativos - nível 3;
- Créditos tributários;
- Ágio; e
- Provisão para passivos contingentes.

Considerando o exposto acima entendemos que a avaliação do auditor do IUH sobre essas estimativas contábeis críticas, bem como o ambiente de tecnologia da informação, está adequada e são áreas de foco de auditoria da IUH.

Resposta da auditoria ao assunto

Os procedimentos de auditoria realizados pelo auditor do IUH em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os demais auditores das investidas e seus especialistas, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com o auditor do IUH e a administração da Companhia e avaliamos o impacto nas demonstrações contábeis.

Em relação às estimativas contábeis críticas levantadas como principais assuntos de auditoria pelo auditor do IUH, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- Realização de testes sobre o desenho e a operação dos controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações;
- Análise, quando aplicável, da razoabilidade da aplicação de determinadas premissas e julgamento da administração do IUH, bem como foi realizada a integridade e completude das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos; e
- Revisão dos testes detalhados relacionados à existência, valor correto, integridade e registro no momento correto das operações, em conjunto com os seus especialistas.

Em relação ao ambiente de tecnologia da informação, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- Revisão da avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis; e
- Revisão da avaliação, se os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios e a execução de testes de detalhes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

Consideramos que a avaliação dos critérios e das premissas adotadas pela administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB, realizadas pelo auditor do IUH. Adicionalmente, a combinação dos testes sobre os controles e outros testes de detalhes realizados pelo auditor do IUH, os possibilitou estabelecer um adequado nível de confiança no ambiente de tecnologia do IUH para o propósito de nossa auditoria da Companhia.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 189

Investimento na Controlada Duratex S.A.	Resposta da auditoria ao assunto
O investimento na controlada Duratex S.A. ("Duratex") representa 3% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e é a subsidiária que representa a maior empresa individual incluída no processo de consolidação, no qual é auditado por outros auditores independentes ("auditor da Duratex"), e efetuamos os trabalhos de auditoria de grupo, como foco na avaliação dos principais assuntos de auditoria, levantados pelo auditor da Duratex que foram julgados na ocasião de seus trabalhos. Efetuamos a leitura deles e a avaliação crítica destes trabalhos de asseguração razoável, com o objetivo de obter conforto de auditoria sobre os trabalhos deste auditor da Duratex. As demonstrações contábeis da Duratex apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis críticas, levantadas pelo auditor da Duratex como principais assuntos de auditoria, são: ▪ Valor recuperável dos ativos intangíveis – "Goodwill"; ▪ Mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e ▪ Realização dos créditos tributários. Devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, entendemos que a avaliação do auditor da Duratex sobre essas estimativas contábeis críticas está adequada e são áreas de foco de auditoria da Duratex. Adicionalmente, a Duratex realiza vendas por meio de diversas unidades no mercado nacional e internacional. Devido a existência de diversas unidades e dependência de controles manuais entendemos que a avaliação do auditor da Duratex que há risco de reconhecimento de receita fora do período de competência e, por esse aspecto, ser essa uma área de foco na auditoria das demonstrações contábeis da Duratex.	Os procedimentos de auditoria realizados pelo auditor da Duratex em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores das investidas e seus especialistas, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com o auditor da Duratex e avaliamos o impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Em relação às estimativas contábeis críticas levantadas como principais assuntos de auditoria pelo auditor da Duratex, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a: ▪ Revisão dos trabalhos executados e as conclusões dos seus especialistas quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Duratex; e ▪ Revisão das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, se estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB. Em relação ao reconhecimento de receita, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a: ▪ Realização dos testes de controles interno relacionados a identificação, movimentação de estoques e o registro de receitas de vendas dentro do período de competência; ▪ Realização do teste documental em base amostral de notas fiscais faturadas e entregues e notas fiscais faturadas e não entregues conforme período de competência; e ▪ Recalculo dos valores dos ajustes realizados pela Administração da Duratex para reverter os registros de receitas de vendas faturadas e não entregues dentro do período de competência. Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis assim como os controles estabelecidos para a adequada observação do correto período de reconhecimento da receita são adequados para mitigar os riscos associados de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, realizadas pelo auditor da Duratex.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 190

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 191

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 192

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 193

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as Demonstrações contábeis consolidadas

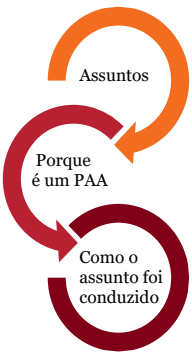
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os seus PAA são temas advindos dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa correspondente opinião e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 194

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Controlada em conjunto – Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") – (Nota explicativa 8)	
O investimento em conjunto no IUH representa 88% do total do ativo e 105% do total do resultado da Companhia. Ainda em relação aos saldos consolidados, o investimento representa 76% do total do ativo e 104% do total do resultado. O IUH é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações. Adicionalmente, a demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes contas: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Instrumentos financeiros e derivativos nível 3; • Créditos tributários; • Ágio; • Provisão para passivos contingentes. Em função do exposto acima, consideramos essas estimativas contábeis assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria	Nosso exame, também como auditores do IUH, abrangeu, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria: -Em relação às estimativas contábeis críticas: Testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações. Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade da aplicação de determinadas premissas e julgamentos da administração do IUH. Também, testamos a integridade e a totalidade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos. Realizamos testes detalhados relacionados à existência, valor correto, integridade e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos advogados IUH Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis. -Em relação ao ambiente de tecnologia da informação: Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e, quando necessário, testes dos controles compensatórios e a execução de testes de detalhes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função. A combinação dos testes sobre os controles e outros testes de detalhes nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas do IUH para o propósito de nossa auditoria.
Investimento na Controlada – Duratex S.A. (Nota explicativa 8 I(a))	
O investimento na controlada Duratex S.A. representa 3% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e é a subsidiária que representa a maior empresa individual incluída	Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores da Duratex S.A. com o objetivo de discutir os riscos de auditoria

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 195

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
no processo de consolidação. As demonstrações contábeis da Duratex S.A. apresentam estimativas contábeis relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações apuração dos saldos contábeis. Em nosso entendimento, essas estimativas contábeis são: • Valor recuperável dos ativos intangíveis – "Goodwill"; • Mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e • Realização dos tributos diferidos. Devido às incertezas inerentes a esses tipos de estimativas, as mesmas foram consideradas área de foco na auditoria das demonstrações contábeis das Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. Adicionalmente, a Duratex realiza vendas por meio de diversas unidades no mercado nacional e internacional. Devido à existência de diversas unidades e dependência de controles manuais, existe o risco de reconhecimento de receita fora do período de competência e, por esse aspecto, essa área também foi considerada área de foco em nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.	identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos: • Os trabalhos executados e as conclusões dos especialistas dos auditores da Duratex S.A. quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Duratex; • As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.; e Em relação ao reconhecimento de receita, questionamos e revisamos: • Teste de controles internos relacionados a identificação, movimentação de estoques e o registro de receitas de vendas dentro do período de competência; • Testes de documentos, em base amostral, de notas fiscais faturadas e comprovantes de entrega a fim de observar o correto período de competência; e • Recálculo dos valores apurados pela Companhia para ajustar receitas de vendas faturadas e não entregues dentro do período de competência. Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis assim como os controles estabelecidos para a adequada observação do correto período de reconhecimento da receita são adequados para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 196

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis , a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 197

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 198

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2016, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2017. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 199

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: em 13 de fevereiro de 2017, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa; ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas; e

b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2017. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366072) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 200

BRINDISI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais - R$)

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	818,90	818,90
Total do ativo	**818,90**	**818,90**

Passivo e Patrimônio Líquido	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.000,00	1.000,00
Prejuízo acumulado	(181,10)	(181,10)
Total do patrimônio líquido	818,90	818,90
Total do passivo e patrimônio líquido	**818,90**	**818,90**

Marcos Antonio De Marchi
Diretor Presidente
CPF 163.564.188-85

Djalma Roberto Zillo
Contador
CRC 1SP244668/O-1

BRINDISI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais - R$)

RESULTADO **RECEITA**	**2016**	**2015**
Receita líquida de vendas e serviços	-	-
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	-
	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício das operações	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas da Companhia	-	-
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício:		
Prejuízo básico por ação	-	-

Marcos Antonio De Marchi
Diretor Presidente
CPF 163.564.188-85

Djalma Roberto Zillo
Contador
CRC 1SP244668/O-1

CAETEX FLORESTAL S.A.

CNPJ nº 18.842.121/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, fevereiro de 2017. - A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		**1.444**	**275**
Caixa e bancos	3	429	38
Estoques	4	642	187
Impostos e contribuições a recuperar		370	50
Demais créditos		3	-
NÃO CIRCULANTE		**44.274**	**22.508**
Impostos e contribuições a recuperar		20	15
Imobilizado	5	345	68
Ativos biológicos	6	43.909	22.425
TOTAL DO ATIVO		**45.718**	**22.783**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		**724**	**300**
Empréstimos e financiamentos		58	-
Fornecedores		322	30
Obrigações com pessoal		27	36
Contas a pagar e impostos	7	317	234
NÃO CIRCULANTE		**22.634**	**3.684**
Empréstimos e financiamentos		189	-
Partes relacionadas	8	22.445	3.684
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9**	**22.360**	**18.799**
Capital social		24.082	18.929
Prejuízo acumulado		(1.722)	(130)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**45.718**	**22.783**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Constituição da empresa em 15 de junho de 2015	**18.929**	**-**	**18.929**
Resultado abrangente do exercício:			
Prejuízo do exercício	-	(130)	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**18.929**	**(130)**	**18.799**
Resultado abrangente do exercício:			
Aumento de capital	5.153	-	5.153
Prejuízo do exercício	-	(1.592)	(1.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**24.082**	**(1.722)**	**22.360**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Variação do valor justo dos ativos biológicos	6	630	-
Despesas gerais e administrativas		(7)	(34)
Outros resultados operacionais	10	(446)	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**177**	**(34)**
Resultado financeiro	11	(1.769)	(96)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		**(1.592)**	**(130)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(1.592)**	**(130)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais:		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.592)**	**(130)**
AJUSTES POR:		
Depreciação	68	10
Variação do valor justo ativo biológico	(630)	-
Juros, variações cambiais e monetárias líquidas	1.544	-
(Aumento) redução em ativos		
Estoques	(455)	(187)
Demais ativos	(328)	(65)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	292	30
Obrigações com pessoal	(9)	36
Contas a pagar	83	234
Caixa proveniente das operações	**(1.027)**	**(72)**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(1.027)**	**(72)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Investimentos em ativo imobilizado	(345)	(78)
Investimentos em ativo biológico	(15.701)	(22.425)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(16.046)**	**(22.503)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Integralização de capital	-	18.929
Mútuo com partes relacionadas	17.229	3.684
Ingressos de financiamentos	235	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**17.464**	**22.613**
AUMENTO DO CAIXA NO EXERCÍCIO	**391**	**38**
SALDO INICIAL	**38**	**-**
SALDO FINAL	**429**	**38**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(1.592)	(130)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**(1.592)**	**(130)**

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

Com sede social na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, a Caetex Florestal S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Usina Caeté S.A., e pela Duratex Florestal Ltda., ambas exercendo o controle conjunto com atuação destacada no setor agropecuário e silvicultura.

A Caetex Florestal S.A. tem como atividade principal a silvicultura, a agropecuária e a comercialização de produtos relacionados a essas atividades.

b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 15 de fevereiro de 2017.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 - Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo da aplicação das políticas contábeis.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Empresa estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações.

2.4 - Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto, menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil - econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

(continua)

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 203

CAETEX FLORESTAL S.A.

CNPJ nº 18.842.121/0001-46

NOTAS EXPLICATIVAS - (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) (continuação)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.5 - *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.6 - Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até três anos de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.7 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.8 - Capital social

As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de R$ 429 em 2016 na conta caixa e bancos é referente às contas correntes no Banco do Brasil, Itaú e Santander e (R$ 38 em 2015) no Banco do Brasil.

NOTA 4 - ESTOQUES

A conta de estoque está assim representada: R$ 639 em 2016 (R$ 184 em 2015) de matérias-primas e R$ 3 em 2016 (R$ 3 em 2015) de almoxarifado geral.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

A conta de imobilizado é composta por: R$ 413 em 2016 (R$ 78 em 2015) referente custos de aquisições de máquinas, equipamentos e instalações e (R$ 68) em 2016 ((R$10) em 2015) de depreciação, apresentando um saldo líquido de R$ 345 em 2016 (R$ 68 em 2015).

NOTA 6 - ATIVOS BIOLÓGICOS

O ativo biológico da Empresa está representado pela floresta em formação localizada no Estado de Alagoas, e representa em 31 de dezembro de 2016 R$ 43.909 e (R$ 22.425 em 31 de dezembro de 2015). O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação sendo:

	31/12/2016
Custo de formação dos ativos biológicos	43.279
Diferencial entre custo e valor justo	630
Saldo final	**43.909**

NOTA 7 - CONTAS A PAGAR E IMPOSTOS

O saldo de R$ 317 em 2016 (R$ 234 em 2015) no contas a pagar refere-se a gastos com manutenção para o desenvolvimento das florestas.

NOTA 8 - PARTES RELACIONADAS

Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas referem-se a contratos de mútuos, sendo R$ 11.238 (R$ 1.845 em 2015) com a Duratex Florestal Ltda. e R$ 11.207 em 2016 (R$ 1.839 em 2015) com a Usina Caeté S.A..

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Empresa e em condições acordadas entre as partes.

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 14 de março de 2016 a Usina Caeté S.A. e a Duratex Florestal Ltda., aumentaram o capital social da Caetex Florestal S.A., no montante de R$ 5.153, totalizando R$ 24.082.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente integralizado, é de R$ 24.082 mil, dividido em 30.103.043 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 24.082.434 ordinárias e 6.020.609 preferenciais, estas últimas sem direito a voto.

NOTA 10 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R$ 446, refere-se preponderantemente a baixa de gastos com reservas florestais relativa às áreas plantadas que não apresentaram bom desenvolvimento.

NOTA 11 - RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras (Despesas financeiras)		
Juros e descontos obtidos	2	-
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(12)	-
Juros de mútuo	(1.532)	(79)
Taxas bancárias	(7)	(2)
Imposto de operações financeiras	(216)	(15)
Outras	(4)	-
Total do resultado financeiro	**(1.769)**	**(96)**

DIRETORIA

Diretores: Fabrizzio Tenório de Carvalho — José Martins Tangerino

Marcelo Palmeira dos Santos - **Contador** - CRC 1SP188.793/O-0

HOTÉIS PONTA VERDE LTDA., inscrita no CNPJ nº 12.448.221/0001-06, situado na Avenida Álvaro Otacílio, nº 2933, Ponta Verde, Maceió/AL, torna público que requereu ao IMA/AL a prorrogação de sua licença de Instalação nº 028/2015 para o empreendimento denominado Hotel Ponta Verde do Francês, localizado na Av.dos Corais, s/n, Praia do Francês, marechal Deodoro/AL.

MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

O Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Marechal Deodoro/AL, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 8.666/93 a dispensa de licitação por contratação direta com fulcro no do art. 24, Inc. IV, da Lei de Licitações, para Locação de Motos, Veículos (Pequeno, Médio e Grande Porte) e Máquinas Pesadas, HOMOLOGA o presente processo no valor Global de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017 – CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, CNPJ nº 12.516.266/0001-70. CONTRATADA: EP TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n° 21.678.067/0001-50, valor total R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais). Data de Assinatura do Contrato: 01 de fevereiro de 2017.

Marechal Deodoro/AL, 01 de fevereiro de 2017.

Neilson Costa da Silva - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas, por seu Presidente, infra firmado, de acordo com os Artigos 25 e 31 dos Estatutos Sociais, convoca, todos os seus associados em gozo dos direitos sindicais para a Assembléia Geral Ordinária no próximo dia 24 (vinte e quatro) do corrente mês de fevereiro, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede desta entidade, na rua Sá e Albuquerque, 235 – 1º andar – nesta cidade de Maceió, com a seguinte Ordem do Dia:

-Leitura, discussão e aprovação dos dispêndios referente a safra 2015/2016, e do Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2015.

Maceió-Al, 17 de fevereiro de 2017

ENGENHARQ LTDA, inscrita no CNPJ 03.722.728/0001-15 localizada na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, nº237, Loteamento Murilopólis, Serraria, Maceió-AL, torna público que requereu ao IMA/AL, a LICENÇA DE OPERAÇÃO, para Conjunto Habitacional denominado Residencial Jardim das Bromélias, situado no município de Arapiraca-AL.Não foi solicitado estudo de impacto ambiental.

Companhia ESA

CNPJ nº 52.117.397/0001-08

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, 24 de Abril de 2017.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	150	342
Ativos financeiros (Nota 6)	14.648	7.375
Dividendos e juros sobre capital a receber (Nota 8(c))	25.854	11.089
Tributos a recuperar (Nota 7)	2.928	3.213
Demais ativos circulantes	2.476	1.685
	46.056	**23.704**
Não circulante		
Investimentos (Nota 8)	560.313	524.572
Imobilizados	885	22
Intangíveis	7	–.–
	561.205	**524.594**
Total do ativo	**607.261**	**548.298**

Passivo e Patrimônio Líquido	2016	2015
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 9)	–.–	186
Demais tributos e contribuições a pagar (Nota 10)	5.426	3.007
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 12(c))	28.195	20.010
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	118	107
Outros passivos circulantes	198	58
Total do passivo	**33.937**	**23.368**
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social	425.000	380.000
Reservas de lucros	181.834	177.756
Reservas integralizadas de capital e lucros (ITAÚSA)	(41.225)	(39.849)
Ajustes de avaliação patrimonial	7.715	7.023
Total do patrimônio líquido	**573.324**	**524.930**
Total do passivo e patrimônio líquido	**607.261**	**548.298**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros – Incentivos fiscais	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Especial	Reservas integralizadas/ de capital e de lucros (ITAÚSA)	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2015	**333.000**	**335**	**25.742**	**138.718**	**(42.150)**	**2.740**	–.–	**458.385**
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	98.741	98.741
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(3.518)	–.–	(3.518)
Aumento de capital por capitalização de reservas	46.888	–.–	–.–	(46.888)	–.–	–.–	–.–	–.–
Aumento de capital com créditos de JCP	112	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	112
Distribuição de lucros	–.–	–.–	–.–	(10.109)	–.–	–.–	–.–	(10.109)
Ágio na aquisição de ações da controlada	–.–	–.–	–.–	(136)	–.–	136	–.–	–.–
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)								
Operações com acionistas controladores (Nota 8(b))	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	7.665	–.–	7.665
Transação com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.027)	–.–	–.–	(2.027)
Outros (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	–.–	(129)	–.–	–.–	(129)
Juros sobre capital próprio a receber da controlada	–.–	–.–	–.–	–.–	4.457	–.–	–.–	4.457
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	–.–	–.–	4.937	–.–	–.–	–.–	(4.937)	–.–
Juros sobre capital próprio (Nota 12(c))	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(28.647)	(28.647)
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	–.–	–.–	–.–	65.157	–.–	–.–	(65.157)	–.–
Em 31 de dezembro de 2015	**380.000**	**335**	**30.679**	**146.742**	**(39.849)**	**7.023**	–.–	**524.930**
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	90.909	90.909
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(8.960)	–.–	(8.960)
Aumento de capital por capitalização de reservas	45.000	(335)	–.–	(44.665)	–.–	–.–	–.–	–.–
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)								
Operações com acionistas controladores (Nota 8(b))	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	9.652	–.–	9.652
Transação com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	–.–	(6.692)	–.–	–.–	(6.692)
Outros (Nota 8)	–.–	–.–	–.–	–.–	(495)	–.–	–.–	(495)
Juros sobre capital próprio a receber da controlada	–.–	–.–	–.–	–.–	5.811	–.–	–.–	5.811
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	–.–	–.–	4.546	–.–	–.–	–.–	(4.546)	–.–
Juros sobre capital próprio (Nota 12(c))	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(41.831)	(41.831)
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	–.–	–.–	–.–	44.532	–.–	–.–	(44.532)	–.–
Em 31 de dezembro de 2016	**425.000**	**–.–**	**35.225**	**146.609**	**(41.225)**	**7.715**	**–.–**	**573.324**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2016	2015
Resultado de participações societárias (Nota 8)	**96.389**	**103.726**
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(2.839)	(2.441)
Tributos (Nota 14)	(4.412)	(3.200)
Lucro operacional	**89.138**	**98.085**
Receitas financeiras (Nota 15)	1.810	890
Despesas financeiras (Nota 15)	(43)	(48)
Outras receitas operacionais	4	–.–
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**90.909**	**98.927**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	–.–	(186)
Lucro líquido do exercício	**90.909**	**98.741**
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.667.196	1.515.632
Lucro por ação do capital social (Nota 12(d))	0,0545	0,0651

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	**90.909**	**98.741**
Participação no resultado abrangente da controlada (Nota 8)	(8.960)	(3.518)
Resultado abrangente do período	**81.949**	**95.223**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	**90.909**	**98.927**
Ajustes		
Depreciação e amortização	171	6
Resultado de participações societárias (Nota 8)	(96.389)	(103.726)
Ativos financeiros		
Receitas	(1.810)	(890)
Despesas	43	48
	(7.076)	(5.635)
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	285	(365)
Demais ativos circulantes	(791)	(1.655)
Demais tributos e contribuições a pagar	2.233	1.938
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	11	10
Outros passivos circulantes	140	34
	1.878	(38)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(5.198)**	**(5.673)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	45.200	40.375
Aquisição de ações da controlada (Nota 8)	–.–	(3.615)
Aquisição de imobilizados	(1.033)	–.–
Aquisição de intangíveis	(8)	–.–
Variação dos ativos financeiros	(5.506)	(4.496)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**38.653**	**32.264**
Dividendos pagos aos acionistas	–.–	(9.997)
Juros sobre capital próprio pago aos acionistas	(27.372)	(12.427)
IRRF sobre juros sobre capital próprio (Nota 12 (c))	(6.275)	(4.297)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(33.647)**	**(26.721)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(192)**	**(130)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	342	472
No final do exercício	150	342
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(192)**	**(130)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais

A Companhia ESA ("COMPANHIA") é uma sociedade anônima com sede na capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação na controlada Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("ITAÚSA"), controlada em última instância pela família Egydio de Souza Aranha.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Um resumo das principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras está apresentado a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da COMPANHIA no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Apresentação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria, em 28 de março de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme o CPC emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas demonstrações financeiras (individuais) contêm informações sobre a COMPANHIA e não contêm informações financeiras consolidadas como sendo a controladora de um grupo. A COMPANHIA não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a ITAÚSA (Nota 8), uma vez que essa controlada é a *holding* do conglomerado ITAÚSA e, por ser de capital aberto, já prepara demonstrações financeiras consolidadas. A administração da COMPANHIA concluiu que a preparação das demonstrações financeiras consolidadas incluindo a ITAÚSA, considerando a composição e a relevância de seus ativos e passivos, apenas duplicaria informações já disponíveis, uma vez que não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público.

Tivesse a COMPANHIA elaborado demonstrações financeiras consolidadas, a única diferença relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas da ITAÚSA seria a classificação da parcela não detida pela COMPANHIA no patrimônio líquido da ITAÚSA como participação dos não controladores, como abaixo demonstrado:

	Milhões de reais 2016	2015
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	560	524
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	50.119	47.347
	50.679	**47.871**

Assim, a leitura dessas demonstrações financeiras individuais deve ser feita em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da ITAÚSA, que se encontram disponíveis na página da Internet: www.itausa.com.br.

2.2. Tratamento da participação na ITAÚSA - A participação detida na ITAÚSA é reconhecida pela aplicação do método de equivalência patrimonial, por meio do qual a COMPANHIA reconhece sua participação proporcional detida no patrimônio líquido da controlada, a fim de registrar a parte que lhe cabe no resultado, resultado abrangente ou outras transações de capital registradas pela controlada. Não existem eliminações de transações com a controlada no processo de aplicação da equivalência patrimonial. As transações em que a COMPANHIA adquire participações (ações) de acionistas não controladores ou vende parte de participações detidas, são consideradas como sendo transações entre a COMPANHIA e seus acionistas. Dessa forma, qualquer diferença entre o montante pago e o correspondente valor da participação no patrimônio da controlada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido da COMPANHIA e não no resultado ou no resultado abrangente.

No caso de aquisição adicional de ações da controlada por valor superior ao valor patrimonial (ágio) ou no caso de aquisições de ações com ganho por compra vantajosa (deságio), os valores de ágio ou deságio são contabilizados em conta do patrimônio líquido. Efeitos semelhantes nas vendas de ações são também assim registrados, a não ser que a venda produza perda de controle da investida.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros - A COMPANHIA classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, isto é, as aplicações financeiras (Nota 6). Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A COMPANHIA não tem contratos de derivativos de qualquer natureza em aberto ou efetuou transações dessa natureza no período coberto por estas demonstrações financeiras.

(b) Empréstimos e recebíveis - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, quando então são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da COMPANHIA compreendem os equivalentes de caixa, desde que não classificados como valor justo por meio do resultado e demais contas ou valores a receber. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, como resultado financeiro.

2.5. Provisões - As provisões, que incluem os tributos apurados a pagar, são reconhecidas quando a COMPANHIA tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructiveobligation) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor poderá ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente - O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela COMPANHIA nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

No período desta demonstração não há ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa registrados.

2.7. Capital social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, a serem demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.8. Reconhecimento da receita de participação

(a) Resultado de participação societária - O resultado de participação societária decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da COMPANHIA é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na previsão estabelecida no estatuto social de pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas são demonstrados no passivo, no exercício em que o pagamento é aprovado pela diretoria.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), recolhido sobre os juros sobre capital próprio é reconhecido no patrimônio líquido, juntamente com os juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No caso da COMPANHIA, as estimativas contábeis críticas referem-se ao cálculo e registro de tributos sobre o lucro, embora não existam ajustes relevantes ao lucro líquido para a apuração das bases fiscais desses tributos. Nesse sentido, são apurados o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com base na legislação vigente.

A apuração final desses tributos, para recolhimento, ocorrerá por ocasião da declaração do imposto de renda, e possível eventuais ajustes em relação aos valores apurados e registrados nestas demonstrações financeiras.

O julgamento contábil crítico refere-se à determinação do controle detido na ITAÚSA (Nota 8).

4. Gestão de risco financeiro

A atividade da COMPANHIA restringe-se à administração da posição acionária detida na ITAÚSA. Dessa forma, a origem e a aplicação de recursos resumem-se fundamentalmente no recebimento e no pagamento de dividendos e de juros sobre o capital, sem o objetivo de reter valores relevantes de recursos com algum outro objetivo.

O passivo circulante refere-se substancialmente a juros sobre capital próprio a pagar a acionistas. Nesse sentido, na medida em que suficientes recursos são recebidos da ITAÚSA, os acionistas da COMPANHIA são pagos e/ou remunerados. Uma pequena parcela dos recursos é retida para o pagamento de despesas correntes, incluindo tributos além de outras despesas relacionadas ao objeto social da COMPANHIA.

Essa parcela retida é mantida em instrumentos de caixa e equivalentes de caixa, que incluem o caixa, banco conta-movimento e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que, portanto, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 25/04/2017 09:48:53.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25701514] - www.imprensaoficial.com.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br/autenticidade (Código 9) - SEI 088700.004572/2017-39 / pg. 205

Companhia ESA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)*

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a COMPANHIA pode rever a política de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos recebíveis. São classificados como ativos circulantes se foram adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

	Empréstimos e recebíveis		Ativos financeiros designados ao valor justo		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	150	342	–.–	–.–	150	342
Ativos financeiros	–.–	–.–	14.648	7.375	14.648	7.375

6. Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em caixa e depósitos em conta-movimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos financeiros referem-se as aplicações financeiras e estão apresentados por cotas de fundo de investimento junto ao Itaú Unibanco S.A. que contam com liquidez imediata e com propósito de serem ativa e frequentemente negociadas.

	2016	2015
Caixa e bancos	150	342
Aplicações em fundo de investimento	14.648	7.375
	14.798	**7.717**

7. Tributos a recuperar

	2016	2015
IRRF referente a juros sobre capital próprio	2.449	2.325
Impostos antecipados		
CSLL a recuperar	200	750
IRPJ a recuperar	–.–	–.–
IRRF sobre aplicações financeiras	279	138
	2.928	**3.213**

8. Investimentos

O saldo dessa conta é composto exclusivamente pela participação da COMPANHIA na controlada ITAÚSA, cujas informações estão detalhadas a seguir.

(a) Movimentação dos investimentos no exercício

Em 1º de janeiro de 2015	458.402
Resultado de participações societárias	103.726
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	
Transações com empresas subsidiárias e controladas	(2.027)
Outros	4.328
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	(3.518)
Subscrição de ações	3.615
Dividendos e juros sobre capital próprio	(39.954)
Em 31 de dezembro de 2015	**524.572**
Resultado de participações societárias	96.389
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	
Transações com empresas subsidiárias e controladas	(6.692)
Outros	5.316
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	(8.960)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(50.312)
Em 31 de dezembro de 2016	**560.313**

(b) Informações sobre a ITAÚSA - A ITAÚSA é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz).

Nos termos do Acordo de Acionistas da ITAÚSA, de 10 de maio de 2011, a Companhia ESA foi constituída com a finalidade de administrar a posição acionária da família Egydio de Souza Aranha na ITAÚSA. Assim, os membros da família e a COMPANHIA formam o grupo controlador da ITAÚSA com o objetivo de, entre outros, estabelecerem acordo de votos para orientar as atividades da ITAÚSA.

Esses acionistas detêm, em conjunto, 62,02% das ações ordinárias (2015 - 61,44%) e 16,93% das ações preferenciais (2015 - 16,93%) da ITAÚSA. Em 31 de dezembro de 2016, a COMPANHIA possui participação de 1,17395% (2015 - 1,16971%) e o usufruto das ações ordinárias, atuais e futuras, dos membros integrantes do bloco de controle, compreendendo-se no usufruto o direito de voto e 1% dos direitos patrimoniais (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações em dinheiro). O valor de 1% dos direitos patrimoniais totalizou R$ 9.652 (2015 - R$ 7.665), registrado no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2016 (*)	
Capital social	36.405
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	47.729
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	8.211
Participação detida pela Companhia ESA - %	1,17395
Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2015 (*)	
Capital social	32.325
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	44.846
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	8.867
Participação detida pela Companhia ESA - %	1,16971

(*) Informações em milhões de reais ou de outra forma indicado.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a receber - O reconhecimento de dividendos e juros sobre capital próprio como receitas e direito recebível no ativo circulante se deu com base em Reuniões do Conselho de Administração da ITAÚSA realizadas em 23 de novembro e em 19 de dezembro de 2016.

	2016	2015
Quantidade de ações		
Companhia ESA	86.911	79.010
Acionistas controladores	16.672	15.156
	103.583	**94.166**
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos		
JCP bruto (2016: R$ 0,276 por ação - 2015: R$ 0,1209 por ação)	28.588	11.385
Imposto de renda	(4.288)	(1.708)
	24.300	**9.677**
Dividendos (2016: R$ 0,015 por ação - 2015: R$ 0,015 por ação)	1.554	1.412
	25.854	**11.089**

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante à legislação específica e a Contribuição Social (CS) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A conciliação entre a alíquota nominal e a efetiva pode ser demonstrada da seguinte maneira:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.909	98.927
Alíquota nominal 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Encargos (IRPJ e CSLL) às alíquotas vigentes	(30.909)	(33.635)
(Adições)/exclusões	31.089	33.449
Equivalência patrimonial	32.772	35.266
Receitas de juros sobre capital próprio	(15.906)	(11.669)
Despesas com juros sobre capital próprio	14.223	9.740
Ajuste de crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa	(180)	90
Adicional do IRPJ	–.–	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	–.–	186

Em dezembro 2016 apesar de a COMPANHIA apresentar um lucro contábil de R$ 90.909, houve adições e exclusões que resultaram em um prejuízo fiscal. O valor de R$ 180 demonstrado como ajuste de crédito tributário sobre PF e BN, não foi registrado devido a relevância do montante envolvido.

Em dezembro 2015 a COMPANHIA apresentou um lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL de R$ 98.927, houve adições, exclusões e compensação de prejuízo fiscal resultando nos valores a pagar de IRPJ e CSLL respectivamente, R$ 130 e R$ 56.

10. Demais tributos e contribuições a pagar

	2016	2015
Programa de Integração Social (PIS)	473	188
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.179	869
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.531	1.730
Contribuições Sociais Retida na Fonte (CSRF)	18	17
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	8	7
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	176	160
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	41	36
	5.426	**3.007**

11. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da COMPANHIA estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "Provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a COMPANHIA não tem contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da COMPANHIA, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 425.000 (2015 - R$ 380.000), representado por 1.667.196.262 ações ordinárias (2015 - 1.515.632.981), todas nominativas, sem valor nominal.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, os acionistas deliberaram (i) aumentar o capital social em R$ 45.000, mediante a capitalização de reservas e (ii) simultânea bonificação em ações, mediante emissão de 151.563.281 ações, sem valor nominal, atribuídas aos acionistas.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de maio de 2015, os acionistas deliberaram (i) aumentar o capital social subscrito em R$ 112, com créditos de JCP de acionistas, mediante emissão de 11.208.759 ações; (ii) aumentar o capital social em R$ 46.888, mediante a capitalização de reservas; e (iii) simultânea bonificação em ações, mediante emissão de 136.765.824 ações, sem valor nominal, atribuídas aos acionistas.

(b) Reservas legal e especial - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme o artigo 16 do Estatuto Social da COMPANHIA, a Reserva Especial é constituída objetivando a formação de recursos com as seguintes finalidades: (i) exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital da ITAÚSA; (ii) aumento de capital social da COMPANHIA; (iii) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação da Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Essa reserva será formada: (i) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; (ii) pela parcela revertida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; (iii) pela reversão, nos casos aplicáveis, do valor de dividendos intermediários.

Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da reserva legal não poderá ultrapassar o capital social.

A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição, competindo à Diretoria especificar os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio - Conforme o artigo 15 do Estatuto Social da COMPANHIA, os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 2% (dois por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em Reuniões da Diretoria, realizadas durante os exercícios de 2016 e 2015, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nas datas indicadas na tabela a seguir, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

	2016	2015
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	41.831	28.647
Imposto de renda (15%)	(6.274)	(4.297)
JCP Líquido	**35.557**	**24.350**
JCP aprovado em 27 de fevereiro de 2015 (R$ 0,003 centavos por ação)	–.–	4.109
JCP aprovado em 31 de agosto de 2015 (R$ 0,009 centavos por ação)	–.–	13.861
JCP aprovado em 30 de dezembro de 2015 (R$ 0,007 centavos por ação)	–.–	10.677
JCP aprovado em 29 de fevereiro de 2016 (R$ 0,004 centavos por ação)	6.365	–.–
JCP aprovado em 31 de agosto de 2016 (R$ 0,012 centavos por ação)	19.563	–.–
JCP aprovado em 30 de dezembro de 2016 (R$ 0,009 centavos por ação)	15.903	–.–
Valor reconhecido no exercício	**41.831**	**28.647**
Dividendos aprovado em 13 de março de 2015 (R$ 0,0066 centavos por ação)	–.–	9.109
Dividendos aprovado em 08 de maio de 2015 (R$ 0,0007 centavos por ação)	–.–	1.000
Valor reconhecido no exercício	**–.–**	**10.109**

(d) Lucro por ação - O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da COMPANHIA, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	90.909	98.741
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.667.196	1.515.632
Lucro por ação	**0,0545**	**0,0651**

13. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Salários e benefícios a empregados	2.370	2.140
Serviços de terceiros	178	183
Anúncios e publicações	44	37
Seguros	68	64
Emolumentos	1	1
Outras	2	5
Contribuição sindical	5	5
Depreciação e amortização	171	6
	2.839	**2.411**

14. Tributos

	2016	2015
COFINS	3.628	2.630
PIS	784	570
	4.412	**3.200**

15. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(43)	(48)
Receita financeira		
Receita financeira	1.585	795
Variação monetária	223	95
Desconto obtido	2	–.–
Total das receitas financeiras	1.810	890
Resultado financeiro, líquido	**1.767**	**842**

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se resumem basicamente aos dividendos e juros sobre capital próprio a receber da ITAÚSA e a pagar a seus acionistas.

O pessoal-chave da administração da COMPANHIA são seus diretores, que também são acionistas. Enquanto diretores, os mesmos não são remunerados.

As demais transações com partes relacionadas referem-se a:

	2016	2015
Aplicações em fundo de investimento (Itaú Unibanco S.A.)	14.648	7.375

	2016	2015
Receita de aplicação financeira (Itaú Unibanco S.A.)	1.585	795

17. Informações suplementares

Em 01 de abril de 2015 foi publicado o Decreto 8.426, alterando a legislação tributária federal sobre PIS e COFINS. O referido Decreto dispõe, entre outros assuntos, sobre:

• Ficam restabelecidas para 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições;

• Ficam mantidas em 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) respectivamente do PIS e COFINS aplicáveis aos juros sobre o capital próprio.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia ESA

Revisamos as demonstrações financeiras da Companhia ESA ("COMPANHIA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como um resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - CPC PME (R_1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao conhecimento do auditor independente que o leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura aplicável de relatórios financeiros.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à administração e a outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos executados em uma revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia ESA em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 28 de março de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

New Shopping Promoções S.A.

CNPJ/MF n.º 57.659.039/0001-32 - NIRE 35.300.462.33-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que se realizará, em 02.05.17, às 13:30h, na sede social, na Cidade e Estado de São Paulo, Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 1.690, 10º andar, conjunto 102, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: eleição de Diretor. **Paula Gurgel de Mendonça** - Diretora-Presidente. **(21, 25 e 26/04/2017)**

Shopping Rental S.A.

CNPJ/MF n.º 27.533.553/0001-66 - NIRE 35.300.462.32-7

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que se realizará, em 02.05.17, às 16:00h, na sede social, na Cidade e Estado de São Paulo, Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 1.690, 10º andar, conjunto 102, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: eleição de Diretor. **Paula Gurgel de Mendonça** - Diretora-Presidente. **(21, 25 e 26/04/2017)**

SHA Comércio de Alimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 61.980.272/0001-90 - NIRE 35209022336

Assembléia Geral de Sócios - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Sócios da **SHA Comércio de Alimentos Ltda**., convocados para se reunirem em Assembleia Geral Sócios, que se realizará às 9:00 horas, no dia 02/05/2017, em sua sede social, na Avenida Lucas Nogueira Garcez, 2600, Jacareí/SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Baixa da filial sita Rua Ministro de Godoi, 180, São Paulo/SP; e Alteração do objeto social da filial sita na Rua Aurilio Lopes, 115, Itajubá/MG, e bem assim atualização de seus dados cadastrais. Jacareí, 20/04/2017. **Yumiko Migiyama Azevedo -** Sócia Administradora. (21-25-26)

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 25/04/2017 07:12:04.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25701515] - www.imprensaoficial.com.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br/autenticidade, sob o código 00700.004572/2017-39 / pg. 206

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

CNPJ nº 04.676.564/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A IUPAR apresentou, ao final do exercício de 2016, lucro líquido de R$ 3.915.593 mil e patrimônio líquido de R$ 30.937.527 mil. O lucro líquido por ação foi de R$ 3,69, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R$ 29,15.

Os ativos totais atingiram R$ 32.269.723 mil e estão compostos basicamente por Investimentos no Itaú Unibanco Holding S.A.

São Paulo, 27 de março 2017 - A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.3a e 3	2.430	196
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4	91.024	77.770
Investimentos	2.3b e 5	32.157.778	29.442.772
Ativos Fiscais	2.3c e 6	18.491	9.188
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		18.073	8.768
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		418	420
Total do Ativo		**32.269.723**	**29.529.926**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		79.068	33.767
Obrigações Fiscais	2.3c e 6	1.253.093	1.238.982
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		3	–.–
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.229.577	1.229.577
Outras		23.513	9.405
Outros Passivos		35	32
Total do Passivo		**1.332.196**	**1.272.781**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	2.3d e 7a	12.430.000	12.430.000
Reservas	7c e 7d	19.585.242	16.384.029
Ajustes de Avaliação Patrimonial	7e	(1.077.715)	(556.884)
Total do Patrimônio Líquido		**30.937.527**	**28.257.145**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**32.269.723**	**29.529.926**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em Milhares de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado Financeiro		280	212
Despesas Gerais e Administrativas		(2.152)	(2.257)
Despesas Tributárias		(25.316)	(19.233)
Resultado de Participações	5	3.942.786	4.485.774
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**3.915.598**	**4.464.496**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.3c e 8	(3)	–.–
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.3c e 8	(2)	8
Lucro Líquido		**3.915.593**	**4.464.504**
Lucro por Ação - Básico e Diluído			
Ordinárias		3,69	4,21
Preferenciais		3,69	4,21
Média Ponderada de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		710.454.184	710.454.184
Preferenciais		350.942.273	350.942.273

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	**3.915.593**	**4.464.504**
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Controladas	**(520.831)**	**(225.294)**
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	**(365.843)**	**(212.719)**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda; Perdas com *Hedge* e Variação Cambial de Investimento no Exterior	(365.843)	(212.719)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	**(154.988)**	**(12.575)**
Benefícios Pós-emprego	(154.988)	(12.575)
Total do Resultado Abrangente	**3.394.762**	**4.239.210**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em Milhares de Reais)*

	NOTA	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Líquido Ajustado		**(27.191)**	**(21.278)**
Lucro Líquido		3.915.593	4.464.504
Ajustes ao Lucro Líquido		(3.942.784)	(4.485.782)
Resultado de Participações		(3.942.786)	(4.485.774)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		2	(8)
Variação de Ativos e Passivos		**8.891**	**5.984**
Redução em Outros Ativos		31.722	24.557
Redução em Outras Obrigações		(22.831)	(18.573)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		**(18.300)**	**(15.294)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos		255.647	230.392
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		**255.647**	**230.392**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos		(235.113)	(215.056)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		**(235.113)**	**(215.056)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes		**2.234**	**42**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.3a e 3	196	154
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.3a e 3	2.430	196

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 7) *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros/ (Prejuízos Acumulados)	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 01/01/2015	**7.430.000**	**13.580.658**	**3.591.839**	**146.940**	–.–	**(331.590)**	**24.417.847**
Transações com os Acionistas	5.000.000	(5.000.000)	–.–	(146.940)	–.–	–.–	(146.940)
Aumento de Capital com Reservas	5.000.000	(5.000.000)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	–.–	–.–	–.–	(146.940)	–.–	–.–	(146.940)
Transações com Empresas Controladas	–.–	(123.100)	–.–	–.–	–.–	–.–	(123.100)
Integralização de Reservas	–.–	3.591.839	(3.591.839)	–.–	–.–	–.–	–.–
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	4.464.504	(225.294)	4.239.210
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	4.464.504	–.–	4.464.504
Outros Resultados Abrangentes	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(225.294)	(225.294)
Destinações:							
Reserva Legal	–.–	223.225	–.–	–.–	(223.225)	–.–	–.–
Reserva Estatutária	–.–	–.–	3.984.135	–.–	(3.984.135)	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(129.872)	–.–	(129.872)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Propostos para o Exercício Seguinte	–.–	–.–	–.–	127.272	(127.272)	–.–	–.–
Saldo em 31/12/2015	**12.430.000**	**12.272.622**	**3.984.135**	**127.272**	–.–	**(556.884)**	**28.257.145**
Mutações do Período	**5.000.000**	**(1.308.036)**	**392.296**	**(19.668)**	–.–	**(225.294)**	**3.839.298**
Saldo em 01/01/2016	**12.430.000**	**12.272.622**	**3.984.135**	**127.272**	–.–	**(556.884)**	**28.257.145**
Transações com os Acionistas	–.–	–.–	–.–	(127.272)	–.–	–.–	(127.272)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	–.–	–.–	–.–	(127.272)	–.–	–.–	(127.272)
Transações com Empresas Controladas	–.–	(397.023)	–.–	–.–	–.–	–.–	(397.023)
Integralização de Reservas	–.–	3.984.135	(3.984.135)	–.–	–.–	–.–	–.–
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	3.915.593	(520.831)	3.394.762
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	3.915.593	–.–	3.915.593
Outros Resultados Abrangentes	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(520.831)	(520.831)
Destinações:							
Reserva Legal	–.–	195.780	–.–	–.–	(195.780)	–.–	–.–
Reserva Estatutária	–.–	–.–	3.366.273	–.–	(3.366.273)	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(190.085)	–.–	(190.085)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Propostos para o Exercício Seguinte	–.–	–.–	–.–	163.455	(163.455)	–.–	–.–
Saldo em 31/12/2016	**12.430.000**	**16.055.514**	**3.366.273**	**163.455**	–.–	**(1.077.715)**	**30.937.527**
Mutações do Período	–.–	**3.782.892**	**(617.862)**	**36.183**	–.–	**(520.831)**	**2.680.382**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 *(Em Milhares de Reais)*

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal - São Paulo - SP.

A IUPAR tem por objeto social exclusivo a titularidade e o exercício do controle acionário da sociedade denominada Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING), devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As demonstrações contábeis foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e foram aprovadas pela diretoria da IUPAR em 27 de março de 2017.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Conforme disposto no item 4a do CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não foram apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas, uma vez que a IUPAR satisfaz as condições a seguir:

(i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade (Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e Companhia E. Johnston de Participações), a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;

(ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);

(iii) não arquivou nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e

(iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da IUPAR no processo da aplicação das políticas contábeis.

2.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

a) Estimativas e Premissas Utilizadas pela Administração

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

b) Mensuração do Valor Recuperável

Nas datas-base de divulgação das demonstrações contábeis, a IUPAR possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros, esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação.

2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A IUPAR define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidades em espécie, contas correntes em bancos, aplicações e ativos financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) INVESTIMENTOS

A IUPAR reconhece sua participação nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo método de equivalência patrimonial.

c) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais - Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, no período em que entram em vigor. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

d) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 100% do lucro líquido realizado em dinheiro de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente.

Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido como passivo somente quando aprovados pela Assembleia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu Capital Próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

f) LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido, atribuído aos controladores da IUPAR, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 - "Resultado por Ação".

g) APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os juros de aplicações financeiras são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na Demonstração do Resultado como Resultado Financeiro.

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/03/2017 09:35:58.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25571293] - www.imprensaoficial.com.br
SELO DE AUTENTIICIDADE
do Exercício - DRE (0000078) - SEI 060700.004572/2017-39 / pg. 207

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto por disponibilidades em contas correntes em bancos no valor R$ 7 (R$ 4 em 31/12/2015) e aplicações financeiras em fundos de investimentos, no valor de R$ 2.423 (R$ 192 em 31/12/2015).

NOTA 4 - DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

São compostos por Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a receber do investimento na controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

NOTA 5 - INVESTIMENTOS

O quadro abaixo demonstra a participação da IUPAR no ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

Investimento	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	**29.442.772**	**25.586.584**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(309.926)	(281.192)
Resultado de Participação em Controlada (1)	3.942.786	4.485.774
Outros Resultados Abrangentes, Outorga e Outros	(917.854)	(348.394)
Total	**32.157.778**	**29.442.772**
Valor de Mercado (2)	**57.572.242**	**40.869.951**

(1) Líquido de usufruto de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.
(2) Valor justo do investimento, com base na cotação média da ação mais líquida, no último dia do período.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2016	31/12/2015
Capital	97.148.000	85.148.000
Patrimônio Líquido	122.581.602	112.252.360
Lucro Líquido do Exercício	23.263.348	25.739.750
Nº de Ações Ordinárias de Propriedade da IUPAR	1.709.389.603	1.553.990.549
Participação IUPAR no Capital Social	26,25%	26,24%
Participação IUPAR no Capital Votante	51,00%	51,00%

NOTA 6 - ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os ativos fiscais são compostos basicamente pelo imposto de renda retido na fonte sobre o recebimento de juros sobre o capital próprio e por créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados.

As obrigações fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se à diferença entre as bases de cálculo contábil e tributária, relacionada à baixa de deságio no patrimônio líquido, em 2010, durante a adoção inicial às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Em outras obrigações fiscais são registrados, basicamente o PIS, COFINS, o imposto de renda retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e os tributos retidos na fonte sobre os serviços tomados de terceiros.

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social é composto por 1.061.396.457 ações, sendo 355.227.092 ações ordinárias classe "A", 355.227.092 ações ordinárias classe "B" e 350.942.273 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

• Ações Classe "A" conferem a seus titulares o direito de eleger e destituir, em separado, metade dos membros efetivos e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração da IUPAR.

• Ações Classe "B" conferem a seus titulares o direito de eleger e destituir, em separado, a outra metade dos membros efetivos e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração da companhia.

b) Dividendos - Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 100% da parcela do lucro líquido da controlada que tiver sido realizada em dinheiro.

Neste exercício a IUPAR pagou R$ 71.060 de dividendos (R$ 90.219 em 2015). Deste montante, R$ 25.951 são referentes ao exercício atual e R$ 45.109 referentes ao exercício anterior.

Ainda neste exercício, pagou R$ 246.297 de juros sobre o capital próprio (R$ 186.593 em 2015). Deste montante, R$ 164.134 são referentes ao exercício atual e R$ 82.163 referentes ao exercício anterior.

Adicionalmente, foram declarados após 31/12/2016, juros sobre o capital próprio e dividendos, no montante de R$ 163.455, sendo R$ 9.553 referentes a dividendos e R$ 153.902 referentes a juros sobre o capital próprio.

c) Reservas Integralizadas

• Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, alterada pela lei 11.638/07 e lei 11.941/09, até o limite de 20% do capital social.

• Reservas Estatutárias

São constituídas visando a equalização de participações cuja finalidade será assegurar a equalização do lucro da IUPAR com os resultados de equivalência patrimonial do investimento. Os recursos serão aplicados na distribuição de dividendos complementares, juros remuneratórios sobre o capital próprio ou em aumento de capital social.

• Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela IUPAR e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados ao reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

	Reservas de Lucros		Total das		
Detalhamento das Reservas	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas de Lucros	Reservas de Capital	Total das Reservas
Saldo em 01/01/2016	**954.126**	**9.787.425**	**10.741.551**	**5.642.478**	**16.384.029**
Constituição de Reservas	195.780	3.366.273	3.562.053	–.–	3.562.053
Dividendos do Exercício Anterior	–.–	(45.109)	(45.109)	–.–	(45.109)
Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	–.–	(82.163)	(82.163)	–.–	(82.163)
Dividendos Propostos para o Exercício Seguinte	–.–	9.553	9.553	–.–	9.553
Juros sobre o Capital Próprio Propostos para o Exercício Seguinte	–.–	153.902	153.902	–.–	153.902
Transações com Empresas Controladas	–.–	(415.092)	(415.092)	18.069	(397.023)
Saldo em 31/12/2016	**1.149.906**	**12.774.789**	**13.924.695**	**5.660.547**	**19.585.242**

d) Reservas a Integralizar - estão representadas pelo saldo do lucro líquido remanescente após a apropriação para reserva legal e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

e) Outros Resultados Abrangentes - estão representados pela participação na parcela de outros resultados abrangentes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os montantes registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações contábeis são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.915.598**	**4.464.496**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(1.331.303)	(1.517.929)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	**1.331.298**	**1.517.937**
Resultado de Participações	1.340.547	1.525.163
Juros sobre o Capital Próprio	(9.250)	(7.224)
Outras	1	(2)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(5)**	**8**

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações são realizadas com o Itaú Unibanco S.A., representadas por saldo em conta corrente R$ 7 (R$ 4 em 31/12/2015) e despesas de serviços R$ 2 (R$ 1 de 01/01 a 31/12/2015).

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Para entender os riscos inerentes à atividade da IUPAR, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a IUPAR está sujeita são os riscos geridos pela sua controlada, ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da IUPAR é realizada pela Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

O excesso de caixa da IUPAR é investido em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a IUPAR mantinha aplicações financeiras de curto prazo no valor de R$ 2.423 (R$ 192 em 31/12/2015), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES

Conselheiros
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
JOÃO MOREIRA SALLES

DIRETORIA

Diretor Presidente
PEDRO MOREIRA SALLES

Diretores
MAURO AGONILHA
RICARDO VILLELA MARINO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Contador
RICARDO JORGE PORTO DE SOUSA
CRC 1SP185.916/O-8

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo - SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

HOLDING MAC FAM PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 08.812.923/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	4.692	5.587	CIRCULANTE	20.098	17.036
NÃO CIRCULANTE	20.454	16.497	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.048	5.048
INVESTIMENTOS	20.454	16.497	CAPITAL SOCIAL	2.295	2.295
DIFERIDO	–	–	RESERVA DE LUCROS	2.753	2.753
TOTAL DO ATIVO	**25.146**	**22.084**	**TOTAL DO PASSIVO**	**25.146**	**22.084**

LUIZ MACIEL DE LIMA FILHO
Presidente

ALEXANDRE RODRIGUES DE QUEIROZ
Contador CRC 1SP274955/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	2016	2015
Despesas Gerais e Administrativas	(974)	(819)
Outras (despesas) receitas operacionais Líquidas	(530)	1.179
Despesas Tributárias	(2)	(1)
Despesas (receitas) Financeiras Líquidas	(108)	(47)
Resultado Equivalência Patrimonial	4323	4296
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS (IR/CS)	**2.709**	**4.608**
Contribuição Social/Imposto de Renda	–	(53)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.709**	**4.555**
Quantidade de Ações ao Final Exercício	2.294.533	2.294.533
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (Em R$)	1,18	1,99

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/03/2017 09:36:24.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 25571300] - www.imprensaoficial.com.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br/autenticidade, sob o código 1700.004572/2017-39 / pg. 208

www.pwc.com.br

Nexoleum Bioderivados S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

pwc

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 209

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Nexoleum Bioderivados S.A.

Opinião sobre o balanço patrimonial com ressalva

Examinamos o balanço patrimonial da Nexoleum Bioderivados S.A. (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2016 e fomos contratados para examinar as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre o balanço patrimonial", o balanço patrimonial acima referido apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nexoleum Bioderivados S.A. em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa

Não expressamos opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Nexoleum Bioderivados S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada " Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não foi praticável obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa

Não acompanhamos as contagens físicas dos estoques existentes no início do exercício de 2016, pois nossa contratação como auditores independentes ocorreu em data posterior, e não foi possível satisfazermo-nos quanto às quantidades e saldos dos estoques por outros procedimentos de auditoria. Os saldos dos estoques em 31 de dezembro de 2015 totalizam R$ 621 mil. Adicionalmente, não foi possível a realização dos procedimentos de auditoria requeridos pela Norma Técnica de Auditoria - NBC TA 510 (R1) sobre os saldos iniciais em 1º de janeiro de 2016, em virtude da falta de apresentação de conciliações das contas contábeis nesta data. Consequentemente, não foi praticável determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 que possam ter afetado a apuração do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Base para opinião com ressalva sobre o balanço patrimonial

Não nos foram apresentados os documentos e informações suporte, tais como, nota fiscal, comprovante de pagamento e data de aquisição para os bens do ativo imobilizado, que totalizam, em 31 de dezembro de 2016, o montante de RS 2.583 mil, líquido de depreciação. Consequentemente, não foi possível obter

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 210

evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo da rubrica Imobilizado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 2.583 mil, bem como sobre as despesas de depreciação registradas no exercício findo nesta data, no montante de R$ 253 mil, e eventuais efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que o balanço patrimonial, tomado em conjunto, está livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião sobre o balanço patrimonial. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base no referido balanço patrimonial.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 211

Nexoleum Bioderivados S.A.

Devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa sobre essas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria sobre o balanço patrimonial. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante no balanço patrimonial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre o balanço patrimonial. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião sobre o balanço patrimonial, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo do balanço patrimonial, inclusive as divulgações e se o balanço patrimonial representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 9 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 212

nexoleum

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO	NOTA	31/12/16	31/12/15 (não auditado)
CIRCULANTE		**6.734**	**1.891**
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.946	-
Contas a receber de clientes	7	1.221	826
Estoques	8	429	621
Tributos a recuperar	9	119	68
Outros ativos	10	19	364
Despesas antecipadas		0	12
NÃO CIRCULANTE		**2.613**	**2.210**
Realizável a Longo Prazo			
Tributos a recuperar	9	30	-
		30	**-**
Imobilizado	11	2.583	2.210
		2.583	**2.210**
TOTAL DO ATIVO		**9.347**	**4.101**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/16	31/12/15 (não auditado)
CIRCULANTE		**2.109**	**2.081**
Fornecedores	12	1.751	1.589
Empréstimos e financiamentos	13	217	189
Obrigações com pessoal	12	103	109
Impostos e contribuições a pagar	14	38	194
NÃO CIRCULANTE		**115**	**997**
TOTAL PASSIVO		**2.224**	**3.078**
Empréstimos e financiamentos	13	115	997
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.123**	**1.023**
Capital social	15	12.099	2.099
Prejuizos acumulados	15	(4.976)	(1.076)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**9.347**	**4.101**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 213

nexoleum

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

Demonstração do resultado	Nota	2016 (não auditado)	2015 (não auditado)
Receita operacional líquida	16	12.539	15.417
Custos dos produtos vendidos	17	(13.073)	(13.080)
Lucro (prejuízo) bruto		**(534)**	**2.337**
Despesas com vendas	17	(202)	(248)
Despesas gerais e administrativas	17	(2.438)	(2.304)
Outras despesas líquidas	18	(318)	(443)
Prejuízo operacional		**(3.492)**	**(658)**
Resultado financeiro líquido	19	**(408)**	**(235)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(3.900)**	**(893)**
Imposto de renda e contribuição social	20	-	(8)
Prejuízo do exercício		**(3.900)**	**(901)**
Prejuízo básico e diluído por ação	21	**(0,32)**	**(0,43)**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há outros componentes do resultado abrangente além do resultado do exercício, motivo pelo qual não está sendo apresentada as demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 214

nexoleum

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2015	**2.099**	**(175)**	**1.924**
Prejuízo do exercício (não auditado)		(901)	**(901)**
Em 31 de dezembro de 2015	**2.099**	**(1.076)**	**1.023**
Prejuízo do exercício (não auditado)	-	(3.900)	**(3.900)**
Aumento de capital social	10.000	-	**10.000**
Em 31 de dezembro de 2016	**12.099**	**(4.976)**	**7.123**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 215

nexoleum

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	2016	2015
	(não auditado)	(não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.900)	(893)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	253	258
Provisão (reversão) para contas a receber de clientes	278	616
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(673)	(177)
Estoques	192	(99)
Demais ativos circulantes	307	26
Tributos a recuperar não circulante	(30)	-
Fornecedores	162	17
Impostos e obrigações trabalhistas	(162)	72
Caixa aplicado nas operações	**(3.573)**	**(180)**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(3.573)**	**(180)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(626)	(835)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(626)**	**(835)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	10.000	-
'Pagamento/Aquisição de empréstimos e financiamentos	(855)	1.013
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**9.145**	**1.013**
Variação cambial s/caixa e equivalentes		
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa, líqu	**4.946**	**(2)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**-**	**2**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**4.946**	**-**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 216

1 *Informações gerais*

A Nexoleum Bioderivados S.A. ("Nexoleum" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede e unidade fabril em Cotia, grande São Paulo. A Companhia tem por objeto a industrialização, comércio, exportação, importação e desenvolvimento de produtos bioderivados de vegetais para uso industrial e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou qualquer outro tipo.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2017.

2 *Resumo das principais políticas contábeis*

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ou valor justo quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2016, relevantes para a Companhia.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

A Companhia opera apenas no segmento de Bioderivados.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 217

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possuía em 2016 operações com instrumentos financeiros derivativos.
Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

. Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
. Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 218

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Outros ativos circulante e não circulante

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

2.9 Imobilizado

Conforme mencionado na nota 25, a Companhia não possui sede própria, sendo os seus imobilizados compostos por máquinas e equipamentos.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes, como reformas e inspeções periódicas necessárias à operação, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Anos
Equipamentos e instalações	13
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.10).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Na data destas demonstrações contábeis a Companhia não possui operações de arrendamento mercantil financeiro.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 219

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do balanço.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e estão sendo compensados os prejuízos fiscais existentes. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 220

2.15 Benefícios a empregados

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e todos os benefícios previstos em lei, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.16 Capital social

O capital da Companhia é representado por ações ordinárias sem valor nominal. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

(a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores conforme deliberado pelo Conselho de Administração, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração e por Assembleia dos Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Estas alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

(b) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2012-2014

(i) CPC 19/IFRS 11 Negócios em Conjunto

As aquisições de participação em uma operação conjunta em que as atividades da operação conjunta constituem-se em um negócio devem ser contabilizadas aplicando-se os princípios de combinação de negócios, a menos que conflitem com o CPC 19/IFRS 11.

(ii) CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível

Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 221

(iii) CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.

(iv) CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados

Traz orientação complementar com relação à determinação da taxa de desconto para obrigações pós-emprego. Dentre outros aspectos, a alteração esclarece que onde não houver mercado ativo para instrumentos privados categorizados como de baixo risco *high quality bonds*, títulos governamentais devem ser utilizados para a determinação da taxa de desconto.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração não pretende adotar esta norma de forma antecipada e planeja concluir avaliação dos impactos decorrentes de sua adoção nas demonstrações financeiras no curso de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 222

Ao final dos exercícios sociais de 2015 e 2016 a Companhia não constituiu provisões para contingências por não ter nenhuma questão tributária, trabalhista ou cível nas esferas administrativas e judiciais.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de dependência de insumos básicos.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Administração e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de moeda

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos pois, apesar das importações e exportações da Companhia ainda não atingirem valores relevantes, os preços de suas principais matérias primas, o óleo de soja refinado e o metanol, são fortemente afetados pela variação desses insumos no mercado internacional.

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

(iii) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais sendo os preços de seus produtos balizados pelo mercado global. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a Companhia a baixar preços, prejudicando os resultados.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo as contas a receber de clientes em aberto.

Por se tratar de uma Companhia relativamente nova, com um produto novo no mercado, as vendas ainda apresentam concentração em determinados clientes, sendo que três dos seus atuais clientes representam aproximadamente 80% do montante de vendas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento dos fluxos de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo departamento financeiro. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e recursos em bancos no valor de R$ 4.946 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2015).

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 223

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia na data de encerramento destas demonstrações:

Em 31 de dezembro de 2016:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	1.751	-	-	1.751
Financiamentos	217	115	-	332
Total	**1.968**	**115**	**-**	**2.083**

As projeções contidas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o próximo ano demonstram a capacidade de geração de caixa e cumprimento das obrigações, caso sejam concretizadas.

(d) Dependência de insumos básicos

Devido à volatilidade dos preços nos mercados internacionais, o aumento do valor de insumos básicos – como óleo de soja e petróleo Brent entre outros – pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando os seus resultados.

4.2 Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
Devido ao aporte de Capital feito pela Elekeiroz S.A., em julho de 2016, para o cumprimento do contrato de Joint Venture, a Companhia encerrou o exercício com alta liquidez e alavancagem negativa. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A - Total dos empréstimos e financiamentos (nota 17)	332	1.186
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(4.946)	-
C = (A – B) - Dívida líquida	(4.614)	1.186
D - Total do patrimônio líquido	7.123	1.023
E = (C + D) – Capital total	2.509	2.209
C /E = Índice de alavancagem financeira	(184)%	54%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda *(impairment)* estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 224

5 *Instrumentos financeiros por categoria*

	31 de dezembro de 2016	
	Empréstimos e recebíveis	**Total**
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	1.221	1.221
Caixa e equivalentes de caixa	4.946	4.946
Total	**6.167**	**6.167**

	Outros passivos financeiros	**Total**
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	332	332
Fornecedores	1.751	1.751
Total	**2.083**	**2.083**

	31 de dezembro de 2015	
	Empréstimos e recebíveis	**Total**
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	826	826
Total	**826**	**826**

	Outros passivos financeiros	**Total**
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.186	1.186
Fornecedores	1.589	1.589
Total	**2.775**	**2.775**

6 *Caixa e equivalentes de caixa*

	31 de dezembro de 2016	**31 de dezembro de 2015** (não auditado)
Recursos em bancos e em caixa	59	-
Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	4.887	-
Total	**4.946**	-

As aplicações de curto prazo foram classificadas como mantidas para negociação e são representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários – CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa CDI.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 225

7 *Contas a receber de clientes*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Clientes no País	1.468	1.443
Clientes no exterior	91	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(338)	(617)
Total circulante	**1.221**	**826**

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para *impairment* de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer	1.198	826
Vencidos até 30 dias	23	
Vencidos acima de 120 dias	338	617
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(338)	(617)
Total	**1.221**	**826**

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes vencidos até 30 dias no valor de R$ 23 referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. São prorrogações e atrasos normais.

Os títulos vencidos há mais de 120 dias no valor de R$ 338, com provisão provável de perda de R$ 338, referem-se a: i) R$ 103 clientes em recuperação judicial; ii) R$ 19 clientes com acordo de pagamento e; iii) R$ 216 duplicatas vencidas.

8 *Estoques*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Produtos acabados	318	
Matérias primas, auxiliares e embalagens	129	621
Almoxarifado geral	24	
Provisão para perdas nos estoques (i)	(42)	
Total	**429**	**621**

(i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis e para aqueles produtos que é esperado prejuízo em sua realização.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R$ 13.073 em 2016 (R$ 13.080 em 31 de dezembro de 2015).

9 *Tributos a recuperar*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Impostos a recuperar / compensar		
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	42	-
IPI a recuperar	74	62
Imposto de renda e contribuição social	14	6
ICMS a recuperar	10	-
Outros	9	-
Total	**149**	**68**
Demonstrado como:		
Circulante	119	68
Não circulante	30	-

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 226

10 *Outros ativos*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Adiantamento a fornecedores	19	2
Adiantamento a funcionários	-	362
Total	**19**	**364**
Demonstrado como:		
Circulante	**19**	**364**
Não circulante	**-**	**-**

11 *Imobilizado*

Resumo do imobilizado

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de processamento de dados e outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31/12/2015						
Custo	**2.878**	**2**	**21**	**1**	**-**	**2.902**
Depreciação acumulada	(674)	(1)	(16)	(1)	-	(692)
Saldo contábil líquido	**2.204**	**1**	**5**	**-**	**-**	**2.210**
Em 31/12/2015						
Saldo inicial	**2.204**	**1**	**5**	**-**	**-**	**2.210**
Aquisições	82	9		5	530	626
Baixas custo	-	-	-	-	-	-
Baixas deprec acumulada	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(247)	(1)	(5)	-	-	(253)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	**2.039**	**9**	**-**	**5**	**530**	**2.583**
Saldo em 31/12/2016						
Custo	**2.960**	**10**	**21**	**6**	**530**	**3.527**
Depreciação acumulada	(921)	(1)	(21)	(1)		**(944)**
Saldo contábil líquido	**2.039**	**9**	**-**	**5**	**530**	**2.583**

12 *Fornecedores e obrigações com pessoal*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Contas a pagar aos fornecedores	1.751	1.589
Obrigações com pessoal	103	109
	1.854	**1.698**
Circulante	1.854	1.892
Não circulante	-	-

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 227

13 *Empréstimos e financiamentos*

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

				31/12/2016		31/12/2015 (não auditado)	
Modalidade	Encargos - %	Amortização	Término	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CARTÃO BNDES		Mensal		45	43	40	39
FINAME	3,00 a.a.	Mensal e Trimestral	15/05/2018	155	51	139	195
LEASING	1,39 a.a.	Mensal e Trimestral	15/04/2021	17	21	-	-
CHEQUE ESPECIAL				-	-	10	763
TOTAL MOEDA NACIONAL				**217**	**115**	**189**	**997**
TOTAL				**217**	**115**	**189**	**997**

Os financiamentos classificados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2016
2018	72
2019	43
Total	**115**

Os valores dos financiamentos estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam dos seus valores justos.

14 *Impostos e contribuições a pagar*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Obrigações fiscais federais	38	110
Obrigações fiscais estaduais	-	84
Total impostos e contribuições a pagar	**38**	**194**
Circulante	38	194
Não circulante	-	-

15 *Patrimônio líquido*

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de R$ 12.099 (31 de dezembro de 2015 – R$ 2.099), dividido em 13.149. ações escriturais, sem valor nominal.

(b) Reserva de capital

A Companhia encerrou o exercício social de 2016 sem reservas de capital constituídas.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 228

(c) Reserva de lucros

A Companhia encerrou o exercício social de 2016 sem reservas de lucro constituídas.

(i) Prejuízo acumulado

No exercício de 2016 a Companhia aferiu prejuízo de R$ 3.900

(d) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

16 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	16.476	20.471
Mercado externo	91	-
Impostos sobre vendas e devoluções (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	(4.028)	(5.054)
Receita líquida de vendas	**12.539**	**15.417**

17 *Despesas por natureza*

	31 de dezembro de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Matérias-primas e materiais de consumo	10.004	13.079
Remuneração, encargos e benefícios a empregados	1.486	1.042
Despesas variáveis de vendas	457	-
Depreciação e amortização	253	258
Créditos PIS e COFINS sobre depreciação	-	-
Despesas com manutenção	55	138
Serviços prestados por terceiros	191	240
Outras despesas	3.267	875
Total	**15.713**	**15.632**
Custo dos produtos vendidos	13.073	13.080
Despesas com vendas	202	248
Despesas gerais e administrativas	2.438	2.304
Total	**15.713**	**15.632**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 229

18 *Outras receitas e (despesas) líquidas*

	31 de dezembro de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Indenização Seguros	288	-
Provisão para perdas com clientes	(278)	-
Provisões para perdas nos estoques	(39)	-
Outras despesas	(289)	(443)
Total outras receitas (despesas) líquidas	(318)	(443)

19 *Receitas e (despesas) financeiras*

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	31 de dezembro de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	325	-
Variação cambial ativa	2	-
Juros e descontos obtidos	31	25
Outras	0	2
Total receitas financeiras	**358**	**27**
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(688)	(148)
Despesas bancárias / impostos sobre aplicações	(46)	(33)
Descontos concedidos	(26)	(81)
Outras	(6)	-
Total despesas financeiras	(766)	(262)
Resultado financeiro líquido	(408)	(235)

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras da demonstração do resultado do exercício.

20 *Imposto de renda e contribuição social*

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31 de dezembro de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.900)	(901)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34%	-	-
Adições e exclusões permanentes	-	-
Outros	-	(8)
Total	**-**	**(8)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(8)

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 230

21 *Prejuízo por ação*

	31 de dezembro de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015 (não auditado)
Prejuízo atribuível aos acionistas	(3.900)	(901)
Média de ações (milhares)	7.932	2.099
Prejuízo por ação em (R$) – básico e diluído (ponderada)	**(0,49)**	**(0,43)**

22 *Dividendos e juros sobre o capital próprio*

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2015 e 2016, portanto, não ocorreu apuração de dividendos nos últimos anos.

23 *Saldos e transações com partes relacionadas*

			3 de dezembro de 2016			3 de dezembro de 2015		
Empresa	Ref	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Banco Itaú Unibanco S.A.	*	Aplicação financeira	4.946	0	279		N.A. **	

* Caixa e equivalentes de Caixa
** A Companhia não possuía transações com partes relacionadas em 2015.

24 *Cobertura de seguros (não auditado)*

A Companhia operou, de meados de outubro até dezembro de 2016, sem cobertura de seguros para seus equipamentos. O seguro contratado em 2015, com vencimento em outubro de 2016 não foi renovado devido à alteração do escopo da seguradora da época e por falta de acordo com outras seguradoras, que consideraram inviável uma cobertura de seguros considerando o risco de uma Companhia química versus o porte da Nexoleum.

Em Dezembro de 2016, com o suporte da Elekeiroz S.A, a Companhia conseguiu a renovação do seguro para o exercício de 2017.

25 *Alugueis*

A Companhia não possui imóvel próprio e está operando em uma edificação alugada na cidade de Cotia, estado de São Paulo. O contrato de aluguel foi renovado para o ano de 2017.

* * *

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366073) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 231

O. E. Setubal S.A.

CNPJ nº 61.074.456/0001-90

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, apresentamos as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, 24 de Abril de 2017. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R$ 1,00)

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	197.017	432.188
Ativos Financeiros	4.562.479	8.004.287
Juros sobre Capital Próprio a Receber	2	701
Tributos a Recuperar	440.608	345.382
Demais Ativos Circulantes	35.803	13.094
	5.235.908	**8.795.652**
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais	157.979	157.979
Pedidos de Restituição	417.532	396.013
Investimentos	1.376.286	1.375.844
Imobilizados	8.741.926	8.746.152
Intangíveis	2.736	4.373
	10.696.458	**10.680.361**
TOTAL DO ATIVO	**15.932.367**	**19.476.013**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	–.–	40.881
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.144	23.457
Créditos de Acionistas (Nota 2.4)	1.923.799	5.234.983
Outros Passivos Circulantes	1.515	9.669
TOTAL DO PASSIVO	**1.928.458**	**5.308.990**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.5)	15.278.383	15.278.383
Reservas de Lucros (Nota 2.6)	–.–	1.577.881
Prejuízos Acumulados (Nota 2.6)	(1.274.474)	(2.689.241)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**14.003.909**	**14.167.023**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.932.367**	**19.476.013**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R$ 1,00)

	Capital Social	Reservas de Lucros – Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Especial	Prejuízos Acumulados	Total do Patrlmônio Líquido
Em 1º de Janeiro de 2015	**13.200.000**	–.–	–.–	–.–	**(2.832.296)**	**10.367.704**
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.689.241)	(2.689.241)
Absorção dos Prejuízos com Créditos de Acionistas	–.–	–.–	–.–	–.–	2.832.296	2.832.296
Incorporação da empresa Setir Participações Ltda.	2.078.383	–.–	60	1.577.821	–.–	3.656.264
Em 31 de dezembro de 2015	**15.278.383**	–.–	**60**	**1.577.821**	**(2.689.241)**	**14.167.023**
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	(163.114)	(163.114)
Absorção dos Prejuízos com Reservas de Lucros	–.–	–.–	(60)	(1.577.821)	1.577.881	–.–
Em 31 de dezembro de 2016	**15.278.383**	–.–	–.–	–.–	**(1.274.474)**	**14.003.909**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R$ 1,00)

	2016	2015
Receitas Operacionais	**4**	**892**
Despesas Gerais e Administrativas	(841.874)	(3.245.169)
Tributos	(47.071)	(22.797)
Prejuízo Operacional	**(888.941)**	**(3.267.074)**
Receitas Financeiras (Nota 3)	1.012.283	739.901)
Despesas Financeiras (Nota 3)	(286.460)	(162.068)
Outras Receitas	4	–.–
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(163.114)**	**(2.689.241)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	–.–	–.–
Prejuízo do Exercício	**(163.114)**	**(2.689.241)**
Lucro por Ação	–.–	–.–

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R$ 1,00)

	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(163.114)	(2.689.241)
Ajustes		
Depreciação e Amortização	10.554	9.332
Ativos Financeiros		
Receita	(867.208)	(442.944)
Despesa	24.878	28.181
	(831.776)	**(405.431)**
Variações nos Ativos e Passivos		
Tributos a Recuperar.	(95.226)	(178.679)
Demais Ativos Circulantes	(22.009)	(3.874)
Demais Ativos Não Circulantes	(21.518)	(201.588)
Tributos e Contribuições a Pagar	(61.194)	64.320
Outros Passivos Circulantes	(8.154)	4.768
	(208.101)	**(315.053)**
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**(1.202.991)**	**(3.409.725)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Investimentos	(442)	(3.753)
Variação nas Aplicações Financeiras	4.284.138	(3.989.538)
Aquisição de Imobilizado	(3.816)	(287.934)
Baixa de Imobilizado	299	–.–
Aquisição de Intangível	(1.174)	(1.056)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**4.279.005**	**(4.282.281)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Créditos de Acionistas	(3.311.184)	1.522.021
Absorção de Prejuízos Acumulados	–.–	2.832.296
Aumento de Capital por Incorporação	–.–	2.078.383
Reservas de Lucros por Incorporação	–.–	1.577.881
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**(3.311.184)**	**8.010.581**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(235.171)**	**318.575**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	432.188	113.613
No Final do Exercício	197.017	432.188
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(235.171)**	**318.575**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em R$ 1,00)

1 - Contexto Operacional

A O. E. Setubal S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras Sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

2 - Principais Práticas Contábeis

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado em obediência ao regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os Ativos Financeiros estão demonstrados pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: Na apuração do ano, com base no Lucro Real não houve IRPJ e CSLL a pagar.

2.4 - Créditos de Acionistas: No ano houve aporte dos acionistas, no valor de R$ 588.383.

2.5 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da O. E. Setubal S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 15.278.383 (2015 - R$ 15.278.383), representado por 700.000 ações ordinárias (2015 - 700.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

2.6 - Prejuízos Acumulados: Em 31 de dezembro de 2016 foram absorvidos parte dos Prejuízos Acumulados com Reservas de Lucros.

3 - Receitas e Despesas Financeiras

	2016	2015
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(4.054)	(11.459)
Variação Cambial Passiva	(261.583)	(133.886)
Prejuízo de Aplicação	(20.824)	(16.723)
	(286.460)	**(162.068)**
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações	867.208	442.944
Variação Monetária Ativa	56.010	35.076
Variação Cambial Ativa	89.065	261.881
	1.012.283	**739.901**

4 - Informações Complementares

Em 01 de abril de 2015 foi publicado o Decreto 8.426, alterando a legislação tributária federal sobre PIS e COFINS. O referido Decreto dispõe, entre outros assuntos, sobre:

• Ficam restabelecidas para 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

CAMPO DOS VENTOS II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF 10.797.889/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos submeter à consideração de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 da empresa Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. As Demonstrações Financeiras na íntegra encontram-se à disposição na sede da Companhia. Continuamos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

São Paulo, 20 de abril de 2017

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ***(Em milhares de Reais - R$)***

Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.503	7.326
Contas a receber de clientes	2.269	1.547
Impostos a recuperar	173	204
Outros créditos	103	229
Total do circulante	**10.048**	**9.306**
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	8.887	7.022
Imobilizado	123.623	129.455
Intangível	163	168
Total do não circulante	**132.673**	**136.645**
Total do ativo	**142.721**	**145.951**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Fornecedores	480	476
Empréstimos e financiamentos	6.577	6.505
Obrigações tributárias	415	351
Dividendos a pagar	1.723	2.155
Adiantamentos de clientes	3.434	910
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	220	180
Outros passivos	30	49
Total do circulante	**12.879**	**10.626**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	78.495	83.574
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	1.852	1.716
Adiantamentos de clientes	987	1.974
Total do não circulante	**81.334**	**87.264**
Patrimônio líquido		
Capital social	45.322	45.322
Reservas de capital	258	258
Reservas de lucros	2.928	2.481
Total do patrimônio líquido	**48.508**	**48.061**
Total do passivo e patrimônio líquido	**142.721**	**145.951**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ***(Em milhares de Reais - R$)***

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido dos exercícios	**587**	**2.408**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente	**587**	**2.408**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ***(Em milhares de Reais - R$)***

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	19.493	19.372
Custo de geração de energia elétrica	(10.977)	(9.407)
Lucro bruto	**8.516**	**9.965**
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(53)	26
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	**8.463**	**9.991**
Receitas financeiras	1.839	1.383
Despesas financeiras	(8.488)	(7.898)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.814**	**3.476**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1.227)	(1.068)
Lucro líquido dos exercícios	**587**	**2.408**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ***(Em milhares de Reais - R$)***

	Capital social	Reserva de capital – Reserva de capital	Reserva de capital – Ações em tesouraria	Reserva de lucro – Reserva legal	Reserva de lucro – Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**45.322**	**10.239**	**(9.981)**	**166**	**2.063**	**–**	**47.809**
Dividendos propostos de exercícios anteriores	–	–	–	–	(1.583)	–	(1.583)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	2.408	2.408
Proposta da Administração:							–
Constituição de reserva legal	–	–	–	120	–	(120)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(573)	(573)
Constituição de reserva de lucro	–	–	–	–	1.715	(1.715)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**45.322**	**10.239**	**(9.981)**	**286**	**2.195**	**–**	**48.061**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	587	587
Proposta da Administração:							
Constituição de reserva legal	–	–	–	29	–	(29)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(140)	(140)
Constituição de reserva de lucro	–	–	–	–	418	(418)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**45.322**	**10.239**	**(9.981)**	**315**	**2.613**	**–**	**48.508**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ***(Em milhares de Reais - R$)***

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	1.814	3.476
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.887	5.922
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	8.247	7.621
Ajuste a valor presente de custos socioambientais e desmobilização de ativos	176	161
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(722)	(298)
Impostos a recuperar	31	(29)
Outros créditos	126	(113)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	4	(235)
Adiantamento de clientes	1.537	656
Obrigações tributárias	(266)	(141)
Outros passivos	(19)	36
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**16.815**	**17.056**
Juros pagos	(7.021)	(7.274)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(897)	(812)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**8.897**	**8.970**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras vinculadas	(1.865)	(3.377)
Aquisição de imobilizado	(50)	(199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.915)**	**(3.576)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(572)	(528)
Pagamento de financiamentos	(6.233)	(6.173)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(6.805)**	**(6.701)**
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**177**	**(1.307)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.326	8.633
No fim do exercício	7.503	7.326
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**177**	**(1.307)**

A Diretoria

Daniela Ribeiro Mendes - Contadora: CRC 1SP199348/O-0

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 25/04/2017 09:50:22.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25701535] - www.imprensaoficial.com.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br/autenticidade, sob o código 00700.004572/2017-39 / pg. 232

Rudric ITH S.A.

CNPJ nº 67.569.061/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 21 de Março de 2017 - A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2. (b)/3	221.203,41	1.313.917,67
Impostos a recuperar	2. (c)	35.760,61	72.545,23
Total do ativo circulante		**256.964,02**	**1.386.462,90**
Não circulante			
Investimentos	4	649.833.176,00	648.514.147,00
Propriedade para Investimento - Líquida	5	11.637.181,27	–.–
Imobilizado - Líquido	2. (e)/6	13.755,30	12.198.791,66
Total do ativo não circulante		**661.484.112,57**	**660.712.938,66**
Total do ativo		**661.741.076,59**	**662.099.401,56**

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante			
Contas a pagar	2. (c)	–.–	62.951,20
Obrigações fiscais	2. (c)	8.177,65	10.933,89
Provisões trabalhistas	2. (c)	192.083,02	166.271,56
Total do passivo circulante		**200.260,67**	**240.156,65**
Não circulante			
Mútuo entre partes relacionadas		1.000.000,00	–.–
Caução		165.008,40	–.–
Total do passivo não circulante		**1.165.008,40**	**–.–**
Patrimônio líquido			
Capital social	7	666.053.176,00	664.734.147,00
Prejuízo acumulado		(2.874.902,09)	(1.192.999,16)
Resultado do exercício	2. (f)	(2.802.466,39)	(1.681.902,93)
Total do patrimônio líquido		**660.375.807,52**	**661.859.244,91**
Total do passivo + patrimônio líquido		**661.741.076,59**	**662.099.401,56**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Lucro (Prejuízo) do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**647.617.984,00**	**(1.355.649,51)**	**162.650,35**	**646.424.984,84**
Absorção do lucro de 2014 conforme AGE realizada em 30 de abril de 2015	–.–	162.650,35	(162.650,35)	–.–
Aumento de capital conforme AGE realizada em 11 de maio de 2015	17.116.163,00	–.–	–.–	17.116.163,00
(-) Prejuízo do exercício	–.–	–.–	(1.681.902,93)	(1.681.902,93)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**664.734.147,00**	**(1.192.999,16)**	**(1.681.902,93)**	**661.859.244,91**
Absorção do prejuizo de 2015 conforme AGE realizada em 30 de abril de 2016	–.–	(1.681.902,93)	1.681.902,93	–.–
Aumento de capital conforme AGE realizada em 29 de abril de 2016	1.319.029,00	–.–	–.–	1.319.029,00
(-) Prejuízo do exercício	–.–	–.–	(2.802.466,39)	(2.802.466,39)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**666.053.176,00**	**(2.874.902,09)**	**(2.802.466,39)**	**660.375.807,52**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)

	Nota	2016	2015
Receita de aluguel		1.092.951,74	1.882.494,42
(-) Descontos incondicionais		(4.366,94)	–.–
(=) Resultado bruto		**1.088.584,80**	**1.882.494,42**
(+/-) (Despesas) e receitas operacionais			
Despesas administrativas		(3.598.519,75)	(3.438.207,32)
Despesas tributárias		(376.517,26)	(400.979,18)
Outras receitas		–.–	18.757,22
		(3.975.037,01)	**(3.820.429,28)**
(=) Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras líquidas		**(2.886.452,21)**	**(1.937.934,86)**
(+/-) Receitas (despesas) financeiras líquidas			
Receitas financeiras		86.263,01	256.130,84
(-) Despesas financeiras		(2.277,19)	(98,91)
		83.985,82	**256.031,93**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**(2.802.466,39)**	**(1.681.902,93)**
Provisões tributárias			
(-) IRPJ e CSLL		–.–	–.–
(=) Prejuízo do exercício	**2. (f)**	**(2.802.466,39)**	**(1.681.902,93)**
(=) Prejuízo por ação no final do exercício - R$		**(0,0032)**	**(0,0019)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	(2.802.466,39)	(1.681.902,93)
Ajustes:		
Depreciação	555.755,09	606.459,96
	(2.246.711,30)	**(1.075.442,97)**
(Acréscimo) Redução de Impostos a Recuperar	36.784,62	(22.858,17)
(Acréscimo) Redução de Outros Créditos	–.–	19.825,46
Acréscimo (Redução) no Contas a Pagar	(62.951,20)	50.887,75
Acréscimo (Redução) nas Obrigações Fiscais	(2.756,24)	(14.606,21)
Acréscimo (Redução) nas Provisões Trabalhistas	25.811,46	65.663,59
Acréscimo (Redução) nas Provisões Tributárias	–.–	(32.846,86)
Acréscimo (Redução) nas Partes relacionadas - Não circulante	1.000.000,00	–.–
Acréscimo (Redução) nas Caução - Não circulante	165.008,40	–.–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(1.084.814,26)**	**(1.009.377,41)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Investimento	(1.319.029,00)	(17.116.163,00)
Aquisição de Imobilizado	(7.900,00)	(275.748,26)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(1.326.929,00)**	**(17.391.911,26)**
Fluxo de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos		
Aumento de capital social	1.319.029,00	17.116.163,00
Caixa líquido usado nas atividades de empréstimos e financiamentos	**1.319.029,00**	**17.116.163,00**
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.092.714,26)**	**(1.284.932,55)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**1.313.917,67**	**2.598.850,22**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**221.203,41**	**1.313.917,67**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em Reais)

1. Contexto Operacional - A sociedade tem por objeto social a participação em outras sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis e/ou imóveis.

2. Principais práticas contábeis

a) Demonstrações contábeis - Na preparação de suas demonstrações contábeis, a Empresa adotou os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade,que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

b) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos - A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2016 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

e) Propriedade para Investimento e Imobilizado - Registrados ao custo de aquisição ou de capitalização, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

f) Apuração do Resultado - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são computados mensalmente, de acordo com as alíquotas vigentes.

g) Demonstração de Resultados Abrangentes - Não houve transações no Patrimônio Líquido que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa	2016	2015
Contas Bancárias	38.799,64	1.517,95
Aplicação Financeira - Operação Compromissada - Banco Itaú	182.403,77	1.312.399,72
	221.203,41	**1.313.917,67**

4. Investimento - O investimento, no montante de R$ 649.833.176,00, é composto da nua-propriedade sobre as seguintes ações sem valor nominal, conforme quadro abaixo:

		2016		2015	
Empresa	**Tipo de Ações**	**Quantidade**	**Valor (em Reais)**	**Quantidade**	**Valor (em Reais)**
Itausa Investimentos Itaú S.A.	Ordinárias	145.584.049	370.399.360,30	145.584.049	370.399.360,30
Itausa Investimentos Itaú S.A.	Preferenciais	95.119.062	226.405.296,70	95.119.062	226.405.296,70
Cia Esa	Ordinárias	148.526.304	34.923.505,00	148.526.304	34.923.505,00
Duratex S.A.	Ordinárias	8.791.083	17.175.900,00	7.472.054	15.856.871,00
Itaú Unibanco Holding S.A.	Ordinárias	76.000	520.942,00	76.000	520.942,00
Itaú Unibanco Holding S.A.	Preferenciais	67.300	365.488,00	67.300	365.488,00
Itautec S.A.	Ordinárias	360	38.058,00	360	38.058,00
Elekeiroz S.A.	Preferenciais	509	4.626,00	509	4.626,00
	Total	**398.164.667**	**649.833.176,00**	**396.845.638**	**648.514.147,00**

Os investimentos têm como característica a pouca influência sobre as investidas, portanto, valorizado como ativo financeiro (custo ou mercado, dos dois, o menor), de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros, portanto após avaliação do valor de mercado, consideramos que o valor de custo é menor.

5. Propriedades para Investimento - Em 2016 foi reclassificado o montante do imobilizado com a rubrica "Imóveis" para o grupo de investimento com a rubrica "Propriedades para Investimentos". Tais propriedades são para fins de locação e conforme o CPC 28 - Propriedades para investimento, essas propriedades devem ser mantidas como investimento.

	2016	2015	Taxa de Depreciação Anual
Propriedades para Investimento	15.352.763,45	–.–	4%
Depreciação Acumulada	(3.715.582,18)	–.–	
	11.637.181,27	**–.–**	

6. Imobilizado	2016	2015	Taxa de Depreciação Anual
Imóveis	–.–	15.344.863,45	4%
Computadores e periféricos	37.405,56	37.405,56	20%
Móveis e Utensílios	2.033,98	2.033,98	10%
Total do Imobilizado	**39.439,54**	**15.384.302,99**	
Depreciação acumulada	(25.684,24)	(3.185.511,33)	
Imobilizado líquido	**13.755,30**	**12.198.791,66**	

7. Capital Social - O capital social inteiramente subscrito e realizado é de R$ 666.053.176,00 composto de 878.122.004 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 2016 houve aumento do capital social no montante de R$ 1.319.029,00 conforme assembleias gerais extraordinárias realizadas em 09 de junho de 2016.

8. Seguros - A Administração da Entidade entende que as coberturas de seguros contratados são suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus bens.

DIRETORIA:

Maria de Lourdes Egydio Villela
Diretora Presidente

Ronaldo Gonçalves
CT - CRC 1SP191087/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da RUDRIC ITH S.A.

São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RUDRIC ITH S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RUDRIC ITH S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a RUDRIC ITH S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a RUDRIC ITH S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da RUDRIC ITH S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2017.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/O-7

ANA MARIA GALLORO LAPORTA
Sócia-Diretora
CRC 1SP203642/O-6

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/04/2017 10:19:23.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 25707831] - www.imprensaoficial.com.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br/autenticidade, sob o código 00700.004572/2017-39 / pg. 233

VERCELLI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais - R$)

Ativo	2016	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	2016	2015
Circulante			**PASSIVO CIRCULANTE**		
Caixa e equivalentes de caixa	818,90	818,90	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	1.000,00	1.000,00
			Prejuízo acumulado	(181,10)	(181,10)
			Total do patrimônio líquido	818,90	818,90
Total do ativo	**818,90**	**818,90**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**818,90**	**818,90**

Marcos Antonio De Marchi
Diretor Presidente
CPF 163.564.188-85

Djalma Roberto Zillo
Contador
CRC 1SP244668/O-1

VERCELLI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais - R$)

RESULTADO RECEITA	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços	-	-
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	-
	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício das operações	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas da Companhia	-	-
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício:		
Prejuízo básico por ação	-	-

Marcos Antonio De Marchi
Diretor Presidente
CPF 163.564.188-85

Djalma Roberto Zillo
Contador
CRC 1SP244668/O-1

Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações

(CNPJ nº 19.250.704/0001-40)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

pwc

Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundo de Investimento em Participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundo de Investimento em Participações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Demonstração da Composição e Diversificação das Aplicações em 31 de dezembro de 2016.

Aplicações/Especificação		Quantidade	Mercado / Realização R$ Mil	% sobre Patrimônio Líquido
1.DISPONIBILIDADES			**3**	**0,00**
Depósitos Bancários			3	0,00
2.TÍTULOS DE RENDA FIXA			**50.788**	**5,02**
2.1 Debêntures			**50.788**	**5,02**
PARNAIBA GÁS NATURAL S.A.			50.788	5,02
3.COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			**16.572**	**1,64**
ITAÚ CUSTÓDIA RENDA FIXA CURTO PRAZO CAIXA FI		873.307,852	16.572	1,64
4.AÇÕES			**953.535**	**94,21**
4.1 BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo		76.161.911	**953.535**	**94,21**
ENEVA - ENEV3 - ON	NM	61.501.011	731.862	72,31
CIA HERING - HGTX3 - ON	NM	14.660.900	221.673	21,90
5.TOTAL DO ATIVO			**1.020.898**	**100,87**
6.VALORES A PAGAR			**8.764**	**0,87**
6.1 Taxa de Performance			**7.157**	**0,71**
6.2 Taxa de Administração			**1.041**	**0,10**
6.3 Diversos			**566**	**0,06**
7.TOTAL DO PASSIVO			**8.764**	**0,87**
8.PATRIMÔNIO LÍQUIDO			**1.012.134**	**100,00**

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

				dezembro 2016	dezembro 2015
Patrimônio líquido no início do exercício					
Representado por	785.586,800	cotas a R$	1.056,903335	**830.289**	
	206.000,000	cotas a R$	976,508603		**201.161**
Cotas emitidas	30.000,000	cotas		30.000	
	579.586,800	cotas			574.000
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício				**860.289**	**775.161**
Composição do Resultado do exercício:					
A - Ações (ou Cotas de Fundos)				**(135.817)**	**33.544**
Valorização / Desvalorização a preço de mercado				(150.767)	28.454
Dividendos e juros de capital próprio				14.950	5.090
B - Renda fixa e Outros Títulos e Valores Mobiliários				**311.767**	**29.298**
Apropriação de rendimentos e Val./Desval. a preço de mercado				311.767	29.298
C - Demais Receitas				**0**	**728**
Receitas diversas (nota 14)				0	728
D - Demais Despesas				**24.105**	**8.442**
Remuneração da administração				17.790	5.390
Serviços contratados pelo Fundo (Nota 12)				5.912	2.804
Auditoria e custódia				203	117
Taxa de fiscalização				71	39
Despesas diversas				129	92
Total do resultado do exercício				**151.845**	**55.128**
Patrimônio líquido no final do exercício					
Representado por	815.583,800	cotas a R$	1.240,988746	**1.012.134**	
	785.586,800	cotas a R$	1.056,903335		**830.289**

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas da administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Inicio do Fundo, o qual pode ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas. Iniciou suas atividades em 05/02/2014 e destina-se a investidor qualificado. Seu objetivo é obter retornos superiores ao Parâmetro de Referência, que consiste no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo adotando metodologia de apuração e cálculo semelhante, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, por meio de investimentos nos seguintes Valores Mobiliários:

(i) ações e/ou debêntures conversíveis em ações emitidas por Companhias Investidas, sendo que os prazos finais de vencimento das debêntures não poderão ser posteriores ao prazo de duração do Fundo;

(ii) bônus de subscrição emitidos por Companhias Investidas; ou

(iii) outros Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas, que sejam conversíveis ou permutáveis em Ações.

O Fundo poderá realizar os investimentos e os desinvestimentos de seus recursos durante todo o Período de Duração.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2. Elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especialmente pela Instrução CVM nº 391/03 e alterações posteriores.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 30 de agosto de 2016 a Instrução CVM nº 578 que dispõe sobre as regras de constituição, funcionamento e administração dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e nº 579 que dispõe sobre os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas, apropriação de despesas e divulgação de informações nas

demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), que substitui as Instruções CVM nos 209, 391, 406 e 460. O prazo de adaptação à Instrução CVM 578 e à 579 será de até 12 meses após a data da publicação - 30 de agosto de 2016. O Fundo encontra-se em processo de adaptação aos novos requerimentos, conforme avaliação da Administração, tais alterações não produziram impactos no patrimônio líquido do Fundo para este exercício.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3. Avaliação e classificação das aplicações

Os títulos componentes da carteira do Fundo são assim avaliados:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Cotas de fundo de investimento - as aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota.

c) Direito de empréstimo - as ações cedidas ou tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores em que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos rendimentos do empréstimo.

d) Dividendos e juros de capital - os dividendos e juros sobre o capital que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pela Companhia Investida serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo no momento do seu recebimento e registrado na conta de "Dividendos e Juros de Capital Próprio".

e) Ações e demais valores mobiliários

Os ativos componentes da carteira do Fundo são avaliados e contabilizados diariamente pela Administradora conforme os seguintes critérios:

(i) as ações e os demais Valores Mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão contabilizadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial ou pelo valor

constante de laudo de avaliação elaborado por empresa independente contratada pela Gestora, atualizado anualmente, o que melhor refletir o valor de realização do investimento, a critério da Administradora;

(ii) Valores Mobiliários de renda fixa serão contabilizados de acordo com os critérios e definições do manual de apreçamento de ativos da Administradora; e

(iii) os demais Valores Mobiliários de renda variável com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com os critérios do manual de apreçamento de ativos da Administradora.

Em situações em que a Administradora considere que nenhum dos critérios para contabilização acima reflita adequadamente o valor de realização dos ativos do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor de realização.

4. Principais Riscos

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos abaixo, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Desta forma, listamos alguns dos principais riscos envolvendo a realização dos investimentos pelo Fundo. Tais riscos estão principalmente ligados à classe de ativos de *Private Equity*, os quais são o foco de investimento do Fundo. O regulamento do Fundo apresenta a lista completa de riscos associados à realização dos investimentos pelo Fundo.

Riscos de Não Realização do Investimento

A política de investimentos do Fundo descrita no Regulamento estabelece que o Fundo visa a obter rendimentos de longo prazo, principalmente por meio de investimento em Valores Mobiliários de Companhias Investidas. Os investimentos podem ser realizados sob a forma de participações minoritárias, aquisição de controle, joint ventures, subscrição de novas ações, recapitalizações, dentre outros. Não há garantias de que haverá oportunidades de investimento suficientes para possibilitar ao Fundo investir todo seu Capital Comprometido em ativos que satisfaçam os objetivos do Fundo, nem de que tais oportunidades de investimento levarão à realização dos investimentos pelo Fundo. A identificação de oportunidades de negócios atrativas é difícil e envolve incertezas. O Fundo competirá pela aquisição de investimentos com muitos outros investidores, alguns dos quais dispondo de mais recursos do que o Fundo. Tais concorrentes podem incluir outros Fundos de investimento, bem como pessoas físicas, instituições financeiras e outros investidores institucionais. Além disso, a disponibilidade de oportunidades de investimento normalmente estará sujeita a condições e

variáveis de mercado, bem como, em alguns casos, ao clima político e regulatório então vigente.

A não realização de investimentos em Companhias Alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor da cota.

Riscos de Liquidez

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em ativos não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o Fundo precise vender tais ativos, ou (b) o cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas (inclusive para efetuar a liquidação do Fundo), (i) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, (ii) a definição do preço de tais ativos poderá não se realizar em prazo e em termos compatíveis com a expectativa do cotista, ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o cotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e/ou ao cotista, conforme o caso, liquidar posições ou realizar quaisquer desses ativos.

Riscos relacionados às Companhias Investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo será feita em Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas, o que, por sua natureza, envolve riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas e (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor das cotas.

Risco de Mercado

As condições econômicas em geral, as taxas de juros e a disponibilidade de fontes alternativas de financiamento podem afetar os resultados do Fundo, inclusive o valor dos Valores Mobiliários que o Fundo detém e sua capacidade de vendê-los com lucro. O desempenho das Companhias Alvo ou Companhias Investidas pode ser afetado de forma adversa por mudanças nas políticas do governo, tributação, início de construção de moradias populares, preços do petróleo, leis sobre o salário mínimo, ou outras leis e regulamentos sobre as flutuações da moeda, tanto no Brasil quanto no exterior.

A precificação dos Valores Mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de

marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Cotas.

Risco de Crédito

Os ativos de liquidez integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos de liquidez.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Risco de Distribuição

Não se pode garantir que as operações do Fundo serão rentáveis, que o Fundo conseguirá evitar perdas, nem que os rendimentos de seus investimentos estarão disponíveis para distribuição aos cotistas. O Fundo não terá outra fonte de recursos com a qual possa realizar distribuições aos cotistas além dos rendimentos e dos ganhos auferidos com os seus investimentos e o retorno do capital investido.

Risco de Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora ou pelo Custodiante nenhuma indenização, multa ou penalidade, a qualquer cotista, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Derivativos

Por poder operar com derivativos, nos termos do Artigo 13, Parágrafo 4º, o Fundo também está sujeito ao risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Não é possível assegurar que por utilizar derivativos exclusivamente para proteção patrimonial

na modalidade "com garantia", o Fundo obterá "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas.

Riscos relacionados a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o governo brasileiro, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e Valores Mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Outros Riscos Exógenos ao Controle da Administradora

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e Gestora, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros integrantes da carteira do fundo, alteração na política monetária, riscos socioambientais, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas cotas.

Risco de Concentração

O Fundo pode adquirir valores mobiliários de uma única companhia investida, o que implicará em riscos de concentração de investimentos do Fundo em valores mobiliários de um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do Fundo poderão depender dos resultados atingidos por uma única companhia investida, bem como do setor econômico de atuação de tal Companhia Investida.

Risco de Investimento em Venture Capital

Tendo em vista que o Fundo poderá investir em companhias alvo que estejam em estágio operacional inicial, mas que demonstrem potencial de crescimento (venture capital), o Fundo e, consequentemente, seus cotistas, estão sujeitos a um risco maior de perda do capital comprometido e eventual necessidade de aportes adicionais de recursos, do que se os

investimentos do Fundo tivessem como objetivo principal companhias maduras, com operações comerciais já testadas e consolidadas no mercado.

Risco de Patrimônio Líquido Negativo

Eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas nem ao valor do capital subscrito nem ao valor do capital comprometido, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo. Caso o capital comprometido dos cotistas e/ou as disponibilidades do Fundo não sejam suficientes para a realização desses aportes, os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais.

Restrições à Negociação de Cotas

As cotas objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM 476, somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados (assim definidos nos termos da instrução CVM 409 e da instrução CVM 476) e, no caso de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição. Desta forma, caso o investidor precise negociá-las antes desse prazo, ele estará impossibilitado de fazê-lo.

Outros Riscos relacionados às Atividades Específicas da Companhia Investida - Socioambiental

A exploração de atividade potencialmente poluidora está sujeita ao risco de acidentes e contingências ambientais decorrentes de eventos como vazamentos, explosões ou outros incidentes de grande magnitude que podem resultar em lesões corporais, mortes, danos ao meio ambiente e à coletividade que poderão gerar para a companhia investida dispêndios extraordinários, além da possibilidade de responsabilização no âmbito administrativo, civil e penal, o que pode reduzir o valor da cota do Fundo, inclusive com risco de patrimônio líquido negativo e necessidade de aporte adicional de recursos pelos cotistas no Fundo.

5. Emissão, resgate e amortização de cotas

Emissão - serão emitidas até R$ 1.800.000 (um bilhão e oitocentos milhões de reais) em cotas da 1ª emissão, com valor unitário inicial de R$ 1.000,00 (mil reais) cada na Data de Início do Fundo. Para atingir tal montante serão emitidas 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) cotas.

Serão emitidos até R$ 1.350.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de reais) em Cotas da 2ª Emissão, com valor unitário inicial de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, conforme deliberado na Assembleia Geral de Cotistas datada de 28 de julho de 2015. Para atingir tal montante serão emitidas 1.350.000 (um milhão, trezenas e cinquenta mil) Cotas.

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas da administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Em milhares de reais

O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), correspondente a 50.000 (cinquenta mil) cotas, sendo que as cotas constitutivas de tal patrimônio inicial mínimo foram subscritas e integralizadas em até 6 (seis) meses a contar da data de registro do Fundo na CVM.
As Cotas da 1ª Emissão e/ou as Cotas da 2ª Emissão deverão ser subscritas no momento da assinatura do Compromisso de Investimento, ou da adesão ao mesmo mediante celebração de Termo de Adesão, conforme o caso, e integralizadas na medida em que ocorrerem as chamadas para integralização por parte da Administradora nos termos do regulamento, do compromisso de Investimento e de cada Termo de Adesão, observado o prazo limite para integralização, que se encerrará ao final do Prazo de Duração.

O valor mínimo do Capital Comprometido do Cotista na data de assinatura do Compromisso de Investimento, ou no momento da adesão ao Compromisso de Investimento, conforme o caso será de R$ 1.000 (um milhão de reais).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total do Capital Comprometido/Subscrito pelos cotistas é de R$ 1.580.000, sendo R$ 450.000 referente à 1ª emissão e R$ 1.130.000 referente à 2ª emissão de cotas do Fundo (R$ 1.580.000 em 31 de dezembro de 2015), a serem integralizadas consoantes às chamadas de capital da administradora. O capital integralizado é de R$ 810.000 (R$ 780.000 em 31 de dezembro de 2015). O capital a integralizar é de R$ 930.000 (R$ 800.000 em 31 de dezembro de 2015).

As Cotas são de classe única, ressalvadas as Cotas Restritas, nas quais as Cotas são convertidas mediante notificação da Administradora ao Escriturador.

As Cotas da 1ª Emissão e da 2ª Emissão foram objeto de Oferta restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476. No âmbito de toda e qualquer Oferta Restrita, as Cotas somente puderam ser ofertadas a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados e subscritas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

Negociação de Cotas – após decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, as cotas da 1ª Emissão e/ou as cotas da 2ª Emissão, conforme o caso, poderão ser negociadas no mercado secundário, entre Investidores Qualificados, observadas as disposições e limitações estabelecidas na Instrução CVM 391 e na Instrução CVM 476.

Mediante solicitação da Gestora, as cotas poderão também ser registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição seja feita por Investidores Qualificados.

Durante o exercício houve negociação de cotas no mercado secundário.

As Cotas Restritas não poderão ser alienadas.

Adicionalmente às restrições estipuladas à negociação de cotas, é vedada a criação de qualquer ônus real sobre as cotas.

Na hipótese de negociação privada de cotas, caberá ao cotista vendedor (i) assegurar que a aquisição seja feita por investidor qualificado e (ii) obter cadastro atualizado do cotista adquirente, nos termos da ICVM 301 e demais normas em vigor sobre cadastro de cliente ou normas que venham alterá-las. O cumprimento destes requisitos é condição para o registro da transferência das cotas no livro de registro dos cotistas pelo Escriturador.

Resgate - não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação antecipada do Fundo.

Amortização - as cotas serão igualmente amortizadas proporcionalmente ao montante que o valor de cada cota representa relativamente ao Patrimônio Líquido todas as vezes que houver pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio, desinvestimentos ou qualquer pagamento relativo aos títulos da Carteira de Investimento, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis de seu recebimento pelo Fundo, observado que a Administradora ou Gestora, a seu exclusivo critério, poderão reter tais valores para recomposição da disponibilidade de caixa até o seu limite, ou para eventual reinvestimento nas: (i) Companhias Investidas; ou (ii) Companhias Alvo selecionadas pela Gestora.

A amortização recairá proporcionalmente sobre o valor principal investido e o rendimento da cota, se houver.

6. Remuneração da administradora

Taxa de administração - pela prestação dos seus serviços, a Administradora fará jus à Taxa de Administração equivalente ao valor mensal fixo de R$ 2,3 (dois mil e trezentos reais), acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (a) determinado percentual do Patrimônio Líquido do Fundo ao ano, conforme disposto na tabela abaixo, e (b) valor mínimo mensal de R$ 20 (vinte mil reais). A Taxa de Administração será apropriada diariamente como despesa do Fundo e paga à Administradora, mensalmente, a partir da data de constituição do Fundo.

Patrimônio Liquido (em milhões)	Percentual ao Ano
até R$ 250	1,15 a.a.
de R$ 250 a R$ 500	1,14 a.a.
de R$ 500 a R$ 1.000	1,13 a.a.
acima de R$ 1.000	1,12 a.a.

Sem prejuízo do valor mensal fixo constante no parágrafo acima, excepcionalmente, nos doze meses seguintes à constituição do Fundo, a Taxa de Administração devida à Administradora

terá como valor mínimo R$ 16 (dezesseis mil reais). Após este período, a Taxa de Administração corresponderá, no mínimo, ao valor mínimo estipulado.

O valor mensal fixo e o valor mínimo devido à título de Taxa de Administração será corrigido anualmente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo ("IPC") divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

No exercício foi provisionada a importância de R$ 10.633 (R$ 5.390 - exercício anterior) a título de taxa de administração.

Taxa de Performance - a Gestora fará jus, a partir de constituição do Fundo, à Taxa de Performance, a qual corresponderá a 15% (quinze por cento) da rentabilidade do Fundo que exceder o IPCA + 3% a.a. A Taxa de Performance deverá ser provisionada diariamente e paga sempre que houver amortização de cotas, ou outros pagamentos aos cotistas autorizados em regulamento, desde que com periodicidade não inferior a 6 (seis) meses. A taxa de Performance poderá ser alterada mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

No exercício foi provisionada a importância de R$ 7.157 (exercício anterior - não houve provisão) a título de taxa de desempenho.

7. Custódia e tesouraria

Os serviços de tesouraria e escrituração das cotas são prestados pelo Itaú Unibanco S.A.

Custódia:	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Controladoria:	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Escrituração:	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Gestão:	CAMBUHY INVESTIMENTOS LTDA.
Tesouraria:	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Distribuição das Cotas:	INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

8. Transações com partes relacionadas

Em 31/12/2016 o Fundo possuía um saldo de conta corrente no montante de R$ 3 com o Itaú Unibanco S.A.

As operações do Fundo são feitas substancialmente por intermédio de corretora ligada à Administradora ou à Gestora da carteira. Os títulos emitidos por empresas ligadas à Administradora ou à Gestora encontram-se, quando aplicável, em destaque na Demonstração da Composição e Diversificação das Aplicações.

Além dos serviços de administração, gestão e custódia cuja despesa reconhecida no resultado do exercício foi de R$ 17.790 (nota 6) e dos serviços de controladoria, escrituração, tesouraria e distribuição de cotas que foram prestadas por empresas relacionadas à Administradora do Fundo e/ou Gestora, no exercício o Fundo realizou transações com fundos de investimento

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas da administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Em milhares de reais

(Fundos Investidos) administrados inclusive pela administradora Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ou empresas a ela ligadas, constantes na carteira do Fundo 31/12/2016, no montante de R$ 16.572.
O Fundo realizou transações com partes relacionadas no exercício e estão assim distribuídas nos quadros abaixo:

Títulos com renda variável

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Títulos e Valores Mobiliários	Tipo de Transação	Montante das Transações	Corretagens
ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	Ações	Compra	385	0
Total Ações				385	0

Títulos privados

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Título	Tipo de Transação	Montante das Transações	Resultado no Período	Taxas Médias Praticadas	Saldo *
ITAÚ UNIBANCO S.A.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	DEBNC	Compra	50.000		123,00% CDI	
Saldo Debêntures							50.788
ITAÚ UNIBANCO S.A.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	DEB	Venda	675.499	0	100,00% CDI	
Saldo Debêntures							0

**Representam os saldos dos Títulos adquiridos com Partes Relacionadas no Período / Exercício.*

9. Legislação tributária

9.1. Fundo - Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

9.2. Cotistas - A base de cálculo do imposto é a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas, sendo aplicada a alíquota de 15% (quinze por cento).

O pagamento do resgate é feito já descontado o imposto de renda devido. Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e ou IOF.

10. Política de distribuição de resultados

Os resultados dos títulos que compõem a carteira do Fundo são reinvestidos no próprio Fundo.

11. Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias sobre o fundo ficam disponíveis na sede da administradora.

A Administradora colocará à disposição dos interessados, em sua sede as seguintes informações:

- Diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo;

- Mensalmente, até 10 dias após o encerramento do mês, balancete, demonstrativo de composição e diversificação da carteira e informações relativas ao perfil mensal; e

- Anualmente, no prazo de até 120 dias contados a partir do encerramento do exercício, as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer do auditor independente.

A Administradora disponibilizará aos cotistas, mensalmente, extrato de conta contendo o saldo e o valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo e rentabilidade do Fundo auferida entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

As informações poderão ser obtidas por meio do telefone de Atendimento ao Cotista: 0800-728-0728.

12. Principais encargos debitados no Fundo

Taxas e encargos sobre patrimônio líquido médio do exercício:

	31/12/2016		31/12/2015	
Descrição	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Remuneração da administração	17.790	1,91	5.390	1,15
Serviços contratados pelo Fundo	5.912(**)	0,63	2.804(*)	0,60
Auditoria e custodia	203	0,02	117	0,02
Taxa de fiscalização	71	0,01	39	0,01
Despesas diversas	129	0,01	92	0,02
Total	**24.105**	**2,58**	**8.442**	**1,80**

Percentual calculado sobre o patrimônio líquido médio mensal no exercício, no valor de R$ 933.651 (R$ 470.214 - exercício anterior).

(*) Refere-se à despesas com consultoria jurídica referente ao processo de aquisição da investida Parnaíba Gás Natural S.A.

(**) Do montante de R$ 5.912, R$ 5.085 refere-se à despesas com consultoria jurídica referente à possíveis novas aquisições e adequação de aquisições concretizadas e R$ 827 refere-se à despesas com due diligence.

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas da administradora às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Em milhares de reais

13. Patrimônio líquido médio e rentabilidade

Data	Valor da Cota	Rentabilidade em %		Patrimônio Líquido Médio Mensal
		Fundo		
	R$	Mensal	Acumulada (*)	R$ mil
31/12/2014	976,508603	-	27,08	-
31/12/2015	1.056,903335	8,23	17,42	833.930
31/12/2016	1.240,988746	17,42	-	1.058.678

(*) Percentual acumulado desde a data até 30/12/2016.

Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

14. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a administradora não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras do Fundo, que não seja o de auditoria externa.

16. Outras informações

A Parnaíba Gás Natural S.A. e a Eneva S.A., com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, concluíram, em outubro/2016, o acordo de acionistas que uniu as duas companhias. Juntas, formam uma empresa integrada de energia, com negócios em Óleo e Gás e em geração e comercialização de energia.

Com a conclusão do acordo, a Eneva, uma sociedade anônima de capital aberto, reforça sua posição como um sólido grupo nacional, capaz de desenvolver e operar negócios no setor de energia, criando valor para os acionistas, colaboradores e para a sociedade, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do setor de energia brasileiro.

Em 28 de março de 2016 a Parnaíba Gás Natural S.A. divulgou ao mercado que foram celebrados em 24 de março de 2016 os seguintes acordos entre os seus acionistas: (a) um acordo entre Eneva S.A. – Em Recuperação Judicial ("Eneva") e Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações ("Cambuhy") ("Acordo de Subscrição Cambuhy") e (b) um acordo entre a Eneva e a OGX Petróleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial ("OGX") ("Acordo de Subscrição OGX" e, em conjunto com o Acordo de Subscrição Cambuhy, "Acordos de Subscrição"). Nos termos do Acordo de Subscrição Cambuhy, a Cambuhy comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das

novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva mediante a contribuição (i) da totalidade de sua participação acionária detida na Companhia ("Participação Cambuhy"); e (ii) da totalidade das debêntures conversíveis da 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia ("Debêntures" e, em conjunto com a Participação Cambuhy, "Ativos Cambuhy"). Por seu turno, de acordo com o disposto no Acordo de Subscrição OGX e sujeito a determinadas condições suspensivas, a OGX comprometeu-se a subscrever parte das novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na Companhia ("Participação OGX" e, em conjunto com os Ativos Cambuhy, "Ativos PGN"). A Eneva, por sua vez, sujeito a determinadas condições suspensivas, promoverá um aumento de capital, para subscrição privada ("Aumento de Capital Privado"), que permita a contribuição dos Ativos PGN pela Cambuhy e pela OGX por um valor estimado de aproximadamente R$1,15 bilhão, sujeito à aprovação dos respectivos laudos de avaliação pela Assembleia Geral da Eneva, na forma do artigo 8° da Lei das Sociedades por Ações e observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme ATA da Reunião do Conselho de Administração da Eneva S.A., em 3 de outubro de 2016 os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a homologação parcial do referido Aumento de Capital, no valor de R$1.160.379 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Como consequência da homologação parcial do Aumento de Capital, os membros do Conselho de Administração aprovaram, ainda, o cancelamento de 75.837.424 (setenta e cinco milhões, oitocentas e trinta e sete mil e quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal não subscritas no âmbito do referido Aumento de Capital. Em decorrência do Aumento de Capital ora homologado, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R$7.011.868 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois Reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, passa a ser de R$ 8.172.248 (oito bilhões, cento e setenta e dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

17. Alterações estatutárias

20/05/2016 - Assembleia Geral de Cotistas deliberou a alteração no regulamento do Fundo no capítulo relativo à amortização de cotas.

18/02/2016 - Assembleia Geral de Cotistas deliberou a alteração no regulamento do Fundo nos capítulos relativos à política de investimento e à política de contabilização, provisionamento e baixa de investimentos.

CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(CNPJ: 19.250.704/0001-40)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas da administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Em milhares de reais

18. Eventos subsequentes

30/01/2017 - Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração no regulamento do Fundo no capítulo relativo à remuneração.

O Fundo está valorizando os seus ativos ao valor justo.

LUIZ CARLOS ALTEMARI	STEPHAN KRAJCER
CRC 1SP165617/O-1	Diretor Responsável



Demonstrações Financeiras Anuais Completas

2016

eneva

www.pwc.com.br

Eneva S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Eneva S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Eneva S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Eneva S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 259

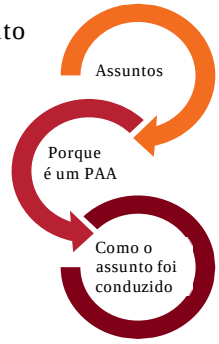
Eneva S.A.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível (notas explicativas 4.9, 4.10, 13 e 14) e na realização de tributos diferidos (notas explicativas 4.14 e 10)	
Determinadas controladas da Companhia possuem saldos relevantes de imobilizado e intangível cuja avaliação anual de recuperabilidade envolve julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados de cada controlada à qual os saldos se relacionam (unidade geradora de caixa - UGC). Adicionalmente, certas controladas, como indicado na nota explicativa 10, também possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos do processo de mensuração ao valor recuperável dos ativos da Companhia e para apuração e registro dos seus créditos tributários. Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo e revisões das equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia. Envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 260

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
reconhecidos com base em estudo que contêm as projeções de lucro tributável futuro. Essas projeções incluem premissas referentes ao desempenho da economia brasileira, prazos das projeções considerando as vidas úteis de cada ativo, investimentos para sua manutenção, bases tributárias e as correspondentes alíquotas de tributos, taxa de desconto além de premissas operacionais específicas de cada UGC tais como: capacidade instalada, garantias físicas, energia comercializada, preço fixo, custos e prazos de operação, volume de gás e variação no percentual de despacho. Em 2016, a administração da Companhia reconheceu provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*), no valor de R$ 98 milhões, sobre os saldos do ativo imobilizado das UGCs Porto do Açu Energia S.A., Açu II Geração de Energia S.A., Açu III Geração de Energia S.A. e Seival Geração de Energia S.A. Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados realizadas pela administração, pois envolvem premissas e julgamentos complexos e subjetivos, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.	Também testamos a coerência lógica e aritmética das projeções. Com o apoio de nossos especialistas em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de de descontos, percentual de despacho e custos dos combustíveis (carvão e gás), bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, comparamos as projeções com resultados de anos anteriores efetivamente realizados. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.
Situação financeira da Companhia (nota explicativa 1)	
Em junho de 2016, após o cumprimento das etapas de reestruturação previstas, o Plano de Recuperação Judicial da Companhia foi encerrado. Esse plano havia sido aprovado pela Assembleia Geral de Credores em abril de 2015, visando permitir que a Companhia e suas controladas superassem sua crise econômico-financeira, adotando medidas adicionais necessárias à sua reorganização operacional. Apesar da reestruturação operacional ocorrida, a Companhia apresenta, no consolidado, em 31 de	Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir. Entre outros procedimentos focamos nossas análises nas projeções de fluxos de caixa, lucros e outras previsões relevantes, aprovadas pelo Conselho de Administração, projeções essas objeto de procedimentos de auditoria descritos acima no PAA "Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível e na realização de tributos diferidos ".

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 261

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
dezembro de 2016, excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 444 milhões. Para o equilíbrio da situação financeira da Companhia, a administração da Companhia continuou a negociação de determinados contratos de empréstimos, bem como busca manter a geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa para os próximos doze meses da data do balanço. Diante da relevância desse tema e os reflexos sobre a operação da Companhia, consideramos essa uma área de foco de auditoria.	Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos. Efetuamos leitura das atas de reunião de acionistas, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal ocorridas até a data do nosso relatório. Acompanhamos o cumprimento dos principais aspectos para a conclusão do plano de recuperação judicial e analisamos os efeitos dos eventos subsequentes referentes à renegociação das dívidas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.
Combinação de negócios (notas explicativas 1, 11 e 15) No exercício de 2016 a Companhia adquiriu o controle da Parnaíba Gás Natural S.A. ("PGN"), atual fornecedora de gás natural das térmicas do Complexo do Parnaíba, e da Parnaíba B.V. Nessa aquisição de controle, foram entregues, aos vendedores, ações do capital da Companhia. Após a mensuração dos ativos líquidos adquiridos a valor justo, foi apurado ganho por compra vantajosa de R$ 190 milhões. Consideramos essa uma área de foco devido ao nível de julgamento envolvido na identificação e na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.	Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir. Realizamos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de aquisição do controle da PGN e da Parnaíba B.V., comparando-as com informações históricas disponíveis, com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação e com o contrato de compra e venda da PGN e da Parnaíba B.V. Avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 262

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócio. Checamos, ainda, os impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas transações são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 263

Eneva S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras , a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 264

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 265



Demonstrações Financeiras

2016

Mensagem da Administração

O ano de 2016 foi de muitas mudanças e conquistas para a ENEVA. O acordo com os acionistas da Parnaíba Gás Natural, concluído em 3 de outubro, e o fim do processo de Recuperação Judicial, em junho, foram fatores importantes para a reestruturação da companhia, que encerra o ano com parque térmico 100% operacional, capacidade instalada de 2,2 GW, e como referência no modelo pioneiro *reservoir-to-wire* – geração térmica integrada aos campos produtores de gás natural.

A ENEVA entra em 2017 consolidada como uma plataforma integrada de energia e com conhecimento de toda a cadeia de produção. A partir do acesso cativo à reservas de gás natural para geração de energia, a empresa se diferencia dos demais competidores não-integrados e tem maior robustez para atender à crescente necessidade brasileira por fontes mais limpas de energia térmica.

O acordo e o aumento de capital subsequente resultaram também na melhoria da estrutura de capital da ENEVA, com uma nova base de acionistas e um novo corpo diretor com experiência nos dois mercados. Com a transação, a ENEVA é a terceira maior empresa em capacidade de geração térmica do país, e a maior operadora privada de gás natural.

As demonstrações financeiras da ENEVA em 2016 também refletem os efeitos da transação com a Parnaíba Gás Natural e da capacidade plena do Complexo Parnaíba, com o início da operação comercial de Parnaíba II em 1º de julho.

A ENEVA registrou Receita Líquida de R$ 2,2 bilhões em 2016, aumento de 42,3% em relação aos R$ 1,5 bilhão apurados no ano de 2015. O Fluxo de Caixa Operacional, por sua vez, apresentou resultado de R$ 665,0 milhões no ano, crescimento de 169,5% em relação ao exercício anterior.

A ENEVA gerou 11.815 GWh (1.345MW médios) em 2016. As usinas do Complexo Parnaíba, geraram juntas 912 MW médios, e estiveram disponíveis durante 90% do tempo, no ano. Os ativos à carvão geraram 433 MW médios, estiveram disponíveis durante 84% do tempo em 2016.

Na área de exploração e produção de gás natural, as reservas da ENEVA foram certificadas pela Gaffney, Cline & Associates. A companhia encerrou o ano, em 31 de Dezembro de 2016, com reservas certificadas 2P, dos campos produtores e em desenvolvimento, de 17,7 bilhões de m³ de gás natural.

Em 2017, a ENEVA continuará buscando a excelência operacional, com foco na eficiência de suas usinas e no desenvolvimento dos campos de Gavião Caboclo e Gavião Azul. A Administração continuará empenhada em otimizar sua estrutura de capital, sempre em atendimento às melhores práticas de governança corporativa e compliance, em conformidade com a legislação brasileira e orientada por rigorosos padrões de saúde, segurança e meio ambiente.

Os marcos alcançados em 2016 são frutos da competência e do trabalho de todos os colaboradores da ENEVA e também da confiança de nossos acionistas na Administração.

A Administração.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 267

Responsabilidade Socioambiental

Ao longo de 2016, a ENEVA trabalhou para aperfeiçoar sua gestão de saúde, segurança, meio ambiente e responsabilidade social. A companhia busca garantir o cumprimento da legislação vigente, das exigências dos órgãos governamentais, e está focada na melhoria dos indicadores de saúde e segurança e implantação de ações de responsabilidade social.

A ENEVA acompanha o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais dos empreendimentos em operação e de novos projetos, garantindo assim a manutenção de todas as suas licenças ambientais.

Em 2016 a ENEVA teve mais de quatro milhões e duzentas mil horas trabalhadas sem acidentes fatais dentro de suas unidades operacionais. Todos os indicadores relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho, como taxa de acidentes com e sem afastamento, são acompanhados pela área coorporativa, que também acompanha o registro e investigação dos acidentes.

Certificações Internacionais

Em 2016, a usina térmica à carvão Pecém II foi recertificada nas normas internacionais ISO 14.001 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18.001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança) por classificadora internacional independente.

Já a usina térmica à carvão de Itaqui obteve sua recertificação internacional ISO 9.001 (Sistema de Gestão de Qualidade) e OHSAS 18.001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança) para o processo de descarregamento de graneis sólidos (operação portuária).

As usinas da ENEVA estão comprometidas com as melhores práticas do setor e atuam em conformidade com a legislação. As recertificações também contribuem para o aprimoramento dos processos internos e para a melhoria contínua da performance das usinas.

Destinação de cinzas para a fabricação de cimento –Itaqui e Pecém II

Ao longo de 2016 as usinas de Itaqui e Pecém II enviaram 77.500 toneladas de cinzas para indústrias cimenteiras. Deste montante, 29.500 toneladas são referentes a Itaqui e 48.000 toneladas referentes a Pecém II. O resultado reduz o envio de cinzas para aterros controlados bem como as emissões causadas no transporte.

Responsabilidade Social

Na área de responsabilidade social, destaca-se a finalização das obras civis do projeto de Reassentamento Voluntário, realizado pela UTE Parnaíba. Após a conclusão das obras, que incluiu a construção das novas moradias e dos equipamentos públicos sociais e de lazer como: escola, igrejas, campo de futebol, área para comércio, poços artesianos, posto de saúde, praças e centro comunitário, a Companhia realizou o reassentamento dos moradores em maio 2016.

Adicionalmente, foram executadas as atividades de apoio à cultura, diálogo com a comunidade e realização de cursos profissionalizantes, conforme descrito abaixo:

- Apoio a cultura

No segmento de óleo e gás, a empresa realizou o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Cultura Quilombola. O programa foi finalizado em dezembro de 2016, com o lançamento de livros artesanais. Essa ação estabeleceu os seguintes mecanismos: rodas de histórias, oficinas de tambor de crioula, identificação de mão de obra local para realização da oficina tambor de crioula (confecção de tambor e roupagem) e capacitação de crianças, jovens e adultos por meio do intercâmbio das práticas culturais quilombola.

A atividade teve objetivo de incentivar a troca de experiência e conhecimento de comunidades tradicionais que habitam o mesmo território quilombola.

Nesse programa obteve-se como resultado a difusão e a multiplicação da cultura das comunidades quilombolas no território Bom Jesus – Lima Campos/MA - uma vez que essas comunidades remanescentes de quilombos, ainda hoje, são exemplos de resistência e luta pela preservação dos seus valores culturais.

- Diálogo com a comunidade

O diálogo com a comunidade é uma das práticas de responsabilidade social que mais chamam atenção na Companhia. Periodicamente, a empresa visita os proprietários de terras do entorno dos empreendimentos. Essa ação valoriza o relacionamento direto com o público-alvo, seja nas visitas locais a serem realizadas frequentemente pelas equipes de campo, seja na recepção dos diversos públicos, esclarecendo dúvidas e informando sobre as diferentes etapas de implantação do empreendimento.

- Cursos Profissionalizantes

O Programa de Qualificação Profissional visa a qualificação da mão de obra local, contribuindo para a geração de oportunidades de inclusão social.

A importância do Programa não se resume ao empreendimento da empresa, mas também a outros empreendimentos regionais e estaduais, no sentido de atender as necessidades e oportunidades do mercado como um todo e proporcionar melhoria da qualidade de vida à população.

Para a definição dos cursos mais adequados, foi realizada pesquisa sobre o perfil socioeconômico da região e das comunidades, a partir de levantamentos de informações e aplicação de entrevistas.

Em 2016, foram realizadas 7 turmas de capacitação, com cursos de mecânico de motocicletas, eletricista e processamento de frutas, nos municípios de Lima Campos, Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte.

Contexto Setorial

Introdução

O cenário econômico brasileiro em 2016 foi marcado pela recessão, deterioração das expectativas dos agentes econômicos e incerteza política. A despeito das expectativas de recuperação econômica, componentes da demanda como formação bruta de capital fixo e consumo das famílias continuaram a apresentar taxas de variação negativas. Apesar da dificuldade de estabilização da inflação, elevação do custo de capital no mundo, e queda dos preços das commodities, o setor industrial conseguiu adequar sua capacidade produtiva, mão-de-obra e alocações de investimento.

Para o setor elétrico, o contexto econômico se observou na forma de intensa migração para o mercado livre, sobrecontratação de distribuidoras e acentuadas revisões de carga. Distribuidoras que se encontravam expostas ao Mercado de Curto Prazo em 2013, hoje estão sobrecontratadas e atingem o limite regulatório de 105% de contratação. A queda artificial e momentânea nas tarifas para os consumidores cativos que serviram ao estímulo da demanda no biênio 2012/2013, obrigou a entrada das distribuidoras em leilões emergenciais corroborando para o atual desequilíbrio na contratação de energia.

A migração de consumidores ao mercado livre atingiu 18,6% em novembro de 2016, impulsionada por condições diferenciadas como na aplicação de TUST/TUSD, condições hidrológicas favoráveis e adesão de consumidores especiais. Atualmente, as empresas do mercado livre representam cerca de 27% do consumo, com destaque para os setores de alimentícios, bebidas, comércio, não metálicos e extração de minerais metálicos. Diante dos possíveis efeitos da sobrecontratação aliado a migração de consumidores para o mercado livre, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 711/2016 permitindo que vendedores e distribuidoras negociem determinadas condições de seus CCEARs.

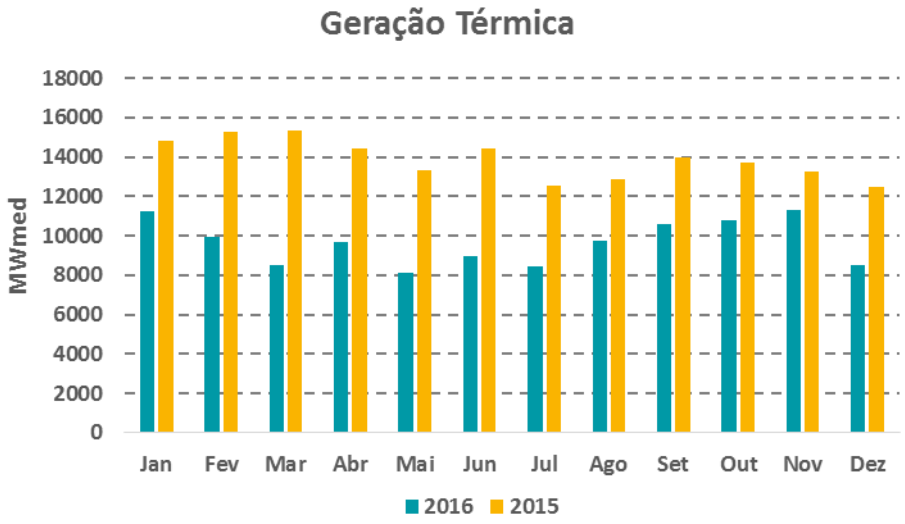
A carga de energia elétrica foi influenciada negativamente pelo baixo desempenho da indústria, principalmente no subsistema Sudeste/Centro-Oeste que sofreu variação negativa de 0,8% e representa cerca de 60% da carga industrial do país. As revisões de carga quadrimestrais apresentaram sucessivas reduções, de forma a adequar a operação do sistema ao longo do ano, apontando também redução de 2,2 GW médios no planejamento para 2017. O contexto adverso da economia de elevadas taxas de desemprego, piora no nível de atividade do setor de comércio e serviços, além da redução da renda também resultou em contração do consumo acumulado no ano até setembro de 3,7%, relativamente a igual período do ano anterior.

Visão geral do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2016

O começo de 2016 apresentou despacho termelétrico menor do que o verificado ao longo de 2015. No entanto, variações na geração eólica, restrições operativas hidráulicas e alterações no limite de intercâmbio para o Nordeste trouxeram exposições financeiras para agentes do MRE. Para a ENEVA, o acionamento das usinas termelétricas ocorreu majoritariamente fora da ordem de mérito para garantir a segurança no fornecimento de energia.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 270

Gráfico 1 – Geração de Energia Térmica (MW médios)



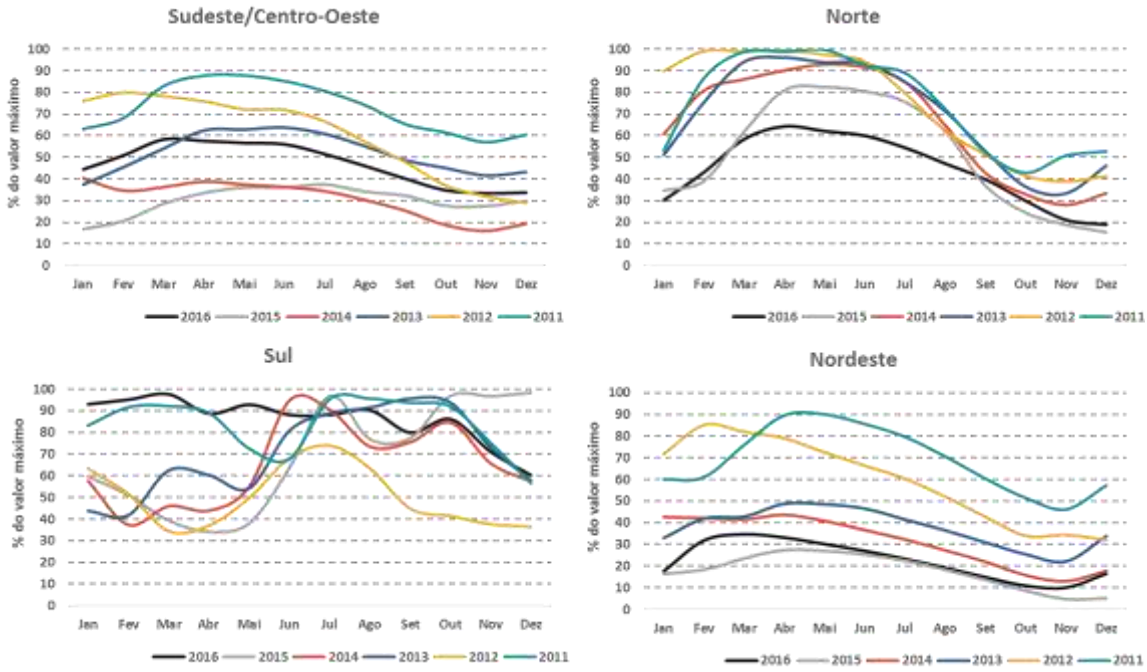
Fonte: ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

Os níveis pluviométricos permaneceram abaixo da média ao longo de todo o ano nos subsistemas Norte e Nordeste. O subsistema Nordeste permaneceu como importador de energia até seu limite de intercâmbio na maior parte do ano, justificando o descolamento do preço de energia (PLD) no Nordeste em relação aos demais submercados. A redução da defluência mínima da UHE Xingó, limitando a disponibilidade de geração do Nordeste, aliado aos níveis de afluência de cerca de 22% em média a partir de março de 2016, contribuíram para os níveis de preços nesse submercado.

No âmbito do MRE, as usinas hidrelétricas situadas no Nordeste receberam grandes volumes de energia das usinas situadas nos demais submercados, com destaque para o submercado Sul. Com o aumento da geração da UHE Tucuruí entre fevereiro e maio, um montante considerável do Norte também foi direcionado para suprimento do subsistema Nordeste.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 271

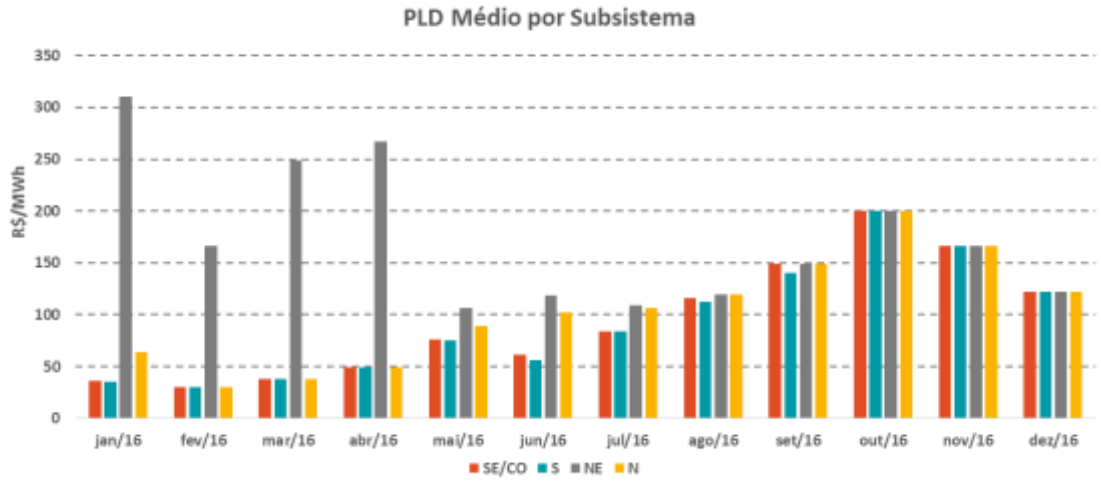
Gráfico 2 – Energia Natural Afluente por Subsistema



Fonte: ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

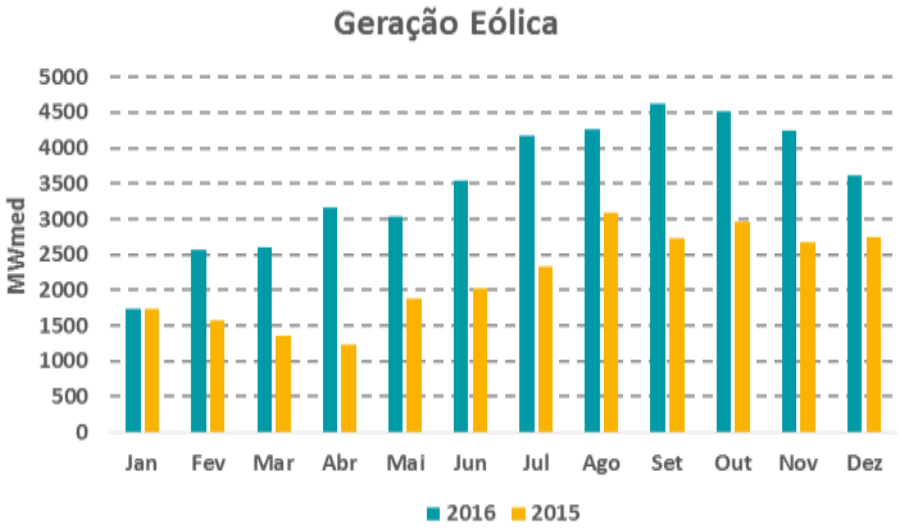
Com o acionamento térmico a partir de junho para preservar os reservatórios no Norte após um período úmido com chuvas abaixo da média, os preços do subsistema Norte observaram significativo aumento em relação aos primeiros meses do ano. Para os subsistemas Sudeste e Sul, a redução das afluências ao longo do ano restringiu o envio de energia para os demais subsistemas a partir de agosto de 2016. Dessa forma, os limites de intercâmbio entre Sudeste, Sul e Norte passam a não ser mais atingidos, resultando na equalização dos preços nestes submercados.

Gráfico 3 – PLD médio por subsistema (R$/MWh)



Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 272

Gráfico 4 – Geração de Energia Eólica (MW médios)



Fonte: ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

Com relação à geração eólica, a capacidade instalada no SIN já observava, em novembro de 2016, um incremento de 30,8% em relação a dezembro de 2015. O Nordeste segue com 81,2% de representatividade da geração eólica no SIN, enquanto que o Estado do Rio Grande do Norte apenas respondeu por cerca de 38% em novembro de 2016.

Leilões de Energia

A redução da carga de energia, resultado da conjuntura econômica desfavorável do país, também teve efeitos sobre a expansão da capacidade instalada e perspectivas de crescimento da demanda das distribuidoras. Ocorreram apenas 3 leilões de energia em 2016, 4 leilões a menos do que em 2015.

- Leilão de Energia Nova A-5/2016

Os 29 projetos contratados no A-5/2016 deverão iniciar o suprimento de energia em 1° de janeiro de 2021. O leilão contribuiu para agregar 528,88 MW de potência total instalada ao sistema e resultou na contratação de 201,8 MW médios. A fonte com maior contratação foi a hidráulica, com 21 projetos e preço médio de R$ 175,80/MWh, todos localizado nos submercados Sul, Sudeste e Norte.

Fonte	Projetos contratados	Capacidade instalada (MW)	Lotes contratados (MWmédios)	Preço médio (R$/MWh)
PCHs	21	324,94	117	175,80
Termelétrica (Biomassa e Gás)	8	203,93	84,8	236,80
Total	29	528,88	201,8	206,30

Fonte: CCEE

- Leilão de Energia Existente A-1/2016

O Leilão de Energia Existente A-1 de 2016 contratou energia para fornecimento de janeiro de 2017 até dezembro de 2018 e preço médio de R$ 118,15/MWh. O único

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 273

comprador deste leilão foi a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) que contratou 21 MW médios. Do total contratado, temos 13MW médios da Suzano Papel e Celulose S.A, 7 MW médios da MDL Comercializadora de Energia S.A. e 1 MW médio da KROMA Comercializadora de Energia Ltda. Todos os empreendimentos se encontram no submercado Norte.

- Leilão de Energia de Reserva de 2016

O leilão de reserva contratou exclusivamente energia de fonte hidráulica, com entrega de energia por 30 anos a partir de 2020 e preço médio de R$ 227,02/MWh.

São 30 projetos totalizando 180,3 MW de potência adicionada aos submercados Sudeste, Sul e Nordeste.

Resumo das atividades de E&P em 2016 – gás natural

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2016, foram perfurados 242 poços no Brasil, sendo 168 terrestres e 74 marítimos. Em 2015, foram perfurados 666 poços, dos quais 558 foram terrestres e 108 marítimos. Dessa forma, conclui-se que, em um ano, houve uma queda de 63,7% nas perfurações de novos poços, com especial impacto em perfurações terrestres (-69,9%).

Em 2016, foram declaradas 22 notificações de descoberta em poços para a ANP, das quais 14 foram de indícios de hidrocarbonetos em terra e 8 no mar. Em 2015, foram 75 notificações de descobertas, sendo 50 terrestres e 25 marítimas – o que representa uma queda de 70,7%.

Com relação às declarações de comercialidade de novos campos, 2016 contou com apenas 3 novos campos: Gavião Preto (da ENEVA), Guriatã e Caburé; todos campos terrestres. Em 2015, os concessionários declararam comercialidade de 12 novos campos, sendo 6 deles da ENEVA[1] .

No ano de 2016, na produção de hidrocarbonetos, citam-se: (1) o aumento da produção nacional de gás natural; (2) queda nas importações de gás, incluindo gás natural liquefeito (GNL); e (3) queda no preço do gás natural importado.

Em novembro de 2016, segundo a ANP, a produção total de hidrocarbonetos contou com 288 campos operados por 25 empresas, sendo 80 campos marítimos e 208 terrestres. Em novembro de 2015, para base comparativa, a produção total contou com 306 campos operados por 25 empresas, sendo 82 campos marítimos e 224 terrestres, o que representa uma queda de 5,9% na quantidade de campos produtores. No entanto, a produção passou de 2.971.988 boe/d para 3.307.427 boe/d (+11,3%).

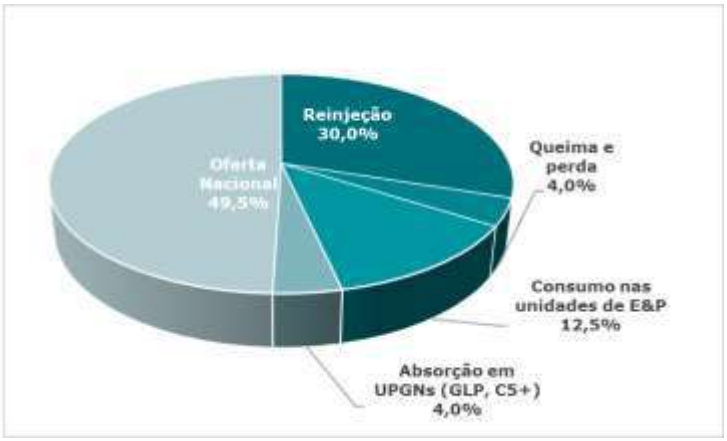
Em 2016, o Brasil produziu, em média, 102,27 Mm³/d de gás natural, um aumento de 6,3% em relação ao ano de 2015. No ano passado, a reinjeção de gás representou

[1] Informações da ANP. Campos de: (i) Gavião Branco Sudeste (posteriormente incorporado ao Campo de Gavião Branco); (ii) Gavião Caboclo Sul e (iii) Gavião Caboclo (posteriormente anexados ao único Campo de Gavião Caboclo); (iv) Gavião Branco Sul e (v) Gavião Branco Norte (posteriormente anexados ao único Campo de Gavião Branco Norte) e (vi) Gavião Vermelho.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 274

cerca de 30% da produção nacional (30,67 Mm³/d), segundo dados do Ministério de Minas e Energia[2] .

Segmentação da Produção Nacional de Gás Natural – Média 2016



Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME)

A oferta importada de gás natural registrou 33,7 Mm³/d em 2016, dos quais 87% foram importações de gás boliviano. Em 2015, a oferta importada de gás foi de 50,43 Mm³/d. A principal explicação para a queda da oferta importada 2015/16 foi a redução das importações de gás natural liquefeito (GNL). A oferta importada de gás no Brasil é composta pela importação de gás da Bolívia, da Argentina e da regaseificação de GNL.

Em 2015, o Brasil importou 7,56 bilhões de metros cúbicos de gás natural regaseificado, ao preço FOB de US$ 9,27/MMBTU, com valor total FOB de US$ 2,75 bilhões. Em 2016, considerando os dados disponíveis até outubro de 2016, o país importou 2,85 bilhões de metros cúbicos de gás natural regaseificado (-62%), ao preço FOB de US$ 6,41/MMBTU (-31%), com valor total FOB de US$ 718 milhões (-74%). As origens das importações foram variadas, incluindo Catar, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, Reino Unido e Trinidad e Tobago.

Com relação às importações totais, o País importou, até novembro de 2016, 12,7 bilhões de m³ de gás natural, frente a 17,6 bilhões de m³ de gás em de 2015. Houve também queda acentuada do dispêndio com importações no mesmo período, passando de US$ 4,9 bilhões, em 2015, para US$ 2 bilhões em 2016, a preços FOB.

A oferta total de gás natural (nacional e importada) foi de 84,36 Mm³/d em 2016, sendo 60,1% nacional e 40% importada. Em 2015, a oferta total foi de 102,58 Mm³/d, sendo 51% nacional e 49% importada. As importações da Bolívia respondem por 39% de toda a oferta de gás natural brasileira.

[2] Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural – Ed. 116 / Out/16

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 275

Segmentação da Oferta Total de Gás Natural – Média 2016



Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME)

A demanda por gás natural passou de uma média de 98,63 Mm³/d, em 2015, para 79,75 Mm³/d em 2016. No ano passado, a demanda foi 51,3% industrial e 36,4% para geração elétrica. Com relação a 2015, a demanda total foi 44,2% industrial e 45,7% para geração elétrica.

Essa situação é particularmente distinta nos sistemas isolados (Região Norte e Maranhão). Nesses sistemas, que inclui o Complexo do Parnaíba, a demanda total por gás natural passou de 8,08 Mm³/d, em 2015, para 8,14 Mm³/d em 2016 (+1%). A geração elétrica representou 97% de todo a demanda por gás nos dois anos, sem grandes variações.

Até novembro de 2016, o Brasil produziu 34,4 bilhões de metros cúbicos de gás natural, sendo 26,4 bilhões de lavra marítima (77%) e 8,0 bilhões de lavra terrestre (23%), segundo dados da ANP[3] . O Estado do Maranhão (Complexo do Parnaíba) respondeu por 1,75 bilhões de m³ de gás, o que corresponde a 5% da produção nacional total e a 22% da produção terrestre.

[3] Dados Estatísticos – ANP 2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 276

24 de março 2017

Demonstrações financeiras

Eneva S.A.

(Companhia Aberta)

31 de dezembro de 2016

com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL 11
2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES 15
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 15
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS 18
5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS 27
6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 28
7. DEPÓSITOS VINCULADOS 29
8. CONTAS A RECEBER 30
9. ESTOQUES 31
10. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS 31
11. INVESTIMENTOS 34
12. IMOBILIZADO 40
13. INTANGÍVEL 45
14. PARTES RELACIONADAS 47
15. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS 51
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 54
17. DEBÊNTURES 57
18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 58
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS 59
20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS 65
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 65
22. RESULTADO POR AÇÃO 66
23. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES 67
24. RECEITA OPERACIONAL 68
25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA 68
26. RESULTADO FINANCEIRO 69
27. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO) 70
28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO 71
29. OPERAÇÃO DESCONTINUADA 75
30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS 75
31. IMPACTOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 76
32. EVENTOS SUBSEQUENTES 77

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	107.836	73.191	622.554	247.415
Títulos e valores mobiliários		-	-	4.200	1.200
Contas a receber	8	-	-	315.153	338.580
Estoques	9	-	-	163.188	129.203
Despesas antecipadas		29	401	17.724	50.076
Impostos a recuperar	10	13.297	24.570	101.341	79.050
Ganhos com derivativos	19	-	-	-	103
Adiantamentos diversos		84	3.950	249	35.356
Dividendos a receber	11	-	1.630	-	-
Depósitos vinculados	7	51	34.596	51	36.328
Adiantamentos a fornecedores		1.256	-	9.485	4.246
Outros		-	-	15.656	-
		122.553	138.338	1.249.601	921.557
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas		785	1.572	7.502	5.293
Depósitos vinculados	7	4	-	187.637	118.947
Contas a receber	8	-	-	10.366	29.210
Imposto a recuperar	10	69.537	45.050	166.946	52.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	396.295	308.407
Operações com partes relacionadas	14	777.478	941.647	265.239	271.324
Outros créditos		-	2	7.014	2
		847.804	988.271	1.040.999	785.294
Investimentos	11	5.051.403	3.640.022	440.843	519.866
Imobilizado	12	14.859	11.047	6.528.059	5.451.258
Intangível	13	3.111	3.014	1.256.554	766.640
		6.039.730	**4.780.692**	**10.516.056**	**8.444.615**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 279

Balanço Patrimonial - continuação

31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		12.067	3.869	177.249	122.706
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	988.021	837.358
Debêntures	17	-	-	204.952	173.261
Impostos e contribuições a recolher	18	5.087	3.460	153.454	61.336
Obrigações sociais e trabalhistas		2.803	8.211	37.021	20.598
Operações com partes relacionadas	14	-	-	19.745	67.695
Retenção contratual		-	-	4.330	4.450
Participações nos lucros		8.714	7.677	23.843	22.087
Dividendos a pagar		-	-	-	3.331
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	48.065	63.044
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	2.696	2.577
Outras obrigações		30	90	4.821	91
Créditos a pagar ao operador		-	-	-	34.927
Adiantamentos de clientes		-	-	-	9
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	29.178	20.148
		28.701	23.307	1.693.375	1.433.618
Não circulante					
Fornecedores		3.552	3.273	5.410	4.279
Empréstimos e financiamentos	16	1.228.617	1.103.252	3.264.762	3.198.263
Debêntures	17	-	-	637.818	-
Operações com partes relacionadas	14	38.948	38.053	101.836	41.238
Provisão para passivo a descoberto	11	38.545	10.525	2.691	-
Compra de energia	7.e	-	-	-	130.124
Provisão de abandono		-	-	52.985	27.705
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	1.110	3.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	207.050	-	252.657	23.185
Outras obrigações		-	-	22.604	5.876
		1.516.712	1.155.103	4.341.873	3.433.818
Patrimônio líquido					
Capital social	21	8.025.933	7.007.629	8.025.933	7.007.629
Reserva de capital	23	8.328	14.438	8.328	14.438
Ajuste de avaliação Patrimonial		1.879		1.879	
Prejuízos acumulados	21	(3.541.823)	(3.419.785)	(3.542.462)	(3.435.053)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		4.494.317	3.602.282	4.493.678	3.587.014
Participações de acionistas não controladores		-	-	(12.870)	(9.835)
Total do patrimônio líquido		4.494.317	3.602.282	4.480.808	3.577.179
		6.039.730	**4.780.692**	**10.516.056**	**8.444.615**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 280

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita de venda de bens e/ou serviços	24	-	-	**2.160.983**	**1.518.633**
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	25	-	-	(1.429.043)	(1.118.838)
Resultado bruto		**-**	**-**	**731.940**	**399.795**
Despesas/Receitas operacionais		**(14.586)**	**(286.520)**	**(171.867)**	**(270.027)**
Gerais e administrativas	25	(58.394)	(80.553)	(174.262)	(131.081)
Outras receitas operacionais	25	191.142	64.458	207.401	63.122
Outras despesas operacionais	25	(27.543)	(161.807)	(151.019)	(154.758)
Despesas com exploração e poço seco	25	-	-	(13.176)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(119.791)	(108.618)	(40.811)	(47.310)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**(14.586)**	**(286.520)**	**560.073**	**129.768**
Resultado financeiro	26	**(43.409)**	**466.018**	**(548.360)**	**18.095**
Receitas financeiras		146.870	663.556	165.913	650.479
Despesas financeiras		(190.279)	(197.538)	(714.273)	(632.384)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(57.995)**	**179.499**	**11.713**	**147.863**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	10/ 18	**(64.741)**	**-**	**(122.852)**	**26.109**
Corrente		-	-	(45.191)	(13.825)
Diferido		(64.741)	-	(77.661)	39.934
Resultado líquido consolidado das operações continuadas		**(122.736)**	**179.499**	**(111.139)**	**173.972**
Operações descontinuadas					
Prejuízo nas operações descontinuadas- Alienação Porto do Pecém	29	-	(36.861)	-	(36.861)
Lucro/ Prejuízo do exercício		**(122.736)**	**142.638**	**(111.139)**	**137.111**
Atribuído a sócios da empresa controladora		**(122.736)**	**142.638**	**(108.107)**	**142.638**
Atribuído a sócios não controladores		**-**	**-**	**(3.032)**	**(5.528)**
Lucro/ (prejuízo) por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)					
Lucro/(prejuízo) básico por ação	22				
De operações continuadas (Nota 22)				(0,46476)	0,00882
Lucro/(prejuízo) diluído por ação					
De operações continuadas (Nota 22)				(0,01874)	0,04409

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 281

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Lucro/(Prejuízo) do período	**(122.736)**	**142.638**	**(111.139)**	**137.111**
Ajustes Acumulados de Conversão	(1.879)	-	(1.879)	-
Parcela efetiva das mudanças no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa - *hedge accounting*	-	55.848	-	55.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos - *hedge accounting*	-	(18.988)	-	(18.988)
Resultado abrangente total	**(124.615)**	**179.498**	**(113.018)**	**173.971**
Resultado abrangente do período	**(124.615)**	**179.498**	**(113.018)**	**173.971**
Participação dos não controladores	-	-	(3.032)	(5.528)
Acionistas controladores	(124.615)	179.498	(109.986)	179.498
Total do resultado abrangente do período atribuível aos acionistas				
De operações continuadas	(124.615)	142.637	(113.018)	142.637
De operações descontinuadas	-	36.861	-	36.861
Resultado abrangente total	**(124.615)**	**179.498**	**(113.018)**	**179.498**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) antes dos Impostos, incluindo operações descontinuadas	**(57.995)**	**142.638**	**11.713**	**111.002**
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.676	2.570	356.577	147.580
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(4.212)	-	(4.212)
Atualização valor justo - aquisição de investimentos	(190.415)	-	(190.415)	
Provisão para desmantelamento	-	-	3.232	-
Resultado de equivalência patrimonial	91.555	98.155	39.070	47.310
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	-	-	5.191	-
Perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	31.262	-
Provisão para passivo a descoberto	28.237	10.463	-	-
Resultado em alienação/baixa de Investimentos	29.802	36.861	34.783	45.433
Resultado de disputas administrativas - setor elétrico	-	-	(92.275)	-
Variação Cambial Ativa e Passiva	(26.724)	69.093	(29.525)	62.128
Desconto condicional - efeito da Recuperação Judicial	-	(489.381)	-	(489.381)
Juros Empréstimos	162.025	89.484	596.508	420.642
Juros Mútuos	(76.956)	(104.694)	-	-
Juros Debêntures – Partes Relacionadas	-	-	19.106	-
Avaliação a Valor Justo - Participações pré-existentes	-	(64.386)	-	(64.386)
Resultado na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	131.005	-	131.005
Perda liquidação de derivativo	-	21.122	-	21.122
Outros	1.171	-	-	-
Baixa/Reversão impairment Ativo Imobilizado	-	-	97.978	(13.726)
Baixa/Reversão impairment Ativo Diferido	(3.852)	-	-	-
Atualização monetária contratual	(9.935)	-	(12.863)	-
Amortização de custo de captação	-	-	5.148	-
Participação nos lucros a pagar	1.037	-	3.414	-
Recuperação de créditos tributários	3.799	-	(11.120)	-
	(45.575)	**(61.281)**	**867.784**	**414.516**
Variações nos ativos e passivos				
Adiantamentos diversos	2.610	(2.238)	28.179	(26.476)
Despesas Antecipadas	1.159	(1.185)	34.883	(17.878)
Contas a receber	-	-	98.384	(33.732)
Impostos a recuperar / Recolher	(13.214)	(24.128)	4.719	(61.232)
Estoque	-	-	9.369	(30.018)
Impostos, taxas e contribuições	(2.172)	1.858	61.154	41.118
Fornecedores	8.042	(7.868)	47.278	(27.079)
Provisões e encargos trabalhistas	(5.407)	1.468	(7.279)	5.664
Contas a pagar	-	-	2.765	(12.851)
Dividendos recebidos	26.734	-	-	-
Débitos/ Créditos partes relacionadas	62.823	(33.567)	(149.177)	(13.933)
Outros Ativos e Passivos	3.577	6.859	(54.212)	16.418
	84.152	**(58.801)**	**76.063**	**(159.999)**
Caixa gerado nas operações	**38.577**	**(120.083)**	**943.847**	**254.518**
Juros pagos	**-**	**-**	(250.082)	-
Juros pagos debêntures – Partes Relacionadas	**-**	**-**	(2.027)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	**-**	(26.761)	(7.757)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**38.577**	**(120.083)**	**664.977**	**246.761**
Fluxo caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.169)	(2.318)	(156.756)	(233.435)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	11.743	-
Aporte em Investimentos	(45.986)	(71.510)	(5.215)	-
Aquisição de controlada, liquida do caixa adquirido	-	-	53.738	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(3.000)	-
Caixa proveniente da venda de ativo Imobilizado e Intangível	72	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Aporte	-	(79.472)	-	-
Retenções Contratuais	-	-	(120)	(16.587)
Ativos Destinados a Negociação	-	300.000	-	300.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(53.083)**	**146.700**	**(99.610)**	**49.978**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos Financeiros	-	-	39	4.108
Aumento de capital	14.607	9.126	14.607	9.126
Variação Cambial Apurada	-	-	-	-
Captações de Financiamentos	-	-	10.192	548.222
Amortizações do Principal - Financiamentos	-	(500)	(146.217)	(723.935)
Emissão/Liquidação de Debêntures	-	-	-	49.000
Depósitos vinculados resgate	39.831	824	98.724	63.950
Depósitos vinculados constituição	(5.286)	(35.378)	(167.573)	(157.113)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**49.152**	**(25.928)**	**(190.228)**	**(206.642)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**34.646**	**689**	**375.139**	**90.097**
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	73.191	72.502	247.415	157.318
No final do exercício	107.837	73.191	622.554	247.415

Transações que não envolveram caixa:
* Ajuste de conversão da controlada Parnaíba BV no montante de R$ 1.879;
** Integralização de AFAC na controlada Itaqui no montante de R$ 427.565

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 283

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora				
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**4.707.087**	**350.772**	**(36.861)**	**(3.877.982)**	**1.143.016**
Lucro do exercício	-	-	-	142.638	142.638
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	2.300.542	-	-	-	2.300.542
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	(315.351)	-	315.560	209
Resultado na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	131.005	-	-	131.005
Aquisição de participação societária	-	(151.987)	-	-	(151.987)
Outros resultados abrangentes:					
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	36.861	-	36.860
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**7.007.627**	**14.438**	**-**	**(3.419.782)**	**3.602.283**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(122.736)	(122.736)
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	1.018.306	-	-	-	1.018.306
Ágio na emissão de ações	-	142.076	-	-	142.076
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	(148.186)	-	-	(148.186)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	695	695
Outros resultados abrangentes:					
Ajustes conversão do exercício	-	-	1.879	-	1.879
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.025.933**	**8.328**	**1.879**	**(3.541.823)**	**4.494.317**

	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2014	**4.707.087**	**350.772**	**(36.861)**	**(3.885.741)**	**1.135.256**	**82.456**	**1.217.713**
Lucro do exercício:	-	-	-	142.638	142.638	(5.528)	137.110
Transações de Capitais com Sócios:							
Aumento de capital	2.300.542				2.300.542	-	2.300.542
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	(315.351)	-	315.560	209	-	209
Resultado na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	131.005	-	-	131.005	-	131.005
Reserva de Capital	-	-	-	(7.510)	(7.510)	-	(7.510)
Aquisição de participação societária	-	(151.987)	-	-	(151.987)	(86.765)	(238.752)
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	36.861	-	36.861	-	36.861
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**7.007.627**	**14.438**	**-**	**(3.435.050)**	**3.587.015**	**(9.838)**	**3.577.177**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(108.107)	(108.107)	(3.032)	(111.139)
Transações com acionistas:							
Aumento de capital	1.018.306	-	-	-	1.018.306	-	1.018.306
Ágio na emissão de ações	-	142.076	-	-	142.076	-	142.076
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	(148.186)	-	-	(148.186)	-	(148.186)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	695	695	-	695
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes conversão do exercício	-	-	1.879	-	1.879	-	1.879
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.025.933**	**8.328**	**1.879**	**(3.542.462)**	**4.493.678**	**(12.870)**	**4.480.808**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 284

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	**191.142**	**354.781**	**2.565.339**	**3.772.627**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	2.357.938	1.686.084
Outras receitas	191.142	354.781	207.401	362.972
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	1.723.570
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(33.621)**	**330.074**	**(1.100.235)**	**(326.236)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.621)	(28.302)	(902.841)	(702.777)
Perda na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	(131.005)	-	(131.005)
Desconto financeiro - Plano de RJ	-	489.381	-	489.381
Contratos de gás	-	-	(197.394)	20.645
Prêmios contratuais	-	-	-	(2.481)
Valor adicionado bruto	**157.521**	**684.855**	**1.465.104**	**3.446.391**
Depreciação e amortização e exaustão	(2.676)	(2.570)	(238.092)	(178.148)
Valor adicionado líquido produzido	**154.845**	**682.285**	**1.227.012**	**3.268.243**
Valor adicionado recebido em transferência	**(49.252)**	**(324.362)**	**(90.753)**	**(2.039.931)**
Resultado de equivalência patrimonial	(91.555)	(98.155)	(39.070)	(47.310)
Receitas financeiras	15.858	28.073	80.399	74.352
Outros	**26.445**	**(254.280)**	**(132.082)**	**(2.066.973)**
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.560	-	6.560
Provisão para passivo a descoberto	(28.237)	(10.463)	(1.741)	-
Provisão perda em investimento	-	-	(99.449)	-
Alienação de participações permanentes	-	(336.861)	-	(336.861)
Perdas em operações com derivativos	-	(2.348)	-	(2.348)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	(1.723.570)
Seguros	(570)	(517)	(36.420)	(33.697)
Juros sobre operações de mútuo	82.793	110.471	33.608	44.065
Perda na liquidação de derivativo	-	(21.122)	-	(21.122)
Outros	(27.541)	-	(28.080)	-
Valor adicionado total a distribuir	**105.593**	**357.923**	**1.136.259**	**1.228.312**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 285

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Distribuição do valor adicionado	**105.593**	**357.923**	**1.136.259**	**1.228.312**
Pessoal	**16.246**	**43.221**	**137.628**	**137.092**
Remuneração direta	6.403	23.887	67.924	67.660
Benefícios	7.990	5.792	38.528	38.377
FGTS e contribuições	1.853	13.542	31.176	31.055
Impostos, taxas e contribuições	**64.956**	**487**	**308.917**	**152.682**
IR/CSLL	-	-	45.191	-
Passivo Fiscal Diferido IR/CSLL	64.741	-	77.661	-
Federal	215	487	229.223	152.595
Estadual	-	-	(43.158)	87
Remuneração de capitais de terceiros	**147.128**	**171.576**	**800.851**	**801.427**
Juros	91	97	46.002	824
Aluguéis	5.067	5.456	86.937	207.512
Variação cambial	(26.718)	69.093	25.797	62.128
Despesas financeiras	168.688	96.930	642.115	530.963
Remuneração de capitais próprios	**(122.737)**	**142.639**	**(111.139)**	**137.111**
Lucros retidos /prejuízo do período	(122.737)	142.639	(108.107)	137.111
Lucro/ (Prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	3.032	(5.528)

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 286

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 25 de abril de 2001 sob a denominação de MPX Mineração e Energia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da mesma, passando a ser denominada de Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva").

Seu plano de negócios prevê como atividades principais (i) a geração e comercialização de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis e (ii) a exploração, o desenvolvimento e a produção de gás natural. Adicionalmente, a Companhia pode realizar participação no capital de outras sociedades, no país e no exterior, qualquer que seja o objeto social, bem como constituir subsidiárias sob qualquer forma societária.

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, em relação a suas atividades e às atividades de sua subsidiária Eneva Participações S.A.. O Plano de Recuperação Judicial ("Plano de RJ") foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores da Companhia realizada em 30 de abril de 2015 e homologado por decisão judicial em 12 de maio de 2015.

Com o cumprimento de todas as etapas previstas no Plano de RJ, o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro decretou, em 29 de junho de 2016, de forma antecipada, o encerramento do processo de recuperação judicial da Eneva S.A. e de sua subsidiária Eneva Participações S.A., liberando a Companhia de todo o acompanhamento diferenciado a que são submetidas as empresas nesta condição.

Apesar da reestruturação decorrente do referido plano de recuperação judicial, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2016 excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$494 milhões e prejuízos acumulados no montante de R$3.542 milhões. O excesso de passivos sobre ativos circulantes foi equacionado com a renegociação dos contratos de empréstimo-ponte, da controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., com as instituições financeiras apoiadoras do projeto, estendendo o vencimento dessas operações no valor de R$ 735 milhões para janeiro de 2019. Esta operação está descrita na Nota Explicativa n°32 - Eventos Subsequentes.

Desta forma a Companhia está apta para retomar seus planos de crescimento, bem como promover o curso normal de suas atividades.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, nesta data, mediante subscrição privada de, no mínimo, R$910.897 e, no máximo, R$2.297.941, mediante a emissão de novas ações ordinárias proporcionais ao preço de emissão individual, estipulado em R$15,00 (quinze reais), dos quais: (i) R$13,14 (treze reais e quatorze centavos) serão destinados à conta de capital social; e (ii) R$1,86 (um real e oitenta e seis centavos) serão destinados à conta de reserva de capital. Tais ações tiveram os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias existentes.

Em 3 de outubro de 2016 foi concluído o aumento de capital privado da Eneva S.A., que foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 2 de agosto de 2016, conforme segue:

a) A subscrição e integralização do aumento de capital foram realizadas parte em dinheiro, totalizando a quantia de R$14.607; e parte por meio da contribuição dos Ativos PGN (conforme descrito abaixo), totalizando o montante de R$1.145.772, dos quais: (i) R$ 1.003.699 destinados à conta de capital social e (ii) R$ 142.076 destinado à conta de reserva de capital. Portanto, apuramos um aumento no capital social de R$ 1.018.306.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 287

b) O aumento de capital insere-se no contexto dos Acordos de Subscrição (*Subscription Agreements*) celebrados em 24 de março de 2016, entre a Companhia e o CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ("Cambuhy") ("Acordo de Subscrição Cambuhy") e a Companhia e a OGX PETRÓLEO E GÁS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ("OGX" e, em conjunto com Cambuhy, os "Subscritores") ("Acordo de Subscrição OGX" e, em conjunto com o Acordo de Subscrição Cambuhy, "Acordos de Subscrição"), por meio dos quais:

(i) ACORDO DE SUBSCRIÇÃO CAMBUHY:
A Cambuhy comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das ações emitidas no âmbito de Aumento de Capital da Companhia, mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na Parnaíba Gás Natural S.A., ("Participação Cambuhy" e "PGN", respectivamente); e da totalidade das debêntures conversíveis da 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões de debêntures da PGN ("Debêntures Conversíveis" e, em conjunto com a Participação Cambuhy, "Ativos Cambuhy");

(ii) ACORDO DE SUBSCRIÇÃO OGX:
A OGX comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das ações emitidas no âmbito de Aumento de Capital da Companhia mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na PGN ("Participação OGX" e, em conjunto com os Ativos Cambuhy, "Ativos PGN").

c) Em decorrência da contribuição dos Ativos PGN, a Companhia se tornou titular de 100% (cem por cento) do capital social da PGN, atual fornecedora de gás natural das térmicas do Complexo do Parnaíba;

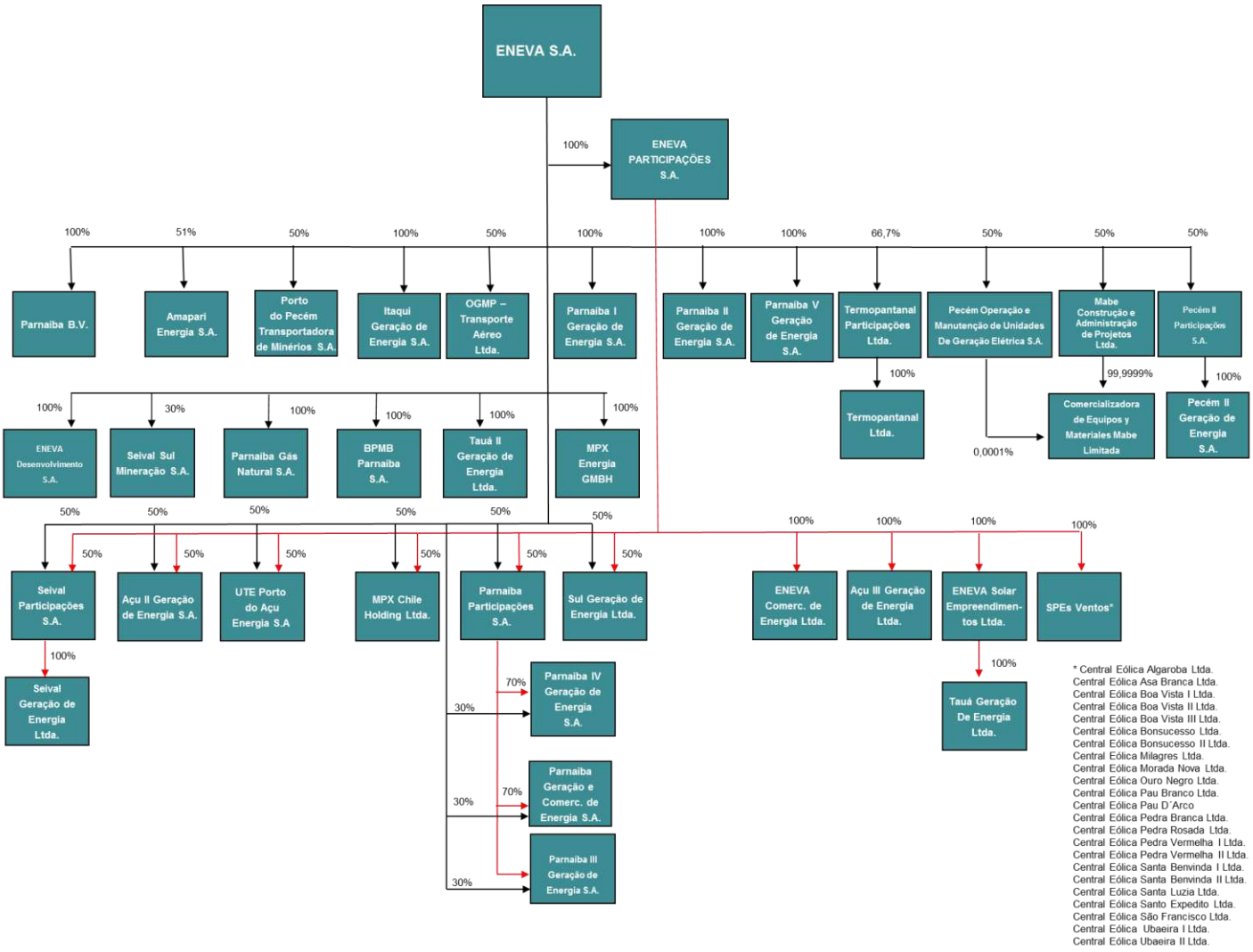
d) Considerando que a subscrição mínima do aumento de capital foi atingida, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 3 de outubro de 2016, aprovou por unanimidade de voto de seus membros, a verificação da subscrição de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R$ 15,00 (quinze reais), totalizando o montante subscrito e integralizado de R$1.160.379; a homologação do aumento de capital, com fixação do valor final do aumento de capital; e o cancelamento das ações não subscritas no âmbito do aumento de capital;

e) Em decorrência da homologação parcial do aumento de capital, o capital social da Companhia passa dos atuais R$7.011.868, dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$8.030.227, dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

f) Com a conclusão do Aumento de Capital, nenhum acionista passou a ser detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Companhia; e não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia (conforme artigo 118 da Lei nº 6.404/76).

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 288

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta a seguinte estrutura:



O detalhamento das participações societárias da Companhia está descrito na Nota Explicativa nº 11 - Investimentos.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 289

O resumo das especificações técnicas das subsidiárias operacionais é como segue:

Geração de Energia

Empreendimento	Localização	Capacidade total	Combustível	Participação Companhia	CCEAR	Data de início da Operação
Carvão						
Itaqui	São Luiz/MA	360 MW	Carvão importado	100%	315MWa por 15 anos	Fev/13
Pecém II	São Gonçalo do Amarante/CE	365 MW	Carvão importado	50%	276MWa por 15 anos	Out/13
Gás natural						
Parnaíba I	Santo Antônio dos Lopes/MA	676 MW	Gás natural	100%	450MWa por 15 anos	Abr/13
Parnaíba II	Santo Antônio dos Lopes/MA	519 MW	Gás natural	100%	450MWa por 20 anos	Jul/16
Parnaíba III	Santo Antônio dos Lopes/MA	176 MW	Gás natural	100%	98MWa por 15 anos	Out/13
Parnaíba IV	Santo Antônio dos Lopes/MA	56 MW	Gás natural	100%	Mercado livre	Dez/13
Fontes renováveis						
Tauá	Tauá/CE	1 MW	Fonte de energia solar	100%	Mercado livre	Jul/11

Produção *de* Gás Natural

Empreendimento	Localização	Capacidade total	Participação Companhia	Campos em operação
Gás Natural				
BPMB	MA	2,5MM m³/dia	100%	3 (Gavião Real, Gavião Branco e Gavião Vermelho)
Parnaíba Gás Natural - PGN	MA	5,9MM m³/dia	100%	

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 290

2. Licenças e autorizações

Em 2016 a Companhia teve como desafio aprimorar a gestão socioambiental e de saúde e segurança de seus empreendimentos, aperfeiçoando seus processos operacionais e melhorando continuamente seus indicadores de desempenho. A Gerência Corporativa de Saúde Segurança e Meio Ambiente acompanha permanentemente o atendimento das condicionantes das licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

Os Sistemas de Gestão, re-certificado em Pecém II (ISO 14.001 e OHSAS 18.001) no quarto trimestre deste ano em fase de ampliação em Itaqui (ISO 9.001), suportam essas ações corporativas e contribuem para o aprimoramento dos processos internos e para a melhoria contínua da performance das usinas. No quarto trimestre de 2016 as usinas térmicas a carvão mantiveram seus projetos de busca de soluções sustentáveis para o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, melhorando assim seus processos em suas estruturas e equipamentos de controle, com expressivos resultados e ganhos ambientais. Neste mesmo período foram emitidas as 12 Licenças Prévias das Centrais Geradoras que integram o Parque Eólico Ventos e foi concluída a ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes de Pecém II, tornando mais eficazes as estruturas já existentes.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, bem como considerando o pressuposto de continuidade operacional da Companhia conforme planos da Administração, descritos na Nota Explicativa nº 1.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 291

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que passou a ser permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas. Estas deveriam estar em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro, porém estão divergentes em função do ativo diferido, conforme apresentado abaixo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - impairment. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R$ 26.192, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das suas controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016:

	2016
Patrimônio líquido – Controladora	4.494.317
Ativo diferido - Lei nº11.941/09	(639)
Patrimônio líquido - Atribuível aos controladores	4.493.678

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de ativo diferido era R$ 15.267. A movimentação de R$ 14.628 ocorrida em 2016, refere-se a baixa do ativo diferido da controlada UTE Porto do Açu, em virtude do reconhecimento de *impaiment,* conforme descrito na nota explicativa 12.5.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2016.

(c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando a aplicabilidade dessas novas normas.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)38

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, A Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 292

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até o momento, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até o momento, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 293

4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

4.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente) e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas na Nota Explicativa nº 11.2.
As seguintes métricas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Reserva de capital".

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations)* ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 4.9 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 294

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controladora Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 295

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado, líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

4.5 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 296

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(d) Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor, original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 297

por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

4.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

A Companhia avalia suas operações, considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, e, constitui perda estimada para crédito de liquidação duvidosa – PECLD para os valores em atraso com mais de 180 dias para saldos com empresas que não fazem parte do mesmo Grupo, conforme política interna.

4.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio oriundo de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos os encargos de amortização e as perdas acumuladas por impairment.

O prazo de amortização do ágio está vinculado ao período de autorização das plantas.

Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Contratos de direito de exploração

É referente ao bônus de assinatura pagos para se obter a concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em determinados blocos. Inclui, ainda, os gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática.

Amortização
Os bônus de assinatura são amortizados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Os demais intangíveis são amortizados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8, que levam em consideração o tempo de utilização estimado.

(c) Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e possuem vida útil finita, são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os outros ativos intangíveis estão representados, principalmente por outorgas de contratos de geração de energia adquiridos de terceiros.

4.9 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(c) Depleção e depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (conforme demonstrado na nota nº12). Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada limitada ao prazo de autorização/concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada mais provável) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas.

(d) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos fluxos de caixa levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

4.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 300

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e também dos prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.14 Benefícios a empregados

(a) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

4.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança quando, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de energia

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixa e parcela variável de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.17 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4.19 Compromissos assumidos

A Companhia divulga os compromissos assumidos oriundos de operações de Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Propriedade para Investimento e Arrendamento Mercantil.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui compromissos assumidos com o Programa de Exploração Mínimo da controlada Parnaíba Gás Natural S.A., conforme descrito na nota explicativa n°30.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizado e intangível, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos acerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A avaliação de realização dos tributos diferidos esta apresentada na nota explicativa nº10 – Impostos a recuperar e diferidos, a seguir.

6. Caixa e equivalente de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos		441	490	54.894	35.891
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA	(a)	107.395	72.701	374.502	173.923
CDB/Compromissadas	(b)	-	-	193.158	37.601
		107.836	**73.191**	**622.554**	**247.415**

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,6% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 27% de operações compromissadas, 39% de CDBs e 34% de LFTs, em 31 de dezembro de 2016.

(b) Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 99,7% (taxa nominal na curva). As empresas que detêm esses valores são as controladas Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba Gás Natural S.A. e Parnaíba III Geração de Energia S.A..

Abaixo a composição da carteira do Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA, detalhada por operação:

	Consolidado	
	2016	2015
CDBs	145.946	91.198
Compromissadas	99.999	82.725
LFTs	128.557	-
	374.502	**173.923**

Este fundo registrou despesas operacionais de R$ 16 mil em 2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 304

7. Depósitos vinculados

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
BNDES - Porto do Pecém		55	46	54	46
BNDES - Itaqui	(a)	-	-	62.908	53.332
BNDES - Parnaiba	(b)	-	-	36.996	29.188
Bradesco/CEF – Parnaiba II	(c)	-	-	55.581	-
Bradesco	(d)	-	34.550	-	34.550
COPEN - Eneva Comercializadora	(e)	-	-	-	38.083
ICMS Carvão de Itaqui	(f)	-	-	31.921	-
BPMB		-	-	228	-
Depósito vinculado – 13º rodada ANP		-	-	-	76
		55	**34.596**	**187.688**	**155.275**
Circulante		**51**	**34.596**	**51**	**36.328**
Não circulante		**4**	**-**	**187.637**	**118.947**

(a) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas aos contratos de financiamento entre a controlada Itaqui Geração de Energia S.A., o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o BNDES

(b) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas ao contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada Parnaíba Geração de Energia S.A.

(c) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas ao contrato de financiamento entre a Caixa Econômica Federal, Bradesco e a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A

(d) Refere-se a depósito dado em garantia ao Bradesco em atendimento ao contrato de financiamento na Parnaíba II firmado com esta instituição.

(e) Este depósito é referente a processo administrativa entre Eneva Comercializadora de Energia e a COPEN. A disputa visava apurar a validade dos contratos de compra de energia firmado entre as partes, sendo a COPEN vendedora e a Eneva Comercializadora compradora. A vendedora não entregou a energia que se destinava à revenda, em contratos de curto prazo. Por esse motivo a Eneva Comercializadora ficou exposta perante a CCEE, sendo obrigada a compra energia no mercado varejista para honrar com seus contratos. Neste período a Eneva Comercializadora reconheceu um custo adicional ao do contrato com a COPEN, relativo a compra de energia no mercado varejista, em contrapartida de uma provisão passiva relativa a esses custos adicionais.

Em 07 de novembro de 2016, foi proferida a sentença do processo arbitral, instaurado entre as empresas. Com a decisão favorável à Eneva Comercializadora de Energia, transferimos o depósito realizado para a COPEN e também baixamos a provisão de compra de energia, no montante de R$119.751. Portanto, com o término da disputa administrativa a Eneva Comercializadora reconheceu em resultado o custo real da operação de compra de energia, fruto do contrato com a COPEN, R$ 36.438 e estornou a provisão de compra de energia que havia constituído pelo preço de varejo da energia. Essa operação gerou um efeito em resultado, líquido de impostos, de redução de custos no montante de R$63.676.

(f) Refere-se a depósito judicial do ICMS sobre as cargas de carvão de Itaqui. Em contrapartida, a Companhia mantém provisão em montante equivalente, registrado na rubrica Impostos e contribuições a recolher.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 305

8. Contas a receber

		Consolidado	
		2016	2015
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):			
Itaqui Geração de Energia S.A.	(a)	75.192	106.653
Parnaíba Geração de Energia S.A.	(a)	134.828	153.380
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	(b)	78.943	7.182
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	(a)	26.693	50.326
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre e contratos bilaterais:			
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.		5.308	15.475
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.		1.407	1.407
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.		39.739	38.718
Tauá Geração de Energia Ltda.		1.244	1.222
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(c)	(37.836)	(6.573)
		325.519	**367.790**
Circulante		**315.153**	**338.580**
Não circulante		**10.366**	**29.210**

(a) A redução observada está relacionada a curva de despacho, que em 2016 foi, em média, 11% menor que em 2015;

(b) Contas a receber referente (i) a contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), iniciado em julho de 2016, no montante de R$71.411 e (ii) operações de venda de energia no mercado livre, no montante de R$ 7.532 (R$ 7.182 em 31 de dezembro de 2015), realizadas antes do início da vigência do CCEAR da controlada;

(c) A Companhia avaliou suas operações e considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas na nota 4 anteriormente, constituiu Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD para os valores em atraso há mais de 180 dias, entre as empresas não ligadas, conforme determina a política interna da Companhia. A movimentação do período foi:

	Clientes Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado ("CCEAR") (I)	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (II)	Energias do Brasil S.A. (III)	**Total**
Saldo em 31/12/2015	596	5.977	-	6.573
Provisões	2.591	14.533	20.122	37.246
Reversões	(6)	(5.977)	-	(5.983)
Saldo em 31/12/2016	**3.181**	**14.533**	**20.122**	**37.836**
Saldo em 31/12/2015	596	5.977	-	6.573
Saldo em 31/12/2016	3.181	14.533	20.122	37.836

I. Refere-se a inadimplência de diferentes distribuidoras no âmbito dos CCEAR´s. As controladas Itaqui, Parnaíba I e Parnaíba III, são afetadas por essa inadimplência, por isso registramos estimativa de perda da totalidade do saldo a receber, sendo R$ 1.210, R$ 1.101 e R$ 280, respectivamente;

II. Refere-se ao faturamento, que foi liquidado parcialmente. Ingressamos com pedidos de revisão junto a CCEE e o mesmo está sob análise. Este saldo refere-se as empresas: Parnaíba I (R$7.356), Parnaíba II (R$5.770) e Parnaíba IV (R$1.407);

III. Refere-se a faturas contra o cliente Energias do Brasil (EDP). Este montante está em negociação, porém a Administração optou por provisionar a totalidade do saldo, devido à falta de expectativa de recebimento. A contrapartida da provisão está apresentada na nota explicativa nº 25.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 306

Abaixo vencimentos do contas a receber:

	Consolidado
	2016
A vencer	275.029
Até 30 dias	781
De 31 a 60 dias	776
De 61 a 90 dias	190
De 91 a 120 dias	541
De 121 a 180 dias	2.759
De 181 a 360 dias	6.192
Acima de 360 dias	39.251
	325.519

9. Estoques

		Consolidado	
		2016	2015
Óleo diesel, lubrificante e outros consumíveis	(a)	42.288	2.313
Carvão	(b)	39.559	52.645
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	81.341	74.245
		163.188	**129.203**

(a) Saldo composto substancialmente por materiais consumíveis no período de um ano, necessários à execução da campanha de perfuração da Parnaíba Gás Natural e BPMB;

(b) Saldo composto pelo estoque de carvão, adquirido pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., para insumo na geração de energia elétrica e para a formação de estoque de segurança;

(c) Saldo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pelas controladas: Itaqui Geração de Energia S.A. (R$ 31.916), Parnaíba I Geração de Energia S.A. (R$ 11.947), Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R$ 25.777), Parnaíba III Geração de Energia (R$4.734), Parnaíba IV Geração de Energia (R$ 6.957) e Tauá Geração de Energia (R$10).

10. Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Antecipação de imposto de renda	30.716	28.465	65.849	46.464
Antecipação de contribuição social	531	463	15.069	6.377
Provisão IRRF – Mútuo	51.069	40.118	58.635	45.982
PIS	-	-	19.081	4.338
COFINS	-	-	104.377	20.601
Outros	518	574	5.276	7.399
	82.834	**69.620**	**268.287**	**131.161**
Circulante	**13.297**	**24.570**	**101.341**	**79.050**
Não circulante	**69.537**	**45.050**	**166.946**	**52.111**

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Abaixo a composição do imposto diferido por empresa e natureza:

	Consolidado 2016				
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Eneva S.A.	-	-	-	(207.051)	(207.051)
Itaqui	74.920	117.207	192.127	(649)	191.478
Parnaíba I	-	34.081	34.081	(55.155)	(21.074)
Parnaíba III	350	155	505	(8.790)	(8.285)
Parnaíba IV	-	-		(1.857)	(1.857)
Comercializadora de Energia	21.851	-	21.851	-	21.851
Parnaíba II	102.846	7.829	110.675	-	110.674
BPMB	-	5.003	5.003	-	5.003
PGN	39.291	27.997	67.289	-	67.289
Amapari	-	-		(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-		(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-		(2.049)	(2.049)
	239.258	**192.272**	**431.530**	**287.893**	**-**
Ativo Diferido Líquido					**396.295**
Passivo Diferido Líquido					**(252.657)**

	Consolidado 2015				
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Itaqui	74.920	117.207	192.127	(649)	191.478
Parnaíba I	2.601	35.503	38.104	(46.899)	(8.795)
Parnaíba III	6.923	2.740	9.663	(6.854)	2.809
Parnaíba IV	6.205	-	6.205	(1.857)	4.348
Comercializadora de Energia	21.851	-	21.851	-	21.851
Parnaíba II	77.731	7.592	85.323	-	85.323
BPMB	-	2.598	2.598	-	2.598
Amapari	-	-	192.127	(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-	38.104	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	9.663	(2.047)	(2.047)
	190.231	**165.640**	**375.871**	**(70.649)**	**-**
Ativo Diferido Líquido					**308.407**
Passivo Diferido Líquido					**(23.185)**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 308

Abaixo a composição do imposto diferido por natureza:

	2016	2015
Provisões	26.089	10.275
PIS e COFINS liminar	84	10
Gastos pré-operacionais - RTT (1)	166.099	155.355
Ativo - diferenças temporárias	**192.272**	**165.640**

(1) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, compõem o saldo de prejuízos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2016, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
(Prejuízo) / Lucro líquido do período antes do IRPJ/CSLL (a)	(57.996)	142.638	11.715	111.002
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(19.719)	48.496	3.983	37.740
Resultado de equivalência patrimonial	22.863	33.373	13.284	16.085
Diferenças permanentes	7	91	(8.351)	1.515
Ativo fiscal não constituído (b)	61.590	(81.960)	143.537	25.099
Redução Benefício SUDENE e PAT	-	-	(29.601)	(38.654)
Ajuste de Consolidação (c)				(67.894)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	45.191	13.825
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.741	-	77.661	(39.934)
Total IRPJ/CSLL	-	-	122.852	(26.109)

(a) A diferença entre o LAIR apresentado na Demonstração de Resultado e o acima apresentado refere-se ao Prejuízo nas operações descontinuadas - Venda Pecém I no montante de R$ 36.861;

(b) Refere-se a parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrado devido à incerteza quanto a sua avaliação.

(c) Refere-se o resultado até outubro/2015 das empresas que não eram consolidadas.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2017.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2017, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	76.888	61.806	31.496	23.691	27.848	209.801	**431.530**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 309

11. Investimentos

11.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Participações societárias	5.051.308	3.639.927	440.748	519.771
Futura aquisição de investimento	95	95	95	95
	5.051.403	**3.640.022**	**440.843**	**519.866**

11.2 Participações societárias

	Participação Societária	
	2016	**2015**
Controladas diretas:		
Itaqui Geração de Energia S.A	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
Parnaíba I Geração de Energia S.A	100,00%	100,00%
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99%	99,99%
Eneva Desenvolvimento S.A.	99,99%	99,99%
Eneva Participações S.A.	100,00%	100,00%
BPMB Parnaíba S.A	100,00%	100,00%
Parnaíba Gás Natural S.A. (*)	100,00%	-
Parnaíba B.V.	100,00%	-
Controladas indiretas:		
Termopantanal Ltda.	100,00%	100,00%
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	50,00%
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Sul Geração Energia Ltda.	50,00%	50,00%
UTE Porto do Açu Energia S.A.	50,00%	50,00%
Açu II Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
Açu III Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Eneva Solar Empreendimentos Ltda.	50,00%	50,00%
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Seival Participações S.A.	50,00%	50,00%
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%

(*) Em 2015 a Paraníba Gás Natural S.A. era Coligada com participação de 27,27%.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 310

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos dos principais grupos de contas das empresas onde a Companhia possui participações societárias são os seguintes:

	2016					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)						
Açu II Geração de Energia S.A. (a)	14	3	0	574	(558)	(5.206)
Amapari Energia S.A.	8.558	1.938	31.838	3.340	(24.683)	(6.184)
BPMB Parnaíba Participações S.A	89.935	537.880	107.250	40.952	479.613	80.291
Eneva Desenvolvimento S.A.	4	166	9	511	(350)	0
ENEVA Participações S.A.	2.970	207.690	5.811	65.703	139.147	(43.557)
Itaqui Geração de Energia S.A.	222.520	2.387.455	184.056	1.412.304	1.013.615	(110.113)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	12.746	55.701	35.596	7.677	25.174	43.155
Parnaíba Gás Natural S.A	291.942	1.471.701	373.615	877.400	512.628	(28.449)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A (a)	19.760	4.522	18.649	65.046	(59.413)	(20.762)
Parnaíba I Geração de Energia S.A	241.805	1.178.957	250.530	566.392	603.839	57.329
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	224.075	1.394.583	920.340	255.646	442.671	(29.565)
Parnaíba III Geração de Energia S.A (a)	152.791	269.531	62.692	110.162	249.455	64.369
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (a)	12.227	214.858	15.964	227.816	(16.695)	(25.696)
Parnaíba Participações S.A. (a)	2.896	262.305	2.287	54.324	208.591	14.630
Parnaíba V Geração de Energia S.A	1	-	-	11	(10)	-
Seival Participações S.A. (a)	5	114	-	24.089	(23.970)	(63.501)
Sul Geração de Energia Ltda. (a)	10	14.029	11	1.172	12.856	(300)
Parnaíba B.V.	20.614	116.510	-	55.010	82.114	18
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
Açu III Geração de Energia Ltda	40	-	-	-	40	(2.484)
Eneva Solar Empreendimentos Ltda	1	6.776	-	17	6.760	(1)
SPE´s Ventos						
Tauá II Geração de Energia Ltda.	8	477	-	58	427	-
Termopantanal Participações Ltda.	9	400	1	2.726	(2.318)	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	353	1.504	801	1.456	(399)	(39.654)
Controladas em Conjunto						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	82.636	18.385	33.285	74.920	(7.184)	(6.177)
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	33	1.084	-	859	258	(113)
Pecém II Participações S.A	484	693.750	35	21.682	672.518	(63.430)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	5.497	329	5.409	-	417	(324)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	22.290	188	12.274	-	10.204	6.379
Coligadas						
Seival Sul Mineração Ltda.	2.484	49.382	383	35.241	16.242	1.345

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 311

	2015					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)						
Itaqui Geração de Energia S.A.	241.954	2.416.553	120.973	1.745.901	791.633	-66.162
Amapari Energia S.A.	11.821	530	29.312	1.538	-18.499	-11.281
UTE Porto do Açu Energia S.A. (a)	4.282	44.941	4	6.395	42.824	-1.389
Sul Geração de Energia Ltda. (a)	32	13.970	8	1.069	12.926	280
Termopantanal Participações Ltda.	10	7.464	1	9.731	-2.258	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A	205.348	1.207.607	119.895	729.887	563.174	89.787
Seival Participações S.A. (a)	5	39.717	-	242	39.480	-178
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	69.772	1.392.070	745.432	320.557	395.853	-135.463
ENEVA Participações S.A.	2.957	244.146	8.402	103.403	135.298	-1.010
Açu II Geração de Energia S.A. (a)	9	2.603	1	287	2.324	-1
Parnaíba Participações S.A. (a)	806	124.159	996	18.661	105.307	10.713
ENEVA Investimentos S.A.	1	-	-	11	-10	-1
ENEVA Desenvolvimento S.A.	5	167	10	511	-350	-10
Tauá II Geração de Energia Ltda.	8	477	-	58	427	-15
BPMB Parnaíba Participações S.A	37.200	598.533	150.487	27.705	457.541	31.962
Parnaíba III Geração de Energia S.A (a)	169.741	265.650	196.602	23.024	215.765	47.223
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (a)	18.979	202.339	10.175	202.142	9.001	-2.349
Parnaíba Geração e Comercializadora de Energia S.A (a)	20.054	83	10.096	48.693	-38.651	2.719
Controladas em Conjunto						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	84.171	18.426	33.915	68.674	8	-39
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	33	13.921	-	859	13.094	-113
Pecém II Participações S.A	4.777	755.978	3.160	3.864	753.731	130
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	4.536	329	1.758	3.013	94	258
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	13.487	148	9.314	-	4.321	-2.088
Coligadas						
Seival Sul Mineração Ltda.	92	4.914	29	20	4.957	-3.697

(a) Conforme demonstrado no organograma do Grupo, apresentado na nota explicativa n°1, a Eneva S.A. possui participação direta nessas subsidiárias e também participação indireta, através da controlada Eneva Participações S.A.. Por isso, nos quadros acima demonstramos o percentual de participação de 100%, considerando a participação final da Companhia.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 312

Passivo a Descoberto

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo do investimento com as controladas ENEVA Desenvolvimento S.A., Amapari Energia S.A., Parnaíba Geração e Comercializadora de Energia S.A, Termopantanal Participações Ltda., Parnaíba IV Geração de Energia S.A., UTE Porto do Açu Energia S.A., Açu II Geração de Energia S.A., Eneva Investimentos S.A., Seival Participações S.A. e com a controlada em conjunto MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. encontram-se classificados no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo dessas empresas. Abaixo apresentamos a composição do saldo, no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo a descoberto (a)	(50.957)	(22.936)	(2.691)	-
Mais valia de ativos	12.411	12.411	-	-
	(38.546)	**(10.525)**	**(2.691)**	**-**

(a) Mutação do Passivo a Descoberto

Empresa	Saldo em 2015	Provisão p/passivo a descoberto	Saldo em 2016
Eneva Desenvolvimento	(350)	-	(350)
Amapari Energia S.A.	(9.431)	(3.154)	(12.586)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(11.595)	(6.229)	(17.824)
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	(1.546)
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	-	(5.008)	(5.008)
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	(200)	(200)
Açu II Geração de Energia S.A.	-	(279)	(279)
Eneva Investimentos	(10)	-	(10)
Seival Participações S.A.	-	(11.985)	(11.985)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	(4)	(719)	(722)
Pecém Operação e Manutenção S.A.	-	(446)	(447)
	(22.936)	**(28.021)**	**(50.957)**

Empresa	Saldo em 2014	Provisão p/passivo a descoberto	Saldo em 2015
Eneva Desenvolvimento	(338)	(12)	(350)
Amapari Energia S.A.	(1.646)	(7.785)	(9.431)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	(11.595)	(11.595)
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	(1.546)
Eneva Investimentos	(10)	-	(10)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	-	(4)	(4)
	(3.540)	**(19.396)**	**(22.936)**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 313

Investimentos

O saldo das participações societárias no grupo de investimentos está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos - valor patrimonial (a)	4.055.405	3.180.364	347.513	519.866
Mais valia de ativos (b)	925.701	388.807	93.330	-
Ágio (c)	70.297	70.851	-	-
	5.051.403	**3.640.022**	**440.843**	**519.866**

(a) Mutação do Investimento – valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 2015	Integralização de Capital	Integralização via AFAC	Equivalência	Dividendos e JSCP – Recebidos	Combinação de negócios	Ajuste de Conversão	Amortização	Saldo em 2016
Açu II Geração de Energia S.A (i) (ii)	-	2.324	-	-	(2.324)	-	-	-	-	-
BPMB Parnaíba S.A	100	457.541	-	-	80.046	(7.494)	-	-	-	530.093
Eneva Participações S.A.	100	196.230	-	54.760	(11.682)	-	-	-	-	239.308
Futura aquisição de investimento	-	95	-	-	-	-	-	-	-	95
Itaqui Geração de Energia S.A.	100	791.633	-	332.095	(109.206)	-	-	-	-	1.014.522
MPX ENERGIA GMBH	100	103	295	-	-	-	-	-	-	398
OGMP Transporte Aéreo	50	258	-	-	-	-	-	-	-	258
Parnaíba Gás Natural S.A. (iii)	100	180.421	-	-	13.773	-	412.450	-	-	606.644
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	100	563.174	-	-	57.937	(18.992)	-	-	-	602.119
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100	395.853	39.908	40.000	(49.306)	-	-	-	-	426.455
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	30	64.729	-	-	19.310	-	-	-	-	84.039
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	30	2.700	-	-	(2.700)	-	-	-	-	-
Parnaíba Participações S.A.	50	105.307	-	-	7.316	-	-	-	-	112.623
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecém II Participações S.A.	50	367.974	-	-	(32.406)	-	-	-	-	335.568
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	50	35	-	-	(35)	-	-	-	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50	2.161	-	-	1.796	(248)	-	-	-	3.709
Seival Participações S.A.	50	19.740	-	25	(19.765)	-	-	-	-	-
Seival Sul Mineração Ltda.	30	1.783	5.783	-	317	-	-	-	-	7.883
Sul Geração de Energia Ltda.	50	6.463	-	150	(150)	-	-	-	-	6.463
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100	427	-	-	-	-	-	-	-	427
UTE Porto do Açu Energia S.A. (ii)	50	21.413	-	535	(19.628)	-	-	-	(2.320)	-
Parnaíba B.V.	100	-	-	-	18	-	82.904	1.879	-	84.801
		3.180.364	**45.986**	**427.565**	**(66.688)**	**(26.734)**	**495.354**	**1.879**	**(2.320)**	**4.055.405**

i. Investimento reclassificado para a conta passivo a descoberto, conforme apresentado nesta Nota Explicativa, item 11.2 – Participações societárias.

ii. Em 04 de julho de 2016, a controlada UTE Porto do Açu Energia S.A. celebrou acordo com a PRUMO Logística S.A., com o objetivo de transferir a licença ambiental para implantação de projeto termelétrico a gás natural detida pela UTE Porto do Açu, subsidiária da Eneva, para a Gás Natural Açu Ltda., subsidiária da Prumo e realizar a desocupação do terreno ocupado pela usina. A transferência será realizada pelo valor de R$1,5 milhões, por esse motivo registramos provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível e diferido desta empresa, no montante de R$42.992. Ainda como consequência deste acordo registramos provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível e diferido da controladas Açu II Geração de Energia S.A. e Açu III Geração de Energia S.A., respectivamente no montante de R$5.203 e R$2.483, uma vez que estes projetos também eram alocados no mesmo espaço físico.

iii. Em 03 de outubro de 2016 foi homologado o aumento de capital da Eneva S.A., conforme descrito anteriormente na nota explicativa 01. Com isso a PGN S.A. passou a ser subsidiária integral da Eneva S.A., sendo consolidada a partir de outubro de 2016. Os reflexos dessa combinação de negócios estão demonstrados na Nota Explicativa nº 15 – Combinação de negócios.

iv. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15 – Combinação de negócios.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 314

Em 2015, face ao processo de recuperação judicial a Companhia recebeu a participação acionária nas empresas BPMB Parnaíba S.A. (100%) e Eneva Participações (50%), no montante de R$ 688 milhões e R$ 158 milhões respectivamente.

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas em 31 de dezembro de 2016:

				Atribuído aos não controladores	
Investimentos	**Participação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**
Amapari Energia S.A.	51%	(24.683)	(6.183)	(12.097)	(3.032)
Termopantanal Participações	67%	(2.318)	-	(773)	-
Total				**(12.870)**	**(3.032)**

(b) Composição da Mais Valia

	Controladora		Consolidado	
Mais Valia – líquida	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
BPMB Parnaíba S.A. (i)	250.430	262.421	-	-
Eneva Participações S.A. (ii)	185.036	126.386	64.625	-
PGN S.A. (iii)	490.235	-	28.705	-
	925.701	**388.807**	**93.330**	**-**

i. Em consequência da aquisição de 100% da BPMB durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015, foi gerada a mais-valia associada ao direito de exploração dos poços da 9ª e 13ª rodada. A mais-valia é amortizada na mesma proporção do prazo de concessão dos poços. A sua vida útil é de 25 anos, e a sua amortização é de 0,3289% a.m..

ii. A mais-valia sobre a Eneva Participações S.A. foi gerada na aquisição de participação de 50% durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015. Esta mais-valia está associada a participação que a mesma tem em suas controladas em conjunto. Dessa forma realizamos amortização com base no prazo de autorização.

iii. O aumento de capital realizado em outubro de 2016 teve a aquisição de 73% da participação da PGN, gerando assim a mais-valia que está associada ao contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Esta mais-valia tem um prazo de vida útil definida de 24 anos e sua amortização é de 0,3401% a.m.. Este valor é composto por R$ 491.748 referente a operação de Combinação de Negócios oriunda da aquisição ocorrida em Outubro de 2016 e R$ 1.513 referentes a amortização primeira operação de aquisição ocorrida em Novembro de 2015.

(c) Direito de concessão

	Controladora	
	2016	**2015**
		Ágio líquido
Itaqui Ger. de Energia S.A. (i)	13.425	13.979
Parnaíba IV Ger. Energia S.A. (ii)	12.825	12.825
Parnaíba III Ger. de Energia S.A. (iii)	44.047	44.047
	70.297	**70.851**

i. O ágio foi gerado na permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia por 100% das ações de Itaqui Ger. de Energia. A transação ocorreu em 2008 junto a EDP Energias do Brasil. O ágio é realizado na mesma proporção da vida útil do CCEAR de Itaqui. Sua vida útil é de 30 ano, e amortização é de 0,2754% a.m..

ii. A expectativa de rentabilidade futura contabilizada na Eneva teve origem na aquisição de 30% da Parnaíba IV em novembro de 2015 e está associado ao contrato de regime de produção independente. Sua vida útil é de 26 anos, gerando uma amortização de 0,3115%.

iii. O ágio gerado teve origem na aquisição de 30% de Parnaíba III durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015, conforme o plano de Recuperação Judicial. O ágio referente a aquisição de Parnaíba III está associado ao CCEAR, dessa forma o ágio é caracterizado por ter sua vida útil defina e com isso o mesmo é amortizado e testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável. A sua vida útil é de 11 anos, gerando uma amortização mensal de 0,7518%.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 315

(d) Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial:

Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial		
	2016	**2015**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(66.688)	(98.155)
Resultado de Passivo a Descoberto	(28.021)	(10.463)
Amortização de Mais valia/Ágio	(25.051)	-
	(119.761)	**(108.618)**

12. Imobilizado

a) Composição dos saldos - Imobilizado em serviço

	Consolidado									
	2016									
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda *Impairment*	Imobilizado em Curso	Total
Taxa de depreciação %		4	7	17	20	10	DUP			
Custo										
Saldo em 31/12/2015	10.575	2.972.723	2.496.089	6.409	1.979	9.803	755.573	(430.575)	249.758	6.072.331
Adições	-	1.782	6.761	1.238	949	2.181	67.774	-	73.968	154.653
Baixas	-	-	(375)	-	(310)	(344)	(7.240)	-	(515)	(8.784)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	96.060	-	-	-	1.801.393	-	-	1.897.453
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	(97.978)	-	(97.978)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	(5.191)	-	-	(5.191)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	(43.832)	-	-	(43.832)
Transferências	-	(26.725)	137.027	129	-	-	-	-	(111.182)	(751)
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.947.780	2.735.562	7.776	2.618	11.640	2.568.477	(528.553)	212.029	7.967.901
Depreciação										
Saldo em 31/12/2015	-	(214.022)	(257.191)	(2.292)	(958)	(3.872)	(167.014)	24.274	-	(621.074)
Adições	-	(86.351)	(117.949)	(1.628)	(362)	(740)	(123.452)	-	-	(330.482)
Baixas	-	6.495	6.168	415	254	37	-	-	-	13.369
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	(12.710)	-	-	-	(488.947)	-	-	(501.657)
Saldo em 31/12/2016	-	(293.878)	(381.682)	(3.505)	(1.066)	(4.575)	(779.413)	24.274	-	(1.439.844)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2015	10.575	2.758.700	2.238.897	4.117	1.021	5.931	588.559	(406.301)	249.758	5.451.258
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.653.902	2.353.880	4.271	1.552	7.065	1.789.064	(504.279)	212.029	6.528.059

		Consolidado									
		2015									
		Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Exploração e Produção	Provisão para perda *"Impairment"*	Imobilizado em Curso	Total
Tx Depreciação % a.a.			4	7	17	20	10	DUP			
Custo											
Saldo em	31/12/2014	10.575	2.710.717	2.346.682	5.812	1.582	9.282	-	(444.221)	148.385	4.788.811
Saldo em	31/12/2014	10.575	2.710.717	2.346.682	5.812	1.582	9.282	-	(444.221)	148.385	4.788.811
Adições		-	216.130	110.597	596	527	711	755.573	13.529	232.759	1.330.422
Baixas		-	(37.382)	(9.217)	(4)	(110)	(189)	-	-	-	(46.902)
Transferências		-	83.257	48.027	5	(21)	-	-	117	(131.385)	-
Saldo em	31/12/2015	10.575	2.972.723	2.496.089	6.409	1.979	9.803	755.573	(430.575)	249.758	6.072.331
Depreciação											
Saldo em	31/12/2014	-	(119.868)	(143.616)	(1.949)	(724)	(3.069)		24.274	-	(244.952)
Saldo em	31/12/2014	-	(119.868)	(143.616)	(1.949)	(724)	(3.069)	-	24.274	-	(244.952)
Adições		-	(94.772)	(113.986)	(343)	(317)	(859)	(167.014)	-	-	(377.291)
Baixas		-	618	411	0	83	56	-	-	-	1.169
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em	31/12/2015	-	(214.022)	(257.191)	(2.292)	(958)	(3.872)	(167.014)	24.274	-	(621.074)
Valor Contábil											
Saldo em	31/12/2014	10.575	2.590.850	2.203.066	3.863	858	6.213	-	(419.947)	148.385	4.423.468
Saldo em	31/12/2015	10.575	2.758.700	2.238.897	4.117	1.021	5.931	588.559	(406.301)	249.758	5.451.258

b) Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, aos equipamentos da usina, linha de transmissão e subestação. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não depreciados até o final da concessão, é calculada uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual à zero.

c) Edificações, obras civis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, as UTE's Itaqui e Parnaíba I que entraram em operação em fevereiro 2013 e outubro de 2013 respectivamente. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

d) Imobilizado em curso

Os saldos registrados no grupo de imobilizado em curso, em 31 de dezembro de 2016, correspondem às importações em andamento, no valor de R$ 37.003 e os bens de imobilizado reserva, de R$ 58.233 e obras em andamento de R$ 33.902, totalizando em saldo total de R$ 129.138.

e) Processo de unitização

Em dezembro 2016, foi finalizado o processo de unitização das usinas Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba V Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A.

O processo de unitização garante que todo os componentes referentes ao equipamento maior estejam atribuídos.

As taxas de depreciação dos ativos unitizados não tiveram alterações, mantendo-se a mesma já adotada, conforme resolução normativa 474 de 07 de fevereiro 2012.

Equipamento	**Taxa média %**
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4
Máquinas e Equipamentos	7
Equipamento de Informática	17
Veículos	20
Móveis e Utensílios	10

f) Impairment

Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo, se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

Na avaliação de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é utilizado o método do Valor em Uso a partir de projeções que consideram:

a. A vida útil estimada do conjunto de ativos que compõem a UGC;
b. Premissas e orçamentos aprovados pela administração da companhia;
c. Taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC), com estrutura de capital variando ano a ano de acordo com o custo da dívida (CoD) e custo do Capital Próprio (CoE)

Abaixo quadro resumo das taxas por empresas avaliadas:

	CoD	CoE	WACC
BPMB	10,3%	13,6%	13,1%
PGN	9,5%	13,8%	13,1%
Pecem II	9,4%	11,0%	10,8%
Itaqui	10,3%	12,7%	12,1%
Parnaiba I	8,4%	10,7%	10,4%
Parnaiba II	10,0%	11,7%	11,3%
Parnaiba III	10,5%	10,4%	10,5%
Parnaiba IV	N.A	10,3%	10,3%

Adicionalmente a administração da Companhia também avaliou os projetos, mantidos para desenvolvimento futuro, e reconheceu provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado em suas controladas, no montante de R$ 97.978, conforme abaixo citado:

UTE Porto do Açu Energia S.A.
No decorrer de 2016, a controlada UTE Porto do Açu Energia S.A. celebrou acordo com a PRUMO Logística S.A., com o objetivo de transferir a licença ambiental para implantação de projeto termelétrico a gás natural detida pela UTE Porto do Açu, subsidiária da Eneva, para a Gás Natural Açu Ltda., subsidiária da Prumo e realizar a desocupação do terreno ocupado pela usina. Por esse motivo, registramos provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado desta empresa, no montante de R$31.237.

Açu II Geração de Energia S.A. e Açu III Geração de Energia S.A.
Ainda como consequência do acordo supracitado, registramos provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado das controladas Açu II Geração de Energia S.A. e Açu III Geração de Energia S.A., respectivamente no montante de R$5.203 e R$2.483, uma vez que estes projetos também estavam alocados no mesmo espaço físico.

Seival Geração de Energia S.A.
O projeto de usina termelétrica a carvão nacional, instalado na subsidiária Seival Geração de Energia S.A., teve sua outorga de água cancelada junto a Agência Nacional de Águas (através do Ofício ANA 1070/2016/SER-ANA, Anexo 1). Esse cancelamento fora motivado pela não renovação da Licença de Instalação do projeto, que expirou.

Em virtude do vencimento da LI e cancelamento da outorga de água, o projeto perdeu sua viabilidade, portanto, registramos provisão de *impairment* da totalidade do ativo imobilizado referente ao projeto, no montante de R$ 60.526.

Amapari Energia S.A.
Em 2014 a Companhia registrou a totalidade do ativo imobilizado desta controlada como provisão para redução ao valor recuperável. Porém em 2016, a Companhia realizou avaliação do preço de venda dos ativos, que resultou na reversão de parte da provisão efetuada em 2014, no montante de R$ 1.

A seguir composição do saldo acumulado da provisão para recuperabilidade de ativos – *Impairment:*

Composição do saldo de Provisão para recuperabilidade de ativos - Impairment

		Custo	Depreciação	Líquido
Itaqui Geração de Energia S.A.	(a)	346.044	(757)	345.287
Amapari energia S.A.	(a)	83.060	(23.517)	59.543
UTE Porto do Açu Energia S.A.	(b)	31.237	-	31.237
Açu II Geração de Energia S.A.	(b)	5.203	-	5.203
Açu III Geração de Energia S.A.	(b)	2.483	-	2.483
Seival Geração de Energia S.A.	(b)	60.526	-	60.526
Total		**528.553**	**(24.274)**	**504.279**

(a) Provisões constituídas em exercícios anteriores;
(b) Provisões constituídas no exercício de 2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 319

g) Depreciação imobilizado E&P

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 4.9, o imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por empresa de classe internacional, e com base nessas informações a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

Abaixo quadro resumo:

Campo Gavião Real	**Dez/16**	**Dez/15**
Volume recuperável em bilhões m³ (*)(**)	9,356	9,103
Produção do campo acumulada em bilhões de m³	5,757	4,919
Total	3,599	4,184

Campo Gavião Vermelho	**Dez/16**	**Dez/15**
Volume recuperável em bilhões m³ (*)(***)	2,124	2,070
Produção do campo acumulada em bilhões de m³	0,417	0,002
Total	1,707	2,068

Campo Gavião Branco	**Dez/16**	**Dez/15**
Volume recuperável em bilhões m³ (*)	5,326	-
Produção do campo acumulada em bilhões de m³	0,685	-
Total	4,641	-

(*) Quantidades não auditadas pelos nossos auditores independentes.
(**) A informação de Dez/15 refere-se as reservas apresentadas no BAR de 2014 (Boletim Anual de Reservas), relatório anual disponibilizado à Agência Nacional de Petróleo.
(***)A informação de Dez/15 refere-se as reservas apresentadas no PD (Plano de Desenvolvimento), disponibilizado à Agência Nacional de Petróleo.

13. Intangível

a) Composição dos saldos - Intangível em serviço

		Consolidado								
		2016								
		Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Contratos de Direito de Exploração	Ágio na Aquisição de Investimentos	Direito de Uso em curso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.		20								
Custo										
Saldo em	31/12/2015	72.260	11.637	15.753	183.448	-	191.119	340.514	615	815.346
Adições		1.431	-	-	-	-	-	30	642	2.103
Baixas		(3)	(2.956)	-	-	-	-	-	-	(2.959)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios		11.820	25.321	-	-	496.817	-	-	-	533.958
Transferências		1.366	-	30	-	-	-	(30)	(615)	751
Saldo em	31/12/2016	86.874	34.002	15.783	183.448	496.817	191.119	340.514	642	1.349.199
Amortização										
Saldo em	31/12/2015	(11.554)	(4.261)	(6.928)	(24.472)	-	(1.491)	-	-	(48.706)
Adições		(3.649)	(1.583)	(998)	(12.270)	(5.069)	(21.287)	-	-	(44.856)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios		(4.220)	(440)	-	-	-	-	-	-	(4.660)
Baixas		-	5.578	-	-	-	-	-	-	5.578
Saldo em	31/12/2016	(19.423)	(706)	(7.926)	(36.742)	(5.069)	(22.778)	-	-	(92.644)
Valor Contábil										
Saldo em	31/12/2015	60.706	7.376	8.825	158.976	-	189.628	340.514	615	766.640
Saldo em	31/12/2016	67.451	33.296	7.857	146.706	491.748	168.341	340.514	642	1.256.555

		Consolidado							
		2015							
		Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Ágio na Aquisição de Investimentos	Direito de Uso em curso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.		20							
Custo									
Saldo em	31/12/2014	8.501	-	15.778	183.448	15.470	-	-	223.198
Saldo em	31/12/2014	8.501	-	15.778	183.448	15.470	-	-	223.198
Adições		63.709	11.637	-	-	175.649	340.518	665	592.176
Baixas		-	-	(29)	-	-	-	-	(29)
Transferências		50	-	4	-	-	(4)	(50)	-
Saldo em	31/12/2015	72.260	11.637	15.753	183.448	191.119	340.514	615	815.346
Amortização									
Saldo em	31/12/2014	(4.521)	-	(5.868)	(12.236)	(980)	-	-	(23.605)
Saldo em	31/12/2014	(4.521)	-	(5.868)	(12.236)	(980)	-	-	(23.605)
Adições		(7.033)	(4.261)	(1.060)	(12.236)	(511)	-	-	(25.101)
Baixas		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em	31/12/2015	(11.554)	(4.261)	(6.928)	(24.472)	(1.491)	-	-	(48.706)
Valor Contábil									
Saldo em	31/12/2014	3.980	-	9.910	171.212	14.490	-	-	199.572
Saldo em	31/12/2015	60.706	7.376	8.825	158.976	189.628	340.514	615	766.640

Contratos de direito de exploração

Em 31 de dezembro de 2016, as subsidiaras integral Parnaíba Gás Natural (PGN) e BPMB participam das seguintes concessões:

Nº	Bloco	Operador	PGN + BPMB
1	BT-PN-1		100%
2	BT-PN-4		100%
3	BT-PN-5		100%
4	BT-PN-6		100%
5	BT-PN-7		100%
6	BT-PN-8		100%
7	BT-PN-10		100%
8	BT-PN-69		100%
9	BT-PN-87		100%
10	BT-PN-101		100%
11	BT-PN-103		100%
12	BT-PN-146		100%
13	BT-PN-163		100%

A totalidade das operações de fornecimento em operação comercial de gás natural e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás (UTG) dessas controladas é realizada com as empresas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A. e Consórcio UTE Parnaíba IV, também subsidiárias da controladora ENEVA. Este ativo intangível foi identificado na operação de combinação de negócios, envolvendo a Parnaíba Gás Natural (PGN), conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Direito de uso em curso

O saldo registrado se refere ao direito de uso dos terrenos, onde a Companhia está instalando o seu parque eólico. Em 31 de dezembro de 2016, o montante acumulado era de R$ 340.514.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 322

14. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, e as operações que influenciaram o resultado do período, relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes.

Acionistas
Os principais acionistas da Companhia são Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, DD Brazil Holdings S.à.r.l. ("E.ON") e o Itaú Unibanco S.A, que detém, respectivamente, 33,73%, 25,72%, 8,28% e 7,88% das ações ordinárias;

Administradores
A Companhia é administrada por Conselho de Administração e por Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social;

Empresas ligadas
A Companhia possui como principais empresas ligadas: Uniper Energy, e suas controladas e coligadas.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Mútuo				
ENEVA Participações S.A (a)	-	18.584	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A. (b)	149.734	455.822	-	-
MABE da Brasil (c)	16.349	14.413	16.349	14.413
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (d)	102.604	87.625	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	243.653	216.612	243.653	216.612
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (m)	2.318	2.030	2.318	2.030
Termopantanal Ltda. (f)	7.683	7.683	-	-
Termopantanal Ltda. (f)	(7.453)	(7.453)	-	-
	514.888	**795.316**	**262.320**	**233.055**
Operações comerciais				
Açu II Geração de Energia Ltda.	6	6	-	-
Amapari Energia S.A.	293	246	-	-
BPMB Parnaíba S.A	56	91	-	-
Eneva Chile Holding Ltda. (p)	-	28.153	-	28.153
ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (g)	2.819	1.592	-	-
ENEVA Comercializadora de Combustível Ltda.	-	712	-	-
ENEVA Desenvolvimento (h)	2.728	365	-	-
ENEVA Investimentos S.A. (h)	11	11	-	-
ENEVA Participações S.A. (a)	138	6.577	-	-
ENEVA Solar Empreendimentos Ltda.	232	100	-	-
EON Brasil Ltda.	92	92	92	92
Itaqui Geração de Energia S.A. (b)	960	3.676	-	-
MABE do Brasil (c)	22	22	22	22
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (i)	564	10.137	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (j)	4.713	8.279	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (j)	225	2.733	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (d)	169	2.208	-	-
Parnaíba V Geração de Energia S.A	-	-	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A. (k)	-	-	-	5.729
Parnaíba Participações S.A. (l)	108	5.134	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	1.215	1.899	2.786	3.769
Pecém II Participações S.A. (j)	-	2.443	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minério S.A	10	10	10	74
Projetos Ventos	-	-	-	420
Seival Geração de Energia S.A.	287	230	-	-
Seival Participações S.A. (h)	65	65	-	-
Seival Sul Mineração Ltda. (h)	10	10	10	10
Sul Geração de Energia S.A. (h)	357	306	-	-
Tauá II Geração Energia Solar Ltda.	58	58	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (f)	457	457	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A. (h)	395	389	-	-
	15.990	**76.001**	**2.920**	**38.269**
Debêntures				
Parnaíba Gás Natural (q)	246.600	-	-	-
	246.600	**-**	**-**	**-**
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Eneva Participações S.A. (a)	-	30.240	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	40.000	-	
Seival Participações S.A.	-	25	-	-
Sul Geração de Energia S.A. (h)	-	65	-	-
	-	**70.330**	-	**-**
Total ativo longo prazo	**777.478**	**941.647**	**265.239**	**271.324**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 324

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Mútuo				
Parnaíba Participações S.A. (l)	31.403	33.541	-	-
Petra Energia S.A.	-	-	5.275	-
	31.403	**33.541**	**5.275**	**-**
Debêntures				
Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações (r)	-	-	85.343	-
	-	**-**	**85.343**	**-**
Operações comerciais				
Copelmi Mineração Ltda.	-	-	146	146
DD Brazil (n)	13	13	28.702	36.542
EBX Holding Ltda.	-	-	-	-
ENEVA Participações S.A. (a)	4.774	1.976	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A	2.186	2.078	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	35	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	29	-	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	11	-	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	7	-	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	45	-	2.112	23
Parnaíba Gás Natural S.A. (k)	-	-	-	67.695
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	-	-	1	1
Prumo Logística	-	-	-	4.526
Tauá Geração de Energia Ltda.	445	445	-	-
	7.545	**4.512**	**30.961**	**108.933**
Total passivo curto e longo prazo	**38.948**	**38.053**	**121.579**	**108.933**

	Controladora		Consolidado	
Resultado	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Açu II Geração de Energia S.A	-	6	-	-
Amapari Energia S.A.	266	246	-	-
BPMB Parnaíba S.A	631	91	-	-
Eneva Comercializadora de Combustível Ltda.	-	179	-	-
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	1.283	419	-	-
Eneva Desenvolvimento S.A.	46	9	-	-
Eneva Participações S.A. (a)	(2.554)	2.194	-	-
Eneva Solar Empreendimentos Ltda.	-	2	-	-
EON Brasil Ltda.	-	92	-	92
Itaqui Geração de Energia S.A. (b)	38.767	67.386	-	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (c)	2.277	2.036	2.277	2.036
MPX Chile Energia (p)	(28.153)	-	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A. (k)	-	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	-	137	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (i)	4.944	4.223	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (j)	2.781	2.762	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (j)	1.919	2.218	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (d)	18.187	16.563	-	-
Parnaíba Participações S.A. (l)	(2.242)	5.849	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	38.862	1.364	38.862	31.381
Pecém II Participações S.A (j)	-	31.381	-	1.364
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (m)	339	317	339	317
UTE Porto do Açu Energia S.A. (h)	94	88	-	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (o)	-	8.294	-	8.294
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A	-	10	-	10
Seival Participações S.A. (h)	57	50	-	-
Sul Geração de Energia S.A. (h)	51	66	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	163	108	-	-
Tauá II Geração de Energia Ltda.	-	5	-	-
	77.718	**146.095**	**41.478**	**43.494**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 325

(a) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado em maio de 2014, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R$ 6.832 sendo que, o referido mútuo foi liquidado em 30 de setembro de 2016, ocorrendo efeito no resultado de R$892 e (ii) despesa de ressarcimento de custos de atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R$ 4.636. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ (3.448);

(b) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. Em março de 2016, capitalizamos como investimento todo o principal deste mútuo, no montante de R$332.095. Portanto o saldo de R$ 144.810 refere-se apenas aos juros. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ 30.651 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R$ 960. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ 8.116;

(c) Contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2013, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R$ 14.710 (principal) e R$ 1.149 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado consolidado é de R$ 2.277;

(d) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R$ 91.523 (principal) e R$ 7.259 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$16.980 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R$169. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ 1.207;

(e) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado entre Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R$222.465 (principal) e R$ 14.353 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ 31.652 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R$1.215. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ 7.210;

(f) Contrato de mútuo celebrado com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. A Eneva S.A. constituiu provisão de R$ 7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda;

(g) O saldo é composto por receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Eneva S.A., Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. através de cobranças mensais de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2016 o efeito no resultado da controladora é de R$ 1.283;

(h) Receita de ressarcimento de custos relativos à implantação de projetos. Adicionalmente para a controlada Sul Geração possuímos em aberto adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$ 35, os quais são irrevogáveis e irretratáveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações para aumento de capital, não atendendo assim aos requisitos do CPC 38;

(i) O saldo refere-se ao contrato de ressarcimento de custos administrativos e relativos a estudos de viabilidade. O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2016 é de R$564 e o efeito no resultado da controladora é de R$4.944;

(j) Contrato de ressarcimento de custos financeiros, administrativos e operacionais;

(k) O saldo é composto pelo custo relativo aos contratos de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre Parnaíba Gás Natural e as controladas Parnaíba Geração e Parnaíba III, no montante líquido (fornecedor – adiantamentos) de R$11.769 (Parnaíba Geração), de R$ 4.455 (Parnaíba II) e R$3.519(Parnaíba III).

(l) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado em janeiro de 2013, com a Parnaíba Participações S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R$ 29.319 (principal) e R$ 1.065 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado consolidado é de R$ (5.788) e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R$ 108. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$ 3.546;

(m) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (110% do CDI) e com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 2.170 (principal) e R$ 75 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R$339;

(n) Contrato de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos junto a DD Brazil, no montante de R$ 13;

(o) A Eneva S.A. decidiu alienar o investimento em Porto do Pecém, registrando, em dezembro de 2014, todos os saldos em aberto entre as companhias como mantido para negociação. Este saldo era composto basicamente por: (i) contrato de mútuo celebrado, em setembro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado e (ii) contrato celebrado entre a partes para assunção dos custos de compra de carvão incorridos por Porto do Pecém no período compreendido entre setembro e dezembro de 2013;

(p) A Eneva S.A. decidiu provisionar integralmente o saldo a receber da MPX Chile, no montante de R$ 28.153. Este montante refere-se ao reembolso a ser efetuado pela MPX Chile relativo a dívida junto ao credor *Credit Suisse*, que está incluído no plano de recuperação judicial da Eneva S.A.

(q) O saldo refere-se as debêntures conversíveis em ações da 3ª e 4ª emissão da Parnaíba Gás Natural que integraram a transação de combinação de negócios, descrita na nota explicativa nº 15. O fluxo financeiro de recebimento dos juros das debêntures serão recebidos nos próximos 3 anos.

(r) Refere-se aos juros sobre as 3ª e 4ª emissão de debêntures conversíveis em ações e ao principal e juros da 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 326

Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Benefícios de curto prazo	5.535	36.870	16.771	41.131
Opção de ações outorgadas	-	257	-	257
	5.535	**37.127**	**16.771**	**41.388**

Abaixo os montantes de remuneração individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores:

	Consolidado					
	2016			2015		
	Mínima	**Média**	**Máxima**	**Mínima**	**Média**	**Máxima**
Conselho Administração	396.00	1.157.872	3.928.162	396.000	7.327.705	21.115.514
Diretores	780.887	2.151.100	6.180.965	15.166	2.056.783	7.616.994

15. Combinação de negócios

Em 25 de setembro de 2009 a Eneva S.A. e a OGX Petróleo e Gás ('OGX') constituíram a OGX Maranhão Petróleo e Gás (antiga denominação da Parnaíba Gás Natural – 'PGN'), com os respectivos percentuais de participação 33,33% e 66,67%.

Em 19 fevereiro de 2014 a Parnaíba Gás Natural passou por uma reestruturação societária, onde a E.ON e a Cambuhy Investimentos Ltda ("Cambuhy") passaram a integrar a base de acionistas da empresa, diluindo os demais acionistas.

Em 05 de novembro de 2015 a Eneva S.A. recebeu com parte do seu aumento de capital, no âmbito do plano de recuperação judicial a participação que a E.ON detinha na Parnaíba Gás Natural. Após essa transferência das ações da E.ON, a PGN passou a ter como acionistas apenas a Eneva S.A., Cambuhy e a OGX.

Em 03 de outubro de 2016, a Eneva S.A. recebeu como parte do seu aumento de capital privado a participação detida pelo fundo Cambuhy e pela OGX, no capital social da PGN, passando a deter 100% do seu capital social.

Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2016, a Eneva S.A. adquiriu a totalidade das ações da Parnaíba B.V.. Esta operação foi um desdobramento do aumento de capital privado da Companhia, citado anteriormente. A Parnaíba B.V. é a detentora de equipamentos estratégicos para a campanha exploratória do gás natural, da PGN. Esta empresa, antes da aquisição, era controlada pela OGX. Como os dois negócios (PGN e Parnaíba B.V.) são interdependentes, faz sentido que eles façam parte da mesma estrutura societária.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 327

Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

O CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis de PGN e Parnaíba B.V., com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na Controladora Eneva S.A..

A seguir apresentamos os efeitos da alocação do preço de compra e os demais reflexos:

a) Identificação e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis:
Os contratos de direito de exploração detidos por PGN, referentes a 9ª e 13ª rodadas licitatórias da ANP, foram avaliados e tiveram seu valor justo calculado conforme abaixo:

Ativo Intangível base contábil de 31.08.17 da PGN - **[a]**	32.690
Ativo Intangível a valor justo* - **[b]**	529.508
Mais Valia [c] = [a] - [b]	**496.818**

* Para a avaliação deste ativo intangível foi considerada a metodologia de Abordagem da Renda e o *Método dos Multi-Period Excess Earnings (MEEM).*

b) Impostos diferidos:
Conforme disposto no CPC 32, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios devem ser reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição, e sobre tais valores deve ser apurado seu imposto diferido (ativo ou passivo):

IRCSLL Diferido	**Base Contábil**	**Valor Justo**	**Diferença Temporária**	**Alíquota**	**Imposto Diferido**
Ativo Intangível	32.690	529.508	496.818	34%	168.918
Juros a valor justo	105.775	178.966	(73.191)	34%	(24.885)
Impostos Diferidos Total (Passivo)					**144.033**

c) Definição do valor justo da contraprestação:
O preço de emissão individual das novas Ações foi de R$15,00 (quinze reais), dos quais (i) R$13,14 (treze reais e quatorze centavos) serão destinados à conta de capital social; e (ii) R$1,86 (um real e oitenta e seis centavos) serão destinados à conta de reserva de capital.
Para avaliação do valor justo da contraprestação transferida a Companhia utilizou a cotação de suas ações, na data da operação (03 de outubro de 2016), que era de R$ 13,06 por ação, por se tratar de instrumento financeiro cotado (nível 01 na classificação de instrumentos financeiros), conforme abaixo demonstrado:

Quantidade de ações entregues – **[a]**	76.384.790
Preço de emissão – **[b]**	15,00
Preço de tela (ações Eneva) - **[c]**	13,06
Diferença **d = [b]- [c]**	1,94
Efeito total – R$ mil e = [a]x [d]	**148.186**
Valor Justo da contraprestação – R$ mil f= [a]x [c]	**997.585**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 328

d) Com a adoção da cotação das ações da Eneva S.A., na data de transação, como valor justo da contraprestação transferida apuramos uma compra vantajosa, no montante de R$ 190.416. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram analisados e corretamente identificados:

Debêntures ativas	246.600
Patrimônio líquido PGN a valor justo (parcela incremental de 83,61%)	858.497
Patrimônio líquido Parnaíba B.V a valor justo (100%)	82.904
Ativos recebidos na aquisição - [a]	**1.188.001**
Quantidade de ações	76.384.790
Preço de tela ações Eneva	13,06
Valor justo da contraprestação - [b]	**997.585**
Compra Vantajosa [c] = [a] - [b]	**(190.416)**

Esta operação foi considerada uma combinação de negócios em estágio. Por esse motivo, a Companhia mensurou novamente a sua participação anterior na PGN pelo valor justo aplicado a nova aquisição, reconhecendo em seu resultado uma perda no montante de R$ 4.371, conforme abaixo demonstrado:

Avaliação a valor justo da participação anterior	
Avaliação da participação anterior	168.291
Participação anterior registrada	172.661
Ajuste de avaliação - Participação anterior	**(4.371)**

A seguir apresentamos resumo do balanço patrimonial a valor justo, das empresas adquiridas:

			PGN
Ativo Circulante	250.757	Passivo Circulante	343.445
Ativo não circulante	1.978.142	Passivo não circulante	858.666
		Patrimônio líquido	1.026.788
Ativo total	**2.228.899**	**Passivo total**	**2.228.899**
			Parnaíba BV
Ativo Circulante	74	Passivo Circulante	37.613
Ativo não circulante	120.443	Passivo não circulante	-
		Patrimônio líquido	82.904
Ativo total	**120.517**	**Passivo total**	**120.517**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 329

16. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

						Consolidado							
						2016				2015			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa Efetiva	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaqui	BNDES (Direto)	R$	TJLP+ 2,78%	15/06/26	2,88%	7.534	808.901	3.022	804.290	8.425	797.443	2.979	791.997
Itaqui	BNB	R$	10%	15/12/26	4,94%	2.190	200.527	851	199.096	2.442	200.527	851	198.937
Itaqui	BNDES (Indireto)	R$	IPCA + 12,13%	15/06/26	4,94%	1.696	141.116	7.752	147.194	1.776	132.476	7.322	138.022
Itaqui	BNDES (Indireto)	R$	TJLP+ 4,8%	15/06/26	10,14%	1.439	159.606	729	158.859	1.468	157.345	719	156.596
Parnaíba I	BNDES (Direto)	R$	TJLP+ 3,77%	15/06/27	2,35%	25.965	390.709	1.622	366.690	27.191	421.858	1.425	396.092
Parnaíba I	BNDES (Direto)	R$	IPCA + 6,67%	15/07/26	2,37%	9.062	208.874	6.301	205.996	9.904	215.695	4.727	210.518
Parnaíba II	Banco Itaú BBA	R$	CDI+ 3,00%	30/06/17	-	-	31.513	6.865	38.377	-	31.513	1.175	32.687
Parnaíba II	CEF	R$	CDI+ 3,00%	16/01/17	-	-	269.918	156.891	426.808	-	280.000	92.903	372.903
Parnaíba II	HSBC	R$	CDI+ 3,00%	16/01/17	-	-	334.116	29.359	363.475	-	334.116	18.142	352.259
Parnaíba II	BNDES (Indireto)	R$	TJLP + 5,15%	15/06/27	-	-	261.531	1.232	262.763	-	230.637	1.156	231.793
BPMB	BTGI LLC (a)	R$	CDI + 3,50%	05/06/18	-	-	50.000	615	50.615	-	50.000	565	50.565
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	R$	CDI+ 2,75%	15/05/28	-	-	282.642	82.984	365.626	-	282.642	29.529	312.172
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	R$	CDI+ 2,75%	15/05/28	-	-	514.770	151.137	665.907	-	514.770	53.781	568.551
ENEVA S/A	Bullseye I FIDC	R$	CDI+ 2,75%	15/05/28	-	-	55.641	16.336	71.977	-	55.641	5.813	61.454
ENEVA S/A	Banco Citibank S.A.	US$	LIBOR 6M	15/05/28	-	-	-	-	-	-	11.908	31	11.940
ENEVA S/A	Bullseye I LLC	US$	LIBOR 6M	15/05/28	-	-	112.054	766	112.819	-	134.165	354	134.519
ENEVA S/A	Banco Credit Suisse	US$	LIBOR 6M	15/05/28	-	-	12.204	83	12.288	-	14.579	38	14.618
						47.885	**3.834.123**	**466.545**	**4.252.782**	**51.206**	**3.865.316**	**221.511**	**4.035.621**
Circulante						**4.082**	**776.864**	**215.239**	**988.021**	**3.370**	**711.094**	**129.634**	**837.358**
Não circulante						**43.803**	**3.057.259**	**251.306**	**3.264.763**	**47.836**	**3.154.222**	**91.877**	**3.198.263**

(a) Em dezembro de 2016 a BPMB renegociou o contrato de empréstimo com a BTG Stigma LLC mantendo as condições comerciais acordadas anteriormente. O vencimento ocorrerá em duas parcelas de R$25 milhões em dezembro de 2017 e junho de 2018.

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2015	**1.103.252**	**4.035.621**
(+) Novas captações	-	10.191
(+) Juros incorridos	162.025	545.111
(+/-) Variação cambial Juros	(103)	(103)
(+/-) Variação cambial Principal	(26.621)	(29.422)
(-) Pagamento de juros	-	(221.540)
(-) Pagamento de principal	-	(77.673)
(+) Amortização do custo de captação	-	3.461
(-) Atualização monetária contratual	(9.935)	(12.863)
Saldo em 2016	**1.228.618**	**4.252.782**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2014	**2.381.898**	**5.163.698**
(+) Novas captações	-	548.222
(+) Juros incorridos	89.484	418.301
(+/-) Variação cambial Juros	1.773	1.804
(+/-) Variação cambial Principal	67.321	60.324
(-) Pagamento de juros	-	(149.208)
(-) Pagamento de principal	(500)	(574.727)
(-) Atualização monetária contratual	-	3.928
(+) Desconto condicional – efeito RJ	(489.381)	(489.381)
(-) Capitalização da dívida – efeito RJ	(947.340)	(947.340)
Saldo em 2015	**1.103.252**	**4.035.621**

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado
	2016
Ano de vencimento	
2017	430.553
2018	341.506
2019	367.550
2020 até último vencimento	2.125.154
	3.264.763

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 331

***Covenants* financeiros**

Os contratos de financiamento das subsidiárias operacionais possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2016 se encontram integralmente atendidas:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Pecém II Geração de Energia S.A., Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração de Energia S.A. contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Descrição do Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2016
Parnaíba I	Índice de Capital Próprio de no mínimo 25%	Atendido
Itaqui	Relação Equity x Debt proporcional a 25/75	Atendido
Itaqui	Relação Patrimônio x Ativo Total de no mínimo 20%	Atendido
Pecém II	Relação Equity x Debt proporcional a 25/75	Atendido

Conforme acima apresentado, não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2016.

17. Debêntures

							Consolidado					
							2016			2015		
Empresa	**Credor**		**Moeda**	**Taxas de juros**	**Vencimento**	**Taxa Efetiva**	**Principal**	**Juros**	**Total**	**Principal**	**Juros**	**Total**
Parnaíba III	Bradesco	(a)	R$	CDI + 4,00%	26/07/18	4,23%	100.457	3.063	103.520	120.000	3.707	123.707
BPMB	MS FI	(b)	R$	CDI + 3,50%	05/12/16	-	-	-	-	49.000	554	49.554
PGN	2ª Emissão (Bradesco/Citibank)	(c)	R$	123% CDI	28/02/20	-	661.560	77.690	739.250	-	-	-
							762.017	80.753	842.770	169.000	4.261	173.261
Circulante							165.391	39.561	204.952	169.000	4.261	173.261
Não circulante							596.626	41.192	237.818	-	-	-

(a) Em 22 de julho de 2016 a Parnaíba III assinou aditivo a escritura de Debêntures postergando o vencimento para 26 de julho de 2018 e alterando a taxa de juros remuneratórios de 3,50% para 4,00%. Em 13 de setembro de 2016 a Parnaíba III efetuou o pagamento de R$ 20.000 referente a amortização facultativa parcial de principal e juros remuneratórios incidentes aplicáveis.

(b) Em dezembro de 2016 a BPMB liquidou integralmente em seu vencimento as debêntures emitidas no valor de principal de R$ 49 milhões acrescidos de juros de R$ 4,2 milhões.

(c) Em fevereiro de 2014, a PGN aprovou a emissão de 74.500 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$ 10, representando um montante de até R$ 745.000, ao custo de 120% de CDI, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2020, com juros remuneratórios semestrais e amortização do principal na seguinte proporção: 11,2% em Fev/16, 22,2% em Fev/17, 22,2% em Fev/18, 22,2% em Fev/19 e 22,2% em Fev/20. Em 25 de fevereiro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a prorrogação da primeira parcela de amortização do principal de 28 de fevereiro de 2016 para 28 de agosto de 2016. Em 3 de outubro de 2016 foi aprovada a majoração dos juros remuneratórios para 123% do CDI.

Abaixo a movimentação das debêntures:

	Consolidado
Saldo em 2015	**173.261**
(+) Aquisição controlada PGN	711.523
(+) Juros incorridos	54.198
(-) Pagamento de juros	(28.542)
(-) Pagamento de principal	(68.543)
(+) Amortização do custo de captação	873
Saldo em 2016	**842.770**

	Consolidado
Saldo em 2014	**-**
(+) Aquisição controlada Parnaíba III	121.920
(+) Novas captações	49.000
(+) Juros incorridos	2.341
Saldo em 2015	**173.261**

18. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	25.269	2.779
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	19.785	9.129
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.106	1.073	42.823	27.052
ICMS	23	-	34.396	2.870
PIS, COFINS, CSL e IOF	3.689	1.580	21.328	13.308
IPI Importação	-	-	40	213
PIS/COFNS	-	-	248	-
FGTS	127	740	625	2.202
Imposto de Importação	-	-	122	397
Royalties/Participação Especial	-	-	5.546	1.469
Outros	142	67	3.272	1.917
	5.087	**3.460**	**153.454**	**61.336**

A variação apresentada nos saldos consolidados é reflexo da consolidação da Parnaíba Gás Natural S.A., após o aumento de capital, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito importante nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentado a seguir:

Instrumentos financeiros	**Controladora**	
	2016	**2015**
Ativos		
Empréstimos e Recebíveis		
Depósito vinculado (nível 1)	51	34.596
Operações com partes relacionadas (nível 1)	777.478	941.647
Valor justo por meio do resultado		
Ganhos em operações com derivativos (nível 2)	-	21.122
Provisão Perdas com derivativos (nível 2)	-	(21.122)
Caixa e Equivalente de Caixa (nível 1)	107.836	73.191
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores (nível 1)	12.067	7.142
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	1.228.617	1.103.252
Operações com partes relacionadas (nível 1)	38.948	38.053

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 335

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Empréstimos e Recebíveis		
Contas a receber (nível 1)	315.153	338.580
Depósito vinculado (nível 1)	187.637	118.947
Operações com partes relacionadas (nível 1)	265.239	271.324
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	4.200	1.200
Contas a receber - operações de comercialização de energia LP (nível 1)	10.366	29.210
Valor justo por meio do resultado		
Ganhos em operações com derivativos (nível 2)	-	103
Caixa e equivalente de caixa (nível 1)	622.554	247.415
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores (nível 1)	177.249	122.706
Empréstimos e financiamentos em R$ (nível2)	4.252.783	4.035.622
Debêntures (nível2)	842.770	173.261
Compra de energia - longo prazo (nível 1)	-	130.124
Operações com partes relacionadas (nível 1)	36.237	108.933
Retenções contratuais (nível 1)	4.330	4.450

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo).

Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em modelos matemáticos de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Atualmente não existe posição de hedge/derivativo em aberto.

19.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

19.1.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Eneva, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termoelétricas.

O preço do carvão em estoque está fixado e será convertido em receita pela remuneração da geração de energia de acordo com as regras do PPA (*Power Purchase Agreement*). O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termoelétrica. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2016 e 2015:

Itaqui **2015 (R$)**	**Valor de Mercado**	**API2 / CIF ARA (alta 25%)**	**API2 / CIF ARA (alta 50%)**
Receita Variável (Ccomb)	233.015.622	291.269.527	349.523.432
Custo Variável (Carvão)	205.303.830	249.404.630	293.505.430
Resultado Variável	27.711.792	41.864.897	56.018.003

2016 (R$)	**Valor de Mercado**	**API2 / CIF ARA (alta 25%)**	**API2 / CIF ARA (alta 50%)**
Receita Variável (Ccomb)	192.916.166	241.145.208	289.374.249
Custo Variável (Carvão)	172.269.146	210.526.952	248.784.759
Resultado Variável	20.647.021	30.618.255	40.589.490

Premissas	**2015**	**2016**
Geração	2.403.271	1.796.647
Consumo de carvão	938.256	734.973
CIF ARA	56,46	59,66
API2	56,46	59,66
Premio	9,25	7,50
Fator i	0,5157	0,5157
FX	3,33	3,49

Sendo:

*Ccomb = CIF ARA * Fator i * FX*

Custo Carvão = API2 + premio

API2 ~ CIF ARA

19.1.2Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia:

a) Estoque de carvão

Na formação do estoque de carvão para suas termoelétricas, a Companhia assume posição comprada no preço do carvão, que por sua vez, é determinado no mercado internacional em dólar americano. Consequentemente, a Companhia assume também posição comprada em dólar, gerando assim um descasamento entre seu ativo e passivo. Da forma como mencionado anteriormente para o risco de preço do carvão, a Companhia estuda mecanismos de proteção contra os riscos de mercado associados à compra do carvão. Ou seja, as operações de proteção para o preço da *commodity* e o risco cambial serão estruturadas simultaneamente.

b) Empréstimos e Financiamentos

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações denominadas em moeda estrangeira em suas controladas. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes atuais em aberto.

	Risco	Valor Futuro Mercado	Valor Futuro (alta 25%)	Valor Futuro (alta 50%)
Risco de Cash Flow:	Valorização do dólar			
Passivo indexado ao Dólar|Libor USD		125.107	156.384	187.660
***Outstanding* (Principal + Juros)**		**125.107**	**156.384**	**187.660**
Aumento da despesa financeira		**-**	**31.277**	**62.553**

A avaliação acima apresentada não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição.
Taxa de referência: PTAX 800 Venda (3,2591 em 31/12/16) do Banco Central do Brasil.
Cenário I: choque adverso em 25% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)
Cenário II: choque adverso em 50% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)
Fonte: Bloomberg.

19.1.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

a) Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm 90% de seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros e inflação no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP, que também contém um forte componente inflacionário, são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. O ativo da Companhia e suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

A dívida atual tem principal de R$ 3.834.123 e saldo total de R$ 4.252.782 em 31/12/2016. Desse total aproximadamente 27% têm vencimento no curto prazo. Por se tratar de um cenário volátil e de variação de taxa de juros, a seguir está demonstrado o que seria a perda financeira caso a curva de juros fosse deslocada em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Risco	Valor Mercado	Valor (alta 25%)	Valor (alta 50%)
Risco de Cash Flow:	Alta na Taxa de Juros			
Passivo indexado a TJLP		2.269.649	2.482.428	2.524.984
Passivo indexado ao CDI		2.086.305	2.441.759	2.512.850
Passivo indexado ao IPCA		575.430	620.673	629.722
***Outstanding* (Principal + Juros)**		**4.931.385**	**5.544.861**	**5.667.556**
Aumento da despesa financeira		**-**	**613.477**	**736.172**

Os cenários não refletem a expectativa da empresa em relação ao mercado de juros. A avaliação visa meramente o cumprimento da legislação.
Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.
Taxas em 31/12/16: TJLP: 7,50%; CDI: 13,63%; IPCA: 6,29%.
Fonte: Bloomberg

19.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	Consolidado	
	2016	**2015**
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	622.554	247.415
Contas a receber de clientes	315.153	367.790
Ganhos em operações com derivativos	-	103
Títulos e valores mobiliários	4.200	1.200
Contas a receber- operações de comercialização de energia	10.366	29.210
Compra de energia – longo prazo	-	(130.124)
Obrigações a pagar ao operador	-	(34.927)
Depósito vinculado	187.688	155.275
Consolidado das contas credoras	**1.139.961**	**635.942**

19.3 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado
						2016
	Até 6 meses	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Passivos						
Fornecedores	-	177.249	-	-	-	177.249
Partes relacionadas	-	15.618	40.361	-	-	55.979
Empréstimos e financiamentos	968.913	214.015	360.822	1.636.699	4.149.140	7.329.589
Debêntures	230.943	90.828	321.946	370.767	-	1.014.484
Retenção contratual	-	4.330	-	-	-	4.330
	1.199.856	**502.040**	**723.129**	**2.007.466**	**4.149.140**	**8.581.631**

						Consolidado
						2015
	Até 6 meses	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Passivos						
Fornecedores	-	122.706	4.279	-	-	126.985
Partes relacionadas	-	-	108.933	-	-	108.933
Obrigações a pagar ao operador	-	-	34.927	-	-	34.927
Compra de Energia - LP	-	-	130.124	-	-	130.124
Empréstimos e financiamentos	389.367	1.178.536	546.354	1.349.970	9.226.694	12.690.920
Debêntures	10.042	125.185	-	-	-	135.228
Retenção contratual	-	4.449	-	-	-	4.449
	399.409	**1.430.876**	**824.617**	**1.349.970**	**9.226.694**	**13.231.566**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 339

19.4 Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Total dos empréstimos (Nota 17)	4.252.782	4.035.621
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(622.554)	(247.415)
Dívida líquida	**3.630.228**	**3.788.206**
Total do patrimônio líquido	**4.522.995**	**3.577.177**
Total do capital	**8.025.933**	**7.007.629**
Índice de alavancagem financeira - %	**45**	**51**

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

20. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis (indenizatórias) e trabalhistas, no montante total de R$ 366.900 (R$ 343.068 em 31 de dezembro de 2015), avaliadas pelos assessores jurídicos como segue:

	Consolidado				
	2016				
	Provável		Possível		
	Indenizatória	Trabalhista	Indenizatória	Trabalhista	Total
Passivo Contingente	-	3.708	340.014	23.177	**366.900**

As contingências classificadas como risco provável de perda, referem-se substancialmente a controlada Amapari Energia e estão integralmente provisionadas.

Em 04 de Julho de 2016, a controlada UTE Porto do Açu Energia S.A. celebrou acordo com a PRUMO Logística S.A., com o objetivo de encerrar os litígios existentes entre as partes, no montante aproximado de R$ 150.000 e transferir a licença ambiental para implantação de projeto termelétrico a gás natural detida pela UTE Porto do Açu, subsidiária da Companhia, para a Gás Natural Açu Ltda., subsidiária da Prumo.

As principais causas com classificação de perda possível, referem-se a ações de indenização a fornecedores da controlada em conjunto MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. Nestas causas, no montante de R$ 60.995, a Eneva S.A. é ré, de forma solidária.

21. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia está dividido em a 239.128.430 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05 de novembro de 2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital aprovado em 26 de agosto de 2015 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. O capital social da Companhia, era de R$ 4.711.337, dividido em 840.106.107 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, e passou a ser de R$ 7.011.868, dividido em 16.176.982.098 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 07 de abril de 2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12 de maio de 2016.

Em 3 de outubro de 2016 foi concluído o aumento de capital privado da Eneva S.A., que foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 01.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, corresponde a R$ 8.030.227 e R$ 7.011.868, respectivamente. Nas demonstrações financeiras o capital social é apresentado líquido do custo de captação do IPO, no montante de R$ 4.294, nos montantes de R$ 8.025.936 e R$ 7.007.629, respectivamente. A seguir a distribuição das ações da Companhia:

	Controladora 2016			
	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	80.659.750	33,73%	80.659.750	33,73%
Cambuhy	61.501.011	25,72%	61.501.011	25,72%
DD Brazil Holdings (E.ON)	19.808.765	8,28%	19.808.765	8,28%
Itaú Unibanco	18.842.832	7,88%	18.842.832	7,88%
OGX Petróleo e Gás S.A.	14.875.412	6,22%	14.875.412	6,22%
Outros	43.440.660	18,17%	43.440.660	18,17%
Total	**239.128.430**	**100,00%**	**239.128.430**	**100,00%**

	Controladora 2015			
	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	8.019.078.311	49,57%	8.019.078.311	49,57%
DD Brazil Holdings (E.ON)	1.884.283.260	11,65%	1.884.283.260	11,65%
Itaú Unibanco	1.980.876.587	12,25%	1.980.876.587	12,25%
Ice Canyon	1.100.447.853	6,80%	1.100.447.853	6,80%
Bullseye	1.055.689.298	6,53%	1.055.689.298	6,53%
Outros	2.136.606.789	13,21%	2.136.606.789	13,21%
Total	**16.176.982.098**	**100,00%**	**16.176.982.098**	100,00%

22. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	2016		2015	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Resultado do exercício				
Numerador básico				
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(111.139)	(111.139)	142.638	142.638
Denominador básico				
Quantidade total de ações	239.128.430	239.128.430	16.176.982.098	16.176.982.098
Lucro/Prejuízo por ação (R$) – básico	**(0,46476)**	**(0, 46476)**	**0,00882**	**0,00882**

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 342

	2016		2015	
	Ordinárias	**Total**	**Ordinárias**	**Total**
Resultado do exercício				
Numerador diluído				
Lucro atribuível aos acionistas controladores	(111.139)	(111.139)	142.638	142.638
Denominador diluído				
Média ponderada de ações	5.928.770.048	5.928.770.048	3.235.179.891	3.235.179.891
Lucro por ação (R$) - diluído	**(0,01874)**	**(0, ,01874)**	**0,04409**	**0,04409**

23. Plano de pagamento baseado em ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Consolidado	
Patrimônio líquido – Reserva de Capital	**2016**	**2015**
Outorgadas pela Companhia	35.420	36.861
	35.420	**36.861**

	Consolidado	
Resultado	**2016**	**2015**
Outorgadas pela Companhia	-	257
	-	**257**

Os planos de outorga de opções de compra de ações foram lançados em duas modalidades distintas: plano primário, que consiste na outorga de opções de compra que implicam na emissão de novas ações pela Companhia, ou cessão de ações em tesouraria; e planos secundários, referentes a opções oferecidas pelo acionista controlador aos executivos da Companhia, neste caso, sem diluição do capital acionário.

(a) Opção de ações outorgadas pela Companhia
Em 02 de agosto de 2016, em assembleia geral, a Companhia deliberou o cancelamento do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações existente e criou novo programa de opção de compra da Companhia. Para o novo programa ainda não tivemos nenhuma outorga.

(b) Opções de ações outorgadas pelo Acionista Controlador
Face a implementação do plano de recuperação judicial da Companhia o acionista Sr. Eike Fuhrken Batista não faz mais parte do bloco controlador da Eneva S.A. e a maioria dos funcionários contemplados com o plano de opções de ações outorgadas por ele, não faz mais parte do quadro de colaboradores da Companhia.

Portanto, a Companhia optou por realizar o montante relativo ao plano de opções de ações outorgado por este acionista, R$ 315.560, mantido como reserva de lucros transferindo-o para prejuízos acumulados, em 2015.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 343

24. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período assim se apresenta:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Receita bruta	2.357.939	1.686.083
Impostos sobre as vendas	(196.955)	(167.450)
Total da receita líquida	**2.160.983**	**1.518.633**

A variação apresentada nos saldos consolidados é reflexo da consolidação da PGN, após o aumento de capital apresentado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional.

Os impostos incidentes sobre a venda sofreram impacto menos expressivo, por conta do crédito presumido de ICMS, que reduz a alíquota da PGN de 18% para 4,6%.

25. Custos e despesas por natureza

Custos e despesas por natureza		Controladora		Consolidado	
		2016	**2015**	**2016**	**2015**
Depreciação e amortização	(a)	(2.676)	(2.570)	(356.391)	(147.581)
Despesas com pessoal		(16.246)	(43.013)	(137.628)	(137.092)
Serviços de terceiros		(30.796)	(26.575)	(184.252)	(144.708)
Despesas com aluguéis	(a)	(5.067)	(5.456)	(86.937)	(207.512)
Despesas com opções de ações outorgadas		-	(209)	-	(289)
Provisão Perdas de Investimento	(b)	(24.191)	-	(99.449)	10.121
Custo por Indisponibilidade		-	-	(1.601)	(2.632)
Custos regulatórios	(c)	-	-	(129.407)	118.162
Material		(1.026)	-	(25.997)	(21.100)
Custo de Prospecção de Gás Natural	(d)	-	-	(92.085)	(9.922)
Seguros		(570)	-	(36.420)	(33.697)
Outras despesas	(a)	(51)	(2.918)	(18.219)	(64.228)
Ganho/perda com avaliação a valor justo de investimento		(4.371)	64.386	(4.371)	64.386
Ganho compra vantajosa	(e)	190.416	-	190.416	-
Perda na alienação de bens e direitos		-	(45.792)	(18.540)	(45.461)
Perda na extinção de passivos financeiros		-	(131.005)	-	(131.005)
Perda na liquidação de derivativos financeiros		-	(21.122)	-	(21.122)
Insumos – óleo diesel/lubrificantes		-	-	(7.091)	(6.881)
Insumos- carvão		-	-	(205.109)	(247.189)
Insumos – gás Natural		-	-	(288.429)	(264.671)
Insumos - outros		-	-	(2.080)	(14.992)
Impostos e contribuições		(217)	(487)	(3.993)	(8.488)
Energia elétrica para revenda		-	-	(52.515)	(25.654)
		105.205	(214.761)	(1.560.098)	(1.341.555)
Classificados como:					
Custo		-	-	(1.429.043)	(1.118.838)
Despesas administrativas e gerais e outros resultados operacionais		105.205	(214.761)	(131.056)	(222.717)

(a) A variação observada nestes custos e despesas se refere a consolidação da PGN, ocorrida após a operação de combinação de negócios, conforme descrito na nota explicativa nº15.

(b) O saldo apresentado se refere ao registro da provisão de *impairment* para o ativo imobilizado das subsidiárias UTE Porto do Açu, Açu II Geração, Açu III Geração e Seival Participações, conforme descrito na nota explicativa nº12.5.

(c) Em novembro de 2015 houve a publicação do despacho nº 3.690/2015, o qual determinou o reembolso das parcelas pagas indevidamente a título de ADOMP pela metodologia de indisponibilidade horária. Tal aplicação gerou uma recuperação de custos, no valor total de R$96.483. Em dezembro de 2015 foi publicado o despacho nº 3.878/2015, o qual definiu nova metodologia para quantificação da indisponibilidade com a utilização da janela móvel de 60 meses. Este despacho teve, em adição ao efeito prospectivo, previsão para reembolso das parcelas indevidamente pagas sem aplicação desta metodologia. Tal aplicação gerou uma recuperação de custos, no valor total de R$21.679, totalizando R$118.162.

(d) O saldo é composto basicamente por custos de prospecção de gás, apurados pelas controladas BPMB Parnaíba S.A. e PGN S.A..

(e) Este montante refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa, oriundo da operação de combinação de negócios na aquisição da PGN, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Despesas financeiras				
Comissão sobre fianças bancárias	-	-	(10.307)	-
Encargos da dívida (a)	(168.086)	(95.262)	(574.587)	(464.707)
Variação monetária	(21.501)	(98.163)	(26.156)	(98.249)
Perda nas operações com derivativos	-	(2.348)	-	(2.348)
Juros/custo debêntures	(91)	(97)	(46.002)	(824)
Outros	(602)	(1.668)	(57.220)	(66.256)
	(190.279)	(197.538)	(714.273)	(632.384)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	10.017	19.416	59.837	42.260
Rendas de partes relacionadas	82.793	110.471	33.609	44.065
Variação monetária	48.225	29.070	55.681	36.121
Ganhos (perdas) nas operações com derivativos	-	6.560	359	6.560
Valor justo debêntures	-	-	71	232
Desconto Dívida RJ (20%) (a)	-	489.381	-	489.381
Atualização monetária contratual	9.935	-	12.863	-
Outros (b)	(4.100)	8.657	3.493	31.860
	146.870	663.555	165.913	650.479
Resultado financeiro líquido	(43.409)	466.017	(548.359)	18.095

(a) Com a aprovação do plano de recuperação judicial aplicou-se redução de 20% do valor dos créditos quirografários, o que ocorreu por meio de deságio da dívida, isto é, cancelamento parcial dos mesmos. O valor dos 20% do desconto foi reconhecido em junho nos referidos passivos em contrapartida de outras receitas operacionais.

(b) Inclui a despesa de Pis e Cofins incidente sobre as receitas financeiras.

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Danos materiais	12.823.857	20.891.314
Responsabilidade civil	510.000	535.000

Abaixo as principais apólices em vigor:

					Consolidado
					2016
Seguradora	**Modalidade**	**Valor em Risco**	**Limite Máximo Indenizável**	**Vigência**	**Prêmio**
			Valores expressos em Reais mil e Dólares mil		
ACE Seguradora	Riscos Operacionais	USD 3.998.845	USD 1.000.000	01/08/16 a 01/08/17	USD 11.236
ACE Seguradora	Responsabilidade Civil Geral		R$ 135.000 por evento ou no agregado	01/08/16 a 01/08/17	R$ 263
Tokio Marine Seguradora	Responsabilidade Civil Geral		R$ 50.000 por evento ou R$100.000 no agregado	01/07/16 a 01/07/17	R$ 210
Fairfax Seguros	Responsabilidade Civil dos Administradores		R$ 300.000 por evento ou agregado	30/08/16 a 30/08/17	R$ 1.057
XL Seguros	Responsabilidade Civil de Operador Portuário		R$ 25.000 por evento ou R$ 50.000 no agregado	23/08/16 a 23/08/17	R$ 24

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 346

28. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em cinco segmentos de negócios principais, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: geração de energia – térmicas à carvão, geração de energia – térmicas a gás, comercialização de energia, produção de gás natural e corporativos.

Os novos segmentos refletem a atual estrutura do modelo de negócio da Companhia. A ENEVA tem três pilares em seu modelo de negócio: Geração, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o modelo *Reservoir to Wire.* Além disso, no segmento de geração, é importante a sub segmentação por fonte de geração e a diferenciação com relação as atividades de comercialização de energia. Por tanto, a gestão da Companhia estabeleceu os seguintes segmentos: Geração a gás, geração a carvão, produção de gás natural (exploração e produção de petróleo e gás natural), comercialização e *holding* e outros.

A seguir descrição dos segmentos:

Geração a gás
Este segmento é composto pelas controladas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A.. Essas usinas são denominadas de complexo de Parnaíba, com capacidade instalada de 1,4 GW e geração de energia através da utilização de gás natural. O complexo de usinas do Parnaíba está localizado no estado do Maranhão.

Produção de gás natural
Neste segmento o Grupo atua na exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em uma área de aproximadamente 27 mil km² na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão. Este segmento é composto pelas controladas PGN S.A. e BPMB Parnaíba S.A..

Geração a carvão
Este segmento é composto pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 360 MW e geração de energia através da utilização de carvão importado. Esta usina está localizada no estado do Maranhão.

Comercialização de Energia
Neste segmento o Grupo atua na comercialização de contratos de energia no mercado regulado pelo CCEE. Este segmento é composto pela controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda..

***Holdings* e outros**
Este segmento é composto pelos saldos de Eneva S.A. e Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos futuros, tais como Sul Geração de Energia S.A. e Eneva Solar Empreendimentos Ltda, dentre outras (conforme demonstrado no organograma da Companhia na Nota Explicativa n° 1).

Atualmente as atividades são geradas pelo gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é a Diretoria Executiva.

A Administração avalia periodicamente se sua segmentação de negócios está aderente com a tomada de decisão da Companhia.

	2016						
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanço patrimonial - ativo	3.693.177	2.475.630	2.609.976	68.447	6.711.977	(5.043.151)	10.516.056
Circulante	618.459	526.504	221.714	12.746	169.430	(299.253)	1.249.601
Caixa e equivalentes de caixa	293.769	148.390	59.540	3.480	117.375	-	622.554
Contas a receber de clientes	230.677	-	73.982	9.252	1.242	-	315.153
Títulos e Valores mobiliários	4.200	-	-	-	-	-	4.200
Estoque	50.505	39.006	73.667	-	10	-	163.188
Ganhos em operações com derivativos	103	-	-	-	(40)	-	64
Depósitos vinculados	-	-	-	-	51	-	51
Outros ativos circulantes	39.205	82.711	14.525	14	50.791	(299.253)	41.904
Não circulante	3.074.718	1.949.126	2.388.261	55.701	6.542.547	(4.743.898)	9.266.456
Realizável a longo prazo	407.189	153.898	290.963	55.622	925.946	(792.619)	1.040.999
Partes relacionadas	162.504	-	2.588	10.801	607.145	(510.784)	272.254
Clientes	-	-	-	10.366	-	-	10.366
Subsídios a receber -CCC	-	-	-	-	24.617	-	24.617
Impostos diferidos	145.261	72.291	192.127	21.851	-	-	431.530
Depósitos vinculados	92.576	228	94.829	-	4	-	187.637
Debêntures a receber	-	-	-	-	246.600	(246.600)	-
Outros ativos não circulantes	6.848	81.379	1.419	12.604	47.581	(35.235)	149.596
Investimentos	-	-	-	-	5.368.375	(4.927.351)	440.843
Imobilizado	2.520.314	1.756.191	2.088.001	1	163.552	-	6.528.059
Intangível	147.215	39.038	9.297	79	84.035	976.891	1.256.554
Diferido	-	-	-	-	639	(639)	-

	2015						
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanço patrimonial - ativo	3.551.642	631.281	2.658.508	117.585	5.502.351	(3.969.289)	8.492.078
Circulante	483.865	32.749	241.954	22.407	160.585	(20.003)	921.556
Caixa e equivalentes de caixa	120.680	1.053	38.765	2.319	84.598	-	247.415
Contas a receber de clientes	221.197	-	106.653	9.508	1.221	-	338.580
Títulos e Valores mobiliários	1.200	-	-	-	-	-	1.200
Estoque	49.791	-	79.410	-	2	-	129.203
Ganhos em operações com derivativos	103	-	-	-	-	-	103
Depósitos vinculados	0	-	-	1.731	34.596	-	36.328
Outros ativos circulantes	90.894	31.696	17.126	8.848	40.168	(20.003)	168.728
Não circulante	3.067.777	598.533	2.416.553	95.178	5.341.766	(3.949.285)	7.570.522
Realizável a longo prazo	344.555	2.598	249.354	95.114	1.077.697	(936.560)	832.758
Partes relacionadas	171.785	-	3.087	3.024	955.409	(861.981)	271.324
Clientes	-	-	-	29.210	-	-	29.210
Subsídios a receber -CCC	-	-	-	-	24.617	-	24.617
Impostos diferidos	139.294	2.598	192.127	21.851	-	-	355.871
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	2	-	2
Depósitos vinculados	29.188	-	53.332	36.351	75	-	118.947
Outros ativos não circulantes	4.287	-	808	4.677	97.595	(74.579)	32.787
Investimentos	-	-	-	-	4.022.262	(3.502.396)	519.866
Imobilizado	2.563.975	588.559	2.157.782	1	140.941	-	5.451.258
Intangível	159.248	7.376	9.417	64	85.597	504.939	766.640
Diferido	-	-	-	-	15.268	(15.268)	-

	2016						
	Geração a Gás	**Produção de Gás Natural**	**Geração à Carvão**	**Comercializadora**	**Holding e outros**	**Eliminações e ajustes**	**Total do consolidado**
Balanço patrimonial - passivo	3.693.177	2.475.630	2.609.976	68.447	6.711.977	(5.043.151)	10.516.056
Circulante	1.290.880	418.363	183.150	35.597	72.127	(306.744)	1.693.373
Empréstimos e financiamentos	907.174	25.615	55.232	-	0	-	988.021
Fornecedores	62.105	37.909	18.800	15.128	43.308	-	177.250
Partes relacionadas	223.369	20.543	-	-	0	(224.167)	19.745
Debêntures	3.063	201.889	-	-	-	-	204.952
Participação nos Lucros	5.844	-	4.281	588	13.130	-	23.843
Outros passivos circulantes	89.325	132.407	104.837	19.881	15.689	(82.577)	279.562
Não circulante	1.225.063	808.823	1.412.304	7.677	1.731.874	(856.735)	4.341.873
Exigível longo prazo	1.225.063	808.823	1.412.304	7.677	1.731.874	(843.868)	4.341.873
Empréstimos e financiamentos	756.730	25.000	1.254.414	-	1.228.617	-	3.264.761
Impostos diferidos	65.803	-	649	-	221.441	-	287.893
Partes relacionadas	300.519	65.659	156.429	7.677	137.377	(565.825)	101.836
Provisão ADOMP	358	-	752	-	-	-	1.110
Debêntures	100.457	651.450	-	-	-	(114.089)	637.818
Outros passivos não circulantes	1.196	66.714	60	-	144.439	(163.954)	48.455
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(12.867)	(12.867)
Patrimônio líquido	1.177.234	1.248.444	1.014.522	25.174	4.907.976	(3.879.672)	4.493.678

	2015						
	Geração a Gás	**Produção de Gás Natural**	**Geração à Carvão**	**Comercializadora**	**Holding e outros**	**Eliminações e ajustes**	**Total do consolidado**
Balanço patrimonial - passivo	3.551.641	631.281	2.658.508	117.585	5.502.351	(3.979.126)	8.492.078
Circulante	1.110.086	146.036	120.973	8.126	62.245	(13.847)	1.433.619
Empréstimos e financiamentos	776.238	50.565	10.555	-	-	-	837.358
Fornecedores	66.080	-	32.467	5.113	31.262	(12.217)	122.706
Partes relacionadas	67.688	4	-	3	-	-	67.695
Debêntures	123.707	49.554	-	-	-	-	173.261
Participação nos Lucros	4.272	1.659	3.777	850	11.527	-	22.087
Outros passivos circulantes	72.100	44.253	74.174	2.159	19.455	(1.630)	210.513
Não circulante	1.256.416	27.705	1.745.901	132.640	1.327.766	(1.018.984)	3.481.282
Exigível longo prazo	1.256.416	27.705	1.745.901	132.640	1.327.766	(1.009.146)	3.481.282
Empréstimos e financiamentos	820.014	-	1.274.997	-	1.103.252	-	3.198.264
Impostos diferidos	55.609	-	649	-	14.391	-	70.649
Partes relacionadas	379.733	-	468.167	2.515	121.375	(930.553)	41.238
Outros passivos não circulantes	1.059	27.705	2.089	130.124	88.748	(78.593)	171.132
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(9.837)	(9.837)
Patrimônio líquido	1.185.141	457.541	**791.633**	(23.181)	4.112.340	(2.936.458)	3.587.015

	2016						
	Geração à Gás	Produção de Gás Natural	Geração à Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	1.617.555	424.401	541.195	113.728	13.812	(549.707)	2.160.983
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.247.839)	(198.194)	(463.480)	(55.307)	(13.929)	549.707	(1.429.042)
Despesas operacionais	(34.603)	(39.908)	(18.943)	(814)	(68.859)	(24.312)	(187.438)
Outros resultados operacionais	(16.587)	8.046	(1.700)	2.865	(9.791)	71.808	154.641
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(120.861)	81.792	(39.070)
Resultado financeiro	(279.621)	(67.658)	(166.279)	2.320	(37.121)	-	(548.359)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(12.362)	(24.866)	-	(19.636)	(65.988)	-	(122.852)
Participação de não controladores	-	-	-	-	3.030	-	3.030
Lucro/Prejuízo do período	26.543	101.823	(109.207)	43.155	(299.707)	129.286	(108.107)

	2015						
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	986.237	42.203	583.744	16.309	1.895	(111.755)	1.518.633
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(742.523)	13.071	(473.644)	(20.968)	(6.528)	111.755	(1.118.838)
Despesas operacionais	(23.973)	(3.413)	(11.411)	(1.431)	(90.855)	-	(131.083)
Outros resultados operacionais	3.690	-	10.365	(4.534)	(159.510)	-	(128.497)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(55.727)	8.277	(47.451)
Resultado financeiro	(262.218)	(4.128)	(175.216)	(359)	460.016	-	18.095
Provisão dos tributos correntes e diferidos	40.705	(15.630)	-	-	1.175	-	26.249
Participação de não controladores	-	-	-	-	5.528	-	5.528
Lucro/Prejuízo do período	1.917	32.104	(66.162)	(10.983)	155.993	13.804	142.637

29. Operação descontinuada

Porto do Pecém (controlada em conjunto)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou a classificação do montante registrado em investimento, mútuo ativo e créditos referentes a compra de energia e carvão para o ativo circulante, na rubrica de ativo mantido para negociação, referente a controlada em conjunto Porto do Pecém. Essa classificação foi avaliada e ratificada com base nos requisitos do CPC 31 – Ativo não circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. O registro do ativo circulante – ativo mantido para negociação foi realizado pelo valor justo da transação, R$ 300 milhões, e a variação gerada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo desses ativos foi registrada na Demonstração de Resultado do Exercício, sendo apresentada sob a forma de operação descontinuada.

A Companhia também avaliou os passivos da Porto do Pecém, porém não identificou necessidade de reclassificação dos mesmos para a rubrica ativos mantidos para venda.

Em 15 de maio de 2015 foi concluída a alienação da totalidade da participação societária da Eneva na Porto do Pecém em favor da EDP – Energias do Brasil S.A., uma vez tendo sido atendidas todas as condições precedentes desta transação. Nesta mesma data, a Companhia recebeu o pagamento no valor de R$ 300 milhões pela referida alienação. Está operação gerou um resultado negativo de R$ 36.861 mil registrado como operação descontinuada, no resultado em 2015.

30. Compromissos assumidos

Programa Exploratório Mínimo ("PEM")

No dia 07 de outubro de 2015, a PGN S.A. arrematou 06 novos blocos na 13º Rodada de Licitações realizada pela ANP, e em todos entrou como operadora.

O valor total do bônus de assinatura dos seis blocos foi de R$ 10.000. Além do bônus assinatura, foram considerados como critérios de julgamento do leilão, o Programa Exploratório Mínimo (PEM) a ser aplicado nos blocos, expresso em unidades de trabalho (UTs), e os percentuais de conteúdo local nas fases de exploração e desenvolvimento.

A controlada Parnaíba Gás Natural S.A. assumiu o compromisso de cumprir o PEM do primeiro período exploratório com uma campanha de aquisição sísmica 2D.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de PEM referente a 13ª rodada a ser cumprido perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com seguro garantia	UTs	Adições	Baixas	Saldo em 2016	Saldo em 2015
PN-T-69	3010	9.482	-	9.482	9.482
PN-T-87	3010	9.482	-	9.482	9.482
PN-T-101	7003	20.484	-	20.484	20.484
PN-T-103	7003	20.484	-	20.484	20.484
PN-T-146	1010	4.544	-	4.544	4.544
PN-T-163	1010	4.544	-	4.544	4.544
Total		69.020	-	69.020	69.020

Os valores indicados referem-se ao montante de garantia contratada diretamente pela PGN, correspondente ao seu percentual de participação em cada bloco.

31. Impactos do Plano de Recuperação Judicial

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, em relação a suas atividades e às atividades de sua subsidiária Eneva Participações S.A.. O plano de recuperação judicial, tal como aditado, foi aprovado pela assembleia geral de credores da Companhia realizada em 30 de abril de 2015 (o "Plano de RJ") e homologado por decisão judicial emanada em 12 de maio de 2015.

O Plano de RJ aprovado consistiu basicamente nos seguintes pontos: (i) pagamento integral de até R$250 mil por credor quirografário, respeitado o valor do respectivo crédito; (ii) redução obrigatória do valor de 20% dos créditos quirografários, mediante a aplicação de deságio sobre o valor de cada crédito quirografário no montante que superar o valor de R$250mil pagos conforme o item (i) acima; (iii) redução obrigatória, por meio de capitalização de créditos, de 40% dos créditos quirografários no montante que superar o valor de R$250mil pagos conforme o item (i) acima.; e (iv) reperfilamento de longo prazo do saldo remanescente dos créditos quirografários.

Os ativos contribuídos, foram: (a) 100%, na BPMB Parnaíba S.A.; (b) 100% nas usinas termelétricas Parnaíba I, Parnaíba III e Parnaíba IV, representando um incremento de 30% na participação detida anteriormente; (c) 100% na ENEVA Participações, representando um incremento de 50% da participação detida anteriormente; e (d) 27,3% da Parnaíba Gás Natural S.A., representando um incremento de 9,09% da participação detida anteriormente.

Os efeitos em resultado no exercício de 2015 foram:

Efeitos em Resultado - Plano de RJ	
Desconto das Dívidas - 20% do total	489.381
Extinção de passivos financeiros	(131.005)
	358.376

32. Eventos Subsequentes

(I) Renegociação dos empréstimos-ponte da Usina de Parnaíba II

Em 13 de janeiro de 2017 sua controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. renegociou seus contratos de empréstimo-ponte com as instituições financeiras apoiadoras do projeto, estendendo o vencimento dessas operações no valor de R$ 735 milhões para janeiro de 2019 e mantendo o custo de CDI + 3,0% ao ano. Essa renegociação representou um importante passo na otimização da estrutura de capital da Companhia, primeiro por transferir o referido montante, que em 31 de dezembro 2016 era observado como uma obrigação de curto prazo para o passivo não circulante, além de significar uma importante oportunidade para consolidação da estratégia de financiamento de longo prazo para Parnaíba II. Como garantia desta operação, foram cedidos fiduciariamente através de CDB vinculado, à Caixa Econômica Federal e ao Bradesco, os montantes de R$ 27.776 e R$ 34.017, remunerados a 100% CDI e 95% CDI, respectivamente.

Com a conclusão desta negociação a Companhia equaliza sua posição de capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante), de forma a apresentar uma posição positiva, a partir de janeiro de 2017.

(II) Alterações na Diretoria

Em 24 de março de 2017, José Aurélio Drummond Jr. renunciou, à presidência da Companhia e continuará contribuindo com a ENEVA como membro de seu Conselho de Administração. Seguindo o plano de sucessão previamente estabelecido, Pedro Zinner assumirá a presidência da ENEVA e continuará exercendo o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Informamos ainda que Flavia Martins assumirá, interinamente, a posição de Diretora Financeira da Companhia. As mudanças anunciadas passam a vigorar a partir de 27 de março de 2017.

Conselho de Administração

Fábio de Barros Pinheiro
Presidente

David Zylbersztajn
Vice-Presidente

Conselheiros:
Marcos Grodetzky
Jose Aurélio Drummond Jr.
Frank Paul Possmeier
Marcelo Pechinho Hallack
Edwyn Neves
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
Guilherme Bottura

Diretoria

José Aurélio Drummond Jr.
Diretor presidente

Pedro Zinner
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Affonso Petrassi Filho
Diretor

Lino Lopes Cançado
Diretor

Laira Sanui
Diretora

Contadora
Rafaela Pereira Carrard
CRC RS-071175/O-6



ENEVA Divulga Resultados do Quarto Trimestre e do ano de 2016

EBITDA proforma ajustado atinge R$425,6 milhões no trimestre e R$1.176,2 milhões no ano, gerando um fluxo de caixa livre para acionista de R$291 MM em 2016

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016 - *ENEVA S.A. (BM&FBOVESPA: ENEV3, GDR I: ENEVY) divulga hoje os resultados para o quarto trimestre, encerrado em 31 de dezembro de 2016 (4T16). As informações a seguir são apresentadas de forma consolidada proforma, exceto onde especificado[1].*

[1] 2015: participação de 100% na Parnaíba Gás Natural; 100% na BPMB; 100% na Parnaíba III; 100% na Parnaíba IV; 100% na Parnaíba Comercializadora; e 100% na Comercializadora de Energia. Pecém II apresentado por equivalência patrimonial.
2016: participação de 100% na Parnaíba Gás Natural. Pecém II apresentado por equivalência patrimonial.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 355

Destaques do resultado

A consolidação do modelo *Reservoir-to-Wire* e o portfólio 100% operacional, resultaram em fluxo de caixa operacional recorde de R$733 MM em 2016

- Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia registrou EBITDA proforma consolidado de R$1.176,2 milhões, 38,4% maior do que o ano de 2015. A margem EBITDA cresceu em 8p.p. atingindo patamar de 54,4%. No 4T16 o EBITDA foi de R$425,6 milhões, representando um aumento de 49,9% em comparação ao 4T15. A margem EBTIDA foi de 63,4%, representando um crescimento de 7p.p. em comparação ao 4T15.
- A ENEVA gerou 3.114 GWh (1.410MW médios) e produziu 633 milhões de m³ de gás no 4T16. No ano de 2016 a geração total foi de 11.815 GWh (1.345MW médios) e a produção total de gás natural foi de 1,9 bilhão de m³.
- A receita líquida proforma da ENEVA no 4T16 aumentou 34,3% na comparação com o montante apurado no 4T15, totalizando R$ 671,1 milhões. No ano, a receita líquida proforma atingiu R$2.161,7 milhões.
- A ENEVA registrou um lucro líquido proforma de R$94,1 milhões no 4T16, comparado ao lucro líquido proforma de R$5,3 milhões no mesmo período em 2015.
- O fluxo de caixa livre do acionista atingiu R$217,6 milhões no 4T16 e R$291,0 milhões no ano de 2016, apresentando um incremento de 244,8% em relação ao ano de 2015.

Principais Indicadores - Proforma (R$MM)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	671,1	499,7	171,3	2.161,7	1.865,0	296,8
Custos Operacionais	(300,1)	(181,0)	(119,1)	(1.250,7)	(1.171,1)	(79,6)
Despesas Operacionais	(86,3)	(90,5)	4,1	(262,9)	(303,7)	40,7
EBITDA Proforma	425,6	284,0	141,6	1.176,2	849,8	326,4
Resultado do Período	94,1	5,3	88,7	(131,8)	117,3	(249,1)
Fluxo de Caixa Livre do Acionista	217,6	24,0	193,5	291,0	84,4	206,5
Fluxo de Caixa Operacional	340,2	63,1	277,1	732,8	526,9	205,9
Dívida Líquida (R$Bi)	4,5	4,8	(0,3)	4,5	4,8	(0,3)
Dívida Líquida/EBITDA ult. 12m	3,9	5,6	(1,7)	3,9	5,6	(1,7)

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 356

Eventos do 4T16

Conclusão do aumento de capital da Companhia

Em 03 de outubro, durante Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 02/08/2016, no valor de R$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais)[2], em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou de R$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos)[3], dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$8.172.247.642,61 (oito bilhões, cento e setenta e dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Eventos Subsequentes

Renegociação dos empréstimos-ponte da Usina de Parnaíba II

Em 13 de janeiro de 2017 a Companhia renegociou seus contratos de empréstimo-ponte com as instituições financeiras apoiadoras do projeto, estendendo o vencimento dessas operações para janeiro de 2019 e mantendo o custo de CDI + 3,0% ao ano. Essa renegociação representou um importante passo na otimização da estrutura de capital da Companhia e a oportunidade de constituição de uma nova estratégia de financiamento de longo prazo para Parnaíba II.

Encargo hídrico emergencial na UTE Pecém II

Em 02 de março de 2017 a Companhia informou que foi publicada alteração no Decreto Estadual nº 32.044, de 16 de setembro de 2016, estabelecendo novas condições para a cobrança do encargo hídrico emergencial para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017, adicionando à tarifa histórica vigente a cobrança extra equivalente a três vezes o valor mensal praticado. Como já divulgado em comunicado ao mercado de 19 de outubro de 2016, a UTE Pecém II havia apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL pedido de readequação do equilíbrio econômico-financeiro do seu Custo Variável Unitário (CVU) em virtude da cobrança de tal encargo hídrico emergencial. Tendo em vista a resposta negativa por parte da ANEEL, anteriormente à referida alteração do Decreto Estadual nº 32.044, já havia sido proposta ação judicial questionando a cobrança desse encargo.

[2] No aumento de capital concluído em 03 de outubro de 2016, o preço de emissão (R$ 15,00), foi divido em: (i) R$13,14 destinadas à conta de Capital Social, totalizando R$ 1.018.306 mil e (ii) R$ 1,86 destinados à conta de Reserva de Capital, totalizando R$ 142.076 mil.

[3] Nas demonstrações financeiras o capital social apresentado está líquido do custo de captação do IPO, de R$ 4.294 mil, nos montantes de R$ 7.007.629 mil e R$ 8.025.935 mil , respectivamente para os exercícios de 2015 e 2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 357

Renúncia do Diretor Vice Presidente Jurídico e Regulatório da Companhia

Em 01 de março 2017 o Sr. Alexandre Americano Holanda e Silva apresentou o pedido de renúncia ao cargo de Vice Presidente Jurídico e Regulatório da Companhia.

Alterações na Diretoria

Em 24 de março 2017 o Sr. José Aurélio Drummond Jr. renunciou à presidência da Companhia e permaneceu como membro de Conselho de Administração. Seguindo o plano de sucessão previamente estabelecido, Pedro Zinner assumiu a presidência da ENEVA e permanece exercendo o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Flavia Martins assumirá, interinamente, a posição de Diretora Financeira da Companhia. As mudanças anunciadas passam a vigorar a partir de 27 de março de 2017.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 358

Visão geral

A ENEVA é uma empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil. Se posiciona como referência no setor de energia, mediante a adoção pioneira no País do modelo *reservoir-to-wire*. A ENEVA conta com um parque de térmico de 2,2 GW de capacidade instalada (67% gás natural e 33% carvão mineral), equivalente a 5% da capacidade térmica instalada nacional. Além disso, é a segunda maior operadora de gás natural do Brasil, com uma capacidade de produção de 8,4 milhões de m³ por dia. Operamos 27.547 km² de áreas por meio de contratos de concessão para exploração e produção de hidrocarbonetos, na Bacia do Parnaíba, situada predominantemente no estado do Maranhão.

O Complexo Parnaíba é o empreendimento pioneiro do modelo *reservoir-to-wire* (R2W) no Brasil. A geração de energia pelas usinas termoelétricas é abastecida diretamente pelos campos de gás natural situados nas suas adjacências. O Complexo Parnaíba é composto pelas nossas usinas (i) Parnaíba I; (ii) Parnaíba II; (iii) Parnaíba III; e (iv) Parnaíba IV, e pelas subsidiárias fornecedoras de gás natural (i) PGN e (ii) BPMB.

Portfólio de Geração

Empreendimento	Localização	Capacidade total	Combustível	Participação Companhia	Receita fixa anual (R$MM)*	CCEAR	Data de início da Operação
Gás natural							
Parnaíba I	Santo Antônio dos Lopes/MA	676 MW	Gás natural	100%	R$ 560	450MWm por 15 anos	abr/13
Parnaíba II	Santo Antônio dos Lopes/MA	519 MW	Gás natural	100%	R$ 476	450MWm por 20 anos	jul/16
Parnaíba III	Santo Antônio dos Lopes/MA	176 MW	Gás natural	100%	R$ 124	98MWm por 15 anos	out/13
Parnaíba IV	Santo Antônio dos Lopes/MA	56 MW	Gás natural	100%	R$ 65	Mercado livre	dez/13
Carvão							
Itaqui	São Luís/MA	360 MW	Carvão importado	100%	R$ 399	315MWm por 15 anos	fev/13
Pecém II	São Gonçalo do Amarante/CE	365 MW	Carvão importado	50%	R$ 358	276MWm por 15 anos	out/13
Outros							
Tauá	Tauá/CE	1 MW	Fonte de energia solar	100%	-	Mercado livre	jul/11

*Todos os números anuais das receitas fixas têm como data de referência novembro/2016, com exceção de Parnaíba IV, que é Janeiro/2016.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 359

Portfólio de Gás Natural

Campos

Rodada	Campo	Bacia	Área (Km²)
9	GAVIÃO AZUL	Parnaíba	64
9	GAVIÃO REAL	Parnaíba	152
9	GAVIÃO BRANCO	Parnaíba	269
9	GAVIÃO BRANCO NORTE	Parnaíba	12
9	GAVIÃO VERMELHO	Parnaíba	66
9	GAVIÃO CABOCLO	Parnaíba	66
9	GAVIÃO PRETO	Parnaíba	261

Blocos Exploratórios

Rodada	Bloco	Bacia	Área (Km²)
9	PN-T-48	Parnaíba	1.455
9	PN-T-49	Parnaíba	616
9	PN-T-67	Parnaíba	1.177
9	PN-T-85	Parnaíba	1.118
9	PN-T-102	Parnaíba	964
13	PN-T-101	Parnaíba	2.964
13	PN-T-69	Parnaíba	3.067
13	PN-T-87	Parnaíba	3.067
13	PN-T-84	Parnaíba	3.065
13	PN-T-103	Parnaíba	3.062
13	PN-T-146	Parnaíba	3.053
13	PN-T-163	Parnaíba	3.050

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 360

Desempenho Econômico e Financeiro

A seguir são apresentadas as tabelas, divididas por segmento, do resultado proforma do 4T16 e 4T15.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma 4T16 (R$MM)	Geração à Gás						
	Térmicas a Gás	Produção de Gás Natural	Térmicas a Carvão	Comercialização	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total Proforma*
Receita Operacional Líquida	505,4	271,3	138,1	44,1	4,6	(292,5)	671,1
Custos Operacionais	(412,7)	(107,4)	(110,0)	42,4	(4,8)	292,5	(300,1)
Despesas Operacionais	(7,2)	(34,7)	(4,0)	(0,3)	(31,0)	(9,2)	(86,3)
Resultado Financeiro Líquido	(55,5)	(52,8)	(44,5)	0,7	(23,6)	-	(175,7)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	5,8	(15,4)	(9,6)
Outras Receitas/Despesas	(25,7)	8,4	(0,4)	1,0	97,8	27,2	108,3
Resultado Antes de Impostos	**4,4**	**84,7**	**(20,9)**	**88,0**	**48,7**	**2,6**	**207,6**
Impostos Correntes e Diferidos	(13,8)	(14,8)	-	(19,6)	(65,2)	-	(113,5)
Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO PERÍODO	**(9,4)**	**69,9**	**(20,9)**	**68,4**	**(16,5)**	**2,6**	**94,1**
EBITDA	**122,7**	**197,9**	**48,5**	**86,3**	**(29,9)**	**-**	**425,6**

*números proforma, não auditados, considerando 100% de participação da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma 4T15 (R$MM)	Geração à Gás						
	Térmicas a Gás	Produção de Gás Natural	Térmicas a Carvão	Comercialização	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total Proforma*
Receita Operacional Líquida	348,6	183,6	152,7	22,9	1,9	(209,9)	499,7
Custos Operacionais	(194,1)	(75,2)	(101,8)	(26,4)	(3,7)	220,2	(181,0)
Despesas Operacionais	(13,0)	(24,9)	(4,3)	(1,8)	(46,4)	(0,1)	(90,5)
Resultado Financeiro Líquido	(64,8)	(30,8)	(50,6)	0,0	2,0	-	(144,2)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	176,8	(138,2)	38,6
Outras Receitas/Despesas	(4,9)	3,9	11,4	(6,1)	(115,7)	17,4	(94,0)
Resultado Antes de Impostos	**71,9**	**56,7**	**7,4**	**(11,5)**	**15,0**	**(110,6)**	**28,8**
Impostos Correntes e Diferidos	(3,7)	(20,6)	-	-	0,9	-	(23,4)
Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO PERÍODO	**68,2**	**36,1**	**7,4**	**(11,5)**	**15,8**	**(110,6)**	**5,3**
EBITDA	**172,5**	**96,1**	**66,2**	**(5,4)**	**(45,3)**	**-**	**284,0**

*números proforma, não auditados, considerando 100% de participação da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 361

A seguir estão apresentadas as tabelas, divididas por segmento, do resultado proforma dos anos de 2016 e 2015.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma 2016 (R$MM)	Geração à Gás						
	Térmicas a Gás	Produção de Gás Natural	Térmicas a Carvão	Comercialização	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total Proforma*
Receita Operacional Líquida	1.617,6	784,8	541,2	113,7	13,8	(909,4)	2.161,7
Custos Operacionais	(1.247,9)	(379,6)	(463,5)	(55,3)	(13,9)	909,4	(1.250,7)
Despesas Operacionais	(34,6)	(115,4)	(18,9)	(0,8)	(68,9)	(24,3)	(262,9)
Resultado Financeiro Líquido	(279,7)	(210,9)	(166,3)	2,3	(37,1)	-	(691,6)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(120,9)	89,5	(31,3)
Outras Receitas/Despesas	(16,6)	5,0	(1,7)	2,9	(9,8)	71,8	51,6
Resultado Antes de Impostos	**38,9**	**83,9**	**(109,2)**	**62,8**	**(236,7)**	**137,0**	**(23,2)**
Impostos Correntes e Diferidos	(12,4)	(10,6)	-	(19,6)	(66,0)	-	(108,6)
Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO PERÍODO	**26,5**	**73,3**	**(109,2)**	**43,2**	**(302,6)**	**137,0**	**(131,8)**
EBITDA	**462,7**	**549,8**	**149,2**	**77,7**	**(63,2)**	**0,0**	**1.176,2**

*números proforma, não auditados, considerando 100% de participação da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma 2015 (R$MM)	Geração à Gás						
	Térmicas a Gás	Produção de Gás Natural	Térmicas a Carvão	Comercialização	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total Proforma*
Receita Operacional Líquida	1.244,1	661,2	583,7	113,3	1,9	(739,3)	1.865,0
Custos Operacionais	(956,5)	(350,5)	(473,6)	(125,5)	(4,2)	739,3	(1.171,1)
Despesas Operacionais	(28,3)	(162,2)	(11,4)	(1,6)	(100,2)	-	(303,7)
Resultado Financeiro Líquido	(291,1)	(75,1)	(175,2)	4,2	468,3	-	(68,9)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(65,0)	46,6	(18,4)
Outras Receitas/Despesas	(4,4)	9,2	10,4	(55,7)	(184,1)	74,5	(150,1)
Resultado Antes de Impostos	**(36,2)**	**82,6**	**(66,2)**	**(65,2)**	**116,6**	**121,1**	**152,7**
Impostos Correntes e Diferidos	35,1	(33,0)	-	(0,3)	(0,4)	-	1,4
Operações Descontinuadas	-	-	-	-	(36,9)	-	(36,9)
RESULTADO DO PERÍODO	**(1,1)**	**49,6**	**(66,2)**	**(65,5)**	**79,3**	**121,1**	**117,3**
EBITDA	**365,8**	**425,5**	**173,6**	**(13,8)**	**(101,3)**	**-**	**849,8**

*números proforma, não auditados, considerando 100% de participação da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 362

1. Térmicas à Gás

- A geração líquida do Complexo Parnaíba atingiu 2.551GWh no 4T16, contra 1.823GWh no 4T15.
- A receita líquida proforma consolidada teve um aumento de 45,0% (R$156,8 milhões) em relação ao montante apurado no 4T15, totalizando R$505,4 milhões no 4T16.
- O EBITDA proforma consolidado apurado no período para o segmento de geração à gás foi de R$122,7 milhões. No ano de 2016, o EBTIDA proforma consolidado atingiu R$462,7 milhões.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma | Térmicas à Gás

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	505,4	348,6	156,8	1.617,6	1.244,1	373,5
Custos Operacionais	(412,7)	(194,1)	(218,6)	(1.247,9)	(956,5)	(291,4)
Despesas Operacionais	(7,2)	(13,0)	5,8	(34,6)	(28,3)	(6,3)
EBITDA	**122,7**	**172,5**	**(49,8)**	**462,7**	**365,8**	**96,9**

*números proforma, não auditados, considerando 100% de Parnaíba I, II, III , IV e Parnaíba Comercializadora

O desempenho econômico financeiro dos ativos de geração à gás foi impactado principalmente pela entrada em operação da térmica Parnaíba II em julho de 2016. Com o início da operação de Parnaíba II, o Complexo Parnaíba atingiu sua capacidade plena de geração, de 1,4 GW de capacidade instalada.

O aumento de 45,0% na receita líquida no 4T16 é decorrente do início da operação comercial de Parnaíba II contribuindo com receita fixa e receita variável adicionais ao complexo, e do reajuste anual na receita fixa, conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Mercado Regulado (CCEARs).

Os custos operacionais totalizaram R$412,7 milhões no 4T16, aumento de 112,7% na comparação com igual período no ano passado, e foram impactados principalmente pelo maior consumo de combustível e encargos de uso da transmissão (TUST) em função da entrada em operação comercial de Parnaíba II e pelo aumento do arrendamento fixo pago para PGN e BPMB impactado pela correção de 2 anos.

As despesas operacionais diminuíram 44,7% em decorrência da redução nas despesas ligadas a serviços compartilhados entre a ENEVA Holding e as usinas e com serviços de consultorias.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 363

2. Produção de Gás Natural

- A produção de gás natural atingiu 633 milhões de m³ no 4T16, com média diária de produção de 6,9 milhões de m³, contra 436 milhões de m³ produzidos no 4T15 e média diária de 4,7 milhões de m³.
- A receita líquida proforma consolidada aumentou 47,7% (R$87,7 milhões) na comparação com o montante apurado no 4T15, totalizando R$271,3 milhões no 4T16.
- O EBITDA proforma consolidado apurado no período para o segmento de Produção de Gás Natural foi de R$197,9 milhões, aumento de 106,0% na comparação com o 4T15. A margem EBTIDA foi de 73,0% no 4T16, aumento de 21p.p. em relação ao 4T15. No ano de 2016, o EBTIDA proforma consolidado atingiu R$549,8 milhões, aumento de 29,2% na comparação com 2015.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma | Produção de Gás Natural

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	271,3	183,6	87,7	784,8	661,2	123,6
Custos Operacionais	(107,4)	(75,2)	(32,3)	(379,6)	(350,5)	(29,0)
Despesas Operacionais	(34,7)	(24,9)	(9,8)	(115,4)	(162,2)	46,8
EBITDA	**197,9**	**96,1**	**101,8**	**549,8**	**425,5**	**124,3**

*números proforma, não auditados, considerando 100% da PGN e 100% de BPMB

O desempenho econômico financeiro de produção de gás natural foi impulsionado principalmente pelo início da operação comercial de Parnaíba II aumentando a produção de gás natural, refletindo um acréscimo de 47,7% (R$87,7 milhões) da receita líquida no 4T16.

Os custos operacionais tiveram um aumento de 43,0% em relação ao 4T15. Os gastos associados à produção, tais como depreciação e participações governamentais tiveram um incremento em virtude ao aumento na produção de gás natural. Por outro lado, o efeito deste aumento foi mitigado pelo redução nos gastos com compressores e créditos extemporâneos de PIS e COFINS.

3. Térmicas à carvão

- A geração líquida da térmica à carvão de Itaqui atingiu 253GWh no 4T16, contra 548GWh no 4T15.
- A receita líquida proforma consolidada diminuiu 9,5% (R$14,5 milhões) em relação ao montante apurado no 4T15, totalizando R$138,1 milhões no 4T16.
- O EBITDA apurado no período para o segmento de geração à carvão foi de R$48,5 milhões, redução de 26,7% na comparação com o 4T15. A margem EBTIDA foi de 35,1% no 4T16. No ano de 2016, o EBTIDA atingiu R$149,2 milhões.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 364

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma | Carvão

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	138,1	152,7	(14,5)	541,2	583,7	(42,5)
Custos Operacionais	(110,0)	(101,8)	(8,2)	(463,5)	(473,6)	10,2
Despesas Operacionais	(4,0)	(4,3)	0,2	(18,9)	(11,4)	(7,5)
EBITDA	**48,5**	**66,2**	**(17,7)**	**149,2**	**173,6**	**(24,5)**

*números proforma, não auditados, considerando 100% de Itaqui. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

A redução de 9,5% na receita líquida da térmica à carvão no 4T16 foi impactada pela menor geração no período.

Os custos operacionais apresentaram um aumento de R$8,2 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R$110,0 milhões no 4T16. Apesar da grande redução na linha de insumos, devido a menor geração no período, os custos foram afetados pela compra de energia para revenda durante as paradas ocorridas no trimestre. Além disso, o efeito não recorrente da reversão do custo com indisponibilidade no 4T15 prejudicou a comparação entre os trimestres.

As despesas operacionais somaram R$4,0 milhões no trimestre, em linha com o resultado apresentado no 4T15.

Durante o trimestre, foram reportadas duas paradas para manutenção e reparo da usina: uma parada em outubro para manutenção corretiva na caldeira e uma outra em novembro devido a falha no sistema de remoção de cinzas da caldeira.

4. Comercialização

- A receita líquida proforma consolidada aumentou 93,0% (R$21,3 milhões) na comparação com o montante apurado no 4T15, totalizando R$44,1 milhões no 4T16.
- O EBITDA proforma consolidado apurado no período para o segmento de Comercialização foi positivo, de R$86,3 milhões, comparado ao R$5,4 milhões negativo no 4T15. No ano de 2016, o EBTIDA proforma consolidado totalizou R$77,7 milhões.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma | Comercializadora

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	44,1	22,9	21,3	113,7	113,3	0,4
Custos Operacionais	42,4	(26,4)	68,9	(55,3)	(125,5)	70,2
Despesas Operacionais	(0,3)	(1,8)	1,5	(0,8)	(1,6)	0,8
EBITDA	**86,3**	**(5,4)**	**91,7**	**77,7**	**(13,8)**	**91,5**

*números proforma e não auditados, 100% ENEVA Comercializadora.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 365

O volume comercializado no trimestre foi de 639.897 MWh. Foram comprados 320.472 MWh e foram vendidos 319.425 MWh. Dentre as principais operações podemos citar a gestão de lastro das usinas da companhia.

ENEVA Comercializadora reconheceu em resultado o custo real da operação de compra de energia, fruto do contrato com a COPEN e estornou a provisão de compra de energia que havia constituído pelo preço de varejo da energia. Essa operação gerou um efeito em EBITDA de R$ 83,3 milhões.

5. Holding e outros

- A receita líquida proforma consolidada do segmento de Holding e outros totalizou R$4,1 milhões no 4T16.
- O EBITDA proforma consolidado apurado no período para Holding e outros foi negativo, de R$28,6, milhões, contra R$45,3 milhões negativos no 4T15. No ano de 2016, o EBTIDA proforma consolidado foi negativo em R$63,2 milhões.

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma | Holding e outros

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	4,6	1,9	2,8	13,8	1,9	11,9
Custos Operacionais	(4,8)	(3,7)	(1,1)	(13,9)	(4,2)	(9,6)
Despesas Operacionais	(31,0)	(46,4)	15,4	(68,9)	(100,2)	31,3
EBITDA	**(29,9)**	**(45,3)**	**15,4**	**(63,2)**	**(101,3)**	**38,2**

*números proforma e não auditados.

A receita líquida do segmento de Holding e outros totalizou R$4,6 milhões no 4T16, um aumento de 148,3%. Tal incremento ocorreu devido ao resultado da usina solar de Tauá, que até outubro de 2015 estava contabilizada por equivalência patrimonial. Em novembro e dezembro de 2015, Tauá passou a ser consolidada no resultado.

As despesas operacionais diminuíram em 33,2% em relação ao 4T15. Essa redução ocorreu em função basicamente do menor gasto relacionado a recuperação judicial, parcialmente compensados por gastos do processo de integração da Eneva e PGN.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 366

6. EBITDA Proforma

EBITDA

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	383,3	173,0	210,3	668,4	221,6	446,7
Depreciação e Amortização	134,3	66,8	67,5	474,2	390,4	83,9
Poços Seco	0,6	3,6	(2,9)	24,8	63,5	(38,7)
Eventos não Recorrentes	(102,3)	79,3	(181,6)	(22,5)	156,0	(178,4)
Equivalência Patrimonial	9,6	(38,6)	48,2	31,3	18,4	12,9
EBITDA Proforma	**425,6**	**284,0**	**141,6**	**1.176,2**	**849,8**	**326,4**

*números proforma, não auditados, considerando 100% da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial na ENEVA Holding.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez.

O EBITDA proforma consolidado do 4T16 foi de R$425,6 milhões, com um aumento de 49,9% em relação ao EBTIDA do 4T15, que foi de R$284,0 milhões. O crescimento observado pode ser explicado principalmente pelo atingimento da capacidade plena operacional no Complexo Parnaíba, com o início da operação comercial de Parnaíba II.

A margem EBITDA foi de 63,4% no 4T16, e foi impactada por um efeito de reversão de provisão não recorrente no segmento de comercialização. Desconsiderando esse efeito, a margem EBITDA seria de 54%.

7. Resultado Financeiro Líquido Proforma

Resultado Financeiro - Proforma

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receitas Financeiras	38,3	74,2	(35,9)	178,3	715,9	(537,6)
Despesas Financeiras	(214,0)	(218,4)	4,4	(869,9)	(784,9)	(85,0)
Resultado Financeiro Líquido	**(175,7)**	**(144,2)**	**(31,5)**	**(691,6)**	**(68,9)**	**(622,6)**

*números proforma, não auditados, considerando 100% da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

No 4T16, a ENEVA registrou resultado financeiro líquido negativo de R$175,7 milhões, contra um resultado também negativo de R$144,2 milhões em igual período do ano passado. O resultado foi impactado pela despesa financeira com juros sobre debentures no 4T16 no valor de R$45,9 milhões. Além disso, um efeito não recorrente na receita financeira do 4T15 impactou negativamente a comparação dos trimestres.

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 367

8. Lucro Líquido consolidado

Indicadores Financeiros Selecionados - Proforma

(R$ milhões)	4T16	4T15	Δ (R$MM)	2016	2015	Δ (R$MM)
Receita Operacional Líquida	671,1	499,7	171,3	2.161,7	1.865,0	296,8
Custos Operacionais	(300,1)	(181,0)	(119,1)	(1.250,7)	(1.171,1)	(79,6)
Despesas Operacionais	(86,3)	(90,5)	4,1	(262,9)	(303,7)	40,7
Resultado Financeiro Líquido	(175,7)	(144,2)	(31,5)	(691,6)	(68,9)	(622,6)
Equivalência Patrimonial	(9,6)	38,6	(48,2)	(31,3)	(18,4)	(12,9)
Outras Receitas/Despesas	108,3	(94,0)	202,2	51,6	(150,1)	201,7
Resultado Antes de Impostos	**207,6**	**28,8**	**178,8**	**(23,2)**	**152,7**	**(175,9)**
Impostos Correntes e Diferidos	(113,5)	(23,4)	(90,1)	(108,6)	1,4	(110,0)
Operações Descontinuadas	-	-	-	-	(36,9)	36,9
RESULTADO DO PERÍODO	**94,1**	**5,3**	**88,7**	**(131,8)**	**117,3**	**(249,1)**

*números proforma, não auditados, considerando 100% da PGN. O resultado de Pecém II é apresentado por equivalência patrimonial.

No 4T16, a ENEVA reconheceu um lucro líquido proforma de R$94,1 milhões, comparado ao lucro líquido proforma de R$5,3 milhões em igual período do ano passado. A melhora no resultado, conforme mencionado anteriormente, foi consequência do atingimento da capacidade plena de operação no Complexo Parnaíba, que ocorreu no segundo semestre de 2016.

9. Dívida consolidada

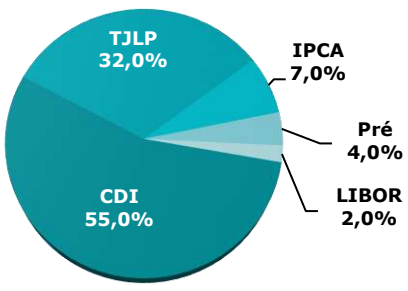
Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta proforma totalizou R$5,1 bilhões, apresentando uma redução em comparação com dívida bruta proforma de 30 de setembro de 2016 que totalizou R$5,2 bilhões.

A dívida bruta proforma ficou em linha com a dívida bruta proforma no 4T15 que era também de R$5,1 bilhões.

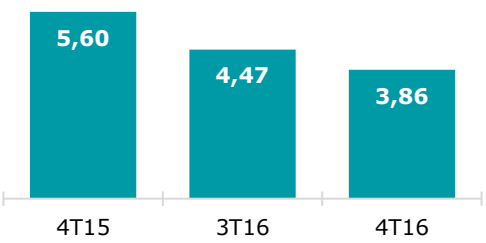
O prazo médio no final do 4T16 era de 4,9 anos e o custo médio nominal ponderado era de 14,03% (em Reais).

O nível de alavancagem da Companhia evoluiu significativamente nos últimos 12 meses, conforme gráfico abaixo.

Perfil da Dívida



Índice de Dív. Líq / EBITDA Ult. 12 meses



Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 368

10. Mercado de Capitais

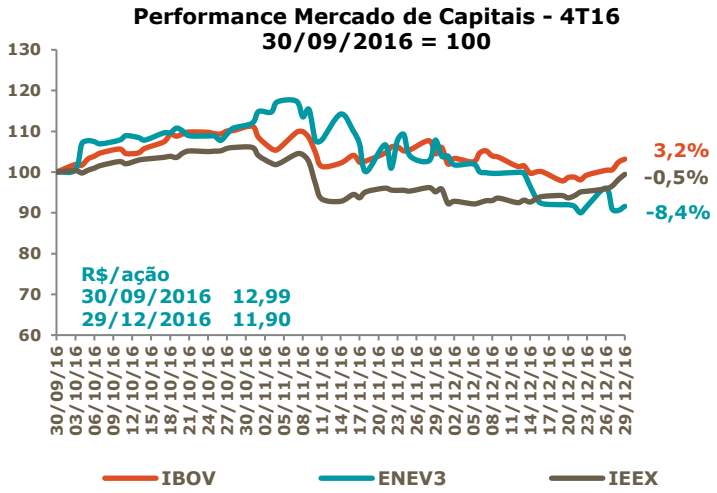
Desempenho do Preço de Ações

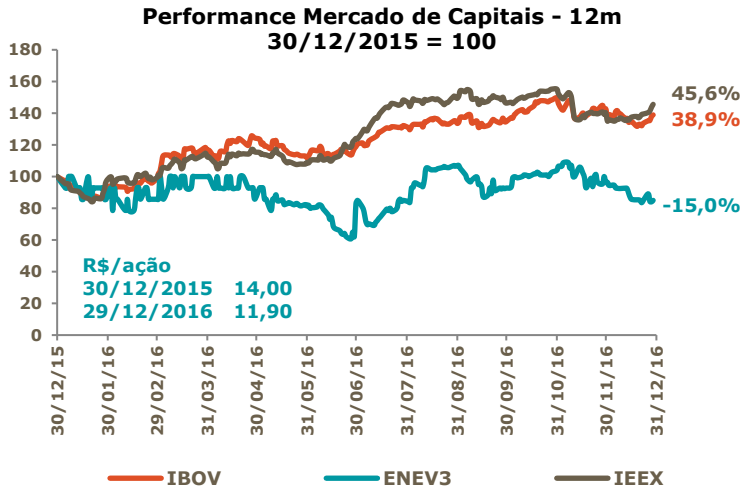
O Capital Social da ENEVA em 31 de dezembro de 2016 era composto por 239.128.430 ações ordinárias, das quais 100% estavam em circulação.

O preço da ação da ENEVA no final do quarto trimestre de 2016 era de R$11,90, apresentando uma desvalorização de 8,4% na comparação com os R$12,99 observados em 30 de setembro de 2016. Em igual intervalo, o Índice Bovespa (Ibovespa) valorizou 3,2% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou 0,5%. Nos últimos 12 meses, as ações da ENEVA desvalorizaram 15,0%, o Ibovespa subiu 38,9% e o IEE valorizou 45,6%. O valor de mercado da Companhia no final do trimestre era de R$2.,9 bilhões. O volume financeiro médio negociado no 4T16 foi de R$0,3 milhão.

BM&F BOVESPA (mercado à vista) - ENEV3				
	4T16	3T16	4T15	12 meses
Volume (MM)*	0,0	0,1	2,6	0,4
Volume financeiro (R$MM)*	R$ 0,3	R$ 0,8	R$ 0,5	R$ 0,4
Cotação por ação (fechamento)	R$ 11,90	R$ 12,99	R$ 14,00	R$ 11,90
Valorização da ENEV3	-8,4%	12,0%	-6,7%	-15,0%
Valorização do IEE	-0,5%	17,9%	-3,8%	45,6%
Valorização do Ibovespa	3,2%	13,3%	-3,8%	38,9%
Nº de ações	239.128.430			
Valor de mercado (R$ Bi)	R$ 2,9			

*Média Diária

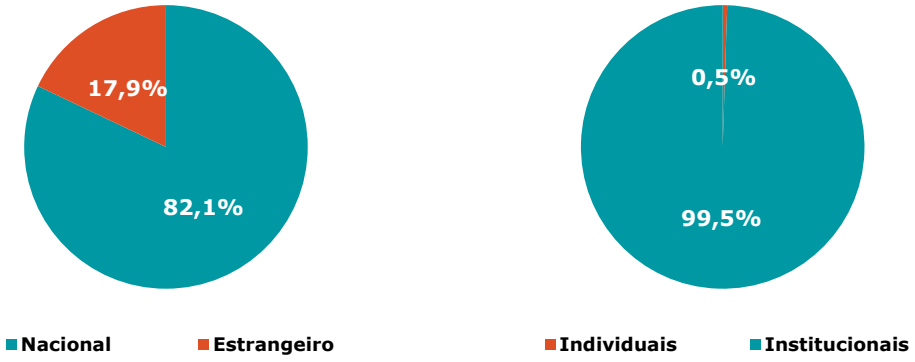




Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 369

Perfil de Ações em Circulação

(em 31 de dezembro de 2016)



SOBRE A ENEVA

A ENEVA é uma empresa brasileira integrada de energia, com negócios complementares em geração e comercialização, e exploração e produção de hidrocarbonetos. Pioneira no desenvolvimento e operação do modelo reservoir-to-wire, a ENEVA conta com um parque térmico de 2,2 GW de capacidade instalada, equivalente a 5% da capacidade térmica instalada nacional. Com uma capacidade de produção de 8,4 milhões de m³ por dia, a ENEVA é a segunda maior operadora de gás natural do país, com 27 mil km² de áreas sob sua concessão na Bacia do Parnaíba, no Maranhão.

Conferência de Resultados do 4T16
Segunda-feira, 27 de março de 2017
11h00 (Horário de Brasília) / 10h00 (EUA EST)

Números de acesso no Brasil
+55 11 2188-0155

Número de acesso no EUA
+1 646 843-6054
+55 11 2188-0155

Senha: ENEVA

Webcast em Inglês:
http://bit.ly/2mCXnFm

Webcast em Português:
http://bit.ly/2mTktd9

Contatos da ENEVA
Relações com Investidores:
Pedro Zinner – Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Tatiana Mey
Carlos Cotrim
+55 21 3721-3030
ri@ENEVA.com.br
ri.ENEVA.com.br

Assessoria de imprensa:
Elisa Soares
(21) 98398-8882 | (21) 3721-3044
imprensa@eneva.com.br

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE (0366075) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 371

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

José Aurelio Drummond Jr.
(Diretor Presidente)

Pedro Zinner
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 24 de março de 2017, relativo às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

José Aurelio Drummond Jr.
(Diretor Presidente)

Pedro Zinner
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

www.pwc.com.br

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Brasil Warrant Administração de
Bens e Empresas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Brasil Warrant Administração de
Bens e Empresas S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Brasil Warrant Administração de
Bens e Empresas S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice

Balanço patrimonial		2
Demonstração do resultado		4
Demonstração do resultado abrangente		5
Demonstração das mutações no patrimônio líquido		6
Demonstração dos fluxos de caixa		7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras		
1	Informações gerais	8
2	Resumo das principais práticas contábeis	10
3	Estimativas contábeis e julgamentos críticos	26
4	Gestão de risco financeiro	26
5	Instrumentos financeiros por categoria	35
6	Caixa e equivalentes de caixa	36
7	Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)	36
8	Contas a receber de clientes	37
9	Estoques	38
10	Tributos a recuperar	38
11	Instrumentos financeiros derivativos	38
12	Outros ativos	39
13	Investimentos	40
14	Imobilizado	44
15	Intangível (consolidado)	46
16	Fornecedores	47
17	Empréstimos e financiamentos	47
18	Imposto de renda e contribuição social	49
19	Provisão para contingências	53
20	Outros passivos	55
21	Benefícios de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria	55
22	Patrimônio líquido	59
23	Receita líquida	62
24	Despesas por natureza	63
25	Outros ganhos (perdas), líquidos	63
26	Despesas financeiras	64
27	Receitas financeiras	64
28	Variações monetárias e cambiais, líquidas	64
29	Partes relacionadas	64

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado		
Ativo	**Nota**	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2015**	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2015 (Reapresentado) (Nota 2.2)**	**1º de janeiro de 2015 (Reapresentado) (Nota 2.2)**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	43.859	57.724	1.654.815	1.947.074	1.942.409
Contas a receber de clientes	8			1.069.591	1.082.444	907.103
Estoques	9			892.874	885.883	719.017
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		143	58	143	58	273
Tributos a recuperar	10	14.674	10.806	146.873	92.573	150.617
Instrumentos financeiros derivativos	11					15.608
Outros ativos	12	3.153	3.700	378.473	472.378	362.642
		61.829	72.288	4.142.769	4.480.410	4.097.669
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Instrumentos financeiros	7	12.093	7.769	12.093	7.769	10.215
Tributos a recuperar	10	2.135	2.135	121.022	109.063	35.430
Tributos diferidos	18			219.217	284.039	127.644
Outros ativos	12	9.237	8.108	99.432	59.287	2.360
		23.465	18.012	451.764	460.158	175.649
Investimentos	13	1.399.922	1.223.532	37.250	31.772	21.441
Imobilizado	14	282.767	285.455	2.144.139	2.026.853	1.899.205
Intangível	15	133	83	225.374	220.062	220.225
		1.706.287	1.527.082	2.858.527	2.738.845	2.316.520
Total do ativo		1.768.116	1.599.370	7.001.296	7.219.255	6.414.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2015**	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2015**	**1º de janeiro de 2015**
Circulante						
Fornecedores	16	1.628	714	70.560	54.250	31.166
Empréstimos e financiamentos	17	5.490	5.494	176.765	212.240	167.434
Adiantamento de cambiais entregues	17			1.309.619	1.598.602	1.512.630
Imposto de renda e contribuição social				725.454	756.616	738.242
Dividendos a pagar				1		
Provisão para contingências	19			3.000	3.000	3.000
Instrumentos financeiros derivativos	11			2.546	201.478	34.724
Outros passivos	20	3.765	4.455	156.564	106.034	101.724
		10.883	10.663	2.444.509	2.932.220	2.588.920
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	17	29.941	35.385	1.507.035	1.653.280	1.105.820
Partes relacionadas	29	265.358	289.358	265.358	289.358	220.397
Tributos diferidos	18	641	119	27.661	29.065	25.484
Provisão para contingências	19	3.264	2.493	15.028	23.787	12.804
Instrumentos financeiros derivativos	11			3.160	4.315	3.914
Outros passivos	20			18.481	19.326	20.253
		299.204	327.355	1.836.723	2.019.131	1.388.672
Total do passivo		310.087	338.018	4.281.232	4.951.351	3.977.592
Patrimônio líquido atribuídos aos acionistas da controladora	22					
Capital social		748.800	748.800	748.800	748.800	748.800
Reservas de capital		641	641	641	641	641
Ajustes de avaliação patrimonial		30.677	(15.663)	30.677	(15.663)	26.950
Reservas de lucros		677.911	527.574	677.911	527.574	586.956
		1.458.029	1.261.352	1.458.029	1.261.352	1.363.347
Participação dos não controladores				1.262.035	1.006.552	1.073.250
Total do patrimônio líquido		1.458.029	1.261.352	2.720.064	2.267.904	2.436.597
Total do passivo e patrimônio líquido		1.768.116	1.599.370	7.001.296	7.219.255	6.414.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita liquida	23			5.046.843	5.458.409
Custo das vendas	24			(1.769.100)	(1.831.719)
Lucro bruto				3.277.743	3.626.690
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24			(102.541)	(118.845)
Administrativas	24	(52.509)	(55.131)	(312.977)	(264.752)
Pesquisa e desenvolvimento de mercado	24			(152.747)	(146.577)
Outros ganhos (perdas), líquidos	25	(1.471)	1.908	(342.392)	(144.291)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(53.980)	(53.223)	2.367.086	2.952.225
Resultado de participações societárias					
Participação nos lucros de controladas e coligadas	13	720.684	642.836	8.980	7.741
Perda de capital em controladas	13	(6.850)	(8.151)	(6.850)	(8.151)
		713.834	634.685	2.130	(410)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	26	(1.192)	(1.311)	(67.853)	(49.743)
Receitas financeiras	27	7.783	7.993	190.692	201.215
Variações monetárias e cambiais, líquidas	28			268.348	(606.881)
		6.591	6.682	391.187	(455.409)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		666.445	588.144	2.760.403	2.496.406
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício	18			(1.053.750)	(1.092.902)
Diferidos	18		3.448	73	84.875
			3.448	(1.053.677)	(1.008.027)
Lucro líquido do exercício		666.445	591.592	1.706.726	1.488.379
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				666.445	591.592
Participação dos não controladores				1.040.281	896.787
Lucro líquido do exercício				1.706.726	1.488.379
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$	22 (e)	231,405	205,414		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro liquido do exercicio	666.445	591.592	1.706.726	1.488.379
Componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Avaliação ao valor justo de:				
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	1.010	(1.614)	1.010	(1.614)
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.756)	7.195	(3.756)	7.195
Efeitos fiscais de reorganizações societárias		3.981		3.981
Hedges de fluxos de caixa de subsidiárias	52.530	(47.949)	131.323	(119.873)
Total do resultado abrangente do exercício	716.229	553.205	1.835.303	1.378.068
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			716.229	553.205
Participação dos não controladores			1.119.074	824.863
			1.835.303	1.378.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora								
					Reservas de lucros					
		Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de dezembro de 2015		748.800	641	26.950	29.313	557.643		1.363.347	1.073.250	2.436.597
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício							591.592	591.592	896.787	1.488.379
Avaliação ao valor justo de instrumento financeiro disponível para a venda	22 (d)			(1.614)				(1.614)		(1.614)
Variação cambial de investimentos no exterior	13			7.195				7.195		7.195
Reflexos de subsidiárias										
Efeitos fiscais de reorganizações societárias				3.981				3.981		3.981
Hedges de fluxo de caixa	22 (f)			(47.949)				(47.949)	(71.924)	(119.873)
Total do resultado abrangente do exercício				(38.387)			591.592	553.205	824.863	1.378.068
Distribuição de dividendos	22 (c)					(335.520)	(319.680)	(655.200)	(891.561)	(1.546.761)
Constituição de reservas	22 (b)				29.580	246.558	(276.138)			
Realização de custo atribuído em controlada	22 (d)			(4.226)			4.226			
Em 31 de dezembro de 2015		748.800	641	(15.663)	58.893	468.681		1.261.352	1.006.552	2.267.904
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício							666.445	666.445	1.040.281	1.706.726
Avaliação ao valor justo de instrumento financeiro disponível para a venda	22 (d)			1.010				1.010		1.010
Reflexos de subsidiárias										
Hedges de fluxo de caixa, líquidos dos tributos	22 (f)			52.530				52.530	78.793	131.323
Variação cambial de investimentos no exterior	13			(3.756)				(3.756)		(3.756)
Total do resultado abrangente do exercício				49.784			666.445	716.229	1.119.074	1.835.303
Distribuição de dividendos	22 (c)					(220.032)	(299.520)	(519.552)	(863.591)	(1.383.143)
Constituição de reservas	22 (b)				33.322	337.047	(370.369)			
Realização de custo atribuído em controlada	22 (d)			(3.444)			3.444			
Em 31 de dezembro de 2016		748.800	641	30.677	92.215	585.696		1.458.029	1.262.035	2.720.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e
Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

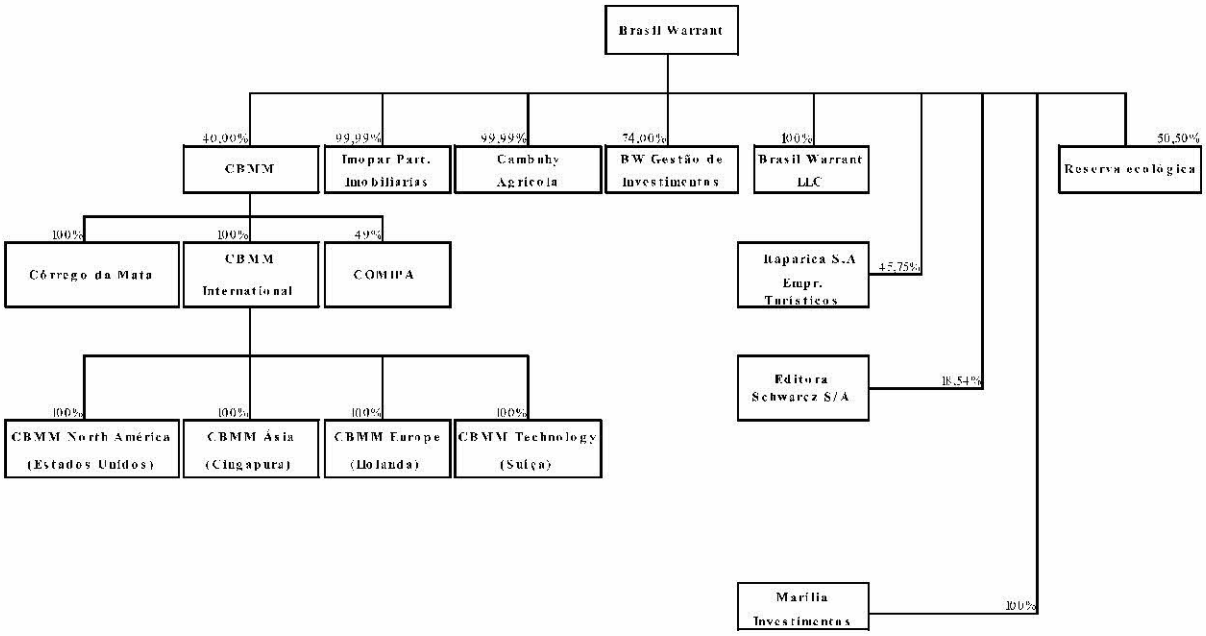
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação dos minoritários	666.445	588.144	2.760.403	2.496.406
Ajustes				
Depreciação, amortização e *impairment*	11.518	12.361	146.281	125.011
Provisão para contingências, líquidas	771	828	57.657	10.983
Resultado com instrumentos financeiros derivativos			200.087	182.763
Perda (ganho) com alienação e baixa de imobilizado	(13)	(4.344)	22.384	(1.862)
Resultado de equivalência patrimonial	(720.684)	(642.836)	(8.980)	(7.741)
Perdas de capital em controladas	6.850	8.151		
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e adiantamentos de contratos de cambio (ganho)/perda, líquidas	1.150	1.308	(159.986)	460.862
	(33.963)	(36.388)	3.017.846	3.266.422
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			12.853	(175.341)
Estoques			(7.610)	(166.866)
Outros ativos	(4.529)	(7.908)	(184.241)	(232.230)
Fornecedores	914	263	16.310	23.084
Outros passivos	(690)	470	(179.460)	(176.402)
Caixa aplicado nas (gerado pelas) operações	(38.268)	(43.563)	2.675.698	2.538.667
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.109.825)	(1.074.528)
Juros pagos	(1.154)	(1.314)	(41.716)	(40.012)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(39.422)	(44.877)	1.524.157	1.424.127
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(8.883)	(5.505)	(291.718)	(292.867)
Valor recebido pela venda de imobilizado	1.473	32.900	2.699	42.233
Aumento de capital em controladas e outros investimentos	(2.792)	(9.119)	(2.792)	(9.119)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	584.755	607.950	3.800	10.261
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	574.553	626.226	(288.011)	(249.492)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos			4.403.311	4.950.531
Amortização de empréstimos	(5.444)	(5.444)	(4.499.287)	(4.705.916)
Empréstimos e financiamentos tomados (liquidados) com partes relacionadas	(24.000)	68.961	(24.000)	68.961
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos aos controladores	(519.552)	(655.200)	(519.552)	(655.200)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos a não controladores			(863.591)	(891.561)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(548.996)	(591.683)	(1.503.119)	(1.233.185)
Efeito cambial no caixa			(25.286)	63.215
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(13.865)	(10.334)	(292.259)	4.665
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	57.724	68.058	1.947.074	1.942.409
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	43.859	57.724	1.654.815	1.947.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") está sediada na cidade de Matão, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a participação no capital de outras sociedades, as quais têm atividades diversificadas, tais como empreendimentos industriais, comerciais, agropecuários, turísticos e imobiliários.

As demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluem as demonstrações financeiras da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e de suas controladas (direta e indiretamente), relacionadas a seguir ("Grupo"):



Investimentos consolidados

- A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e suas controladas ("CBMM"), controladas da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A., têm como principal atividade a industrialização do mineral pirocloro visando à produção de ferro nióbio e do óxido de nióbio de alta pureza. As ligas de grau vácuo (ferro nióbio e níquel nióbio), lingotes de nióbio metálico puro e óxido de nióbio grau especial (grau ótico e cristal) também são parte do conjunto de produtos da CBMM. Óxidos especiais de nióbio, usados em aplicações químicas (especialmente catálise) se encontram em sua fase inicial de desenvolvimento tecnológico de produção e aplicação. Além da atividade principal com relação aos produtos industrializados de nióbio, a CBMM se dedica ao desenvolvimento e aproveitamento dos outros bens minerais presentes em seu minério, tais como os que estão relacionados aos produtos de fosfato (apatita), barita, magnetita e elementos terras raras (monazita). À exceção do fosfato que já é aproveitado por meio de acordo firmado com a Vale Fertilizantes, os demais se encontram em fase de desenvolvimento. A CBMM possui tecnologia para seus processos, e não paga royalties ou licenças a

terceiros. A CBMM e suas predecessoras, constituídas de acordo com Lei das Sociedades por Ações, em 22 de outubro de 1955, e domiciliadas no Brasil, são empresas de capital fechado. Sua sede está localizada no Córrego da Mata, s/no - Araxá - MG - Brasil.

Em 1972 a CBMM celebrou um conjunto de contratos conexos com a CODEMIG (então CAMIG) visando à exploração mais eficiente dos dois direitos minerários pertencentes a cada uma das companhias para a mesma mina de Araxá, e permitindo que o Estado de Minas Gerais participasse do resultado do negócio de nióbio da CBMM sem fazer qualquer investimento (de capital ou qualquer outro) para o mesmo. Estes contratos conexos criaram uma companhia para disciplinar a mineração (COMIPA) e uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP") para disciplinar participação do Estado de Minas Gerais por meio de sua controlada CAMIG (agora CODEMIG) no negócio global de nióbio da CBMM. A Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá ("COMIPA"), uma sociedade anônima com controle compartilhado pela CBMM e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais ("CODEMIG"), é arrendatária dos direitos de extração do minério de pirocloro de dois direitos minerários pertencentes à CBMM e CODEMIG por um período de 60 anos. A COMIPA extrai o minério dos direitos minerários em partes iguais e vende o minério extraído exclusivamente para a CBMM pelo seu custo, acrescido de margem de lucro de 5%, e de despesas administrativas e tributos. A CBMM atua como a gestora operacional da COMIPA, uma vez que seus direitos de sócio lhe permitem eleger o diretor de operações; entretanto, as decisões de gestão geral da COMIPA somente são efetivadas mediante voto favorável de ambos os seus acionistas (CBMM e CODEMIG). Pela SCP a CODEMIG tem o direito de participar dos resultados da CBMM calculados, mensalmente, em 25% do lucro operacional ajustado de acordo com as regras previstas nos contratos. A CBMM registra a contribuição da participação nos lucros como "Custo das vendas".

A CBMM mantém participação em controladas na América do Norte, Ásia e Europa. Essas empresas atuam como distribuidoras dos produtos em suas respectivas regiões. CBMM mantém estoques estratégicos para entregas no tempo oportuno para os clientes, principalmente na indústria de aço. Além disso, mantém um programa de tecnologia para promover os produtos da CBMM, prestar assistência técnica para clientes e usuários finais e fomentar o desenvolvimento do mercado. Essas atividades são conduzidas por sua controlada na Suíça.

- Imopar Participações Imobiliária Ltda., empresa de representação mercantil, opera, principalmente, com a administração de bens imobiliários do Grupo e suas principais fontes de receita são o recebimento de aluguéis e o resultado obtido na venda de imóveis.

- Cambuhy Agrícola Ltda. ("Cambuhy), empresa agrícola, tem por objetivo principal a cultura de laranja e seringueira, sendo sua principal fonte de receitas a venda desses produtos.

- BW Gestão de Investimentos Ltda. ("BWGI"), trabalha com a gestão de investimentos de empresas do grupo, bem como de terceiros no Brasil e no exterior, sendo suas receitas obtidas com taxas de administração de fundos e carteiras de instrumentos financeiros.

- Marília Investimentos Ltd., possui basicamente aplicações financeiras no exterior.

- Brasil Warrant LLC; empresa sediada em Nova Iorque, Estados Unidos, tem como objetivo aluguel de imóvel para atividades/reuniões neste país.

As investidas Reserva Ecológica, Rio das Pedras Sociedade Civil Ltda., Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos e Editora Schwarcz S.A., são coligadas e, portanto, não são consolidadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 24 de fevereiro 2017.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(i) Alterações adotadas pelo Grupo
CPC 29/IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola

Exceto pela adoção da alteração do CPC 29/IAS 41, que foi realizada para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016, as demais alterações dos CPCs não tiveram impactos materiais para o Grupo.

A principal alteração introduzida por essa emenda é a distinção entre plantas de produção e outros ativos biológicos. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos agrícolas - por exemplo, as árvores frutíferas) passam a ser contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado e contabilizadas de acordo com o CPC 27/IAS 16. Com isso, as plantas de produção passam a ser mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perdas por *impairment* e não mais ao valor justo. O impacto da adoção dessa alteração nos ativos biológicos do Grupo, especificamente nas lavouras de laranja e cana-de-açúcar da controlada Cambuhy, está demonstrado na Nota 2.2.

(ii) Normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016:E

- IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, efetiva para períodos contábeis iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15, "Receita de contratos com clientes", endereça o reconhecimento de receita e estabelece os princípios para reportar informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras acerca da natureza, montante, tempo e incerteza da receita e fluxos de caixa oriundos dos contratos com clientes da Companhia. Receita é reconhecida quando o cliente obtém controle dos bens ou serviços e, portanto, tenha a capacidade de direcionar o uso e obter os benefícios dos bens e serviços. A norma substitui o IAS 18 "Receita" e o IAS 11 "Contratos de construção" e interpretações relacionadas. A norma é efetiva para períodos iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2017 e aplicação antecipada é permitida.

2.2 Reapresentação das cifras comparativas

Adoção de nova norma contábil

Conforme mencionado na Nota 2.1 (c)(i), a controlada Cambuhy Agrícola Ltda. adotou as alterações do CPC 29/IAS 41. As plantas de produção, definidas como aquelas usadas para produzir frutos por vários anos, com suas raízes mantidas no solo para uma segunda colheita ou corte, sem que a raiz em si seja vendida, passam a ser classificadas como ativo imobilizado.

As principais lavouras da controlada Cambuhy são de laranja e cana-de-açúcar e se enquadram na definição de plantas de produção. A adoção da alteração da norma acima mudou a base para a determinação do valor justo de seus ativos biológicos e a sua apresentação nas demonstrações financeiras do Grupo. As principais mudanças para o Grupo são:

- Plantas de produção agora são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por *impairment*, em vez do valor justo menos custos de venda.

- Plantas de produção e as suas depreciações relacionadas são agora classificadas em ativo imobilizado, em vez de ativos biológicos no ativo não circulante.

- Laranja e cana em pé (safra em formação) agora é avaliada pelo seu valor justo menos o custo de venda e classificada em ativos biológicos no ativo circulante em vez de ativos biológicos no ativo não circulante. Por esse valor não ser material dentro do consolidado do Grupo, a administração classificou essa conta dentro da rubrica "Outros ativos" no balanço patrimonial consolidado do Grupo.

A mudança de política contábil foi aplicada retrospectivamente, com a reapresentação dos saldos de abertura do período mais antigo apresentado. A demonstração do resultado do exercício de 2015 não foi reapresentada por não ser relevante tal ajuste em relação a demonstração de resultado como um todo, ou seja, não distorce a avaliação do resultado da Companhia e a comparabilidade desta demonstração financeira.

Conforme permitido pelas regras de transição da norma, o valor justo dessas plantas em 1º de janeiro de 2015 (saldo de abertura) foi considerado como o seu custo inicial.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2015		
Ativo	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.947.074		1.947.074
Contas a receber de clientes	1.082.444		1.082.444
Estoques	885.883		885.883
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	58		58
Tributos a recuperar	92.573		92.573
Outros ativos	458.179	14.199 (i)	472.378
	4.466.211	14.199	4.480.410
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros	7.769		7.769
Tributos a recuperar	109.063		109.063
Tributos diferidos	284.039		284.039
Outros ativos	59.287		59.287
	460.158		460.158
Investimentos	31.772		31.772
Imobilizado	1.945.313	81.540 (ii)	2.026.853
Ativos biológicos	95.739	(95.739) (ii)	
Intangível	220.062		220.062
	2.753.044	(14.199)	2.738.845
Total do ativo	7.219.255		7.219.255

	Consolidado		
			1º de janeiro de 2015
Ativo	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.942.409		1.942.409
Contas a receber de clientes	907.103		907.103
Estoques	719.017		719.017
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	273		273
Tributos a recuperar	150.617		150.617
Instrumentos financeiros derivativos	15.608		15.608
Outros ativos	361.216	1.426 (i)	362.642
	4.096.243	1.426	4.097.669
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros	10.215		10.215
Tributos a recuperar	35.430		35.430
Tributos diferidos	127.644		127.644
Outros ativos	2.360		2.360
	175.649		175.649
Investimentos	21.441		21.441
Imobilizado	1.828.177	71.028 (ii)	1.899.205
Ativos biológicos	72.454	(72.454) (ii)	
Intangível	220.225		220.225
	2.317.946	(1.426)	2.316.520
Total do ativo	6.414.189		6.414.189

(i) Laranja e cana em pé (safra em formação).

(ii) Plantas de produção (reclassificação para imobilizado e ativo circulante).

2.3 Consolidação

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as empresas do Grupo, os saldos e os ganhos não realizados nessas operações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

(b) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.
Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros e prejuízos de suas coligadas e *joint venture* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint venture* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidencias de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, bem como todos os demais ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como "Variações monetárias e cambiais, líquidas".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações do custo amortizado são reconhecidas no resultado e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos para venda são incluídas na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) empréstimos e recebíveis; (b) mensurados a valor justo através do resultado incluindo instrumentos financeiros derivativos; e (c) disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6) e "Contas a receber de clientes" (Nota 8).

(b) Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado (inclui derivativos)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As mudanças no valor justo dos derivativos que não se qualificam para a contabilização como instrumentos de *hedge* são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. Apenas a controlada CBMM aplica a chamada contabilização de "*hedge accounting*".

A controlada CBMM documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A controlada também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Qualquer ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Quando um instrumento de *hedge* expira ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio líquido, e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

(c) Ativos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou ativos financeiros que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentadas na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Outros ganhos (perdas) líquidos", quando é estabelecido o direito da Companhia e de suas controladas receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio líquido. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *(impairment)*, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "Outros ganhos (perdas) líquidos". Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "Outros ganhos (perdas) líquidos", quando é estabelecido o direito da Companhia e de suas controladas de receberem dividendos.

O grupo avalia, na data do balanço se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de perda das contas a receber de clientes está descrito na nota 2.7.

2.6.3 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período de apresentação de relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais evento após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e se esse evento tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado – será retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou serviços no decurso normal das atividades das controladas.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. As dificuldades financeiras relevantes do devedor, a probabilidade de que o devedor iniciará o processo de falência ou de reorganização financeira e a inadimplência nos pagamentos são considerados indicadores de que as contas a receber de clientes estão comprometidas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável que é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros em vigor original. O valor contábil do ativo é reduzido por esta conta de provisão e os prejuízos quando incorridos são reconhecidos na demonstração do resultado como "Outros ganhos /(perdas) líquidos". Quando um contas a receber de clientes não é cobrável, ele é baixado contra a referida conta de provisão.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os impostos diretos e despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida e (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) *Softwares*

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas à medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento que são diretamente associados a *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e ou suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como intangíveis.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Atualmente, a Companhia não está incorrendo em nenhuma despesa que atenda aos critérios acima mencionados para capitalização dos custos com relação às atividades de desenvolvimento e, portanto, o Grupo não capitalizou nenhum ativo intangível em conexão com essas atividades.

(c) Pesquisa e desenvolvimento

Na controlada CBMM, despesas com atividades de pesquisa, realizadas com a perspectiva de obter novo conhecimento ou entendimento técnico ou científico são reconhecidas na demonstração do resultado, conforme incorridas.

Os gastos com atividades de desenvolvimento, por meio dos quais as descobertas das pesquisas são aplicadas a um plano ou projeto para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente aprimorados, são capitalizados se o processo do produto for técnica e comercialmente viável e a controlada CBMM tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizá-lo ou vendê-lo. O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão de obra direta e uma proporção adequada de despesas indiretas. Outros gastos com desenvolvimento são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme incorridos. O gasto com desenvolvimento capitalizado está demonstrado ao custo menos amortização acumulada e perdas com *impairment*.

Os custos com pesquisa e desenvolvimento incluem valores pagos pela controlada CBMM a universidades e outros institutos de pesquisa para o avanço do conhecimento relacionado ao nióbio e aos produtos derivados do nióbio.

Atualmente, a controlada CBMM não está incorrendo em nenhuma despesa que atenda aos critérios acima mencionados para capitalização dos custos com relação às atividades de desenvolvimento e, portanto, a controlada não capitalizou nenhum ativo intangível em conexão com essas atividades.

2.10 Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas está composto principalmente por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, instalações e equipamentos de escritório, veículos, aeronaves e barragens.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Na controlada CBMM, esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPC. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças, substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	2-49
Máquinas e equipamentos	2-25
Instalações e equipamentos de escritório	2-20
Plantas de produção	5-40
Outros ativos	2-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidas" na demonstração do resultado.

As plantas de produção compreendem, substancialmente, às culturas de laranja e cana-de-açúcar que são exploradas pela controlada Cambuhy Agrícola Ltda. Os custos incorridos no período de formação das culturas, são registrados nas contas de "culturas em formação" e são transferidos para as contas de "culturas em produção" após o termino do referido período, que é de quatro anos a partir do seu plantio para a laranja e a partir do ano seguinte a primeira colheita para a cana-de-açúcar.

2.11 Gastos com exploração, avaliação e custos com decapagem de minério

Gastos com exploração e avaliação são gastos incorridos pela controlada CBMM relacionados com a exploração e a avaliação de recursos minerais antes da demonstração da viabilidade técnica e comercial da extração do recurso mineral. Esses gastos são ativados, contanto que uma das seguintes condições ocorra:

(a) Que os custos sejam compensados por meio da exploração e do desenvolvimento bem-sucedido da área de interesse, ou por sua venda.

(b) As atividades de exploração e avaliação na área de interesse ainda em andamento e que não alcançaram um estágio que permita uma avaliação razoável da existência ou não de reservas economicamente recuperáveis, e operações ativas e significativas em relação à área são contínuas.

Gastos com exploração que não atendem a pelo menos uma das condições apresentadas acima, são registrados no resultado. Despesas administrativas relacionadas à atividade de exploração e avaliação são contabilizadas no resultado quando incorridas.

Ativos de exploração são reavaliados regularmente e esses custos são mantidos como ativo contanto que pelo menos uma das condições acima ocorra.

Os gastos com exploração e avaliação incorridos pela controlada CBMM no passado não atendem aos critérios de capitalização acima mencionados. Atualmente, essa controlada não está incorrendo nesses gastos.

Os custos de mineração representam os custos de extração dos principais materiais da mina. Esses custos são incorridos pela *joint venture* – COMIPA.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstancias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo ou financiamento, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ou financiamento ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas com imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas em vigor na data do balanço dos países em que a Companhia suas as controladas atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e por suas controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável permite margem às interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio líquido ou o resultado contábil, nem o lucro tributável ou o prejuízo fiscal. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de pensão - obrigações de aposentadoria

A controlada CBMM opera vários regimes de pensões, que são financiados através de pagamentos para companhias de seguros e planos de previdência específicos, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Nota 21 descreve todos os planos de pensões utilizados em detalhe pelas empresas do Grupo.

(b) Benefícios de rescisão - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

As empresas brasileiras devem, por lei, depositar, no início de cada mês, em contas correntes vinculadas abertas para cada empregado, na Caixa Econômica Federal (CEF), um valor equivalente a 8% da remuneração total do empregado. Esse depósito (FGTS) é um incentivo ou um fundo de indenização que pode ser resgatado pelo empregado quando determinados critérios são atendidos (como a compra do primeiro imóvel para moradia ou a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador). Esses valores depositados pelo Grupo são lançados na demonstração do resultado como parte dos custos com folha de pagamento, incluídos em "Despesas administrativas", ou, se relacionados ao pessoal da produção, em "Custo dos produtos vendidos".

A controlada CBMM está sujeita a multa quando um empregado é demitido sem justa causa. Essa multa representa 50% do saldo do fundo do empregado. Essa multa é contabilizada como verba rescisória, ou seja, somente quando o empregado for demitido.

(c) Benefícios durante a vida ativa - participação nos lucros e resultados

A controlada CBMM distribui participação nos resultados, com base em um conjunto de parâmetros previamente definidos (produção, produtividade, assiduidade, segurança e outras variáveis), que é paga dentro do próprio exercício, mediante acordo coletivo firmado com o Sindicato e homologado no Ministério do Trabalho.

2.17 Provisões

(a) Geral

Provisões para a recuperação do meio ambiente, custos com reestruturação e reclamações legais são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia e suas controladas liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Nesse caso, uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser desembolsados para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(b) Assuntos ambientais

As unidades de produção da controlada CBMM estão sujeitas a riscos ambientais que essa controlada procura minimizar por meio de procedimentos operacionais rígidos e investimentos em equipamentos e sistemas para controle da poluição. Gastos com cumprimento de exigências ambientais em andamento são registrados no resultado do exercício conforme incorridos. Novos equipamentos e gastos que são incorridos no depósito de rejeitos e nas barragens em conexão com as atividades industriais são capitalizados e amortizados.

Embora o Grupo opere focado em diminuir o possível dano ambiental, ele não tem nenhuma obrigação legal ou implícita de recuperar a área da mina ao seu estado original. No entanto, o Grupo tem o compromisso de incorrer em custos relacionados a assuntos ambientais nos próximos anos e por isso, o Grupo estabeleceu e registrou uma provisão para o meio ambiente que é revisada anualmente.

2.18 Capital

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no "Patrimônio líquido". Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

(a) Venda de mercadorias e produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias e produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de devoluções, abatimentos e descontos, e impostos incidentes sobre as vendas aplicáveis e após a eliminação das vendas dentro do Grupo, para as demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que os benefícios econômicos futuros fluam para as entidades e critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o cliente, o tipo cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece a receita de venda de mercadorias quando tiver entregado o produto para o cliente, quando o cliente tem total decisão sobre o produto e quando não há obrigação não cumprida que possa afetar a aceitação do produto pelo cliente.

Para os produtos embarcados quando as despesas de seguros e frete são pagas pelo Grupo, a receita é reconhecida quando o produto chega às instalações do cliente e o cliente assume os riscos e benefícios da propriedade. Para os produtos embarcados ao exterior no regime de *Freeon Board* (FOB), a receita é reconhecida quando o produto é carregado no veículo ou navio, uma vez que o cliente assume os riscos e recompensas de propriedade naquele ponto.

(b) Custos de embarque e manuseio

Os custos de embarque e manuseio para mercadorias vendidas são apropriados em "Despesas com vendas".

(c) Contribuição sobre a participação nos lucros para a CODEMIG

A participação da CODEMIG representa 25% do resultado líquido da controlada CBMM, ajustado de acordo com as regras estipuladas no contrato de participação, e está incluída em "Custo das vendas".

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, com o transcorrer do tempo, os juros são incorporados às contas a receber de clientes em contrapartida da receita.

(e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito a receber um pagamento é estabelecido pelo estatuto ou pela deliberação formal por parte do Conselho de Administração ou Acionistas.

2.20 Despesas com impostos sobre a renda

Os impostos sobre a renda no Brasil compreendem o imposto de renda (25%) e a contribuição social (9%). A composição da alíquota dos impostos sobre a renda estatutária é de 34%. Os impostos diferidos são provisionados sobre todas as diferenças tributárias temporárias (Nota 2.15).

2.21 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.22 Dividendos

As distribuições de dividendos para os acionistas do Grupo são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são declarados e aprovados pelo Conselho de Administração/Acionistas. No final de cada exercício, um passivo para o dividendo mínimo obrigatório requerido por lei é reconhecido no balanço patrimonial, quando o dividendo mínimo obrigatório (Nota 22 (c)) não tiver sido distribuído durante o exercício.

2.23 Juros sobre o capital próprio

As empresas brasileiras podem distribuir juros sobre o capital próprio para os acionistas e tratar esses montantes como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social (Nota 22(c)). Essa distribuição de juros sobre o capital próprio é reclassificada para fins contábeis como uma dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo. O imposto de renda de 15% é retido e pago em nome dos acionistas por ocasião do crédito dos juros. Os juros sobre capital são tratados como dividendos para fins de dividendos obrigatórios a pagar, diretamente no patrimônio líquido, incluindo o respectivo efeito fiscal, diretamente no resultado do exercício.

2.24 Outras despesas e receitas

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência de exercícios.

3 Estimativas contábeis e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro estão contemplados a seguir:

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método mais adequado de uma variedade de opções. Ele também define pressupostos que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Embora o lucro esteja substancialmente no Brasil, o Grupo está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário o exercício de um julgamento para determinar a provisão para impostos nesses diversos países. O Grupo também reconhece provisões por conta de situação em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Moeda funcional

A administração considera o Real como sendo a moeda que melhor reflete e representa o ambiente econômico das transações, eventos e condições do Grupo.

4 Gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas, no curso normal de seus negócios, a vários riscos financeiros: risco de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos do Grupo são, basicamente, geridos por duas administrações distintas e independentes, que atuam focadas e respectivamente, nas unidades de negócio sob suas responsabilidades, tais quais (i) administração da controlada CBMM e suas controladas; e (ii) administração da *holding* e das demais controladas do Grupo.

A gestão de risco geral da controlada CBMM está focada na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria dessa controlada de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e busca minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais dessa controlada e em cooperação próxima com elas.

O Conselho estabelece princípios para a gestão de risco geral, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como riscos de taxa de câmbio, de taxa de juros e de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos considerados necessários e instrumentos não derivativos financeiros, além de investimento de liquidez em excesso.

As políticas contábeis para ativos/passivos financeiros foram aplicadas às contas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	43.859	57.724	1.654.815	1.947.074
Contas a receber de clientes			1.069.591	1.082.444
Outros ativos	12.390	11.808	477.905	531.665
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos financeiros	12.093	7.769	12.093	7.769
	68.342	77.301	3.214.404	3.568.952
Passivo				
Empréstimos				
Fornecedores	1.628	714	70.560	54.250
Empréstimos e financiamentos	35.431	40.879	1.683.800	1.865.520
Adiantamento de cambiais entregues			1.309.619	1.598.602
Partes relacionadas	265.358	289.358	265.358	289.358
Outros passivos	3.765	4.455	175.045	125.360
Avaliado ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos			5.706	205.793
	306.182	335.406	3.439.528	4.084.633

4.1 Risco de taxa de câmbio

(4.1.a) Na controlada CBMM:

A controlada CBMM opera internacionalmente e está exposta a risco de taxa de câmbio advindo de exposições a outras moedas que não o real.

Em 2016, a controlada CBMM vendeu seus produtos em quatro moedas, com base no país de destino. A controlada CBMM vendeu em Reais para o mercado brasileiro, em Euros para os mercados da África, do Oriente Médio e da Europa, em Dólares dos Estados Unidos para países participantes do Acordo de Livre Comércio da América do Norte ("NAFTA"), China, Coreia do Sul, América do Sul e alguns clientes no mercado asiático e em Ienes para o mercado japonês.

Para administrar o risco cambial, a controlada CBMM pode utilizar contratos a termo, opções e swaps em moeda estrangeira. O risco cambial ocorre quando transações são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da controlada CBMM. A Administração segue os limites estabelecidos para executar operações com instrumentos financeiros que, em 31 de dezembro de 2016, limitava-as em até US$ 889 milhões para um horizonte de faturamento de 18 meses, também limitado a US$ 74,1 milhões mensais. De acordo com as regras do Estatuto e Acordo de Acionistas, a Administração tem mandato para operar instrumentos financeiros derivativos e financiamentos à exportação, desde que utilizados para fins de hedge cambial. Durante o exercício de 2016, a Administração não executou quaisquer transações que excedessem os limites estabelecidos.

As vendas da controlada CBMM para esses mercados em 2016 e 2015, expressas em porcentagem do total das vendas por tipo de moeda, estão apresentadas a seguir:

	Percentual	
Moeda	**2016**	**2015**
Dólares dos Estados Unidos	54	55
Euros	29	31
Ienes	13	10
Reais	4	4

A controlada CBMM utiliza suas controladas como canais de vendas para seus produtos. Embora essas transações e esses saldos entre empresas sejam eliminados na consolidação, os riscos de moeda decorrentes dessas transações são diminuídos por meio de adiantamentos sobre contratos de exportação e outros instrumentos financeiros.

Os adiantamentos sobre esses contratos de câmbio de exportação são, principalmente, utilizados para financiar o capital circulante. Os adiantamentos são liquidados por meio de exportação dos produtos da controlada CBMM.

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é apresentada no quadro a seguir que demonstra o potencial impacto de uma desvalorização de 25% do Real em relação à cesta de moedas que a controlada CBMM opera que pode ser considerada uma variável de risco razoável.

Risco	**Instrumento/operação em moeda estrangeira**	**(Ganho)/ perda**
Cambial	Caixa e equivalentes de caixa	(26.393)
	Contas a receber de clientes	(255.969)
	Empréstimos e financiamentos e adiantamentos de cambiais entregues	727.171
	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	1.371
		446.180

Dessa forma, a controlada CBMM estima que o impacto de um aumento de 25% na taxa de câmbio sobre a diferença entre os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 geraria uma perda, antes dos efeitos tributários, de R$ 446.180 (2015 - perda de R$ 447.497).

Caso o real apresentasse uma valorização no mesmo percentual acima mencionado, os efeitos no lucro líquido seriam exatamente o inverso dos valores acima demonstrados.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação ao risco cambial apresentado, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(i) Objetivo e estratégia da gestão do risco

O objetivo do programa de *hedge* da controlada CBMM é minimizar o impacto significativo da volatilidade da taxa de câmbio sobre os fluxos de caixa futuros resultantes de vendas previstas em dólares nas moedas em que o Grupo opera. Assim, a controlada CBMM contrata várias operações de derivativos que compensará, antes do imposto, as variações das moedas estrangeiras resultantes dessas

previsões dos fluxos de caixa futuros. Uma vez que a moeda funcional da controlada CBMM é o Real, o risco coberto por este programa é o risco cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, por meio de contratos de instrumentos financeiros derivativos e financiamentos à exportação com base no risco de variação cambial dessas moedas.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil, ou seja, bancos que tenham um índice de classificação de risco mínimo BB+, conforme Standard & Poors e Fitch.

(ii) Tipo de relacionamento de *hedge*

A natureza do risco que está sendo protegido é a exposição à variabilidade das moedas estrangeiras em relação às entradas de caixa relacionadas com as vendas previstas nessas moedas.

(4.1.b) Na controlada Cambuhy Agrícola Ltda.;

A controlada Cambuhy Agrícola Ltda. não possui política definida para gerir riscos cambiais, entretanto, a administração acompanha o mercado de câmbio e, quando julga oportuno, contrata operações de NDF (*Non deliverable forward*) para minimizar eventuais efeitos negativos que as oscilações de câmbio futuras podem trazer para os negócios.

A controlada Cambuhy Agrícola Ltda. também está sujeita a riscos cambiais na desvalorização do preço de venda da laranja. Durante o exercício de 2015, a empresa celebrou alguns contratos a termo de moedas (dólar estadunidense), objetivando proteger suas receitas futuras de eventuais oscilações do câmbio (o preço da laranja leva em consideração flutuações do preço do suco de laranja (FCOJ), cotado internacionalmente).

(4.1.c) Nas demais controladas:

As demais controladas e coligadas não apresentam riscos cambiais relevantes em função das atividades que exercem e, por essa razão, não há política definida para a gestão de risco cambial nessas controladas.

4.2 Risco de crédito

(4.2.a) Na Controlada CBMM:

A controlada CBMM está exposta a risco de crédito por meio de seus recebíveis de clientes e seus ativos financeiros mantidos em várias instituições financeiras.

Com relação aos recebíveis, essa controlada vende seus produtos para mais de 350 clientes, localizados em cerca de 50 países. A tabela a seguir apresenta os volumes por categoria de cliente, como definido e usados internamente pela administração para monitorar o risco de crédito.

		Percentual do total de vendas
Categoria do cliente (em toneladas vendidas por ano)	**Percentual que clientes na categoria representam do total de vendas (apresentando o menor e o maior percentual da categoria)**	**Percentual do total de vendas de todos os clientes na categoria**
A - acima de 1.000	20,00 - 1,45	53
B - entre 500 e 999	1,45 - 0,69	21
C - entre 250 e 499	0,69 - 0,36	13
D - entre 100 e 249	0,36 - 0,13	8
E - entre 50 e 99	0,13 - 0,07	2
F - entre 1 e 49	0,07 - 0,00	3

A controlada CBMM adota uma política em que vendas para novos clientes são realizadas mediante pagamentos adiantados, e os clientes com contas em atraso têm suas vendas bloqueadas. A controlada não tem um histórico de alto nível de perdas com relação às contas a receber de seus clientes.

No que se refere à exposição da controlada ao risco de crédito advindo de aplicações financeiras ou instrumentos financeiros derivativos, a política da controlada CBMM, para manutenção de relacionamentos bancários, predetermina utilizar bancos que tenham um índice de classificação de risco mínimo BB+, conforme Standard & Poor's ou Fitch, garantindo uma taxa equivalente aos investimentos em renda fixa de acordo com seu grau de liquidez. Este procedimento é também aplicado nas subsidiárias da controlada.

A composição dos ativos financeiros, exceto empréstimos e recebíveis, mantidos nestas instituições financeiras, classificados por *rating*, é a seguinte:

	2016						
	CBMM - Consolidado						
	Reais	**Euros**	**Dólares dos Estados Unidos**	**Ienes**	**Dólares de Cingapura**	**Francos suíços**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa							
AA-	1.203.354		27.261		1.114		1.231.729
A	41.104	20.593	5	10.364			72.066
A-	179.644						179.644
BBB+		3.013	39.230	8		3.977	46.228
BBB-	28						28
BB	30						30
Outros	234		6				240
	1.424.394	23.606	66.502	10.372	1.114	3.977	1.529.965

	2015						
	CBMM - Consolidado						
	Reais	**Euros**	**Dólares dos Estados Unidos**	**Ienes**	**Dólares de Cingapura**	**Francos suíços**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa							
AAA		7.270					7.270
AA+	1.617.217						1617217
AA-		1.884			897		2.781
A		36222	28065	3473			67.760
BBB+		4.939	33046	1404		804	40.193
BBB	51391	48.064					99.455
BBB-	5						5
BB+	318						318
Outros	224		9				233
	1.669.155	98.379	61.120	4.877	897	804	1.835.232

(4.2.b) Na controlada Cambuhy Agrícola Ltda.:

As principais operações de venda a prazo da controlada Cambuhy Agrícola estão associadas à venda de laranja para um único cliente – Citrosuco S/A., Agroindustria, o qual está amparado por um contrato de longo prazo para fornecimento de laranja. Baseada nos termos contratuais mantidos com esse cliente, a controlada entende serem baixos os riscos de crédito associados a essas vendas.

No que se refere à exposição da controlada ao risco de crédito advindo de aplicações financeiras ou instrumentos financeiros, a Cambuhy, para iniciar novos relacionamentos bancários, predetermina, salvo exceções justificadas, utilizar bancos que tenham um índice de classificação de risco mínimo BB+, garantindo uma taxa equivalente aos investimentos em renda fixa com liquidez diária.

(4.2.c) Nas demais controladas:

As demais controladas e coligadas não apresentam riscos de crédito relevantes em função das atividades que exercem e, por esta razão, não há política definidas para a gestão de risco de crédito nessas controladas.

4.3 Risco de taxa de juros

(4.3.a) Na controlada CBMM:

Os procedimentos da controlada CBMM somente preveem investimentos de renda fixa. Atualmente, a controlada CBMM somente possui investimentos com remuneração baseada no Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Com relação aos empréstimos e financiamentos, a controlada CBMM está exposta ao risco de taxa de juros desses contratos (Nota 17).

O impacto de variações hipotéticas na taxa de juros é revisto em reuniões da administração com o departamento financeiro. A agenda inclui as entregas/previsões de produtos, o impacto do fluxo de caixa operacional nas atividades financeiras, a aplicação de fluxo de caixa em excesso nos instrumentos financeiros, o impacto das variações nas taxas de câmbio e de juros, as linhas de crédito para o financiamento comercial, e outros cenários e/ou tendências econômicos e financeiros.

Risco	Instrumento/operação	(Ganho)/ perda
Taxa de juros	Depósitos a prazo	(12.289)
	Empréstimos e financiamentos e adiantamentos de cambiais entregues	11459
	Instrumentos financeiros derivativos Swap	255
		(575)

Dessa forma, a controlada CBMM estima que o impacto de um aumento de 25% na taxa de juros sobre a diferença entre os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 geraria um ganho, antes dos efeitos tributários, de R$ 575 (2015 - ganho de R$ 4.110).

Caso a taxa de juros apresente uma redução no mesmo percentual acima mencionado, os efeitos no lucro líquido seriam exatamente o inverso dos valores acima demonstrados.

(4.3.b) Nas demais controladas:

As demais empresas não estão expostas a riscos significativos decorrentes de taxa de juros.

4.4 Risco de liquidez

(4.4.a) Na controlada CBMM:

A demonstração consolidada do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresenta caixa líquido originado das atividades operacionais no montante de R$ 1.488.049 (2015 - R$ 1.403.542). Com base nas projeções atuais, a administração estima que o caixa a ser gerado pelas operações, e, se requerido, captado de mercados financeiros será suficiente para atender as necessidades operacionais da Companhia no futuro previsível.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Controlada por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados nessa tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em 12 meses são iguais aos saldos contábeis, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

CBMM - Consolidado

	Menos de seis meses	Entre seis meses e um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos e adiantamento de cambiais entregues	1.347.263	129.121	1.212.249	260.213	2.948.846
Fornecedores	64.051				64.051
Outros passivos financeiros	50.544				50.544
Instrumentos financeiros derivativos	1.696	850	3.160		5.706
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos e adiantamento de cambiais entregues	1.652.360	148.948	829.503	783.340	3.414.151
Fornecedores	50.799				50.799
Outros passivos financeiros	52.159				52.159
Instrumentos financeiros derivativos	200.689	789	4.315		205.793

(4.4.b) Na controlada Cambuhy Agrícola Ltda.:

A política de gestão de risco de liquidez dessa controlada é de apenas iniciar novos relacionamentos bancários com a utilização de bancos que tenham, no mínimo, um índice de classificação BB+.

	Cambuhy				
	Menos de seis meses	Entre seis meses e um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos	1.430	3.080	4.352	280	9.142
Fornecedores	4.328	429			4.757
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	2.078	1.962	4.906	146	9.092
Fornecedores	2.553				2.553

(4.4.c) Nas demais controladas:

As demais controladas e coligadas não apresentam riscos de liquidez relevantes em função das atividades que exercem e, por esta razão, não há política definidas para a gestão de liquidez nessas controladas.

4.5 Política para divulgação do valor justo

A receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

A Companhia adota a política de divulgar os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. A apuração do valor justo é efetuada conforme abaixo:

- O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

- O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2016, os únicos ativos e passivos financeiros do Grupo mensurados ao valor justo são os instrumentos financeiros derivativos descritos na Nota 11 e os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado (Nota 7). Esses instrumentos financeiros derivativos estão incluídos no Nível 1 e 2. Não houve transferências entre os níveis durante o exercício de 2016.

4.6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A controlada CBMM monitora sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

As demais controladas não possuem políticas definidas para monitorar sua estrutura de capital.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Ativo				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	43.859	57.724	1.654.815	1.947.074
Contas a receber de clientes			1.069.591	1.082.444
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos financeiros	12.093	7.769	12.093	7.769
	55.952	65.493	2.736.499	3.037.287
Passivo				
Empréstimos				
Fornecedores	1.628	714	70.560	54.250
Empréstimos e financiamentos	35.431	40.879	1.683.800	1.865.520
Adiantamento de cambiais entregues			1.309.619	1.598.602
Partes relacionadas	265.358	289.358	265.358	289.358
Avaliado ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos			5.706	205.793
	302.417	330.951	3.264.483	3.959.273

6 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Na controladora

	2016	2015
Caixa e bancos	167	83
Debêntures	43.692	57.641
	43.859	57.724

As debêntures são remuneradas entre 100 % e 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Bancário) (2015 – 100% e 101,5 % do CDI) e apresentam liquidez diária.

(b) No consolidado

							2016
	Reais	Euros	Dólar dos Estados Unidos	Iene	Dólar de Cingapura	Franco Suíço	Total
Contas bancárias e outros	1.011	7.849	85.334	10.372	1.114	3.977	109.657
Depósitos a prazo (*)	1.529.401	15.757					1.545.158
	1.530.412	23.606	85.334	10.372	1.114	3.977	1.654.815

							2015
	Reais	Euros	Dólar dos Estados Unidos	Iene	Dólar de Cingapura	Franco Suíço	Total
Contas bancárias e outros	1.260	42.689	81.867	4.877	897	804	132.394
Depósitos a prazo (*)	1.758.990	55.690					1.814.680
	1.760.250	98.379	81.867	4.877	897	804	1.947.074

(*) Depósitos a prazo em instituições consideradas de primeira linha (classificação mínima de rating BB+, conforme Standard & Poor's ou Fitch).

Depósitos a prazo em Reais são remunerados sobre a taxa de juros intermediária (CDI), em condições compatíveis com o mercado financeiro local.

Depósitos a prazo em moedas de outros países são remunerados, também, em condições compatíveis com o mercado financeiro de cada localidade.

7 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

O valor de R$ 12.093 (2015 – R$ 7.769) corresponde a ativos financeiros disponíveis para venda e refere-se exclusivamente à ações da Companhia no Itaú Unibanco Holding S.A.

O valor justo das ações é baseado nos seus preços atuais de compra (Nível 1 – Nota 4.5), considerando um mercado ativo.

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2016	**2015**
Contas a receber - mercado externo	1.039.118	1.047.159
Contas a receber - mercado interno	36.557	42.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.084)	(7.519)
	1.069.591	1.082.444

As contas a receber de clientes, vencidas há menos de três meses não são consideradas deficitárias, a menos que haja evidência em contrário. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2016	**2015**
A vencer	1.043.564	1.054.587
Vencidas há		
Até seis meses	26.027	27.857
Mais de seis meses	6.084	7.519
	1.075.675	1.089.963

As contas a receber de clientes estão denominadas nas seguintes moedas:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Dólares dos Estados Unidos	721.130	692.617
Iene	145.463	189.851
Euro	163.457	164.691
Real	45.625	42.804
	1.075.675	1.089.963

O valor das contas a receber, se aproxima do valor presente nas datas-bases de 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

9 Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados e semi-acabados	609.735	581.544
Matérias primas	142.986	176.063
Suprimentos	134.685	112.732
Adiantamentos a fornecedores	5.468	15.544
	892.874	885.883

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços			85.283	88.571
Impostos federais a recuperar	10.269	7.391	117.943	44.282
REINTEGRA (*)			891	8.272
Impostos antecipados sobre ativos financeiros	6.540	5.550	62.658	58.976
Impostos sobre ativo imobilizado a recuperar, líquido			1.120	1.535
	16.809	12.941	267.895	201.636
Circulante	(14.674)	(10.806)	(146.873)	(92.573)
Não circulante	2.135	2.135	121.022	109.063

11 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante e são utilizados para diminuir a exposição do Grupo ao risco de câmbio.

(a) Contratos de troca de moeda ("NDF") – controlada CBMM

Em 31 de dezembro de 2016 não existiam contratos de troca de moeda em aberto (2015 - perda R$ 198.974).

O imposto de renda diferido ativo e passivo sobre os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2015 montava uma posição líquida ativa de R$ 67.652.

O efeito total transferido para a demonstração de resultado, antes dos tributos, foi uma perda de R$ 187.146 em 2016 (2015 - perda de R$ 183.697).

A movimentação na reserva de *hedge* do fluxo de caixa relacionada aos derivativos está demonstrada na Nota 23(f).

(b) Swap

A controlada CBMM, celebrou contratos de *swap* com Banco Morgan Stanley S.A. para fixação da taxa de juros (com base na LIBOR Japonesa) referente a contratos de *Pre-Export Finance*.

				Consolidado	
				Ganhos (perdas) não realizados reconhecidos no resultado	
Tipo	**Moeda**	**Vencimento**	**Valor de referência**	**2016**	**2015**
Swap	JPY	14 de agosto de 2018	29.416.500.000	(1.066)	(1.637)
Swap	JPY	07 de Janeiro de 2021	10.497.000.000	(4.640)	(5.182)
Efeito no passivo				(5.706)	(6.819)
Efeito no resultado				(2.656)	(3.942)

O imposto de renda diferido ativo sobre os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016 monta a R$ 1.940 (2015 - R$ 2.318).

O efeito total transferido para a demonstração de resultado, antes dos impostos, foi uma perda de R$ 2.656 em 2016 (2015-perda de R$ 3.942). O resultado efetivo das operações de *swap* durante 2016 foi uma perda de R$ 3.768 (2015 – perda de R$ 2.804).

12 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
				(Reapresentado) (Nota 2.2)
Recebíveis de terceiros CODEMIG (i)			398.660	444.434
Depósitos judiciais (ii)	6	11	64	45
Outros (iii)	12.384	11.797	79.181	87.186
	12.390	11.808	477.905	531.665
Circulante	(3.153)	(3.700)	(378.473)	(472.378)
Não circulante	9.237	8.108	99.432	59.287

(i) O recebível da CODEMIG refere-se a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício, relacionada a parte da CODEMIG no montante de R$ 216.963 (2015 - R$ 265.319), que deverá ser liquidada no início de 2017. Adicionalmente, existem créditos da CODEMIG sobre os lucros não realizados nos estoques no montante de R$ 85.044 (2015 - R$ 129.537) e outros valores a receber no montante de R$ 96.653 (2015 -R$ 49.578).

(ii) Depósitos judiciais são feitos conforme requerido pelos tribunais a fim de serem capazes de ingressar ou continuar uma ação legal e/ou por decisão da Companhia. Caso um julgamento seja favorável para a Companhia, os depósitos são levantados; quando desfavorável, os depósitos são liberados para a parte vencedora. Em 2016 e 2015, os depósitos relacionam-se, principalmente, com processos judiciais trabalhistas e tributários. Nos casos onde os depósitos judiciais efetuados estão diretamente correlacionados com provisões para contingências já registradas, esses estão sendo apresentados como redutores das respectivas provisões.

(iii) Outros são principalmente venda de créditos de ICMS, realizados pela controlada CBMM, originários de compras de matéria-prima e empréstimos de mútuos. A controlada CBMM vende tais créditos a terceiros com desconto uma vez que não espera ser capaz de recuperá-los por meio de vendas de mercadorias tributáveis. Esses descontos variam entre 12% e 40% e os recebíveis totalizavam R$ 24.185 em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R$ 29.681).

13 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos - Controladora

	Ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia			
	Ordinárias	Preferenciais	No capital social integralizado - %	No capital votante - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2016						
Cambuhy Agrícola Ltda.	204.899.999		99,99	99,99	242.924	(276)
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CE	116.500.000	3.500.000	40,00	66,01	2.085.386	1.723.980
Marília Investimentos Ltd.	2.400.000		100,00	100,00	17.254	239
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	15.999.999		99,99	99,99	20.510	5.109
Itaparica Empreendimentos Turísticos S.A.	930.286	445.490	45,75	47,28	35.341	19.906
BW Gestão de Investimentos Ltda.	74.000		74,00	74,00	41.550	22.039
Editora Schwarcz S.A.	9.656.364		18,54	18,54	107.424	(224)
Brasil Warrant LLC	1.000.000		100,00	100,00	2.778	894
Reserva Ecológica Rio das Pedras	3.060		50,50	50,50	334	(30)
Em 31 de dezembro de 2015						
Cambuhy Agrícola Ltda.	204.899.999		99,99	99,99	243.200	13.023
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CE	116.500.000	3.500.000	40,00	66,01	1.667.883	1.485.573
Marília Investimentos Ltd.	2.400.000		100,00	100,00	20.385	64
Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	15.999.999		99,99	99,99	21.901	5.928
Itaparica Empreendimentos Turísticos S.A.	930.286	445.490	45,75	47,28	21.456	17.522
BW Gestão de Investimentos Ltda.	80.000		80,00	80,00	29.111	27.211
Schwarcz Participações Ltda.	13.966.291		33,71	33,71	59.431	(2.205)
Brasil Warrant LLC	1.000.000		100,00	100,00	2.270	84
Reserva Ecológica Rio das Pedras	3.060		50,50	50,50	364	29

	2016										
	Cambuhy Agrícola Ltda.	Companhia Brasilcira de Metalurgia e Mineração - CBMM	Marília Investimentos Ltd.	Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos	BW Gestão de Investimentos Ltda.	Editora Schwarcz S/A.	Schwarcz Participações Ltda.	Brasil Warrant LLC	Reserva Ecológica	Total
Movimentação dos investimentos											
No início do exercício	243.200	667.153	20.385	21.901	9.816	23.288		20.035	2.269	183	1.008.230
Alienação de quotas						(1.458)					(1.458)
Incorporação							19.958	(19.964)			(6)
Lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos		(575.121)		(6.500)	(2.755)	(379)					(584.755)
Equivalência patrimonial	(276)	689.592	239	5.109	9.107	16.146	(41)	(71)	895	(15)	720.685
Perda de capital						(6.850)					(6.850)
Ajuste de avaliação patrimonial		52.530									52.530
Variação de investimentos no exterior			(3.370)						(386)		(3.756)
	242.924	834.154	17.254	20.510	16.168	30.747	19.917		2.778	168	1.184.620
Ágio na aquisição de investimento		275.841			4.424						280.265
Amortização do ágio		(63.127)			(1.836)						(64.963)
No fim do exercício	242.924	1.046.868	17.254	20.510	18.756	30.747	19.917		2.778	168	1.399.922

Durante o exercício de 2016 foi realizada a seguinte principal operação

Em 15 de fevereiro de 2016 a Companhia vendeu 3.000 quotas da Investida B.W. Gestão de Investimentos Ltda., sendo 1.000 quotas para Marcelo Kishimoto, 1.000 quotas para João Daniel Caram Tucci e 1.000 quotas para Ruy Gabriel Balieiro Filho.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia vendeu 2.000 mil quotas da Investida B.W. Gestão de Investimentos Ltda., sendo 1.000 quotas para Tomaso Augusto Donato Duilio Bem Inaimo de Menezes e 1.000 quotas para Luiz Eduardo Bevilacqua Ghizzi.

Em 5 de julho de 2016 a Companhia vendeu 1.000 quotas da Investida B. W. Gestão de Investimentos Ltda., para Diego Casarin Oliveira

Em 30 de novembro de 2016 a Companhia, através do Instrumento Particular de Distrato do Contrato Social, encerrou as atividades da Investida Schwarcz Participações Ltda., recebendo o valor de R$ 19.968 proporcional à sua participação no capital social, compreendendo: (i) recursos em dinheiro no valor de R$ 5 e (ii) 9.656.364 ações ordinárias nominativas da Editora Schwarcz S.A. no valor de R$ 19.958.

	2015									
	Cambuhy Agrícola Ltda.	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	Marília Investimentos Ltd.	Imopar Participações Imobiliárias Ltda.	Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos	BW Gestão de Investimentos Ltda.	Schwarcz Participações Ltda.	Brasil Warrant LLC	Reserva Ecológica	Total
Movimentação dos investimentos										
No início do exercício	230.177	713.753	13.823	19.974	11.607	10.480	7.678	1.488	169	1.009.149
Aumento de capital							9.119			9.119
Lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos		(592.880)		(4.000)	(10.261)	(809)				(607.950)
Equivalência patrimonial	13.023	594.229	64	5.927	8.470	21.768	(743)	84	14	642.836
Perda de capital						(8.151)				(8.151)
Ajuste de avaliação patrimonial		(47.949)					3.981			(43.968)
Variação de investimentos no exterior			6.498					697		7.195
	243.200	667.153	20.385	21.901	9.816	23.288	20.035	2.269	183	1.008.230
Ágio na aquisição de investimento		275.841			4.424					280.265
Amortização do ágio		(63.127)			(1.836)					(64.963)
No fim do exercício	243.200	879.867	20.385	21.901	12.404	23.288	20.035	2.269	183	1.223.532

Durante o exercício de 2015 foi realizada a seguinte principal operação

Em 27 de março 2015 a Companhia realizou aumento de capital na Schwarcz Participações Ltda. no valor de R$ 5.967.

Em 27 de abril 2015 a Companhia realizou aumento de capital na Schwarcz Participações Ltda. no valor de R$ 1.854.

Em 10 de dezembro 2015 a Companhia realizou aumento de capital na Schwarcz Participações Ltda. no valor de R$ 1.298.

(b) Informações sobre investimentos no Consolidado

	2016		2015	
	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Refletido diretamente na controladora:				
Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos	16.168	9.107	9.816	8.470
Schwarcz Participações		(71)	20.035	(743)
Editora Schwarcz	19.917	(41)		
Reserva Ecológica Rio das Pedras	168	(15)	183	14
Refletidos indiretamente na controladora:				
. Pela CBMM:				
COMIPA	997		1.738	
Investimentos apresentados no consolidado	37.250	8.980	31.772	7.741

14 Imobilizado

(a) Na controladora

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações e equipamentos de escritório	Veículos	Aeronaves	Obras em andamento	Outros (i)	Total
Em 1º janeiro de 2015									
Custo ou valor estimado	2.748	17.663	201	5.860	1.255	252.393	14.941	52.900	347.961
Depreciação acumulada		(583)	(105)	(2.485)	(726)	(23.199)			(27.098)
Valor contábil líquido	2.748	17.080	96	3.375	529	229.194	14.941	52.900	320.863
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015									
Valor contábil líquido inicial	2.748	17.080	96	3.375	529	229.194	14.941	52.900	320.863
Adições		57		155	155		5.138		5.505
Alienações					(54)	(49.226)		(67)	(49.347)
Transferências		17.494					(17.494)		
Reversão de depreciação acumulada em alienação					1	20.790			20.791
Encargos de depreciação		(196)	(20)	(321)	(171)	(11.649)			(12.357)
Valor contábil líquido final	2.748	34.435	76	3.209	460	189.109	2.585	52.833	285.455
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo ou valor estimado	2.748	35.214	201	6.015	1.356	203.167	2.585	52.833	304.119
Depreciação acumulada		(779)	(125)	(2.806)	(896)	(14.058)			(18.664)
Valor contábil líquido	2.748	34.435	76	3.209	460	189.109	2.585	52.833	285.455
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016									
Valor contábil líquido inicial	2.748	34.435	76	3.209	460	189.109	2.585	52.833	285.455
Adições		17	27	1.348			7.406	26	8.824
Alienações				(74)	(30)				(104)
Transferências		1.029		8.262			(9.291)		
Reversão de depreciação acumulada em alienação				74	28				102
Encargos de depreciação		(728)	(20)	(425)	(179)	(10.158)			(11.510)
Valor contábil líquido final	2.748	34.753	83	12.394	279	178.951	700	52.859	282.767
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo ou valor estimado	2.748	36.260	229	15.551	1.326	203.167	700	52.859	312.840
Depreciação acumulada		(1.507)	(146)	(3.157)	(1.047)	(24.216)			(30.073)
Valor contábil líquido	2.748	34.753	83	12.394	279	178.951	700	52.859	282.767

(i) Outros ativos referem-se principalmente às obras de arte adquiridas em 2012.

(b) No consolidado

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações e equipamentos de escritório	Barragens de rejeitos	Obras em andamento (a)	Outros (b)	Culturas em produção	Culturas em formação	Total
Em 1º janeiro de 2015										
Valor contábil líquido inicial	179.650	324.466	272.075	74.883	71.082	492.100	413.921	48.955	22.073	1.899.205
Adições	182	84	11.046	1.594		234.920	27.458		16.560	291.844
Alienações		(376)	(17.992)	(391)		(3.873)	(65.786)	(1.772)		(90.190)
Transferências		28.665	39.258	13.441	176	(91.857)	10.317			
Reclassificação para intangível						(1.006)				(1.006)
Reversão de depreciação acumulada em alienação			15.756	12			32.431	1.631		49.830
Encargos de depreciação		(11.529)	(51.708)	(11.910)	(13.881)		(27.895)	(4.518)		(121.441)
Impairment								134	(1.523)	(1.389)
Valor contábil líquido final	179.832	341.310	268.435	77.629	57.377	630.284	390.446	44.430	37.110	2.026.853
Em 31 de dezembro de 2015										
Custo	179.832	476.476	907.004	147.550	231.381	630.284	494.388	73.065	37.110	3.177.090
Depreciação acumulada		(135.166)	(638.569)	(69.921)	(174.004)		(103.942)	(28.635)		(1.150.237)
Valor contábil líquido	179.832	341.310	268.435	77.629	57.377	630.284	390.446	44.430	37.110	2.026.853
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016										
Valor contábil líquido inicial	179.832	341.310	268.435	77.629	57.377	630.284	390.446	44.430	37.110	2.026.853
Adições	2.773	17	10.147	3.587		172.348	80.542		18.867	288.281
Alienações	(18)	(334)	(49.897)	(1.152)		(16.774)	(7.206)	(601)		(75.982)
Transferências	7.676	204.686	138.452	76.887	49	(364.162)	(63.588)	12.086	(12.086)	
Reclassificação para intangível						(4.756)				(4.756)
Reversão de depreciação acumulada em alienação		(572)	46.032	579			6.516	600		53.155
Encargos de depreciação		(17.475)	(61.187)	(18.774)	(11.019)		(28.559)	(5.410)		(142.424)
Impairment		106						(232)	(862)	(988)
Valor contábil líquido final	190.263	527.738	351.982	138.756	46.407	416.940	378.151	50.873	43.029	2.144.139
Em 31 de dezembro de 2016										
Custo	190.263	680.951	1.005.706	226.798	231.430	416.940	504.144	84.177	43.029	3.383.438
Depreciação acumulada		(153.213)	(653.724)	(88.042)	(185.023)		(125.993)	(33.304)		(1.239.299)
Valor contábil líquido	190.263	527.738	351.982	138.756	46.407	416.940	378.151	50.873	43.029	2.144.139

(a) As obras atualmente em andamento referem-se, principalmente, à expansão de plantas produtivas da controlada CBMM. Do total do encargo de depreciação em 2015, R$ 115.216 (2015 - R$ 97.599) foram alocados em "Custo dos produtos vendidos", R$ 571 (2015 - R$ 537) em "Despesas com vendas" e R$ 21.227 (2015 - R$ 18.787) em "Despesas administrativas".

(b) A rubrica "Outros" refere-se, principalmente, a veículos e aeronaves.

15 Intangível (consolidado)

(a) Movimentação

	Ágio na aquisição de ações			
	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos	Outros (i)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	212.714	2.588	4.923	220.225
Custo	275.841	4.424	13.767	294.032
Amortização acumulada	(63.127)	(1.836)	(8.844)	(73.807)
	212.714	2.588	4.923	220.225
Valor residual de abertura	212.714	2.588	4.923	220.225
Adições			1.023	1.023
Alienações			(11)	(11)
Reclassificação do imobilizado			1.006	1.006
Encargos de amortização			(2.181)	(2.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	212.714	2.588	4.760	220.062
Custo	275.841	4.424	15.802	296.067
Amortização acumulada	(63.127)	(1.836)	(11.042)	(76.005)
	212.714	2.588	4.760	220.062
Valor residual de abertura	212.714	2.588	4.760	220.062
Adições			3.436	3.436
Alienações			(29)	(29)
Reclassificação do imobilizado			4.756	4.756
Reversão de depreciação acumulada em alienações			18	18
Encargos de amortização			(2.869)	(2.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	212.714	2.588	10.072	225.374
Custo	275.841	4.424	22.387	302.652
Amortização acumulada	(63.127)	(1.836)	(12.315)	(77.278)
	212.714	2.588	10.072	225.374

(i) Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R$ 10.072 (2015 – R$ 4.760) é composto principalmente de R$ 9.805(2015 – R$ 4.452) referente a *softwares* adquiridos (amortizado em três anos).

(b) Teste do ágio para verificação de *impairment*

O ágio apurado quando da aquisição de participação societária nas empresas CBMM e Itaparica foram fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. A administração da Companhia efetuou teste de *impairment*e concluiu que não há riscos de perda relacionado a esses ágios, e, por esta razão, nenhuma provisão para perdas com esses ativos foi consignada nas presentes demonstrações financeiras.

O índice de rentabilidade dessas investidas ao longo dos últimos anos e as perspectivas de contínua rentabilidade foram os principais fatores considerados pela administração quando da realização do referido teste de *impairment*.

16 Fornecedores

No consolidado, o saldo dessa conta está relacionado com os fornecedores da controlada CBMM, principalmente de alumínio e energia, representando 16% (2015– 21%) do total do saldo de fornecedores. O saldo de fornecedores é denominado principalmente em Reais.

17 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamentos de cambiais entregues (ACE) (i)			1.309.619	1.598.602
Pre-export finance (ii)			1.595.180	1.774.536
Finame (iii)	35.431	40.879	82.889	89.505
Custeio Agrícola (iv)			1.845	1.479
Outros			3.886	
	35.431	40.879	2.993.419	3.464.122
Circulante	(5.490)	(5.494)	(1.486.384)	(1.810.842)
Não circulante	29.941	35.385	1.507.035	1.653.280

(i) Adiantamentos de cambiais entregues (ACE)

Os adiantamentos sobre esses contratos de exploração são principalmente, utilizados para financiar o capital circulante. Os adiantamentos são liquidados por meio da exportação dos produtos da controlada CBMM. Esses financiamentos são denominados em Dólares dos Estados Unidos, Euros e Ienes e estão sujeitos às taxas de juros prefixadas, na época da captação dos recursos, são estabelecidas com base no LIBOR prevalecente daquele período.

(ii) Pre-exportfinance

A controlada CBMM celebrou contratos de *Pre-ExportFinance*, como demonstrado na tabela a seguir:

Data do contrato	Contra-parte	Principal (em milhares)	Data de vencimento	2016	2015
14 de agosto de 2013	The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd.	JPY 29.416.500	14 de agosto de 2018	345.584	703.068
27 de dezembro de 2013	Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A - Cayman Branch	JPY 10.497.000	7 de janeiro de 2021	293.860	341.407
21 de agosto de 2014	Sumitomo Mitsui Banking Corporation, New York Branch	JPY 5.188.000	27 de agosto de 2022	145.033	168.505
4 de setembro de 2014	Mizuho Bank, Ltd.	JPY 5.243.500	10 de setembro de 2022	146.514	170.208
30 de setembro de 2015	Sumitomo Mitsui Banking Corporation, New York Branch	JPY 12.067.000	29 de setembro de 2023	336.937	391.348
22 de dezembro de 2016	Sumitomo Mitsui Banking Corporation, New York Branch	JPY 11.717.000	22 de dezembro de 2021	327.252	
Total		JPY 74.129.000		1.595.180	1.774.536

Esses contratos são denominados em Ienes e estão sujeitos a uma taxa de juros de LIBOR japonesa (3 meses) mais uma parcela fixa.

(iii) Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)

Trata-se substancialmente de saldos:
(a) da Controladora que em 2016 totalizava R$ 35.341 (2015 – R$ 40.879) referente contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, para uma linha de crédito de R$ 51.716. A linha de crédito foi utilizada para aquisição de uma Aeronave Embraer tipo EMB-145, (Legacy 650). A prestação é denominada em Reais, baseadas na taxa de juros de 3% ao ano.
(b) da Controlada CBMM que em 2016 totalizava R$ 40.161 (2015 - R$ 41.013) relacionado a um acordo realizado com o banco Santander S.A. para emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), conforme as condições aprovadas pelo BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

(iv) Custeio Agrícola

A controlada Cambuhy Agrícola celebrou contratos de financiamentos, com objetivo de equalizar os desembolsos de seus custos de produção e colheita de laranja e seringueira, aos recebimentos de suas vendas. A prestação é denominada em Reais, baseadas na taxa de juros de 5,5% ao ano.

As datas de vencimento contratual de empréstimos e financiamentos e adiantamentos de câmbio entregues nas datas dos balanços são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Seis meses ou menos	2.768	2.772	1.351.461	1.657.210
Seis meses a um ano	2.722	2.722	134.923	153.632
Um a cinco anos	27.219	27.219	1.243.820	861.628
Acima de cinco anos	2.722	8.166	263.215	791.652
	35.431	40.879	2.993.419	3.464.122

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de cambias entregues são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Dólares dos Estados Unidos			889.770	1.040.620
Euros			274.405	397.852
Ienes			1.744.510	1.934.666
Reais	35.431	40.879	84.734	90.984
	35.431	40.879	2.993.419	3.464.122

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente em vigor para compensar os ativos e os passivos dos tributos correntes e quando os tributos diferidos se relacionam com a mesma jurisdição fiscal. O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			267.296	337.448
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(641)	(119)	(75.740)	(82.474)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(641)	(119)	191.556	254.974
Ativo (passivo) líquido no início do exercício	(119)	(4.399)	254.974	102.160
Apropriado na demonstração do resultado		3.448	73	84.875
Crédito fiscal no patrimônio líquido	(522)	832	(63.491)	67.939
Ativo (passivo) líquido no final do exercício	(641)	(119)	191.556	254.974

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão assim apresentados no balanço patrimonial, após compensação de saldos de mesma natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			219.217	284.039
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(641)	(119)	(27.661)	(29.065)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(641)	(119)	191.556	254.974

Ativos fiscais diferidos, brutos	Lucros não realizados nos estoques	Derivativos para hedge de fluxo de caixa	Valor justo de ativos biológicos	Prejuízos Fiscais	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2014	153.186	13.137	2.357	16.525	9.223	194.428
(Apropriado)/creditado na demonstração do resultado	41.147	387	(2.357)	(446)	47.934	86.665
Creditado no patrimônio Líquido		56.446			(91)	56.355
Saldo 31 de dezembro de 2015	194.333	69.970		16.079	57.066	337.448
(Apropriado)/creditado na demonstração do resultado	(53.381)	(378)		506	60.506	(2.747)
Creditado no patrimônio Líquido		(67.651)			246	(67.405)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	130.952	1.941		16.585	117.818	267.296

Passivos fiscais diferidos, brutos	Custo Atribuído Imobilizado	Derivativos para hedge de fluxo de caixa	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Valor justo de ativos biológicos	Depreciação acelerada incentivada	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2014	40.339	5.308	889		39.647	6.085	92.268
Aproriado/(creditado) na demonstração do resultado				1.344	3.261	(3.138)	1.467
(creditado) no patrimônio líquido	(5.444)	(5.308)	(832)				(11.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.895		57	1.344	42.908	2.947	82.151
Aproriado/(creditado) na demonstração do resultado				(5.394)	4.790	(1.893)	(2.497)
(creditado) no patrimônio líquido	(4.436)		522				(3.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.459		579	(4.050)	47.698	1.054	75.740

(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social	666.445	666.445	588.144	588.144
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
	(166.611)	(59.980)	(147.036)	(52.933)
Equivalência patrimonial	180.171	64.862	160.709	57.855
Despesas indedutíveis	(2.666)	(960)	(2.836)	(1.021)
Receitas não tributáveis	959	345	37	13
Receita de juros sobre o capital próprio	(8.780)	(3.161)	(6.720)	(2.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos no exercício	(3.073)	(1.106)	(1.619)	(582)
			2.535	913
				3.448

	Consolidado			
	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social	2.760.404	2.760.404	2.496.406	2.496.406
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
	(690.101)	(248.437)	(624.103)	(224.676)
Equivalência patrimonial	2.245	808	1.935	697
Distribuição de lucros da CODEMIG para CBMM - não dedutível	(120.437)	(43.357)	(158.473)	(57.050)
Outras despesas indedutíveis	(2.673)	(962)	(2.839)	(1.022)
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	2.809	992	4.906	1.747
Incentivos fiscais	13.688	4.927	14.409	5.187
Receitas não tributáveis	959	345	37	13
Receita de juros sobre o capital próprio	(8.780)	(3.161)	(6.720)	(2.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos no exercício	(3.073)	(1.106)	(1.619)	(582)
Outros	30.645	10.992	31.233	11.312
	(774.718)	(278.959)	(741.234)	(266.793)
		(1.053.677)		(1.008.027)

19 Provisão para contingências

(a) Composição dos saldos

	Controladora					
	Depósitos judiciais		Provisão para contingências		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Tributárias	20.726	18.207	23.990	20.700	3.264	2.493

	Consolidado					
	Depósitos judiciais		Provisão para contingências		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	1.316	2.439	5.602	6.561	4.286	4.122
Tributárias	45.370	33.769	50.112	47.363	4.742	13.594
Ambientais			9.000	9.071	9.000	9.071
	46.686	36.208	64.714	62.995	18.028	26.787
Circulante			(3.000)	(3.000)	(3.000)	(3.000)
Não circulante	46.686	36.208	61.714	59.995	15.028	23.787

(b) Composição das contingências provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre juros sobre o capital próprio	23.990	20.700	23.990	20.700
Glosa de créditos de PIS e COFINS			12.759	13.300
Contribuições previdenciárias - Funrural e Incra			13.363	13.363
Trabalhistas			5.602	6.561
Ambientais			9.000	9.071
Outras				
	23.990	20.700	64.714	62.995
Circulante			(3.000)	(3.000)
Não circulante	23.990	20.700	61.714	59.995

	Trabalhistas	(i) Ambientais	(ii) Tributárias	2016
Provisões inicio do exercício	6.561	9.071	47.363	62.995
Adições/(reversões)	1.649	7.844	2.749	12.242
Pagamentos	(2.608)	(7.915)		(10.523)
Provisões no final do exercício	5.602	9.000	50.112	64.714
Depósito Judiciais relacionados	(1.316)		(45.370)	(46.686)
Saldo de provisões líquidas dos depósitos	4.286	9.000	4.742	18.028
Circulante		(3.000)		(3.000)
Não circulante	4.286	6.000	4.742	15.028

	Trabalhistas	(i) Ambientais	(ii) Tributárias	2015
Provisões inicio do exercício	7.450	9.000	31.745	48.195
Adições/(reversões)	205	3.665	15.858	19.728
Pagamentos	(1.334)	(3.594)		(4.928)
Provisões no final do exercício	6.321	9.071	47.603	62.995
Depósito Judiciais relacionados	(2.439)		(33.769)	(36.208)
Saldo de provisões líquidas dos depósitos	3.882	9.071	13.834	26.787
Circulante		(3.000)		(3.000)
Não circulante	3.882	6.071	13.834	23.787

(i) A provisão ambiental de R$ 9.000 (2015 - R$ 9.071), é para cobrir os custos relativos com o "Pró-Araxá".

(ii) Em 21 de novembro de 2008, foi proferido acórdão pelo Supremo Tribunal Federal, que manteve o entendimento pelo recolhimento por empresas urbanas da contribuição previdenciária destinada ao INCRA/FUNRURAL. Os depósitos judiciais realizados pela CBMM no montante de R$ 13.363 serão revertidos para a União. Foi constituída anteriormente uma provisão para fazer face a esta perda. A provisão constituída em 2016 refere-se, principalmente, a processos judiciais relacionados a glosas de créditos de PIS e COFINS. Em julho de 2016, foi realizado depósito judicial no montante de R$ 8.276 para suspensão de exigibilidade do credito tributário, para liberação de Certidão Negativa de Débitos.

(c) Outros processos de perdas possíveis em andamento

A Companhia e suas controladas tem ações de natureza tributária e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, no montante aproximado de R$ 234.795 (2015 – R$ 270.906) para as quais não há provisão constituída. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

(d) Compromissos de arrendamento

A controlada CBMM tem compromissos relativos a contratos, que foram celebrados para o arrendamento de equipamentos, principalmente para serem utilizados nas operações de mineração. O prazo do arrendamento é um ano, renovável automaticamente por um período adicional de um ano, a menos que um aviso de cancelamento por escrito seja apresentado pelas partes.

O valor pago de acordo com esses contratos a título de arrendamento operacional em 2016 foi de R$ 27.425 (2014 – R$ 2.087).

20 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vale Fertilizantes S.A. (i)			18.481	19.326
Encargos previdenciários e outros tributos	3.765	4.455	44.209	42.184
CODEMIG (Conta de participação nos lucros (ii)			50.554	52.159
Ajuste de preço (iii)			31.371	
Outros			30.430	11.691
	3.765	4.455	175.045	125.360
Circulante	(3.765)	(4.455)	(156.564)	(106.034)
Não circulante			18.481	19.326

(i) O valor a pagar refere-se ao adiantamento recebido pela controlada CBMM no arrendamento do direito de lavra de fosfato à Vale e será realizado conforme cronograma de exploração da reserva. A exploração da reserva iniciou-se em outubro de 2011 com apuração trimestral do volume lavrado. De acordo com o contrato firmado, a Vale tem o direito de explorar 72.500 mil toneladas de minério em até 20 anos contados a partir do início da exploração.

(ii) Esses valores são denominados em Reais e mensurados ao custo amortizado na controlada CBMM.

(iii) Ajuste de preço refere-se a acordo comercial entre a controlada CBMM e seus Distribuidores

21 Benefícios de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A controlada CBMM opera planos de pensão no Brasil com características descritas abaixo. Em suas controladas no exterior, os ativos do plano são mantidos em *trustees*, fundações ou entidades similares. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação do Grupo com seus agentes fiduciários (ou equivalentes).

(a) Brasil

Em 1992, a CBMM criou um plano de pensão privado com Benefício Definido (plano BD) para seus empregados com o objetivo de fornecer aposentadoria e outros benefícios complementares.

O Plano é administrado por uma pessoa jurídica separada, a Seguridade - Sociedade de Previdência Privada ("Seguridade"), que é patrocinada pela Companhia e financiada por contribuições feitas pela Companhia e seus empregados com base na recomendação dos atuários independentes.

Durante 2005, após a aprovação do órgão regulador, as condições do Plano foram modificadas e este assumiu características de um plano de benefício definido para os empregados contratados até setembro de 2002 e de plano de contribuição definida (plano CD) para os empregados contratados após essa data.

No decorrer de 2009, a CBMM procedeu a conversão integral do plano BD para um plano de contribuição definida, mantidas as condições para aqueles participantes que já estavam em gozo de benefício.

De acordo com as regras do plano CD, na aposentadoria, o saldo do fundo dos participantes seria convertido em uma renda mensal, onde a Seguridade seria responsável por pagar a renda mensal até o falecimento dos beneficiários.

Em 2010, a CBMM enviou para a Secretaria de Previdência Complementar uma nova proposta de alteração do referido plano, onde todos os participantes, aposentados ou não, teriam a opção de migração para um plano de contribuição definida com expectativa de recebimento de renda financeira na elegibilidade (regras estabelecidas na implantação do plano - 55 anos de idade, 35 anos de contribuição e aposentadoria pelo INSS). Para os participantes que migrassem para o novo plano, a Companhia estaria propondo a distribuição de todo o excedente, proporcionalmente aos valores individualizados.

A proposta de alteração do plano foi aprovada integralmente pela Secretaria de Previdência Complementar (PREVIC), conforme publicação no Diário Oficial, em 27 de dezembro de 2011.

Exceto com relação a alguns poucos aposentados (menos de dez) em gozo de benefícios, todos os demais optaram pela migração para o novo plano que consiste em um plano de Contribuição Definida (CD), mantendo-se as contribuições da CBMM em 5% e do empregado em 2,5%. Conforme previsto no plano aprovado, cada participante definirá, na época da elegibilidade, a forma de receber o seu benefício, podendo inclusive resgatá-lo em 60 parcelas mensais e sucessivas. Com o novo plano, a Seguridade não mais tem a obrigação de garantir uma renda vitalícia aos participantes.

Neste novo plano, a CBMM não mais tem responsabilidade contínua (passivo atuarial) com seus empregados (ativos ou aposentados). Com relação aos participantes aposentados que já recebem aposentadoria e não migraram (menos de dez), a Seguridade constituiu uma reserva que lhes garantirá a renda atual de forma vitalícia.

Os custos de pensão da CBMM, relativos ao plano de contribuição definida, apropriados ao resultado com base em percentual fixo dos salários dos empregados, montavam a R$ 27.848 e R$ 12.759 em 2016 e 2015, respectivamente.

A situação de capitalização e os valores registrados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para as obrigações de benefícios a conceder são baseados no relatório de atuários independentes e estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Movimentação na obrigação de benefícios		
Obrigação de benefícios no início do exercício	5.808	11.883
Custo dos serviços correntes	284	288
Custo de juros	707	1.297
Pagamento decorrente de liquidação antecipada		(7.438)
Efeito das alterações nas premissias financeiras	517	(797)
Efeito da experiência do plano	(54)	1.062
Benefícios pagos pelo plano	(432)	(487)
Obrigação de benefícios no final do exercício	6.830	5.808
Movimentação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	12.990	19.564
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.643	2.174
Pagamento decorrente de liquidação antecipada		(7.438)
Benefícios pagos pelo plano	(432)	(487)
Rendimento do valor justo dos ativos do plano (deduzido dos juros sobre o valorjusto do ativo)	1.218	(823)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	15.419	12.990
Situação de capitalização no final do exercício	(8.589)	(7.182)
Passivo/(ativo) do custo de aposentadotria provisionado e obrigação de benefícios de aposentadoria	(8.589)	(7.182)
Limite máximo dos ativos	8.589	7.182
Ativos do fundo de aposentadoria líquido reconhecidos		

O custo (benefício) de pensão, incluído em "Custo das vendas", "Despesas com vendas", e "Despesas administrativas" compreende os seguintes componentes:

	2016	2015
Custo dos serviços correntes	284	288
Efeito das alterações das premissas financeiras	517	(797)
Efeito da expêriencia do plano	(54)	1.062
Rendimento do valor justo dos ativos do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(1.218)	(823)
Alterações do limite maximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite maximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	471	(1.376)
Custo de aposentadoria periódico total		

	2016	2015
Retorno dos ativos do plano	2.861	1.351
	2.861	1.351

As premissas usadas foram as seguintes:

	Porcentagem	
	2016	2015
Taxa de desconto anual	12,11	13,02
Taxa de aumento nos níveis de remuneração (anual)	9,72	9,72
Inflação	5,50	5,50

Os ativos do plano são bem diversificados, tanto que o fracasso de um único investimento não teria um impacto relevante no nível geral dos ativos. A maior proporção de ativos está investida em instrumentos sobre os quais incidem juros, embora o Grupo também possa investir em outros ativos conforme previsto em sua Política de Investimento, a qual é anualmente aprovada por sua Diretoria e Conselho Deliberativo. A maioria dos instrumentos sobre os quais incidem juros está em títulos de renda fixa, todos eles mantidos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos do plano estavam representados por títulos de renda fixa (96%) e títulos patrimoniais (4%).

As projeções de mortalidade foram montadas com base na tabela AT2000.

As estimativas de contribuições a pagar em 2017 montam a zero.

(b) No exterior

A controlada norte-americana da controlada CBMM, CBMM North America, mantém um plano de pensão com contribuição definida que abrange os empregados elegíveis para tal. Os custos de pensão da CBMM North America, apropriados ao resultado com base em percentual fixo dos salários dos empregados, montavam a R$ 1.109 e R$ 1.086 em 2016 e 2015, respectivamente.

A CBMM Europe BV adotou um plano de pensão com contribuição definida em janeiro de 2008. Os custos de pensão da CBMM Europe BV, apropriados ao resultado com base em percentual fixo dos salários dos empregados, montavam a R$ 235 e R$ 177 em 2016 e 2015, respectivamente. A CBMM Europe BV alterou seu plano de Previdência, a partir de 1 de janeiro de 2013, visando reduzir os custos administrativos. Em geral, o novo plano não difere do antigo plano em sua essência. A principal diferença está relacionada com os custos administrativos e a aplicação dos recursos.

Os recursos eram aplicados em fundos de investimento de livre escolha dos participantes e agora são aplicados em investimentos gerenciados pela seguradora (AEGON). Todos os funcionários optaram por migrar para o novo plano de pensão.

A CBMM Technology Suisse iniciou um plano de pensão com contribuição definida em janeiro de 2011. Os custos do plano de pensão da CBMM Technology Suisse, apropriados ao resultado com base em percentual fixo dos salários dos empregados, montavam a R$ 46 e R$ 24 em 2016 e 2015, respectivamente.

As demais subsidiárias não possuem plano de previdência complementar pelo Grupo.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social totalmente integralizado é representado por 2.880 (2015 – 2.880) ações sem valor nominal, sendo 1.440 ordinárias e 1.440 preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias, gozam de prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação. Adicionalmente, conforme preconiza o estatuto social, as ações preferenciais possuem direito de venda conjunta em qualquer alienação para terceiros de ações ordinárias, participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e de lucros, e direito de preferência na subscrição de aumentos de capital por subscrição integralizável em dinheiro, bens ou ainda mediante capitalização de créditos ou direitos creditórios contra a sociedade.

De acordo com o estatuto social, cada ação ordinária tem direito a um voto nas assembleias gerais.

Tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais têm direito de preferência nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e de lucros e na subscrição de aumento de capital em dinheiro, em bens ou com créditos ou direitos creditórios com a sociedade.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo de 2,5% do lucro líquido, ajustado por eventuais saldos de prejuízos acumulados e após a constituição da reserva legal. O estatuto social também prevê a possibilidade da distribuição inferior de dividendos, desde que deliberado pela Assembleia Geral.

O saldo remanescente do lucro será destinado a uma reserva estatutária para investimentos até o limite de 90% do capital social. Após atingir esse limite, o lucro líquido deverá ser distribuído ou capitalizado, a critério do conselho de administração.

O Estatuto Social prevê que serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo obrigatório, eventuais juros distribuídos até o limite da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

As provisões para distribuição de juros sobre capital próprio registradas no passivo circulante serão pagas mediante disponibilidade de caixa da Companhia, que deverá ocorrer com o recebimento de dividendos ou outras formas de distribuição de lucros pelas investidas.

Distribuições de dividendos ocorridas em 2016:

Em 04 de março de 2016, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R$ 220.032 (R$ 76,4 por ação), com reservas de lucros.

Em 12 de agosto de 2016, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R$ 299.520 (R$ 104 por ação), com lucro do ano de 2016.

Distribuições de dividendos ocorridas em 2015:

Em 25 de fevereiro de 2015, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R$ 335.520 (R$ 116,5 por ação), com reserva de lucros.

Em 11 de agosto de 2015, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R$ 319.680 (R$ 111 por ação), com lucro do ano de 2015.

Como os dividendos distribuídos superam o mínimo obrigatório, acima mencionado, não há registro da obrigação do dividendo mínimo no encerramento do exercício.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

			Ajustes de avaliação patrimonial em controladas			
	Variação cambial de investimentos no exterior	Avaliação ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	Custo atribuído do imobilizado	Efeitos fiscais de reorganizações societárias	*Hedge* de fluxo de caixa	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(2.692)	2.903	31.320		(4.581)	26.950
Variação cambial de investimentos no exterior	7.195					7.195
Avaliação ao valor justo de instrumento financeiro disponível para a venda		(1.614)		3.981		2.367
Realização de custo atribuído em controlada			(4.226)			(4.226)
Hedge de fluxo de caixa em controlada					(47.949)	(47.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.503	1.289	27.094	3.981	(52.530)	(15.663)
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.756)					(3.756)
Avaliação ao valor justo de instrumento financeiro disponível para a venda		1.010				1.010
Realização de custo atribuído em controlada			(3.444)			(3.444)
Hedge de fluxo de caixa em controlada					52.530	52.530
Saldo em 31 de dezembro de 2016	747	2.299	23.650	3.981		30.677

(e) Lucro por ação

Considerando que as ações ordinárias e preferenciais têm direitos iguais no que diz respeito aos dividendos, uma única medida de lucro básico por ação com base no número total de ações ordinárias e preferenciais é apresentada. Ações ordinárias e preferenciais são consideradas duas classes de ações ordinárias, para fins de cálculo do lucro básico por ação.

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Como não havia ações potencialmente diluidoras em aberto em 2016 e 2015, os lucros básicos e diluído por ações são os mesmos.

	Controladora	
	2016	**2015**
Lucro líquido do exercício	666.445	591.592
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.880	2.880
Lucro básico e diluído por milhares de ações - R$	231.405	205.414

(f) Reserva de *hedge* de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro, não existia reserva de hedge de fluxo de caixa(2015-perda de R$ 131.325).

	Controladora e Consolidado	
	2016	**2015**
No início do exercício	(131.325)	(11.450)
Variação do valor justo de *hedges* de fluxo de caixa	11.828	(365.322)
Valores transferidos para demosntração do resultado	187.144	183.699
Tributos sobre *hedges* de fluxo de caixa	(67.649)	61.750
No final do exercício		(131.323)

23 Receita líquida

	Consolidado	
	2016	**2015**
Vendas no mercado externo	4.746.238	5.174.012
Vendas no mercado interno	358.959	339.386
Receita bruta	5.105.197	5.513.398
Impostos sobre as vendas	(48.647)	(46.504)
Devoluções	(9.226)	(8.019)
Descontos concedidos	(481)	(466)
Receita líquida	5.046.843	5.458.409

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matérias-primas e materiais de consumo			527.523	468.146
Participação CODEMIG			526.242	601.804
Custos com pessoal	26.178	27.875	555.972	530.809
Encargos de depreciação, amortização e *impairment*	11.518	12.361	146.281	125.011
Manutenção	3.888	4.248	139.700	216.168
Transporte			59.148	62.382
Serviços profissionais	2.690	2.726	238.823	216.634
Outras despesas	8.235	7.921	143.676	140.939
	52.509	55.131	2.337.365	2.361.893
Aplicado em:				
Custo das vendas			1.769.100	1.831.719
Despesas com vendas			102.541	118.845
Despesas administrativas	52.509	55.131	312.977	264.752
Desenvolvimento de mercado			152.747	146.577
	52.509	55.131	2.337.365	2.361.893

25 Outros ganhos (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ajuste de preço			(77.711)	12.652
Ganhos na venda de ativo fixo	13	4.344	1.700	3.251
REINTEGRA (*)			4.279	52.586
CODEMIG (**)			255	602
Perdas com instrumentos financeiros derivativos(***)			(187.146)	(183.697)
Provisão para contingências	(3.290)	(2.518)	(3.290)	(19.728)
Outras, líquidas	1.806	82	(80.479)	(9.957)
	(1.471)	1.908	(342.392)	(144.291)

(*) Refere-se à ganho com REINTEGRA da controlada CBMM. (Nota 10)

(**) Refere-se à contribuição feita pela CODEMIG (Nota 1 - controlada CBMM) para participação no resultado auferido pela atividade de aproveitamento de outros recursos minerais como subproduto da mineração de nióbio, conforme correspondência de 19 de julho de 2011.

(***) Refere-se a perda efetiva realizada nas operações de NDF pela controlada CBMM.

26 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesa de juros, taxa bancária e encargos	1.167	1.308	51.709	36.815
Perdas em operações de *swap*			2.656	9.014
Despesas na contratação de empréstimos			5.262	2.599
Outras	25	3	8.226	1.315
	1.192	1.311	67.853	49.743

27 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita sobre ativos financeiros	5.495	7.175	175.236	191.223
Outras	2.288	818	15.456	9.992
	7.783	7.993	190.692	201.215

28 Variações monetárias e cambiais, líquidas

	Consolidado	
	2016	2015
Exportações	17.872	(28.024)
Empréstimos e financiamentos	(207.115)	473.779
Moéda estrangeira	(5.003)	(120)
Outras	(74.102)	161.246
	(268.348)	606.881

29 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo não circulante				
Mútuos:				
Sócios quotistas (i)	265.358	289.358	265.358	289.358

(i)Refere-se a mútuos obtidos de acionistas, sobre os quais não incidem encargos financeiros e com vencimento prorrogado para 31 de dezembro de 2020.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Salários e outros benefícios de curto prazo	2.940	2.940	42.233	36.893
Benefícios pós-emprego	1.071	1.524	13.741	2.510
	4.011	4.464	55.974	39.403

* * *

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3221-8443 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ QUE, nesta data transcorreu em branco o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, transitando em julgado o Ato de Concentração nº 08700.004572/2017-39. Certifico ainda, que este processo foi concluído e arquivado, tendo em vista o despacho de aprovação sem restrições nº 1094/2017 publicado no Diário Oficial da União de 04/08/2017, seção 1, pág. 20.

Documento assinado eletronicamente por **Keila de Sousa Ferreira**, **Chefe de Divisão**, em 22/08/2017, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0377232** e o código CRC **8F9CEDCC**.

Referência: Processo nº 08700.004572/2017-39 SEI nº 0377232

E-mail 586 (0370663)

Data de Envio:
04/08/2017 10:54:59

De:
CADE/Sei <sei@cade.gov.br>

Para:
tamara.hoff@gmail.com

Assunto:
Liberação de Acesso

Mensagem:
Prezados,

Esclarecemos que os apartados restritos n°s 08700.004580/2017-85 e 08700.004581/2017-20 se referem ao 08700.004572/2017-39.

Atenciosamente,

Núcleo Gestor do SEI

sei@cade.gov.br

Este email é confidencial, enviado para uso exclusivo de seu destinatário, e pode conter informações protegidas por sigilo profissional. Se você o recebeu indevidamente, está ciente de seu caráter confidencial e deve reenviá-lo imediatamente ao remetente e excluir a mensagem de seu sistema. Por favor, não o copie, utilize para qualquer fim ou divulgue seu conteúdo para terceiros. A utilização desautorizada deste email é ilegal e sujeita o infrator às penalidades da lei.

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, Térreo - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3031-1283 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

DESPACHO ORDINATÓRIO

Processo nº 08700.004572/2017-39

Nos termos do §1º do artigo 7º da Resolução nº 11, de 24 de novembro de 2014, defiro o pedido de acesso aos processos restritos nºs 08700.004580/2017-85 e 08700.004581/2017-20 aos (às) advogados (as) que constam na petição 0370639, conforme procuração petição SEI 0366071.

Documento assinado eletronicamente por **Caio Carvalho Correia Barros**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 04/08/2017, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0370659** e o código CRC **9C9CD129**.

Referência: Processo nº 08700.004572/2017-39 SEI nº 0370659

AO NÚCLEO GESTOR DO SEI DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE

Solicitação de Acesso a Processo de Acesso Restrito

Ato de concentração 08700.004572/2017-39

J&F INVESTIMENTOS S.A., já qualificada nos autos do processo em epígrafe, solicita nos termos da Resolução n. 11/2014, art. 7°., a concessão ao abaixo indicado, devidamente cadastrado nos termos do art. 6º, de acesso aos apartados que lhe são de acesso restrito:

Nome: Tamara Dumoncel Hoff
CPF: 835.318.071-53
OAB/DF: 18.526 (procuração SEI 0366071)
E-mail: tamara.hoff@gmail.com

Termos em que pedem deferimento.

De São Paulo para Brasília, 03 de agosto de 2017.

Tamara Dumoncel Hoff
OAB/DF n. 18.526

Josie de Menezes Barros
OAB/SP 300.110

São Paulo
Praça das Guianas, 92 – Jardim América – CEP 01428-030
Tel./Fax: +55 11 3063-4322 - 3063-4248
e-mail: sfa@sampaioferraz.com.br
www.sampaioferraz.com.br

Brasília
SIG, Qd 01, LT. 495/505/515, Salas 232 e 233, Ed. Barão do Rio Branco
CEP 70610-410
Tel.: +55 61 3327-1250 / Fax +55 61 3326-7696
e-mail: sfabrasilia@sampaioferraz.com.br

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE/MJ
*08700.004572/2017-39 - 04/08/2017-10:28 - 1/1

Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Valor (R$)
CTN	01/03/2000	01/03/2020	272	2.654,90	722.132,80
CTN	01/07/2000	01/07/2020	1313	2.517,39	3.305.333,07
CTN	01/08/2000	01/08/2020	153	2.455,14	375.636,42
CTN	01/09/2000	01/09/2020	254	2.375,39	603.349,06
CTN	01/12/2000	01/12/2020	1761	2.2607,35	3.992.803,35
CTN	01/02/2001	01/02/2021	10	2.197,32	21.973,20
CTN	01/05/2001	01/05/2021	8	2.098,17	16.785,36
CTN	01/12/2001	01/12/2021	530	1.826,48	968.034,40
CTN	01/01/2002	01/01/2022	901	1.805,32	1.626.593,32
CTN	01/02/2002	01/02/2022	55	1.781,91	98.005,05
CTN	01/03/2002	01/03/2022	23	1.764,11	40.574,53
CTN	01/04/2002	01/04/2022	214	1.745,91	373.624,74
CTN	01/05/2002	01/05/2022	90	1.719,92	154.792,80
CTN	01/06/2002	01/06/2022	1525	1.689,77	2.576.899,25
CTN	01/08/2002	01/08/2022	131	1.601,70	209.822,70
CTN	01/09/2002	01/09/2022	107	1.550,67	165.921,69
CTN	01/10/2002	01/10/2022	6496	1.500,14	9.744.909,44
CTN	01/12/2002	01/12/2022	1403	1.347,25	1.890.191,75
CTN	01/01/2003	01/01/2023	280	1.286,35	360.178,00
CTN	01/02/2003	01/02/2023	41	1.245,26	51.055,66
CTN	01/03/2003	01/03/2023	711	1.206,00	857.466,00
CTN	01/06/2003	01/06/2023	17	1.147,08	19.500,36
CTN	01/07/2003	01/07/2023	443	1.147,78	508.466,54
CTN	01/08/2003	01/08/2023	258	1.141,76	294.574,08
CTN	01/09/2003	01/09/2023	51	1.126,73	57.463,23
CTN	01/08/1999	01/08/2019	48	3.147,29	151.069,92
CTN	01/11/2002	01/11/2022	14	1.430,60	20.028,40
CTN	01/04/2000	01/04/2020	192	2.625,91	504.174,72
CTN	01/06/2000	01/06/2020	51	2.562,99	130.712,49
CTN	01/04/2002	01/04/2022	70	1.745,91	122.213,70
CTN	01/10/2002	01/10/2022	70	1.500,14	105.009,80
CTN	01/04/2003	01/04/2023	338	1.176,62	397.697,56
	TOTAL		17.830		30.467.004,27

Art. 2º Autorizar o cancelamento de 53 (cinquenta e três) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R$ 5.493,98 (cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos), observando-se as seguintes características:

Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário(R$)	Valor (R$)
CTN	01/08/2000	01/08/2020	15	103,66	1.554,90
CTN	01/09/2000	01/09/2020	13	103,66	1.347,58
CTN	01/12/2002	01/12/2022	25	103,66	2.591,50
	TOTAL		53		5.493,98

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

PORTARIA Nº 667, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, em conformidade com Lei nº 8.177, de 1 de março de 1991, e com a Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º Divulgar o valor nominal atualizado (VNA) dos Títulos da Dívida Agrária:

DATA DE REFERÊNCIA	VALOR NOMINAL ATUALIZADO (em reais)
01/08/2017	98,58

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 750, DE 31 DE JULHO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Porcesso SEI nº 44011.003117/2017-48 e Juntada nº 44011.005607/2017-89, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul - OABPrev-RS, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 751, DE 31 DE JULHO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.003071/2017-67 e Juntada 0057320, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da Fundação Renova, CNPJ nº 25.135.507/0001-83, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Valiaprev, CNPB nº 2000.0082-83, e a entidade Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 752, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 417722231 e Juntada nº 0057326, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a Banco Itaucard S.A., CNPJ nº 17.192.451/0001-70, Banco Itauleasing S.A., CNPJ nº 49.925.225/0001-48, Itau-BBA Participações S.A., CNPJ nº 58.851.775/0001-50, e Itaú Unibanco S.A., CNPJ nº 60.701.190/0001-04, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Itaubank - CNPB nº 1997.0046-74, e a entidade FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 6.969, DE 28 DE JUNHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 73, do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 346, de 02 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º O art. 2º do Portaria Susep nº 6954, de 13 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

IX - um representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguro - Fenaber; (NR)

X - um representante da Associação Nacional de Resseguradoras Locais - An-Re; e (NR)

XI - um representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNseg.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 1º de julho de 2017

Nº 1.076 - Processo Administrativo nº 08012.010505/2007-30 (Autos Públicos nº 08700.000739/2016-10) Representante: Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados. Representados: Guillain Patrice Louis Marie de Camaret e Rui Lacerda Ferraz. Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Gabriel Nogueira Dias; Fernando de Oliveira Marques, Monica Yumi Shida Oizumi; Roberto D'Andrea; José Inácio Gonzaga Franceschini; José Orlando A. Arrochela Lobo, Valdo Cestari de Rizzo, Ana Paula Hubinger Araujo, Sérgio Varella Bruna, Eduardo Martinelli Carvalho, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Isadora Postal Telli, Marina Curi Penna, Guilherme Farhat de São Paulo Ferraz, Eduardo Cavalcante Gauche; Gianni Nunes de Araujo, Pedro Rodrigues do Prado, Maria Amoroso Wagner, Renata Foizer Manzoni; Fernando Engelberg de Moraes, Ubiratan Mattos; Fernando Gomes de Paula, Andrea Weiss Balassiano, Carolina Monteiro de Carvalho; Ludmylla Scalia Lima, Cristhiane Helena Lopes Ferrero; Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Yara M. A. Guerra Siscar; Arthur Guerra de Andrade Filho; Daniela Maria Tavares Moreira da Silva; Thomas George Macrander, Mariana Moreira Vieira Rocha, Raquel Cândido; Humberto Lencioni Gullo Jr., Edson Luiz Rodrigues; Alessandra Rodrigues Bernardes Oshiro, Bruno Angelo Vasconcelos e Souza; Karina Kazue Perossi, Fabrizio Domingos Costa Ferreira; Fabio Francisco Beraldi, Eduardo Caminati Anders; Marcelo Antonio Muriel e outros. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apresentação de novas alegações em 05 (cinco) dias úteis, contados em dobro, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. arts. 102, IV, e 196 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Protocolo.

Em 3 de agosto de 2017

Nº 1.094 - Ato de Concentração nº 08700.004572/2017-39. Requerentes: Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A e J&F Investimentos S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Juliano Maranhão e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017080400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Publicação no DOU - Despacho SG nº 1.094/2017 (0370579) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 5

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
Superintendência-Geral -SG
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3221-8438 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

DESPACHO SG Nº 1094/2017

Ato de Concentração nº 08700.004572/2017-39. Requerentes: Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A e J&F Investimentos S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Juliano Maranhão e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Publique-se.

Documento assinado eletronicamente por **Diogo Thomson de Andrade**, **Superintendente-Geral Interino(a)**, em 03/08/2017, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0370373** e o código CRC **40B031B7**.

Referência: Processo nº 08700.004572/2017-39 SEI nº 0370373

PARECER Nº **210/2017/CGAA5/SGA1/SG**
PROCESSO Nº 08700.004572/2017-39
REQUERENTES: ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES, BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A E J&F INVESTIMENTOS S.A.

Ementa: Ato de Concentração. Lei nº 12.529/2011. Procedimento Sumário. Requerentes: Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A e J&F Investimentos S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Juliano Maranhão e outros. Natureza da operação: aquisição de participação societária. Setor econômico envolvido: calçados e vestuário. Art. 8º, inciso IV, Resolução Cade nº 2, de 29 de maio de 2012. Aprovação sem restrições.

VERSÃO DE ACESSO PÚBLICO

I. REQUERENTES

I.1. Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa")

1. A Itaúsa é uma holding que controla empresas atuantes em diversas áreas como os setores financeiro, indústrias de painéis de madeira, louças e metais sanitários, química e eletrônica, como por e exemplo Duratex, Elekeiroz, Itautec e Banco Itaú, dentre outras.

I.2. Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações ("Cambuhy FIP")

2. O Cambuhy FIP é um fundo de investimentos em participações detido majoritariamente pelo Porto Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior ("Porto FIM") e gerido pela Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy Investimentos"). Integra o Grupo PMS, controlado por Pedro Moreira Salles. O Cambuhy FIP detém unicamente investimento no setor energético, por meio da Eneva S.A. [1]

I.3. Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A ("Brasil Warrant")

3. A Brasil Warrant é uma empresa holding que não comercializa produtos nem presta serviços diretamente no Brasil, e é detida exclusivamente por pessoas físicas (igualmente por Fernando Roberto Moreira Salles, Walther Moreira Salles Júnior, Pedro Moreira Salles e João

Moreira Salles). .

I.4. J&F Investimentos S.A. ("J&F")

4. A J&F é a empresa controladora do Grupo J&F, que comercializa, no Brasil, carnes in natura e processadas, vegetais, pescados. O grupo também possui negócios no setor de energia, biocombustíveis, industrialização e comercialização de produtos de higiene e limpeza, calçados, produtos de laticínios, produtos de couro, celulose e na oferta de serviços financeiros.

I.5. Alpargatas S.A. ("Alpargatas")

5. A Alpargatas é uma sociedade por ações de capital aberto e, no Brasil, atua principalmente na produção e comercialização de calçados, vestuários e artigos esportivos, detendo os direitos de diversas marcas como Havaianas, Dupé, Mizuno, Sete Léguas, Osklen e a rede de outlets Meggashop.

II. ASPECTOS FORMAIS DA OPERAÇÃO

Quadro 1 - Aspectos formais da operação

Ato de Concentração de notificação obrigatória?	Sim
Taxa processual foi recolhida?	Sim, conforme Despacho Ordinatório SECONT (0366911)
Data da notificação ou emenda	21/07/2017
Data da publicação do edital	O Edital nº 245/2017, que deu publicidade à operação em análise, foi publicado no dia 28/07/2017 (0367929)

III. DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

6. A Operação refere-se à aquisição, pela Itaúsa, Cambuhy FIP e Brasil Warrant, de 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais.

7. O total de ações adquirido da Alpargatas será dividido entre as Compradoras, de forma que a Itaúsa receberá 50% das ações adquiridas, o que resultará em participação da Itaúsa equivalente a 27,12% do capital social total da Alpargatas, enquanto os demais 50% serão distribuídos da seguinte forma: o Cambuhy FIP adquirirá aproximadamente 28,57% das ações adquiridas, equivalentes a aproximadamente 15,50% do capital social total da Alpargatas, e a BW adquirirá aproximadamente 21,43% das ações adquiridas, equivalentes a aproximadamente 11,62% do capital social total da Alpargatas.

8. As requerentes justificaram estrategicamente a operação ressaltando que, para as compradoras, a operação representa uma oportunidade de diversificação de seus portfólios e a possibilidade de continuidade e ampliação de suas carteiras de investimentos, e, para a vendedora, permite a obtenção de liquidez e redução de endividamento bancário.

IV. ENQUADRAMENTO LEGAL (ART. 8º, RES. CADE Nº 2/2012)

9. IV - baixa participação de mercado com integração vertical.

V. ASPECTOS FORMAIS DA OPERAÇÃO

Quadro 2 - Efeitos da operação

Sobreposição horizontal	-
Integração vertical	Sim
Setor em que há sobreposição horizontal ou integração vertical	Calçados e vestuário
Participações de mercado	Reduzida

VI. CONSIDERAÇÕES SOBRE A OPERAÇÃO

10. As marcas da alpargatas comercializam:

I - Havaianas: sandálias de borracha;

II - Dupé: sandálias similares às Havaianas;

III - Mizuno: calçados de performance, vestuários e acessórios de diversas modalidades esportivas;

IV - Sete Léguas: botas de segurança impermeáveis, voltadas para proteção de profissionais da área alimentícia, indústria, agronegócio e construção civil;

V - Osklen: roupas, calçados e óculos de sol.

VI - Meggashop: tem 21 lojas no país e destina-se a comercializar calçados, roupas e acessórios de coleções passadas e ponta de estoque das marcas da companhia.

11. A despeito da reduzida participação da Cambuhy na Cia. Hering[2], as compradoras não atuam em nenhum dos mercados abrangidos pelas atividades da Alpargatas. Portanto, não há que se falar em sobreposição horizontal.

12. Em relação a possíveis integrações verticais, as requerentes informaram que *"a fabricação de calçados abertos pela Alpargatas utiliza plastificante não ftalato em seu processo produtivo, sendo que a Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz"), controlada pela Itaúsa, contém esse tipo de plastificante dentre sua ampla gama de produtos. Tal plastificante representa 0,8% do custo de matérias primas utilizadas para a produção de calçados abertos pela Alpargatas."*. Ademais, conforme informações prestadas pelas partes, a Elekeiroz detém 10-20% **[ACESSO RESTRITO]** do mercado de plastificantes não ftalatos. Ainda segundo as partes, a Alpargatas detém cerca de 17% (em valor) do mercado de calçados e 30% do mercado de calçados abertos no Brasil. Sendo assim, com base nesses dados, percebe-se que a relação vertical aqui citada é apenas marginal, dada a pouca representatividade do insumo em pauta para a produção da Alpargatas, adicionado ao fato de que as participações de mercado das partes também demonstram que a adoção de condutas restritivas verticais seria improvável em decorrência desta operação.

13. Do exposto, conclui-se que a operação não suscita preocupações de ordem concorrencial.

VII. CLÁUSULA DE NÃO-CONCORRÊNCIA

14. De acordo com a jurisprudência do CADE.

15. **[ACESSO RESTRITO]**

VIII. RECOMENDAÇÃO

16. Aprovação sem restrições.

Encaminhe-se ao Sr. Superintendente-Geral.

[1] As requerentes informaram a título de complementação que a Cambuhy Investimentos detém participação de 4,7% na Cia. Hering, empresa atuante no comércio varejista têxtil mesmo setor da Osklen.

[2] Consta no Conselho de Administração da Hering, conselheiro independente ligado à Cambuhy. No entanto, mesmo que houvesse qualquer possibilidade de incremento do poder de mercado conjunto entre as marcas da Alpargatas e a Hering, decorrente da presente operação, observou-se que o perfil de produtos das marcas difere. Além disso, dados da Euromonitor estimam que **[ACESSO RESTRITO AO CADE]**.

Documento assinado eletronicamente por **Fábio Parolin**, **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 03/08/2017, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio Rocha Gordilho Júnior**, **Coordenador(a)-Geral**, em 03/08/2017, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0370459** e o código CRC **B97EF068**.

Referência: Processo nº 08700.004572/2017-39 SEI nº 0370459

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 530013

Número do Contrato: 12/2015. Nº Processo: 59100000079201588. INEXIGIBILIDADE Nº 2/2015. Contratante: MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL-.CNPJ Contratado: 09769035000164. Contratado : COMPANHIA PERNAMBUCANA DE -SANEAMENTO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n.º 12/2015-MI. Notas de Empenho n.ºs 2013NE800106, 2014NE800116, 2015NE800115 e 2017NE800130. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 31/07/2017 a 31/07/2018. Data de Assinatura: 27/07/2017.

(SICON - 27/07/2017) 530001-00001-2017NE800081

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRADOR: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. ESPÉCIE:Atas de Registro de Preços; OBJETO: aquisição de material de consumo de TI, conforme as especificações e condições do Termo de Referência especificados nos itens do anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2017, Processo nº 59004/000581/2016-68.DATA DE ASSINATURA: 20.06.2017. PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados de sua assinatura. ATA Nº 10:EMPRESA VENCEDORA: COMERCIAL CAMARGO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ME-CNPJ nº 00.488.292/0001-53. Itens: 11, 12 e 13.VALOR TOTAL DOS ITENS:R$ 6.403,20; ATA Nº 11: EMPRESA VENCEDORA: JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA-EPP-CNPJ nº 06.128.710/0001-88.Itens: 03, 04, 05, e 21.VALOR TOTAL DOS ITENS:R$ 83.277,44. ATA Nº 12: EMPRESA VENCEDORA: RAYBLU INFORMÁTICA LDTA - ME CNPJ nº 10.216.047/0001-40.Item:09.VALOR TOTAL DO ITEM:R$ 1.658,02. ATA Nº 13: EMPRESA VENCEDORA: LINES NETWORK LTDA-CNPJ nº 14.214.809/0001-20. Itens: 01 e 02.VALOR TOTAL DOS ITENS:R$ 37.269,40. ATA Nº 14: EMPRESA VENCEDORA: HLP COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA-CNPJ nº 16.866.828/0001-67. Item: 14.VALOR TOTAL DO ITEM:R$ 635,94. ATA Nº 15: EMPRESA VENCEDORA: BMX DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIA EIRELI-ME-CNPJ nº 20.155.547/0001-73.Item:15.VALOR TOTAL DO ITEM:R$ 6.722,50. ATA Nº 16: EMPRESA VENCEDORA: RADAR COMPUTER DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP-CNPJ nº 24.535.493/0001-41. Item: 06.VALOR TOTAL DO ITEM:R$ 20.845,00. ATA Nº 17: EMPRESA VENCEDORA: VERDE PIMENTA CONFECÇÕES E ACESSORIOS EIRELI-ME-CNPJ nº 24.561.770/0001-71. Itens: 10, 19 e 20.VALOR TOTAL DOS ITENS:R$ 123.884,60.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 11/2016
Nº Processo: 08084000129201612. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E CIDADANIA-.CNPJ Contratado: 03557312000199. Contratado : CINCO ESTRELAS TRANSPORTES E -LOGISTICA LTDA - EPP. Objeto: Prestação de serviços de transporte de cargas, compreendendo bagagens, mobiliário, materias e equipamentos em todo território nacional Fundamento Legal: Inciso II do Art.79 da Lei 8.666/93 Data de Rescisão: 24/07/2017 .

(SICON - 27/07/2017) 200005-00001-2017NE800009

ARQUIVO NACIONAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2017 - UASG 200247

Nº Processo: 08060000343201647.
PREGÃO SISPP Nº 3/2017. Contratante: ARQUIVO NACIONAL - .CNPJ Contratado: 00482840000138. Contratado : LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO -LTDA. Objeto: Serviços de natureza contínua de prestação de serviços de movimentação, armazenagem e embalagem do acervo arquivístico do Arquivo Nacional, com execução indireta mediante o regime de empreitada por preço global, visando atenderàs necessidades da Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília - DF. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 24/07/2017 a 23/07/2018. Valor Total: R$135.997,56. Fonte: 150020061 - 2017NE800252. Data de Assinatura: 24/07/2017.

(SICON - 27/07/2017) 200247-00001-2017NE800097

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Espécie: Termo de Execução Descentralizada. Título do Projeto: Parceria entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e a Escola Nacional de Administração Pública - Enap para Capacitação de servidoras dirigentes no curso "Liderança e Inovação em Contextos de Mudança". Objeto da despesa: O presente instrumento tem por objeto a formalização de Termo de Execução Descentralizada destinado à disponibilização de 2 (duas) vagas na edição de 2017 do curso "Liderança e Inovação em Contextos de Mudança" para capacitação de servidores/dirigentes do órgão descentralizador, a qual será executada conforme condições e especificações constantes do Plano de Trabalho. Unidade Gestora Repassadora: Nome do Órgão: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade. CNPJ: 00.418.993/0001-16. UG: 303001/30211. Responsável pela UG Repassadora: Alexandre Barreto de Souza. Cargo: Presidente. CPF: 015.514.627-02. Unidade Gestora Recebedora: Nome do Órgão: Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap. CNPJ: 00.627.612/0001-09. UG: 114702/11401. Responsável pela UG Recebedora: Francisco Gaetani. Cargo: Presidente. CPF: 297.500.916-04. RG: MG-606.196 (SSP/MG). Exercício financeiro de 2017. PTRES/Projeto/Atividade: PTRES: 109.745. Fonte: 0150303001. Natureza da Despesa: 3.3.9.1.39.48. Valor (R$): R$ 37.200,00. Vigência: O presente Termo terá vigência até 31 de agosto de 2017 e vigorará a partir de sua publicação resumida no Diário Oficial da União (DOU) prevista a possibilidade de prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2017. Data da Assinatura: 27 de julho de 2017. Signatários: pelo CADE, Alexandre Barreto de Souza, Presidente; pela Escola Nacional de Administração Pública, Francisco Gaetani, Presidente.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

EDITAIS DE 27 DE JULHO DE 2017

Nº 243. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.004493/2017-28. Requerentes: Laboratório Santa Luzia S.S, Laboratório de Pesquisas Clínicas e Bromatológicas Ltda., Usina de Diagnóstico e Alta Performance S.A. e Diagnósticos da América S.A. Advogados: Tito Amaral de Andrade, Marcos Paulo Veríssimo, Ursula Pereira Pinto e outros. Natureza da operação: aquisição de participação societária. Setor econômico envolvido: laboratórios de diagnósticos clínicos (CNAE 8640-2/02).

Nº 245. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.004572/2017-39. Requerentes: Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A e J&F Investimentos S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Juliano Maranhão e outros. Natureza da operação: aquisição de participação societária. Setor econômico envolvido: calçados.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Interino

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2017

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 17/07/2017 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral natural, sem gás, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração, pelo período de 12 (doze) meses, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as Penitenciárias Federais em Mossoró/RN e Porto Velho/RO Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 28/07/2017 das 09h00 às 12h00 e de13h00 às 17h00. Endereço: Scn, Quadra 3, Bloco B, Edifício Victória, Lote 201, Cep 70713-020, Brasília Asa Norte - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/07/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/08/2017, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FREDERICO MARINHO DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDEC - 27/07/2017) 200333-00001-2017NE800009

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 13/2017 - UASG 200333

Nº Processo: 08016002155201770 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada na preparação e fornecimento de refeições, incluindo a entrega, para os presos reclusos na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO. Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 28/07/2017 de 09h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Scn, Qd. 03, Bl. B, Edifico Victória, Sala 05, Cep 70713-020, Brasília - Df. Asa Norte - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200333-05-13-2017. Entrega das Propostas: a partir de 28/07/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/08/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EDER SPINOLA ROCHA
Pregoeiro

(SIDEC - 27/07/2017) 200333-00001-2017NE800009

DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 822087/2015. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Convenente : FUNDO PENITENCIARIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA FUPESC, CNPJ nº 01.577.780/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R$ 619.073,10, Valor de Contrapartida: R$ 12.381,46, Vigência: 28/12/2015 a 31/01/2018. Data de Assinatura: 26/07/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / MARCO ANTONIO SEVERO SILVA- DIRETOR GERAL.

(SICONV(PORTAL) - 27/07/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 822737/2015. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Convenente : SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA - SEJUS, CNPJ nº 07.172.665/0001-21. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R$ 1.159.968,00, Valor de Contrapartida: R$ 115.996,80, Vigência: 30/12/2015 a 28/07/2018. Data de Assinatura: 26/07/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / MARCO ANTONIO SEVERO SILVA- DIRETOR GERAL.

(SICONV(PORTAL) - 27/07/2017)

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo Nº 00007/2017 ao Convênio Nº 775639/2012. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Convenente : PIAUI-SECRETARIA DE JUSTICA, CNPJ nº 07.217.342/0001-07. Prorrogar por despacho o prazo d execução do convênio, que tem por objeto o Aparelhamento de 02 (duas) Unidades de Referência à Saúde Materno Infantil no Sistema Prisional do Estado do Piauí.. Valor Total: R$ 182.919,28, Valor de Contrapartida: R$ 18.290,42, Vigência: 21/12/2012 a 26/07/2018. Data de Assinatura: 26/07/2017. Signatários: Concedente : MARCO ANTONIO SEVERO SILVA, CPF nº 066.215.148-83, Convenente : DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE, CPF nº 011.581.593-74.

(SICONV(PORTAL) - 27/07/2017)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00003/2017 ao Convênio Nº 813238/2014. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Convenente : SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTICA, CNPJ nº 05.553.216/0001-06. Prorrogar por despacho convênio que tem por objeto Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde.Valor Total: R$ 137.500,00, Valor de Contrapartida: R$ 12.500,00, Vigência: 30/12/2014 a 26/01/2018. Data de Assinatura: 26/07/2017. Signatários: Concedente : MARCO ANTONIO SEVERO SILVA, CPF nº 066.215.148-83, Convenente : GLEIDY BRAGA RIBEIRO, CPF nº 990.653.471-00.

(SICONV(PORTAL) - 27/07/2017)

COORDENAÇÃO-GERAL DO FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE
DIVISÃO DE FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

AVISO

PROCESSO 08016.008679/2013-41: Com fulcro na Lei Federal n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ratifica-se e confirma-se, pelo presente Ato de Convalidação, todos os atos relativos à celebração do 2° termo aditivo ao Contrato n° 08/2013, com a empresa YURE HURTON GUIMARÃES - ME, CNPJ - 10.171.903/0001-99, concernente à prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 11/04/2017 a 10/04/2018, ficando assim suprido o lapso temporal para publicação da prorrogação consoante o disposto no art. 61 da Lei 8.666/93.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA
Diretor-Geral do DEPEN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032017072800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Publicação no DOU - Despacho SG nº 245/2017 (0367929) SEI 08700.004572/2017-39 / pg. 11

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 2º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3221-8438 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

EDITAL Nº 245, DE 27 DE JULHO DE 2017.

Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.004572/2017-39. Requerentes: Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A e J&F Investimentos S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Juliano Maranhão e outros. Natureza da operação: aquisição de participação societária. Setor econômico envolvido: calçados.

Publique-se.

Documento assinado eletronicamente por **Diogo Thomson de Andrade**, **Superintendente-Geral Interino(a)**, em 27/07/2017, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0367822** e o código CRC **BAA0A5B5**.

Referência: Processo nº 08700.004572/2017-39 SEI nº 0367822

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, 1º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3031-1820 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

DESPACHO ORDINATÓRIO

Processo nº 08700.004572/2017-39

ASSUNTO: "Ato de Concentração"

À Coordenação-Geral de An. Antitruste 5 - CGAA5/CADE

Após análise pertinente a este Setor de Contabilidade, verificamos que o Ato de Concentração em questão encontra-se instruído com cópias dos comprovantes bancários de recolhimento (0366077, 0366078 e 0366079) da taxa processual.

Assim, certificamos os recolhimentos dos registros de arrecadações (RA) em correlação com os extratos SISGRU (0366902, 0366903 e 0366908), anexos, conforme tabela abaixo, com a ressalva da possibilidade de futura requisição dos documentos originais por autoridade de instância superior, uma vez que devem ser atendidos o art. 37 da Resolução CADE nº 45, de 28 de março de 2007, e o art. 18 da Instrução Normativa CADE nº 01, de 24 de julho de 2008.

N° de Registro de Arrecadação (RA)	Autenticações bancárias	Valor (R$)
2017RA000606	E0EA95A0D6C84DAA	42.500,00
2017RA000606	703964847E639059	21.250,00
2017RA000603	8AF3BD4958A41967	21.250,00

Dessa forma, enviamos os autos à CGAA5/CADE para as demais providências que se fizerem necessárias.

Documento assinado eletronicamente por **Cecilia Alves do Vale**, **Agente Administrativo**, em 25/07/2017, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0366911** e o código CRC **41782A9D**.

SISGRU - Sistema de Gestão do Recolhimento da União

Consultar GRU - Detalhe

Número Identificador do Registro de GRU:
2017/303001/0028340248

Dados da GRU

Espécie de GRU: 2: Simples	**(=) Valor Principal:** 21.250,00
Unidade Gestora Arrecadadora: 303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	**(-) Valor de Descontos e Abatimentos:** 0,00
Código de Recolhimento: 20039 - CADE-EMOLUM.E CUSTAS PROC.ADMINISTRATIVOS	**(-) Valor de Outras Deduções:** 0,00
Contribuinte: 14.127.491/0001-40	**(+) Valor de Mora e Multa:** 0,00
Número de Referência: 00000000000000003002	**(+) Valor de Juros e Encargos:** 0,00
Competência:	**(+) Valor de Outros Acréscimos:** 0,00
Data de Vencimento:	**(=) Valor Total:** 21.250,00
Processo:	
Tipo de GRU: 1: Arrecadação	**Situação:** Contabilizado
Origem da Arrecadação: 1: Banco do Brasil	**Documento de Origem (OB/GR/PT):**
Data de Pagamento: 18/07/2017	**Meio de Pagamento:** 02: Cheque
Data de Transferência: 21/07/2017 00:00	**Autenticação Bancária:** 8AF3BD4958A41967
Data de Geração: 21/07/2017 07:00	**Espécie de Ingresso:** 2: Receita Primária Fonte Própria

Dados da Contabilização

Unidade Gestora Emitente da RA: 303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	**Número RA de Contabilização:** 3030012017RA000603
Código de Recolhimento Contabilizado: 20039 - CADE-EMOLUM.E CUSTAS PROC.ADMINISTRATIVOS	**Data de Processamento da RA:** 21/07/2017 06:49

Observação:
REGISTRO DA CLASSIFICACAO DA ARRECADACAO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO DA UNIAO DO DIA: 18Jul17

SISGRU - Sistema de Gestão do Recolhimento da União

Consultar GRU - Detalhe

Número Identificador do Registro de GRU:
2017/303001/0028498386

Dados da GRU

Espécie de GRU: 2: Simples	**(=) Valor Principal:** 21.250,00
Unidade Gestora Arrecadadora: 303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	**(-) Valor de Descontos e Abatimentos:** 0,00
Código de Recolhimento: 20039 - CADE-EMOLUM.E CUSTAS PROC.ADMINISTRATIVOS	**(-) Valor de Outras Deduções:** 0,00
Contribuinte: 33.744.277/0002-69	**(+) Valor de Mora e Multa:** 0,00
Número de Referência: 00000000000000002191	**(+) Valor de Juros e Encargos:** 0,00
Competência:	**(+) Valor de Outros Acréscimos:** 0,00
Data de Vencimento:	**(=) Valor Total:** 21.250,00
Processo:	
Tipo de GRU: 1: Arrecadação	**Situação:** Contabilizado
Origem da Arrecadação: 1: Banco do Brasil	**Documento de Origem (OB/GR/PT):**
Data de Pagamento: 19/07/2017	**Meio de Pagamento:** 02: Cheque
Data de Transferência: 24/07/2017 00:00	**Autenticação Bancária:** 703964847E639059
Data de Geração: 22/07/2017 04:30	**Espécie de Ingresso:** 2: Receita Primária Fonte Própria

Dados da Contabilização

Unidade Gestora Emitente da RA: 303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	**Número RA de Contabilização:** 3030012017RA000606
Código de Recolhimento Contabilizado: 20039 - CADE-EMOLUM.E CUSTAS PROC.ADMINISTRATIVOS	**Data de Processamento da RA:** 22/07/2017 04:09

Observação:
REGISTRO DA CLASSIFICACAO DA ARRECADACAO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO DA UNIAO DO DIA: 19Jul17

SISGRU - Sistema de Gestão do Recolhimento da União

Consultar GRU - Detalhe

Número Identificador do Registro de GRU:
2017/303001/0028498387

Dados da GRU

Espécie de GRU: 2: Simples	**(=) Valor Principal:** 42.500,00
Unidade Gestora Arrecadadora: 303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	**(-) Valor de Descontos e Abatimentos:** 0,00
Código de Recolhimento: 20039 - CADE-EMOLUM.E CUSTAS PROC.ADMINISTRATIVOS	**(-) Valor de Outras Deduções:** 0,00
Contribuinte: 61.532.644/0001-15 - ITAUSA-INVESTIMENTOS ITAU S/A.	**(+) Valor de Mora e Multa:** 0,00
Número de Referência: 00000000000000002543	**(+) Valor de Juros e Encargos:** 0,00
Competência:	**(+) Valor de Outros Acréscimos:** 0,00
Data de Vencimento:	**(=) Valor Total:** 42.500,00
Processo:	
Tipo de GRU: 1: Arrecadação	**Situação:** Contabilizado
Origem da Arrecadação: 1: Banco do Brasil	**Documento de Origem (OB/GR/PT):**
Data de Pagamento: 19/07/2017	**Meio de Pagamento:** 02: Cheque
Data de Transferência: 24/07/2017 00:00	**Autenticação Bancária:** E0EA95A0D6C84DAA
Data de Geração: 22/07/2017 04:30	**Espécie de Ingresso:** 2: Receita Primária Fonte Própria

Dados da Contabilização

Unidade Gestora Emitente da RA: 303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	**Número RA de Contabilização:** 3030012017RA000606
Código de Recolhimento Contabilizado: 20039 - CADE-EMOLUM.E CUSTAS PROC.ADMINISTRATIVOS	**Data de Processamento da RA:** 22/07/2017 04:09

Observação:
REGISTRO DA CLASSIFICACAO DA ARRECADACAO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO DA UNIAO DO DIA: 19Jul17

E-mail 543 (0366306)

Data de Envio:
24/07/2017 13:22:07

De:
CADE/Sei <sei@cade.gov.br>

Para:
Eduardo Caminati Anders <caminati@lbba.com.br>
André Alencar Porto <porto@cpaadvogados.com>
Leda Batista da Silva <batista@lbba.com.br>
coimbra@lbba.com.br
Guilherme Teno Castilho Missal <missali@lbba.com>
Gabriela Egreja Papa <papa@lbba.com.br>
Julia Raquel Haddad <haddad@lbba.com.br>
Jessica Wright Borba Olivier <olivieri@lbba.com.br>

Assunto:
Liberação de acesso a processo restrito

Mensagem:
Prezados,

Esclarecemos que os apartados restritos n°s 08700.004580/2017-85 e 08700.004582/2017-74 se referem ao 08700.004572/2017-39.

Atenciosamente,

Núcleo Gestor do SEI

sei@cade.gov.br

Este email é confidencial, enviado para uso exclusivo de seu destinatário, e pode conter informações protegidas por sigilo profissional. Se você o recebeu indevidamente, está ciente de seu caráter confidencial e deve reenviá-lo imediatamente ao remetente e excluir a mensagem de seu sistema. Por favor, não o copie, utilize para qualquer fim ou divulgue seu conteúdo para terceiros. A utilização desautorizada deste email é ilegal e sujeita o infrator às penalidades da lei.

Anexos:
Despacho_Ordinatorio_0366305.html

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
SEPN 515 Conjunto D, Lote 4 Ed. Carlos Taurisano, Térreo - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3031-1283 e Fax: (61) 3326-9733 - www.cade.gov.br

DESPACHO ORDINATÓRIO

Processo nº 08700.004572/2017-39

Nos termos do §1º do artigo 7º da Resolução nº 11, de 24 de novembro de 2014, defiro o pedido de acesso aos processos restritos nºs 08700.004580/2017-85 e 08700.004582/2017-74 aos (às) advogados (as) que constam na petição 0366085, conforme procuração petição SEI 0366068. Contudo, indefiro o acesso ao advogado Antonio Menezes Neto, pois não consta procuração nos autos.

Documento assinado eletronicamente por **Thaís de Medeiros Araújo Cezario**, **Agente Administrativo**, em 24/07/2017, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0366305** e o código CRC **2B603A59**.

Referência: Processo nº 08700.004572/2017-39 SEI nº 0366305

Recibo de Notificação de AC PROT 0366087

Data de Envio:
21/07/2017 20:15:56

Tipo do Processo:
Finalístico: Ato de Concentração Sumário

Requerentes:
61.532.644/0001-15 - ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
19.250.704/0001-40 - Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações
33.744.277/0001-88 - BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A.
00.350.763/0001-62 - J&F INVESTIMENTOS S.A.
61.079.117/0001-05 - Alpargatas S.A.

Natureza da Operacao:
Aquisição de controle

Abrangência:
Total

Hipotese Procedimento Sumário:
Substituição de agente econômico

Resumo da Operação:
Aquisição, por Itaúsa, Cambuhy FIP e BW, de todas as ações da Alpargatas S.A. (? Alpargatas?) atualmente detidas pela J&F, as quais representam 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais.

Documentos Enviados:
Anexo II - versão de acesso restrito.pdf | 21/07/2017 20:08:55 | 1.04 Mb | Restrito | ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A, Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A., J&F INVESTIMENTOS S.A., Alpargatas S.A.,
Anexo II - versão pública.pdf | 21/07/2017 20:09:17 | 490.97 Kb | Público |
Documento 01 - Procuração Itaúsa.pdf | 21/07/2017 20:09:31 | 3.57 Mb | Público |
Documento 02 - Procuração Cambuhy.pdf | 21/07/2017 20:09:40 | 3.08 Mb | Público |
Documento 03 - Procuração BW.pdf | 21/07/2017 20:09:48 | 367.32 Kb | Público |
Documento 04 - Procuração J F.pdf | 21/07/2017 20:10:24 | 1.39 Mb | Público |
Documento 05 - Demonstrações Contábeis Completas - Itaúsa.pdf | 21/07/2017 20:10:41 | 2.42 Mb | Público |
Documento 06 - Demonstrações Financeiras - Conglomerado Itaúsa.pdf | 21/07/2017 20:10:50 | 4.04 Mb | Público |
Documento 07 - Demonstrações Financeiras - Cambuhy FIP.pdf | 21/07/2017 20:10:58 | 4.59 Mb | Público |
Documento 08 - Demonstracões Financeiras - Eneva.pdf | 21/07/2017 20:11:06 | 1.86 Mb | Público |
Documento 09 - Demonstrações Financeiras - BW.pdf | 21/07/2017 20:11:15 | 664.23 Kb | Público |
Documento 10 - Comprovante de pagamento Itaúsa.PDF | 21/07/2017 20:11:47 | 125.63 Kb | Público |
Documento 11 - Comprovante de pagamento Cambuhy.PDF | 21/07/2017 20:11:54 | 124.96 Kb | Público |
Documento 12 - Comprovante de pagamento BW.pdf | 21/07/2017 20:12:01 | 192.03 Kb |

Público |
Documento Confidencial 01 - Contrato e Anexos.pdf | 21/07/2017 20:12:17 | 2.17 Mb | Restrito | ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A, Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações, BRASIL WARRANT ADMINISTRAÇÃO DE BENS E EMPRESAS S.A., J&F INVESTIMENTOS S.A., Alpargatas S.A.,
Documento Confidencial 02 - Organograma Grupo J F.pdf | 21/07/2017 20:13:07 | 76.64 Kb | Restrito | J&F INVESTIMENTOS S.A., Alpargatas S.A.,
Documento Confidencial 04 - Balancete Conglomerado Itaúsa.pdf | 21/07/2017 20:13:28 | 58.46 Kb | Restrito | ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A,
Documento Confidencial 03 - Organograma JBS S.A..pdf | 21/07/2017 20:13:53 | 37.79 Kb | Restrito | J&F INVESTIMENTOS S.A.,
Documento Confidencial 05 - Demonstrações Financeiras - Grupo J F.PDF | 21/07/2017 20:14:17 | 1.32 Mb | Restrito | J&F INVESTIMENTOS S.A.,
Petição de Acesso aos Autos Restritos - Itaúsa, Cambuhy e BW.pdf | 21/07/2017 20:14:35 | 254.74 Kb | Público |
Petição de Submissão do Ato de Concentração.pdf | 21/07/2017 20:14:44 | 857.21 Kb | Público |

BATUIRA ROGERIO MENEGHESSO LINO
FABIO FRANCISCO BERALDI
ROBERTO LOURENÇO BELLUZZO
EDUARDO CAMINATI ANDERS
CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI

LINO, BERALDI, BELLUZZO e CAMINATI
ADVOGADOS

Ao Núcleo Gestor do Sistema – SEI

SOLICITAÇÃO DE ACESSO AOS AUTOS RESTRITOS

Ato de Concentração com Solicitação de Acesso Restrito de Informações e Documentos

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A ("**Itaúsa**"), **Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações** ("**Cambuhy FIP**") e **Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A** ("**BW**"), devidamente qualificadas nos autos do Ato de Concentração em referência, vêm, por meio de sua advogada, requerer, nos termos do artigo 7º, da Resolução nº 11/2014, que seja concedido aos advogados abaixo listados, todos já devidamente cadastrados nos termos do artigo 6º da mencionada Resolução nº 11/2014 e com poderes para tanto, acesso integral aos autos do Ato de Concentração em epígrafe:

	Nome	CPF	OAB	E-mail	Procuração[1]
1.	Eduardo Caminati Anders	270.308.598-20	174.402/SP	caminati@lbba.com.br	21.07.2017
2.	André Alencar Porto	727.275.431-15	25.103/DF	porto@cpaadvogados.com	21.07.2017
3.	Leda Batista da Silva Diôgo de Lima	349.388.468-02	306.051/SP	batista@lbba.com.br	21.07.2017
4.	Luiz Fernando S. L. Coimbra	226.072.678-03	261.378/SP	coimbra@lbba.com.br	21.07.2017
5.	Guilherme Teno Castilho Missali	229.588.188-96	327.693/SP	missali@lbba.com.br	21.07.2017
6.	Gabriela Egreja Papa	050.246.699-59	344.011/SP	papa@lbba.com.br	21.07.2017
7.	Julia Raquel Haddad	377.227.458-73	346.319/SP	haddad@lbba.com.br	21.07.2017
8.	Jessica Wright Borba Olivieri	398.178.218-62	360.561/SP	olivieri@lbba.com.br	21.07.2017
9.	Antonio Menezes Neto	395.519.998-35	331.730/SP	neto@lbba.com.br	21.07.2017

De São Paulo para Brasília, 21 de julho de 2017.

Julia Haddad
Julia Raquel Haddad

OAB/SP nº 346.319

[1] Indicação da data de protocolo das procurações da **Itaúsa**, **Cambuhy FIP** e **BW**.